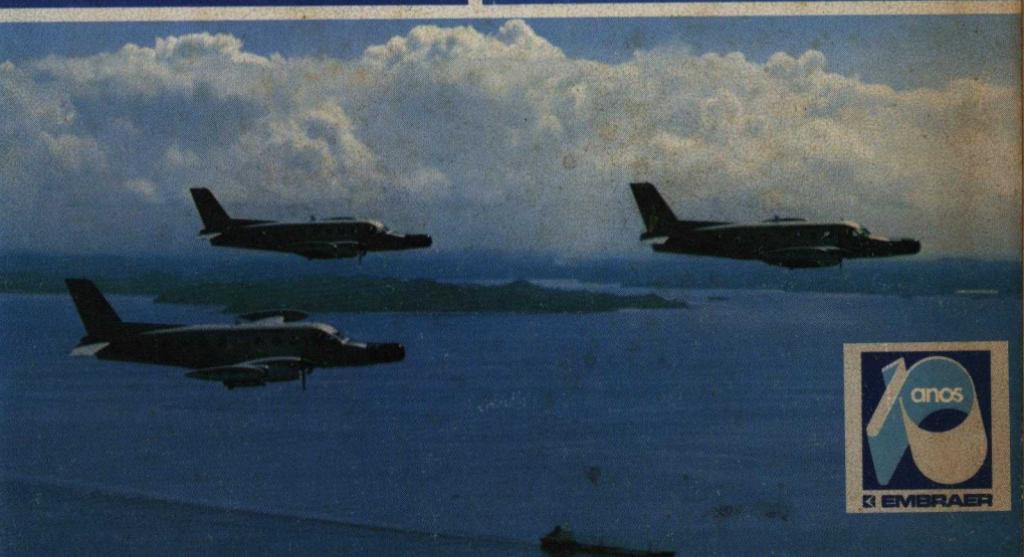
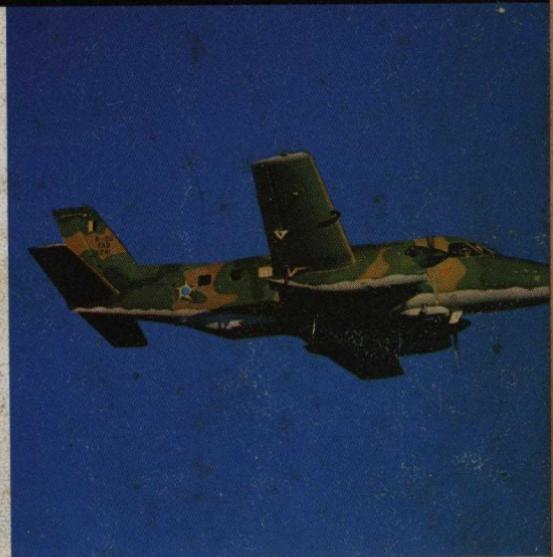




A DEFESA NACIONAL

ESTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



PENSAMENTO
STRATÉGICO
BRASILEIRO

Nelson
Lavanère-Wanderley

JAN/FEV-80
Nº 687

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320597

290637

v.67, n.687, jan./fev. 1980 BFD

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320598

290637

v.67, n.688, mar./abril 1980 BFD

Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320599

290637

v.67, n.689, maio/jun. 1980 BFD



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

Págs.

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

O PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO — O Poder Aeroespacial — <i>Ten Brig Nelson Freire Lavanère-Wanderley</i>	5
A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NUM MUNDO EM MUDANÇA — <i>Min. Ronaldo Mota Sardenberg</i>	19
O PAPEL DAS ELITES NO CONTEXTO DA SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO — A Ação Comunitária — <i>Gen Bda Gustavo de Moraes Rego Reis</i>	31
O PAPEL DOS SOVIÉTICOS E CHINESES NO ORIENTE MÉDIO — <i>Edward A. Azar</i>	45
POLÍTICA INDUSTRIAL E OPÇÕES ENERGÉTICAS — <i>Min João Camilo Pena</i>	61
CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — O Fim do Mito Cubano — <i>A. de Lannes</i>	135
GOLFO PÉRSICO — EPICENTRO NEVRÁLGICO — <i>Prof Therezinha de Castro</i>	161
POLÍTICA E ESTRATÉGIA — <i>CF José Corrêa de Sá e Benevides</i>	181

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS

TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA — <i>Prof. Iran de Lima</i>	73
SISTEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS — <i>Econ Edison Luiz Bastos Barbosa</i>	101
MOEDA MINERAL: ALTERNATIVA PARA SUBSÍDIOS — <i>Eng Eliseu Visconti D'Angelo Neto</i>	189
BNH REFORMULA CURA PARA ATENDER REGIÕES MAIS POBRES	193

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

IMPORTÂNCIA SOCIAL DA CABODIFUSÃO — <i>Cel Eng R/1 José Maria Nogueira Ramos</i>	141
REFLEXÕES SOBRE PESQUISA PETROLÍFERA NO BRASIL — <i>Geólogo Carlos Walter Marinho Campos</i>	155

TÁTICA E TÉCNICA MILITARES

GIGANTESCA PONTE AÉREA ENTRE URSS/ETIÓPIA — <i>Pierre Darcourt</i>	15
--	----

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO, SAÚDE E SANEAMENTO

EDUCAÇÃO, AMPARO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE PONTA — <i>Brig. Tércio Pacitti</i>	123
---	-----

INFORMAÇÕES	199
-------------------	-----

LIVROS	203
--------------	-----

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redação — Primeiros Tesouros: FERNANDO ESTINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mancheteiro: Bertholdo Krüger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza R. (subcôrrecos); Francisco de Paula Cicôns, Mário Clementino, Lima e Silva, Pará Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pousado Cavalcante, Eustáquio Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES

VASP — VIACÃO AÉREA SÃO PAULO	29	CAPA
EMBRATEL	39	CAPA
GRUPO JOÃO SANTOS	48	CAPA
COTONIFÍCIO DA TORRE	4	
FURNAS — CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	30	
GBOEx	44	
IMBEL — INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL	60	
NUCLEBRÁS	72	
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS	99	
VOLKSWAGEN DO BRASIL	100	
CAEB	122	
BANCO SUL BRASILEIRO	134	
COMPANHIA SOUZA CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO	139	
ITAPEMIRIM TURISMO	140	
PETROBRÁS	160	
DERSA	179	
CAIXA ECONÔMICA DE SÃO PAULO	180	
BANERJ	187	
NOVATRAÇÃO	188	
BNH — BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO	193	
CPRM	197	
OMEGA	198	
CARTEIRA HIPOTECÁRIA IMOBILIÁRIA DO CLUBE MILITAR	202	
CONSTRUTORA TRAVASSOS E GENIAL	205	
IMOBILIÁRIA CAMBURI	208	



NOSSA CAPA

A DEFESA NACIONAL rende homenagem à Força Aérea Brasileira e à EMBRAER. Graças aos esforços, dedicação e competência de seus diretores, engenheiros, técnicos e operários, aí estão, nos céus do Brasil e de países amigos, os BANDEIRANTES de transporte, de reconhecimento e de patrulha, e os caças XAVANTE, graciosos, ágeis, econômicos e eficientes — o sonho de Santos Dumont feito realidade.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudos de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A DEFESA NACIONAL"

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo
DIRETOR-SECRETÁRIO: Cel Inf Edmar Eudóxio Telesca
DIRETOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro
DIRETOR-TESOUREIRO: Maj Int Luiz Carlos de Moura Simões

Revista "A DEFESA NACIONAL".

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo
REDATORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis
Cel Cav Edson Alves Mey
Desembargador Antonio Arruda
Ten Cel Art Luiz Paulo Mamede de Carvalho
Ten Cel Art Agenor Francisco Homem de Carvalho
Ten Cel Art Carlos Alfredo Pellegrino
Ten Cel Art Francisco Stuart Campbell Pamplona
Ten Cel Eng Rubens Esnariaga
Ten Cel Eng R/1 Alceste Guanabarino de Oliveira
CF José Corrêa de Sá e Benevides
Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas
Maj Inf Marco Antonio Savio Costa
Maj Art Marcello Rufino dos Santos
Prof José Alberto Assumpção

EDITORAÇÃO: José Livio Dantas
PUBLICIDADE: Floriano Serpa
SUCURSAIS: Alexandre von Baumgarten

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números	Cr\$ 200,00
Exterior	US\$ 35,00
Número avulso	Cr\$ 50,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 243-0563
CEP 20221 — Rio de Janeiro, RJ, Brasil

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda. — Rua Dona Isabel, 126 — Rio de Janeiro — RJ



O PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO – O PODER AEROESPACIAL

Nelson Freire Lavanère-Wanderley

Tenente Brigadeiro Ref., ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e ex-Ministro da Aeronáutica. Autor de "História da Força Aérea Brasileira", "Estratégia Militar e Desarmamento" e de várias outras obras no campo da História Militar e da Estratégia.

O Pensamento estratégico brasileiro, em torno da idéia do Poder Aéreo, vem evoluindo desde o fim da década dos anos vinte; já no fim da I Guerra Mundial, em 1918, a Inglaterra tinha liderado da idéia e mostrado o caminho, com a criação de um "Ministério do Ar" e com a organização de uma força aérea independente, a "Royal Air Force".

Quando a França, dez anos mais tarde, criou o Ministério do Ar, e mandou para o Brasil uma "Missão Militar Francesa de Aviação", a influência sobre a recém-criada Arma de Aviação Militar, foi grande; nessa ocasião, começaram a surgir os primeiros artigos, escritos por aviadores brasileiros, advogando a criação de um Ministério independente para a Aeronáutica.

Num desses artigos, publicado na imprensa do Rio de Janeiro, há cinqüenta anos, em 1928, dizia-se: — "A criação do Ministério do Ar, se impõe, entre nós como o único meio de conjugar esforços, dar uma diretiva única, capaz de nos dar a colocação, há muito perdida, de primeira potência aeronáutica na América do Sul" (Lysias Rodrigues).

Era o gérmen da idéia do Poder Aéreo unificado.

Sete anos depois, em 1935, os aviadores militares brasileiros, organizaram uma "Campanha para a criação do Ministério do Ar".

O pensamento estratégico aeronáutico no Brasil, paulatinamente moldado pelas doutrinas sobre Poder Aéreo difundidas pelos pioneiros: Trenchard, Douhet, Mitchell e Seversky, foi evoluindo e conquistando adeptos.

A II Guerra Mundial precipitou os acontecimentos; a derrota da Polônia em 1939 e da França em 1940, forneceram provas evidentes da importância do Poder Aéreo na Estratégica Militar e para a Segurança Nacional, dando razão aos apologistas da criação do Ministério da Aeronáutica.

O Governo Brasileiro, com larga visão do problema, criou, em 20 de janeiro de 1941, o Ministério da Aeronáutica; a Força Aérea Brasileira, constituída pela fusão das antigas Aviações Naval e Militar, tornou-se independente; a Aviação civil, passou para a jurisdição do novo Ministério.

A Criação do Ministério da Aeronáutica marcou o fato mais importante na história da Aeronáutica Brasileira, quer a civil quer a militar...

A criação do Ministério da Aeronáutica em 1941, estabeleceu, desde logo, condições para o desenvolvimento do Poder Aéreo Brasileiro, numa fase em que o Brasil, juntamente com as democracias aliadas, entrava numa heróica luta contra poderosos inimigos.

Terminada a II Guerra Mundial, a organização dada ao Ministério da Aeronáutica e à Força Aérea Brasileira permitiu que o Poder Aéreo Brasileiro se consolidasse; surgiu uma infraestrutura aeronáutica e desenvolveu-se a aviação comercial brasileira.

Em 1947, o núcleo da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica que tinha, naquela época, o nome de "Direção do Curso de Estado Maior da Aeronáutica", publicou o seu primeiro documento doutrinário intitulado: "Comando e Emprego do Poder Aéreo"; nesses documentos, procurava-se estabelecer uma doutrina sobre o emprego do Poder Aéreo, firmando os seguintes conceitos:

"Poder Aéreo, Poder Naval e Poder terrestre integram o Poder Militar.

As Forças Armadas que o constituem – da Aeronáutica, da Marinha e do Exército – são distintas e equivalentes, mas independentes; conjugam seus esforços, onde quando necessário, mas nenhuma delas é organização auxiliar de outra".

Conquistar a superioridade aérea é requisito fundamental para o êxito de qualquer operação terrestre ou naval de vulto".

"As Forças Aéreas deverão ser empregadas principalmente contra as Forças Aéreas inimigas, até a obtenção da necessária superioridade aérea. Somente dessa forma, poderemos reduzir o efeito destruidor e desmoralizante dos ataques aéreos inimigos".

Nos últimos meses da II Guerra Mundial o mundo entrou na era nuclear; as implicações desse fato na vida das nações são múltiplas, complexas e, muitas vezes, pouco compreendidas; o Poder Mundial começou a se articular em moldes completamente diferentes; surgiu a confrontação antagônica de duas superpotências, bipolarizando o Poder Mundial.

Na década dos anos 50 novo fato de grande alcance introduziu profundas transformações no Poder Aéreo: foi o desenvolvimento dos mísseis intercontinentais

dotados de ogivas nucleares e capazes de atingir, em poucos minutos, países colocados na face oposta do globo terrestre.

Na década dos anos 60 as superpotências conseguiram dominar a tecnologia dos satélites artificiais e das naves espaciais; o homem, em 1969, desceu na Lua pela primeira vez..

Foi nesse período que o Poder Aéreo transformou-se em Poder Aeroespacial.

O Brasil, com um natural retardo em relação às grandes potências e dentro de um âmbito mais limitado, também evoluiu no seu pensamento estratégico.

O Brasil já entrou na era espacial; auto-limitado, voluntariamente, pelo Tratado de Tlatelolco (México – 1967) de "Proscrição de Armas Nucleares na América Latina", de que foi um dos primeiros proponentes, o Brasil não cogita de posse de armas nucleares mas, certamente, cogita de atividades espaciais e do aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos.

A era espacial já chegou ao Brasil, na vida de todos os dias; o jornal matutino que nos traz a fotografia meteorológica do Brasil com a sua cobertura de nuvens, a imagem da televisão do jogo de futebol que está, no mesmo momento, sendo disputado na Europa e os telefonemas internacionais são todos possíveis mediante a utilização de engenhos espaciais: os satélites artificiais que orbitam em torno da Terra.

No primeiro ano do Governo do Marechal Castello Branco, em 1964, o Ministério da Aeronáutica deu um passo importante na era espacial; iniciou a construção do "Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno", próximo à cidade de Natal no Rio Grande do Norte; na época, na função de Ministro da Aeronáutica, tive a honra de hastear, pela primeira vez, a Bandeira do Brasil nas instalações da "Barreira do Inferno".

Na "Barreira do Inferno" são experimentados os foguetes e mísseis para fins científicos e militares; no mês de agosto de 1979, dali foi lançado um foguete de pesquisas na ionosfera, o "Sonda III", que atingiu no seu apogeu a altitude de 600 quilômetros, a qual corresponde a uma vez e meia a distância entre o Rio de Janeiro e São Paulo; os engenhos espaciais construídos no Brasil já vão além da atmosfera e já atingem o limiar do espaço interplanetário.

O Ministério da Aeronáutica construiu e desenvolveu, em São José dos Campos, o Centro Técnico Aeroespacial que é hoje o complexo tecnológico e científico mais importante do Brasil; ali trabalham 10.000 pessoas, entre as quais acham-se 500 engenheiros; um dos departamentos do Centro Técnico Aeroespacial de S. José dos Campos é o Instituto de Atividades Espaciais (IAE), onde uma equipe de cientistas trabalha com afinco para acelerar as realizações do Brasil no campo espacial.

"Apesar do desejo generalizado de reservar o espaço além da atmosfera para fins pacíficos, ele já está sendo utilizado para fins militares; a única limitação atualmente imposta pelo "Tratado de Uso Pacífico do Espaço" é a de não colocar

armas nucleares em órbita em torno da Terra; estamos no limiar de uma era em que é muito difícil predizer o potencial do espaço como ambiente operacional "(General Thomas S. Tower – " United States Air Force).

Aeroespaço é a extensão total além da superfície da Terra; no aeroespaço operam sistemas atmosféricos, sub-orbitais, orbitais e sistemas que transitam no espaço interplanetário; no aeroespaço operam aviões, helicópteros, engenhos aéreos não pilotados, mísseis, satélites e naves espaciais.

Em 1958, o Estado Maior da Aeronáutica condensou num documento os conceitos e princípios que regem o emprego tático e estratégico da Força Aérea Brasileira; esse documento recebeu o título de "Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira"; em 1975 esse documento, depois de revisto e modificado, foi aprovado com o nome de "Doutrina Aeroespacial", revelando uma evolução no pensamento estratégico aeronáutico no Brasil.

O documento publicado no corrente ano pelo Ministério da Aeronáutica intitulado: "O Poder Aeroespacial do Brasil" (Centro de Relações Públicas – 1979) contém importantes conceitos e definições, como a seguir:

"O Poder Aeroespacial de uma nação é a capacidade de controlar e utilizar o espaço com propósitos definidos; na sua acepção mais geral, abrange toda a capacidade aeronáutica e espacial do país."

"Compete ao Ministério da Aeronáutica, a coordenação, a orientação, o incentivo e o desenvolvimento de todos os assuntos ligados às atividades aeronáuticas e espaciais do Brasil, dentro do conceito do Poder Espacial."

"São campos de ação do Ministério da Aeronáutica e componentes do Poder Aeroespacial:

- a Força Aérea Brasileira;
- a Aviação Civil;
- a Infraestrutura Aeronáutica;
- a Indústria Aeroespacial;
- os Estabelecimentos de Tecnologia Aeroespacial;
- as Instalações e Engenhos Espaciais."

"A Doutrina Aeroespacial é o conjunto de princípios e normas orientadoras do preparo e emprego do Poder Aeroespacial da Nação, em tempo de paz e em períodos de conflito; é projetada para a aplicação contínua e para ser adaptada às condições conjunturais."

"A Força Aérea Brasileira é o componente militar do Poder Aeroespacial Brasileiro."

O planejamento tendo em vista orientar as ações para a consecução das metas do Ministério da Aeronáutica, no período de 1980 a 1985, abrange 4 Planos Básicos a saber:

- Plano de preparo da Força Aérea Brasileira;
- Plano de Pesquisa e Desenvolvimento;

- Plano de Desenvolvimento do Sistema de Proteção ao Vôo;
- Plano de Desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil.

“A filosofia adotada pelo Ministério da Aeronáutica, reunindo num só Ministério todas as atividades que compõem o Poder Aeroespacial é uma solução sábia, comprovada pela experiência e enaltecida, inclusive, por nações estrangeiras, que lamentam terem avançado demais para adotarem uma solução integrada semelhante à nossa.”

A Força Aérea Brasileira tem seis tarefas fundamentais a realizar:

- Operações Aéreas Estratégicas;
- Operações Aéreas Táticas;
- Operações de Defesa Aérea;
- Operações de Transporte Aéreo;
- Comando e Controle das Operações Aéreas;
- Apoio das Operações Aéreas.

Os sistemas de Comando e Controle, para as operações aéreas, devem proporcionar ao Comando comunicações garantidas, eficientes, rápidas, que não possam ser interrompidas com facilidade e que sobrevivam dentro das condições da guerra; os referidos sistemas devem dispor de uma rede adequada de informações, de alarme aéreo e de processamento de dados.

Para um bom desempenho das operações aéreas, é necessário que se tenha informações sobre o estado da atmosfera e do espaço solar de onde podem vir raios cósmicos que interferem nas comunicações e no funcionamento dos sistemas eletrônicos; essas informações sobre o meio ambiente aeroespacial condicionam o processo de tomada de decisões para o emprego das forças aéreas e podem influir na seleção dos sistemas a serem utilizados, assim como na seleção de objetivos, das rotas e altitudes de penetração até os objetivos e podem influir nas táticas a serem empregadas.

O reabastecimento no ar representa um apoio importante para as operações aéreas, estratégicas e táticas; ele aumenta o raio de ação dos aviões, permitindo penetrações mais profundas, maior permanência no ar e garantindo reservas de combustível suficiente para o regresso seguro a aeródromos amigos, mesmo em condições meteorológicas desfavoráveis.

Uma gama de variados e complexos equipamentos eletrônicos constitui parte integrante dos engenhos aeroespaciais: aviões pilotados e não-pilotados, mísseis, helicópteros, satélites, etc...; do funcionamento adequado desses equipamentos eletrônicos depende o sucesso das operações aeroespaciais, as quais podem ser grandemente prejudicadas pelas contra-medidas eletrônicas desencadeadas pelo inimigo.

Por outro lado, para o sucesso das nossas operações, é necessário neutralizar os aparelhos de radar e outros equipamentos eletrônicos usados pelo inimigo.

O conjunto dessas medidas faz parte da guerra eletrônica, na qual os dois adversários aplicam medidas contra-eletrônicas e medidas contra-contra-eletrônicas.

Os objetivos sobre os quais se procura interferir eletronicamente são os sistemas de comunicações, os sistemas de contra-medidas eletrônicas, os radares, os rádio-faróis e outros auxílios à navegação aérea.

As medidas para proteção dos engenhos aéreos, quando no solo, são de grande importância para garantir a sua sobrevivência, no caso de ataques inimigos; além das medidas de defesa aérea, devem ser adotados a dispersão dos referidos engenhos, a sua camuflagem, o uso de falsos engenhos para iludir o atacante, os abrigos blindados ou não, as pistas de pouso alternativas e as medidas de defesa contra sabotadores e guerrilheiros.

No conjunto das tarefas da Força Aérea Brasileira, ressaltam pela sua importância as missões que ela tem que realizar sobre as extensões oceânicas do Atlântico Sul, algumas de caráter tático, outras de caráter estratégico.

De um modo geral, essas tarefas, em cooperação com a Marinha Brasileira, abrangem:

- a interdição, a neutralização, ou a destruição do Poder Naval inimigo;
- a patrulha e o esclarecimento sobre áreas oceânicas;
- as operações anti-submarino;
- a proteção das forças navais amigas e das linhas de navegação marítima.

O estudo das operações aéreas no Atlântico Sul reveste-se de especial importância para a Força Aérea Brasileira.

Poucas áreas de superfície terrestre são atualmente tão estratégicas como o Atlântico Sul; por ele passam hoje linhas de navegação marítima de interesse vital para o Brasil e para todo o mundo ocidental.

A responsabilidade das operações aéreas no Atlântico Sul, nunca será exclusiva do Brasil; teremos que agir no Atlântico Sul ao lado de nossos aliados; mas comparando com a situação existente durante a II Guerra Mundial, vemos que o Atlântico Sul se tornou muito mais importante para o Brasil.

Na época da II Guerra Mundial, o petróleo chegava ao Brasil em navios que navegavam próximo de nossa costa, vindos dos Estados Unidos e Venezuela; hoje a maior parte do petróleo chega aos nossos portos depois de atravessar o Atlântico Sul, vindo do Oriente Médio, da Nigéria e da Líbia.

Do ponto de vista geopolítico, devemos atentar para o fato de que as linhas de navegação marítima vitais para o Brasil que na época da II Guerra Mundial, se orientavam quase que exclusivamente no sentido dos meridianos, hoje se orientam também, no sentido dos paralelos.

Ao serem estudadas as operações aéreas estratégicas, deve ser dada a devida prioridade às operações aéreas no Atlântico Sul; ao estudar essas operações, deve-se adotar uma visão ampla do problema; estudar as operações aéreas no Atlântico Sul, dando prioridade apenas à faixa litorânea, ou mesmo apenas à faixa de 200 milhas do mar continental, seria um grave erro; seria correr o risco de deixar a Força Aérea Brasileira estagnar tecnologicamente, no campo das operações aéreas sobre áreas

oceânicas de grande extensão e no campo da guerra anti-submarino; seria condenar a Força Aérea Brasileira a mais uma vez, tornar-se demasiadamente caudatária de nossos poderosos aliados; seria correr o risco de deixar a Força Aérea Brasileira ausente em áreas de importância estratégica para o Brasil.

O principal instrumento para a aplicação do Poder Aeroespacial Brasileiro, no Atlântico Sul, é uma aviação de patrulha de longo raio de ação, dotada de aviões equipados com os recursos tecnológicos mais modernos e com um poder ofensivo adequado.

O Brasil está situado estrategicamente no Atlântico Sul, com um litoral que se estende por 7.400 quilômetros. Com sua posição favorável, o Brasil terá que exercer influência no Atlântico Sul, através do seu Poder Marítimo e do seu Poder Aeroespacial. Disso dependerá a segurança do seu próprio território e a defesa dos seus interesses econômicos e políticos.

As principais rotas marítimas do Atlântico Sul, das quais depende a economia do Brasil, podem ser assim definidas:

- a Rota Costeira, que se estende desde o Rio da Prata até Trindade; em se tratando da importação de petróleo pelo Brasil, a Rota Costeira é a segunda por ordem de importância;
- a Rota Oceânica Européia, que atravessa o Atlântico Sul, entre o saliente do Nordeste e a área do arquipélago de Cabo Verde; essa rota é de grande importância para a exportação de produtos brasileiros e para a importação de produtos europeus;
- a Rota Oceânica Centro-Africana, entre a área Santos—Rio de Janeiro—Vitória e o Golfo de Guiné e Angola; é a terceira rota de importância, no que diz respeito à importação de petróleo pelo Brasil;
- a Rota Oceânica Sul-Africana, entre a área Santos—Rio de Janeiro—Vitória e a África do Sul; é a principal rota de importação de petróleo pelo Brasil; é importante também, para a exportação dos nossos minérios para o Japão.

A evolução da situação das antigas colônias portuguesas banhadas pelo Oceano Atlântico — Arquipélago de Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola, resultante de sua independência e de sua tendência para regimes de esquerda apoiados pela União Soviética, introduziu fatos novos na situação estratégica do Atlântico Sul. Esses fatos afetam o Brasil e os seus aliados no mundo ocidental.

O Atlântico Sul, no passado, era dominado pelas esquadras inglesa e norte-americana, acarretando uma situação estratégica favorável para o Brasil, como aliado da Inglaterra e dos Estados Unidos na I e II Guerras Mundiais.

Mas um novo Poder Marítimo, o da União Soviética, está emergindo. Na década de 70, a União Soviética, continua se armando, muito além do que seria necessário para a defesa apenas do seu solo pátrio.

Além da penetração ideológica da União Soviética, o fato mais inquietante, indicador de sua ambição de poder mundial, é a expansão do seu Poder Marítimo,

em busca das águas temperadas e dos oceanos abertos; o Mediterrâneo e o Oceano Índico são os primeiros palcos dessa evolução dramática do Poder Marítimo Soviético; o Atlântico Sul poderá ser a próxima etapa, já agora facilitada pela possibilidade de obter bases em países africanos banhados pelo Atlântico Sul.

O Brasil terá que fazer um grande esforço para equipar adequadamente as suas Forças Armadas, em face da evolução estratégica do Atlântico Sul.

A idéia da segurança coletiva, com a formação de alianças entre países, continua sendo o fundamento da estratégia de defesa nas principais áreas estratégicas do globo.

A Política e a Estratégia Militar não podem estar separadas; é um erro grosso, se bem que não pouco comum, supor-se que é possível ter as relações militares dos países de uma aliança se processando num compartimento, enquanto as relações políticas se desenvolvem noutro, prevalecendo tendências diferentes em cada um dos compartimentos.

A verdadeira segurança coletiva, será conseguida não só pelo somatório do poderio militar dos países que formam uma aliança, mas, principalmente, pela integração dos objetivos políticos comuns, pela aceitação de um destino comum em determinados setores políticos, ideológicos e econômicos.

A guerra é um ato político que surge de uma situação política; a guerra, por si só, não é um fim; a vitória militar não é o principal objetivo da guerra; a guerra deve ser condicionada pelos objetivos políticos.

A verdadeira vitória tem que ser política e só pode ser obtida através de um discernimento adequado dos verdadeiros objetivos a atingir.

A estratégia da guerra tem que ser complementada pela visão esclarecida da paz que terá de segui-la.

A guerra só poderia ser encarada como um instrumento de Política Nacional quando fosse possível obter uma situação melhor para o país, na paz que se segue à guerra; as condições da guerra moderna, tornam cada vez mais problemática essa condição.

Mas um país nem sempre faz a guerra porque a deseja ou porque a admite como um instrumento lícito da Política Nacional...

No panorama internacional não existe ainda, uma entidade super-nacional disposta de uma poderosa força internacional de paz, que constitua uma garantia de que a soberania e os direitos dos países serão respeitados.

Durante muito tempo ainda, os países terão que manter forças armadas nacionais e terão que pensar em sua Estratégia Militar, mesmo que seja apenas para se defenderem contra as nações agressoras.

A história militar do Brasil, nos mostra que a última guerra em que o Brasil teve que lutar, dentro do seu território, contra tropas estrangeiras inimigas, já está recuada no tempo mais de cem anos; nos últimos cem anos, nenhuma força brasileira

ra se empenhou, em batalha, com forças dos nossos numerosos países vizinhos, o que é um fato notável, digno de maior apreciação.

E, no entanto, nos últimos cinqüenta anos, forças armadas brasileiras participaram, fora de nosso território, de duas grandes guerras. A Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, principalmente desta última; soldados, aviadores e marinheiros foram enviados para lutar em terras distantes de mais de 10.000 quilômetros do nosso país.

Há vinte e oito anos atrás, o Brasil, como país membro da Organização das Nações Unidas, foi solicitado a participar de uma guerra travada na Coréia, na região antípoda do globo terrestre em relação a nós, região distante 20.000 quilômetros das terras brasileiras; o Brasil, acertadamente, recusou essa participação num conflito tão distante.

A grande realidade da história militar do Brasil é que, nos últimos 109 anos, o Brasil só tem se empenhado em guerras externas ao continente americano; isto corresponde a um futuro incerto, cheio de perigos, dos pontos de vista político e militar.

O que será que o destino nos reserva, como próximo capítulo da História Militar do Brasil?

Uma força aérea adestrada, moderna, permanentemente pronta para iniciar operações e contando com o necessário apoio logístico, é indispensável para a segurança da Nação.

Em alguns casos, a guerra é ganha ou perdida no tempo de paz, antes de serem desencadeadas as operações militares; isto é, em alguns casos a sorte já está lançada a favor do país que soube mobilizar os seus recursos e soube organizar, adestrar e equipar Forças Armadas capazes de apoiar o país em sua Política Nacional, fazendo com que ele seja respeitado sem ter que apelar para a guerra, dissuadindo os adversários potenciais.

Não ser arrastado a uma guerra nem sempre é possível para uma nação que não disponha de Forças Armadas adequadas para apoiá-la nas suas relações com as demais nações; dentre as Forças Armadas, a importância do Poder Aeroespacial torna-se cada vez maior.

Ao mesmo tempo que se deve organizar e manter Forças Armadas eficientes e adequadas, deve-se desenvolver para o país uma Estratégia Nacional esclarecida, assentada em bases sólidas e com uma compreensão nítida dos fatores, presentes e futuros que influenciam a vida do país, isoladamente e na comunidade das demais nações.

Para finalizar, desejamos citar as palavras do grande aviador Charles Lindbergh, que disse:

"Estamos vivendo num mundo menor e mais inseguro, pelo advento do Poder Aeroespacial; estamos mais vulneráveis em relação aos nossos inimigos e mais acessíveis em relação aos nossos amigos.

A sobrevivência a curto prazo pode depender dos detentores das armas de destruição em massa, mas a sobrevivência a longo prazo, dependerá, exclusivamente, do espírito do homem; a sobrevivência do homem e da civilização tem que nortear a ação dos governos e dos detentores do poder mundial".

— *Conferência pronunciada no "I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL E ESTRATÉGIA"*
(São Paulo — 13 a 17 Nov. 1979)



GIGANTESCA PONTE AÉREA ENTRE URSS E A ETIÓPIA

Pierre Darcourt

Uma operação soviética de grande envergadura, mantida secreta até agora e sobre a qual nós hoje estamos em condições de revelar as minúcias, se desenvolveu nos meses de novembro e dezembro (1977) sobre a parte oriental da África.

Naquela época, e ao mesmo tempo que, por meio de gigantesca ponte aérea aprovisionavam as forças etíopes empenhadas na Somália, na contestada província de Ogaden, os soviéticos decidiram testar sua capacidade e sua rapidez de desdobrar novos meios, homens e material, a enorme distância de suas bases.

Para levar a cabo com êxito essa operação o Kremlin transgrediu, deliberadamente, as regras internacionais de sobrevoô dos espaços aéreos de muitos países — notadamente a Albânia, a Itália, a Grécia, a Tunísia e o Egito — sem levar em consideração seus protestos.

O itinerário normal seguido pelas aeronaves da ponte aérea para a Etiópia era assim estabelecido: decolagem dos aeródromos escalonados nas margens do mar Negro rumo oeste a princípio, passando sobre a Bulgária e a Iugoslávia, depois rumo sul sobrevoando o Adriático e o Mediterrâneo na direção da Líbia. Pousou em Trípoli. Seis horas de descanso para as tripulações — o tempo necessário aos mecânicos no solo (russos e alemães de leste) para reabastecimento e manutenção. Nova decolagem dos aviões que sobrevoavam a Líbia rumo sudeste, atravessavam o espaço aéreo sudanez e pousavam em Adis Abeba.

No dia 30 de novembro os planos de vôo foram de repente alterados. Duzentos e trinta aviões de grande capacidade, ou seja 15 por cento da frota aérea de

transporte soviética, deixavam simultaneamente a URSS com destino a Trípoli, a Aden ou a Moçambique, utilizando sete diferentes itinerários. Durante três semanas os grandes aparelhos de transporte "Antonov 22" decolaram em intervalos regulares muito curtos de 15 a 20 minutos. Alguns seguiram o caminho já mencionado passando sobre a Iugoslávia até Trípoli depois rumando para sudeste e sobrevoando o Niger, o Tchad e o Sudão para atingir Adis Abeba. Outros voaram diretamente para o sul atravessando sucessivamente o Mediterrâneo oriental o Egito e o Sudão antes de atingir a Etiópia.

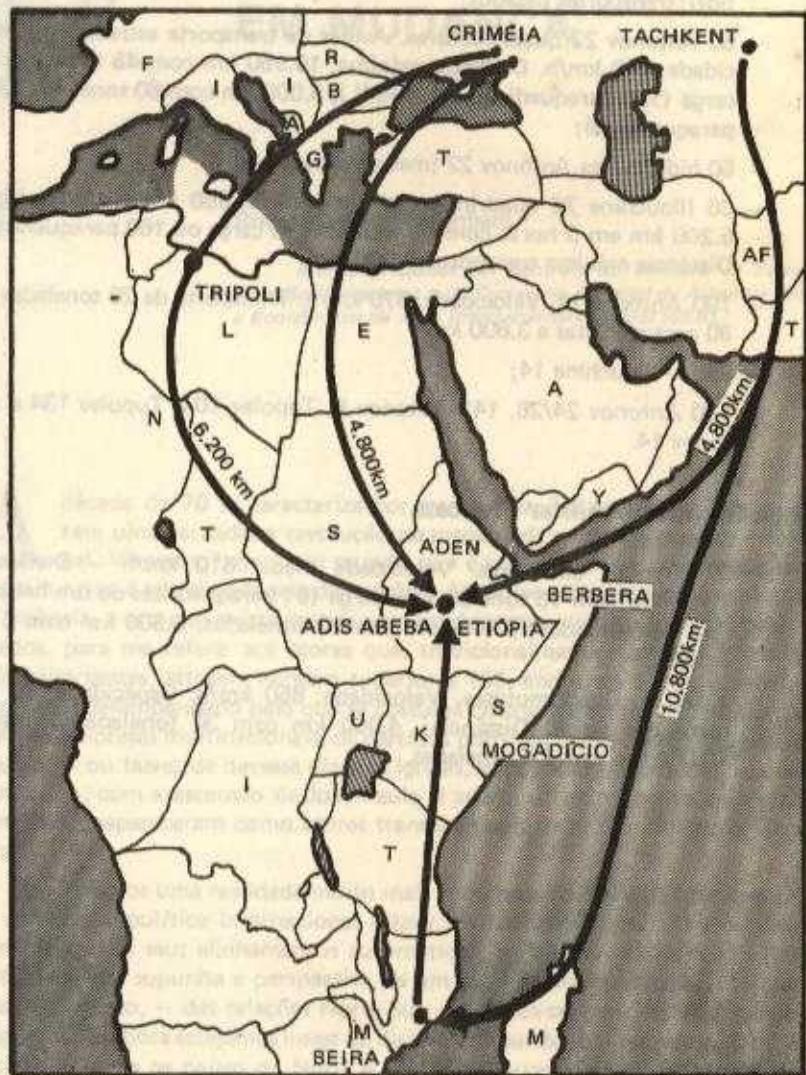
Ao mesmo tempo umas cinco dezenas de cargueiros soviéticos e dos países do leste partiram dos portos de Odessa e Sebastopol com destino às costas da Etiópia.

Sempre, no quadro geral desse exercício, os russos interrompiam, sem aviso prévio, o tráfego civil de carga e de passageiros de muitas de suas linhas ferreas para reservá-las ao encaminhamento de armas e munições para os portos e aeródromos do Mar Negro de onde partiam os cargueiros e os aviões.

As esquadras do Mediterrâneo e do Oceano Índico foram postadas de maneira a assegurar a proteção dos transportes marítimos. Com alguns dias de intervalo, entre 7 e 15 de dezembro, o desdobramento dos meios aéreos tomou maiores dimensões. Os soviéticos retiravam de seus estoques militares dispostos além dos montes Urais, milhares de toneladas de equipamentos para os trazer em algumas horas para a proximidade de suas divisões estacionadas ao longo da fronteira chinesa.

Uma parte desses aprovisionamentos carregados a bordo de aviões Antonov 22 e Ilouchine 76 (os mais pesados e mais potentes que possuem os soviéticos) organizados em dois comboios e decolando de Tachkent e Alma Ata, tomavam a direção do sul sobrevoando o Paquistão e o Afeganistão. O primeiro comboio bordejava a costa do golfo de Oman e pousava em Aden. O segundo, prosseguindo em seu voo sobre o Oceano Índico e Madagascar pousava em Moçambique e, depois de reabastecidos e substituídas as tripulações, os aparelhos atingiam a Etiópia numa única etapa.

Essa extraordinária manobra de tomada do dispositivo efetuada no ritmo da realidade de uma situação de crise (rapidez de intervenção dos meios, acelerados vaivéns aéreos, regularidade continuada dos suprimentos encaminhados por ar e por mar) mostrou que a perda de suas antigas bases na Somália (particularmente os portos e aeródromos de Berbera e Mogadíscio) não tinha perturbado as linhas de comunicações da União Soviética com a África. Mas ela sobretudo demonstrou que os russos, sem comprometer sua capacidade de intervenção na Europa ou a leste, estavam em condições de se articular e de engajar no Oriente-Médio ou na África, três Divisões num prazo de dez horas e de bloquear, por surpresa e sem maior dificuldade, muitos países dessas regiões.



Frota de transporte aéreo soviética:

- 1.500 aparelhos militares; 1.300 aparelhos de transporte civil (Aeroflot); transportes pesados;
- 50 Antonov 22 quadrimotores. Aviões de transporte estratégico. Velocidade: 740 km/h. Distância máxima: 10.950 km com 45 toneladas de carga (180 paraquedistas ou 3 AML), 5.000 km com 80 toneladas (320 paraquedistas);
- 50 hidroaviões Antonov 22 (mesma capacidade);
- 36 Iliouchine 76 quadrireactores. Velocidade: 850 km/h. Missão Tipo: 5.200 km em 6 horas com 40 toneladas de carga ou 160 paraquedistas. Distância máxima transposta: 7.700 km;
- 790 Antonov 12. Velocidade: 670 km/h. Transporte de 20 toneladas ou 80 paraquedistas a 3.600 km;
- 265 – Iliouchine 14;
- 180 Antonov 24/26, 141 Antonov 8, Tupolev 104, Tupolev 134 e Antonov 14.

Frota de transporte militar Francesa

- 50 Transall bimotores. Velocidade média 510 km/h – Distância: 1.700 km com 15 toneladas de carga (61 paraquedistas ou um helicóptero desmontado); 3.400 km com 12 toneladas; 5.500 km com 6 toneladas;
- 4 DC 8. Quadrimotores. Velocidade: 850 km/h. Capacidade: 89 homens equipados. Distância: 4.000 km com 30 toneladas de carga, 10.000 km com 7,5 toneladas.

(Transcrito de "Le Figaro", Paris, de 22/06/78, tradução do Gen Ex R/I Alfredo Souto Malan).



A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NUM MUNDO EM MUDANÇA

Ronaldo Mota Sardenberg

Ministro-Assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores e da Secretaria Especial de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral (SEB).

Adécada de 70 se caracteriza por transformações profundas, que caracterizam uma verdadeira revolução na maneira de encarar a política internacional. Vivemos, hoje, num mundo que é pós-guerra fria, que é pós-guerra do Vietnam e que é pós-abundância de petróleo. Vivemos num mundo pós-colonial, em sua essência, e em que existe grande número de atores, na cena internacional. Só os Estados, para me referir aos atores que, tradicionalmente, têm sido considerados mais importantes, atingem número superior a 150, enquanto é cada vez mais notável o papel desempenhado pelo que se costuma chamar de atores transnacionais, tais como as empresas multinacionais, os partidos políticos com vocação internacional e a Igreja, — ou talvez de devesse dizer as Igrejas, as religiões organizadas, as quais, no último ano, com a ascensão de João Paulo II ao Pontificado e com a emergência do islamismo, reapareceram como atores transnacionais de primordial importância política.

Vivemos uma realidade muito mais complexa do que a das décadas anteriores, em que a política internacional estava, basicamente, reduzida à dimensão da guerra fria, com seus alinhamentos automáticos, em ambos os blocos, — a Leste e a Oeste, — e que supunha a perspectiva de um fatal desenlace nuclear. No plano do desenvolvimento, — das relações Norte-Sul, — verifica-se, por outro lado, uma certa estagnação. Embora estejamos longe da divisão do mundo, em termos mais ou menos mecânicos, entre os países do Norte e do Sul (os primeiros industrializados e os segundos condenados, necessariamente, ao subdesenvolvimento), o avanço econômico alcançado por alguns países em desenvolvimento dependeu de fatores totalmente exógenos às prolongadas negociações com os países desenvolvidos. Tais fatores foram, essencialmente, o encarecimento acelerado dos preços do petróleo, que bene-

ficiou os países exportadores desse produto, e um enorme esforço nacional, no caso do Brasil e outros poucos países. Em consequência da miopia política do mundo industrializado, o desenvolvimento se torna lamentavelmente apenas uma realização individual de cada nação, que se beneficia de fatores aleatórios ao seu alcance, e não um esforço organizado e sistemático da comunidade internacional.

De que maneira, porém, poderíamos caracterizar a situação internacional da atualidade? Se quisermos fazer justiça à sua complexidade, seremos forçados a admitir que não é possível encontrar uma fórmula ou rótulo que sintetize, como se fazia no passado, o que está acontecendo. São tantas as variáveis em jogo, tantos os modos de relacionamento internacional, e tão diversas as situações regionais e seu entrelaçamento com o plano global que não mais podemos recorrer a um simples rótulo ou fórmula.

Um dado adicional dessa complexidade é a percepção de que não mais é possível separar a esfera política da esfera econômica, nas relações internacionais. Como a crise energética mundial demonstrou, de forma extremamente clara, a dimensão econômica dos problemas internacionais, tornou-se de tal forma importante, ao final desta década, que se veio colocar no próprio cerne da política internacional. Hoje, não mais se faz diplomacia, sem que se faça diplomacia de recursos naturais, e no caso de países em desenvolvimento como o Brasil, sem que se faça também uma diplomacia de luta contra o protecionismo comercial e de captação das tecnologias de ponta disponíveis internacionalmente.

Embora estejamos todos viciados em dividir o mundo das relações internacionais em seus aspectos econômicos e seus aspectos políticos, na realidade, no dia-a-dia, somos levados a tratar essas dimensões como uma só totalidade. É claro que essa necessidade já existia anteriormente. Apenas, agora, no momento em que a economia mundial atravessa uma fase de crise e de escassez de insumos energéticos, essa percepção da totalidade, ou seja, o fato de que os fenômenos econômicos e fenômenos políticos se interpenetram, está muito mais aguçada.

No plano Leste-Oeste, claramente a dimensão estratégica é dominante. Não há dúvida de que a paridade, o equilíbrio de terror nuclear entre as duas Super Potências, — os EUA e a URSS, — permanece, em última análise, como a modo fundamental do relacionamento entre elas. A diferença é que hoje se dá menos ênfase à possibilidade de um desenlace nuclear. É difícil avaliar com precisão a atual situação de paridade porque os arsenais estratégicos são compostos de elementos dissimilares, e isso torna impraticáveis as comparações diretas entre eles. Tem-se a sensação de que essa paridade, ainda que grosseiramente medida, realmente gerou um impasse estratégico, que impossibilita a aplicação racional das armas nucleares, racional no sentido de aplicação dentro de situações militares previsíveis e, portanto, controláveis.

Nesta década, consolidou-se um fenômeno, que vinha das décadas anteriores: o tabu com relação ao emprego de armamento nuclear, mesmo de natureza tática. Não faltaram conflitos, nem situações difíceis, nos anos 70. Não faltaram, sequer, ameaças de que o armamento nuclear poderia ser utilizado, numa ou outra

circunstância. Nas etapas finais da guerra do Vietnam, por exemplo, ou durante a guerra de 73 no Oriente Médio, — essa possibilidade foi mencionada com alguma insistência, mas o fato é que, apesar de tudo, não se chegou, em nenhuma instância, ao emprego dessas armas, mesmo tático. No fundo, há um consenso de que, se esse tabu viesse a ser violado, numa situação específica, as duas Super Potências corriam o sério risco de entrar naquilo que o Professor Hermann Kahn chamou de escalaada nuclear, ou seja, na mobilização e emprego de mais e mais armas nucleares, numa espiral sem fim, pondo em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Por isso mesmo, — porque não tem sido possível utilizar esse armamento e também porque a corrida armamentista nuclear prossegue, — é que norte-americanos e soviéticos têm-se empenhado numa série de conversações fechadas, o SALT. O SALT é dedicado, exclusivamente, como o seu próprio título diz, à limitação de armas estratégicas. Quer dizer, não há, — pelo menos na primeira fase não houve e na segunda, ora em vias de encerramento também não, — não há o propósito específico de desarmar, de destruir armamentos, mas sim o de gerenciar, de forma mais ou menos racional, o crescimento e a sofisticação dos arsenais nucleares das duas Super Potências. Até agora, chegaram, os EUA e a URSS, no contexto do SALT, a uma série de acordos mínimos que permitem conter o aumento de seus custos financeiros e soviéticos tem assegurado que esses acordos não impeçam o contínuo desenvolvimento de sua capacidade armamentista nuclear.

Será fundamental para o futuro das relações entre os EUA e a URSS o processo de ratificação dos acordos SALT-II, agora submetidos ao Senado norte-americano. Esses acordos tomaram anos de negociação e representam passo importante para o estabelecimento da confiança recíproca e para a retomada dessas conversações. Na nova etapa, a ser chamada de SALT-III, poder-se-ia chegar, finalmente, ao estágio da redução dos armamentos. Se os acordos SALT-II não forem ratificados, pode-se esperar uma fase menos tranquila, — não o retorno à guerra fria, — mas uma fase menos tranquila do que a atual, no relacionamento americano-soviético, pois que esses últimos não deixarão de aproveitar a oportunidade para recriminações e, também, de um ponto de vista objetivo, porque a própria confiabilidade do Executivo norte-americano, como parceiro de negociações internacionais, se veria, necessariamente, prejudicada.

Nos últimos dias, uma outra questão no plano militar tem ocupado amplamente as atenções internacionais, qual seja, as reclamações feitas por Brezhnev, em seu discurso em Berlim, por ocasião do 30º aniversário da República Democrática Alemã, quanto à decisão dos países da OTAN, principalmente os EUA, reforçarem as suas forças nucleares, no teatro europeu, nos próximos anos. É interessante notar, a propósito, que de há muito, tanto os europeus, quanto os norte-americanos têm manifestado preocupação com a superioridade de forças convencionais dos países socialistas na Europa, e com a perspectiva de que essa superioridade possa, também, traduzir-se, em termos nucleares, o que deixaria, segundo se diz, a Europa Ocidental à mercê dos soviéticos. Essa questão política e militar é extremamente importante, inclusive porque um certo desequilíbrio militar, entre os socialistas e os ocidentais na Europa, em benefício dos primeiros, é um ingrediente já antigo do equilí-

brio global entre os dois blocos. Não existe área por área, ou sistema de armamento por sistema de armamento, um equilíbrio entre países socialistas e países ocidentais no mundo; em certos setores, os socialistas predominam e em outros são os ocidentais que têm superioridade. O equilíbrio global é obtido às custas de desequilíbrios parciais. Não está claro de que forma o equilíbrio global será afetado, pela aceitação da supremacia soviética na Europa, pelo equilíbrio de forças no Continente europeu, ou, até, pela supremacia ocidental.

Citei esse episódio não apenas pelo seu valor intrínseco, porque ilustra a complexidade da equação militar no Continente europeu, mas porque tem ele impacto importante sobre a conjuntura internacional. Entre suas muitas dimensões, lembrei, apenas, seu valor como um dado do tabuleiro político do processo de ratificação do SALT-II. É claro, que, quando anuncia o fortalecimento do poderio nuclear norte-americano no Continente europeu, está Washington indicando, também, a sua disposição de não descurar da defesa ocidental, uma vez ratificado o SALT-II. O Executivo norte-americano procura colocar o processo de ratificação num contexto de força, e não de transigência com a União Soviética. Isto, provavelmente, explica, em parte, também a recente controvérsia sobre o estacionamento de tropas soviéticas em Cuba. E é óbvio que esses temas se colocam também no plano da política interna norte-americana, com vistas à própria sucessão presidencial.

Pelo lado dos soviéticos, as reclamações de Brezhnev, acompanhadas de um oferecimento da redução de 5% das tropas soviéticas estacionadas na Alemanha Oriental e da retirada de cerca de 1.000 blindados, é também parte de uma jogada complexa de influência no Continente europeu, de pressão contra o Governo norte-americano e de divisão da aliança ocidental. Não desejam os soviéticos que o Presidente Carter utilize o processo de ratificação como razão para fortalecer a presença militar norte-americana nos diferentes teatros de operações. Por esse motivo, procuram esvaziar politicamente, no caso da Europa, a intenção norte-americana de colocar mísseis sofisticados no Continente europeu. A situação européia e a questão do equilíbrio estratégico global deverão estar presentes na imprensa internacional, nos próximos meses, com grande intensidade.

Não deixa de ser curioso que exista na final desta década, uma certa sensação de mal-estar, tanto no Ocidente, quanto nos países socialistas. Nestes últimos, essa sensação deriva principalmente da manutenção de métodos autoritários de Governo, quando seus povos já chegaram a um estágio de relativa afluência econômica. É muito difícil manter um sistema altamente centralizado nessas condições, quando não é mais preciso exigir da população sacrifícios materiais importantes.

Há também fatores de natureza internacional que contribuem para essa sensação de mal-estar no mundo socialista. O principal deles, ou pelo menos o mais freqüentemente citado, é a permanência, e até diria, o aprofundamento da cisão sino-soviética. O fim do monopólio político-ideológico exercido por Moscou e a ascensão de um centro contestatório da importância e da magnitude de Pequim constituem fenômenos ainda não inteiramente assimilados pelo mundo socialista. Para quem viveu o período de guerra fria, durante o qual a China e União Soviética sis-

tematicamente faziam frente comum, em circunstância às vezes dramáticas, é fácil entender a importância e a seriedade da cisão sino-soviética. Durante a guerra do Vietnam, embora já fosse patente a hostilidade entre a China e a União Soviética, ambos puderam, não digo coordenar-se, mas trabalhar cada um em sua esfera de ação para dar assistência ao Vietnam do Norte e às forças vietcong. Terminada a guerra, testemunhamos não uma simples concorrência entre os dois principais países socialistas, mas sua rivalidade, até militar, no Sudeste asiático. A crise que vive o Camboja ou Campuchea, como se queira chamar, é exemplo gritante dessa situação de luta pela preponderância ideológico-política e mesmo militar.

Outro fator de desassossego no mundo socialista é o relacionamento entre a União Soviética e os demais países da Europa do Leste. Esses países mantêm, ainda, uma mentalidade de "bloco", numa época em que, por força da própria multipolaridade, todos os Estados, — mesmo os Estados mais fracos do mundo em desenvolvimento, — procuram afirmar sua própria personalidade nacional. É claro que a administração desse "bloco" está longe de ser tranquila. Não quero referir-me à Tchecoslováquia, pois, afinal, já se passaram mais de 10 anos desde a primavera de Praga, mas às manifestações que recebeu o Papa João Paulo II ao visitar a Polônia, à própria inquietação político-ideológica em que vive a Romênia, à já longa história de independência que a Iugoslávia soube manter. Todos esses são indicadores das tensões e das dificuldades em que vive o mundo do Leste europeu.

No Ocidente, o mal-estar é de outra natureza. No caso dos EUA, desde o Vietnam e o Watergate, nota-se, para ver a situação de forma positiva, um questionamento, por parte da sociedade norte-americana, sobre os próprios fundamentos do seu sistema político e econômico. Aliás, neste contexto, é curioso notar que a própria palavra sistema, nos EUA, nesta década, ganhou conotação pejorativa, como reflexo da crise política e institucional que marca a sociedade norte-americana, na presente década. Esse questionamento tem efeitos particularmente importantes no plano da política internacional, pois que, na medida que a opinião pública tem menos confiança no Governo e no próprio país, torna-se mais difícil a atuação externa dos EUA. Subjacente a esse questionamento, alguns distinguem um processo de "balcanização" dos EUA, com a afirmação pública das mais variadas minorias, — políticas, raciais, sexuais e culturais — o que, de resto, poderá ter, a longo prazo, consequências salutares.

Na Europa Ocidental, o que existe é uma preocupação extremada com a manutenção do *status quo* e até uma certa desconfiança em relação à eficácia da democracia, ou, pelo menos, das formas mais participantes da democracia. Fala-se, freqüentemente, no esgotamento das formas democráticas e menciona-se, como um sintoma dessa situação, o alastramento do terrorismo político entre as nações democráticas. O prestígio alcançado pelas formulações francamente conservadoras e elitistas da "nova direita" é outra indicação no mesmo sentido. A impressão que se tem é que os valores supremos para os europeus são a segurança econômica, o seu bem-estar e a sua tranquilidade mais imediata e que mesmo os ideais de igualdade política e de justiça social começam a ocupar posição secundária, em relação a aqueles valores.

Se a paridade e, consequentemente, o impasse, caracterizam as relações Leste-Oeste, no Terceiro Mundo a situação se apresenta de modo radicalmente diferente. O Terceiro Mundo não se caracteriza pela estabilidade. Pelo contrário, a história da América Latina, da África, da Ásia, na década de 70, é uma história de crises e de convulsões localizadas. Convulsões e crises que têm atraído as Super Potências e que, freqüentemente, têm tornado clara feição de competição Leste-Oeste. Na verdade, pode-se contrastar a previsibilidade que a política de *détente* trouxe ao relacionamento Leste-Oeste, no Continente europeu e no Hemisfério Norte, de modo geral, com a impossibilidade e o aguçamento da competição ideológica, política, e até mesmo militar, que essa mesma política acarretou no Hemisfério Sul.

As crises têm sido geradas por uma combinação de fatores tópicos, localizados ou regionais, com a operação do sistema global, como um todo. Refiro-me, aqui, aos diversos episódios no Continente africano, ao continuado conflito no Oriente Médio e, de certa forma, à própria revolução iraniana e, na América Latina, a acontecimentos como o da Nicarágua e ao difícil relacionamento mantido entre diferentes países do Hemisfério com o regime de Fidel Castro.

A vida política do Terceiro Mundo é marcada por esses eventos. Marcada por uma perspectiva de instabilidade, que ainda mais agrava quando se toma em consideração o processo de diferenciação e, consequentemente, fragmentação, que hoje caracteriza o grupo dos países menos desenvolvidos. Assim, não só existe um processo de diferenciação política, como pode ser ilustrado pela polarização registrada no Movimento Não-Alinhado, mas também, um processo de diferenciação econômica que se faz particularmente presente com o rápido aumentos dos preços do petróleo e, consequentemente, das receitas auferidas pelos países exportadores desse produto.

Mesmo no caso da América Latina, a década de 70 testemunhou o avanço econômico do Brasil, o que criou também um processo de diferenciação bastante sensível. Mesmo sem dispor, até o momento, de quantidades importantes de petróleo, o Brasil foi capaz de construir uma infra-estrutura econômica de grande porte e bastante diversificada, pelos padrões dos países em desenvolvimento. Seria incorreto, pois, concentrar a atenção *exclusivamente* na perspectiva da crise; é necessário pensar também no desempenho dinâmico revelado pelo Brasil e por outros países em desenvolvimento.

Não deixa de ser interessante assinalar que o conceito de Terceiro Mundo passou por uma evolução semântica nas últimas décadas. Seu significado ampliou-se. O conceito de Terceiro Mundo é, em si, uma consequência do processo de descolonização, na medida em que os países da África e da Ásia, principalmente, passaram a ser vistos como uma realidade distinta, com interesses e aspirações próprios e não mais como uma simples extensão colonial dos países ocidentais. Tradicionalmente, não se pensava que a América Latina fizesse parte desse agrupamento de países. Essa situação mudou e se vê que tanto os meios oficiais, quanto os acadêmicos nos países ocidentais, mais e mais, englobam a América Latina no universo do Terceiro Mundo. Basicamente, esta evolução no discurso político significa, por parte dos

EUA, uma atitude mais rígida, em relação aos países do Hemisfério, pois que o conceito de Terceiro Mundo não é encarado com benevolência pela opinião pública norte-americana. Essa evolução semântica, portanto, pode indicar uma tendência para assimilar os problemas dos países da América Latina com os da África e da Ásia. Por outro lado, na Europa, se havia inicialmente alguma simpatia pela idéia de Terceiro Mundo, com o agravamento da crise econômica, essa disposição favorável vai-se desgastando rapidamente, pelo menos com relação aos países não amarrados a acordos preferenciais com a CEE.

Ao mesmo tempo em que se agrega conceitualmente a América Latina ao Terceiro Mundo – e, de certa forma, essa agregação foi agora consagrada com o próprio incremento da participação dos países da América Latina no Movimento Não-Alinhado, – verifica-se, como assinalei, um nítido processo de diferenciação e fragmentação dentro desse mesmo Terceiro Mundo. Digamos que essas sejam tendências contraditórias, cujo sentido final ainda não se pode precisar, mas que marcarão, claramente, a evolução da política internacional na próxima década.

Nada do que disse até agora obscurece, porém, o fato de que a grande maioria dos países do Terceiro Mundo vive dentro do espaço econômico ocidental. Assim, a dimensão Norte-Sul praticamente cabe dentro de um conceito ampliado de Ocidente, que possa abrigar não apenas os países industrializados do Hemisfério Norte, mas também a maioria dos países em desenvolvimento.

Conseqüentemente, o Ocidente industrializado tem a obrigação não apenas moral, mas também política, de aceitar um relacionamento mais criativo com os países em desenvolvimento. Não podem os países ocidentais pensar, como é muito comum entre os europeus, de resto, que seus laços com os países em desenvolvimento venham a resumir-se ao plano financeiro, comercial e da captação e aproveitamento dos recursos naturais, especialmente os energéticos. Na presente fase, estão sendo superados os antigos padrões de relacionamento, pelos quais o mundo industrializado buscava suas matérias primas nas áreas menos desenvolvidas e a elas vendia produtos manufaturados, criando um tipo de comércio tecnicamente conhecido como colonial. O mundo de hoje é muito mais complexo. As aspirações dos povos e dos países, mesmo os mais pobres, correm no sentido de superar as dependências, de ampliar a faixa de opções políticas e de buscar padrões equitativos de comércio internacional e de desenvolvimento econômico e tecnológico.

Esses são alguns comentários que achei útil fazer, para colocar a questão básica desta palestra no seu devido contexto. Diante desse panorama internacional conturbado, diversificado, de difícil entendimento, como se comporta a política externa brasileira? Quais são os fundamentos que presidem a atuação externa do Brasil?

Talvez devesse iniciar minha resposta a essas questões com a observação de que, na atividade diplomática, é necessário discernir variados ritmos, variadas escalas temporais. Assim, por exemplo, quando consideramos a questão dos fundamentos da política externa, pensamos, em primeiro lugar, no longo prazo, e, na verdade, num lapso de tempo tão extenso que quase poderia ser definido como perma-

nente. Nesse plano, colocam-se os lineamentos que já se tornaram clássicos em nossa doutrina de política externa, tais como a adesão do Brasil à paz internacional, à política do descontraimento regional, à promoção da cooperação internacional, à defesa de princípios, como o da igualdade soberana dos Estados, o da não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados, da abstenção do uso ou da ameaça da força e da solução pacífica das controvérsias. Também, nesse nível, se colocam outras idéias básicas como o respeito aos Tratados e outros compromissos internacionais livremente assumidos, a política de manutenção de nossas fronteiras, a densificação de relações de amizade com os países vizinhos e a estabilidade das relações e entendimento com nossos tradicionais parceiros políticos e econômicos. Todos esses são aspectos absolutamente fundamentais de nossa ação externa. Isto creio é bem entendido e a observância prática desses princípios tem sido fator de prestígio, de respeito internacional e de autoridade política e moral para nosso país.

Além desse plano, praticamente permanente, e sobre o qual não precisarei deter-me, nesta oportunidade, é possível distinguir dois outros níveis: a conjuntura, ou seja, os acontecimentos tópicos e imediatos — e que certamente serão tratados logo mais, no tempo reservado aos debates — e um plano intermediário entre o que é conjuntura e o que é permanente, cujo exame, no fundo, permite avaliar e entender, de forma abrangente, as alterações de curso na política externa.

Nesse nível, colocam-se várias questões muito interessantes, como a do modo pelo qual entendemos, na atualidade, o nosso próprio país. Esse diagnóstico é fundamental para o processo de formulação e execução da política externa.

O Brasil está longe de ser simples. Na verdade, não se adapta facilmente às categorias e aos modelos que presidem a análise contemporânea da política internacional. Nem por outro lado, se insere com facilidade nos agrupamentos em que os países organizam sua ação externa. Senão vejamos: excluído o dado histórico-geográfico do pertencimento à nossa região latino-americana e nosso interesse natural pelas terras que estão além-mar, na África, a posição do Brasil na cena internacional não é, hoje, facilmente definível. Pertencemos, claramente, tanto ao mundo ocidental, quanto ao Terceiro Mundo, sem sermos um país característico de qualquer desses dois agrupamentos, pois que nossa civilização, nossa cultura, nosso sistema político recolhe influências de ambos.

Conseqüentemente, nossa política externa não pode reduzir-se a uma dessas dimensões, mas deve resultar da combinação dinâmica e criativa entre elas. Não é, também, o Brasil um país em desenvolvimento em sentido estrito, uma vez que, na realidade, o rótulo de país em desenvolvimento, como sabemos, é uma maneira polida de designar o grupo de países efetivamente pobres, subdesenvolvidos. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil é considerado como país bem sucedido. Não falta mesmo quem diga que o Brasil está a meio caminho do grupo mais desenvolvido. A realidade, porém, não é tão simples. O nosso país tem setores avançados em sua economia, assim como tem setores retardatários. O que o distingue dos demais países em desenvolvimento, não é tanto o fato de estar a meio caminho, por assim dizer, mas a confiança e a determinação de, efetivamente, desenvolver-se, de efetiva-

mente, resolver seus problemas. É claro que essa confiança e essa determinação não se baseiam em dados abstratos, mas na sua própria extensão territorial, no tamanho da população brasileira, no volume dos seus recursos naturais e no progresso econômico que já se pôde alcançar, apesar de condições internacionais adversas. Nossa experiência dentro do próprio Brasil nos demonstra, claramente, todos os dias, que o desenvolvimento econômico e tecnológico é possível. Isso não ocorre em outros países, onde as condições naturais e institucionais induzem à estagnação e não ao avanço. No Brasil existe uma autoconfiança, uma vez que nosso desenvolvimento foi obtido, graças a um esforço nacional muito forte, muito intenso. Por essa razão, não creio devamos ficar particularmente impressionados com os atuais obstáculos externos ao nosso desenvolvimento. Historicamente, o Brasil tem sabido superar dificuldades e não há motivo para que não se possa manter esse desempenho na próxima década. Assim, um dos fundamentos da política externa brasileira é a convicção de que os problemas relativos ao desenvolvimento nacional serão resolvidos e, mais ainda, de que a solução desses problemas contribuirá para a afirmação da soberania brasileira tanto no plano interno, quanto no plano externo.

Essa perspectiva basicamente otimista cria uma expectativa de que o Brasil terá atuação internacional cada vez mais intensa nos próximos anos. Quando digo participação mais intensa, penso numa participação voltada para os interesses e as aspirações concretas do país, no plano externo.

Note-se, porém, que para que essa participação brasileira na política internacional, além de atender, efetivamente, aos nossos interesses e contribuir para que resolvamos os nossos problemas, possa ser vista dentro e fora do país como uma política que enfrenta, de forma criativa, os desafios deste século, é preciso que seja informada por uma visão precisa do que se passa no mundo como um todo.

O relacionamento Leste-Oeste, as tensões que existem no Ocidente e no Oriente, a natureza do relacionamento Norte-Sul, as dificuldades que afrontam o Terceiro Mundo, tudo isso tem valor para a condução da política externa brasileira.

Justamente porque nossos interesses e aspirações são diversificados e dizem respeito não apenas ao relacionamento do Brasil no eixo Norte-Sul, ou mesmo à nossa presença na vizinhança imediata, na América Latina, é que a política externa do Brasil tem que estar presente nas questões que mobilizam a atenção internacional.

Isto nada tem de gratuito, pois esse cuidado diplomático é uma consequência natural da necessidade de defendermos os relacionamentos que se vão criando. Assim se explica, por exemplo, a atenção com que o Governo brasileiro segue os eventos no Oriente Médio, área hoje por todos os títulos vital para o país, e também os acontecimentos na África Ocidental e Meridional, região em que o Brasil, naturalmente, terá presença aumentada na próxima década. O Brasil tem uma política global, sim, que se traduz nos seus interesses em diferentes regiões do planeta. E é preciso que a diplomacia brasileira funcione, efetivamente, não apenas como um escudo, para esses interesses, mas como uma lança na promoção direta dos mesmos. Esse, digamos, é outro fundamento da ação diplomática. A aplicação prática dos princípios que tradicionalmente orientam nossa ação externa, a capacidade de resolver

os próprios problemas e a disposição para a participação ampla na vida internacional são, portanto, três dos fundamentos da política externa.

Além de mencionar estes fundamentos, creio ser necessário esboçar também alguns critérios que permitam avaliar sua correção diante do atual panorama internacional e das necessidades que movem a ação externa do Brasil.

Penso em três critérios básicos: a autenticidade, o sentido de realismo diante do processo internacional e a compatibilidade da política externa com os ideais maiores da humanidade.

O primeiro desses aspectos é a idéia de que a política externa do Brasil tem que refletir o que se passa no país, as aspirações do seu povo, as decisões de seu Governo. É preocupação do Itamaraty trabalhar nesse sentido, trabalhar para que a política externa esteja em sintonia com o Brasil.

Na presente situação internacional, marcada por uma atmosfera de crise e até de anarquia, essa fidelidade básica e prioritária ao interesse nacional é condição essencial de nossa atuação externa. A aplicação de esquemas de poder, em escala global e nos diversos planos regionais, ameaça a paz, cristaliza injustiças e cria obstáculos ao normal exercício da soberania. O Brasil resiste às tentativas de imposição de regras de convivência de sentido discriminatório ou exclusivista: da mesma forma que não nutrimos pretensões hegemônicas, rejeitamos hegemonia alheia e as teses ou atos que impliquem o cerceamento das aspirações ou opções nacionais.

Em segundo lugar, é preciso acentuar que o Brasil aceita que vivemos numa época de diversidade internacional e de relaxamento de tensões internacionais, numa época de *détente*. O Brasil procura um diálogo participante e igualitário com o mundo ocidental. O Brasil sustenta as reivindicações dos países em desenvolvimento, procura entendê-los em sua diversidade e sabe que deve aproximar-se de cada um deles, na base do respeito mútuo e da cooperação, efetivamente horizontal, com benefícios recíprocos e sem subordinações.

A diplomacia vive de realidades concretas. A situação internacional estabelece, no dia-a-dia, os limites, a faixa de opções, dentro da qual podemos atuar. Soluções e opções que, em épocas anteriores, eram possíveis e até recomendáveis, hoje, não mais são válidas. Novas fronteiras de ação diplomática estão sendo abertas todos os dias e, consequentemente, é necessário abandonarmos preconceitos inibitórios e critérios apriorísticos. O que se passa no exterior é necessariamente diferente do que ocorre dentro de nossas fronteiras. Um dos fundamentos, pois, da diplomacia brasileira, é sua própria modernidade, é a aceitação do momento contemporâneo é o fato de que se trata de uma diplomacia flexível e voltada para o futuro, voltada para o estabelecimento de novos relacionamentos e de novas realidades internacionais.

Finalmente, desejo mencionar a questão da compatibilidade de nossa ação externa com os ideais maiores da humanidade. Falo, aqui, não apenas na simples sobrevivência do homem, numa época em que o mundo está permanentemente sob ameaça não só da extinção nuclear, mas também da pobreza e a estagnação em gran-

de escala. Mas também, penso nas tarefas de construção. O Brasil tem oferecido muito à comunidade internacional. Tem dado sua contribuição à economia internacional e ao bem-estar dos povos. Numa conjuntura internacional particularmente difícil, onde fatores recessivos, pressões inflacionárias, desequilíbrios de pagamentos e dificuldades energéticas se conjugam, o Brasil sente que tem o dever, até mais do que o direito, de fazer-se ouvir, de estar presente e atuante na procura de soluções equitativas tanto no plano econômico, quanto no plano dos temas fundamentais relacionados com a paz e a segurança internacionais.

A preocupação com a liberdade, com a justiça, com o desenvolvimento é exemplo de atitude aberta, voltada para o mundo, que deve ser mantida na década de 80. O Brasil não é movido apenas por interesses egoístas. O progresso brasileiro é fator de progresso para as demais nações. O Brasil se apresenta com o espírito construtivo, com disposição de participar, e com a decisão de que a nação brasileira se beneficie dos ganhos de bem-estar, de conforto, de educação, de saúde e de tecnologia, que o homem está conquistando neste final de século. É essa a nossa atitude diante do processo internacional, é essa a nossa aspiração básica, que esperamos satisfazer em harmonia com as demais nações e que depende não só de nossos esforços internos, mas também do que pudermos realizar internacionalmente para concretizá-los.



O PAPEL DA ELITES NO CONTEXTO DA SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO- AÇÃO COMUNITÁRIA

Gustavo de Moraes Rego Reis

General de Brigada, Comandante da 6ª Região Militar

Vinculados por relações de mútua causalidade — segundo a percepção admirável do Presidente Castello Branco — Desenvolvimento e Segurança hão de encontrar a sua essencialidade, a sua “razão de ser” na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar do homem, consubstanciados, sem dúvida, nos próprios Direitos e Garantias Individuais — os direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos e limites da lei.

Desenvolvimento é ato e é efeito. É o processo de crescimento do progresso e é também o próprio estágio econômico, social e político alcançado por uma comunidade e identificado em relação a outras pelos elevados índices de rendimento dos principais fatores de produção, tais como recursos naturais, o capital e o trabalho, a par de estabilidade política e de paz e justiça sociais. A despeito de desejar-se integrado o processo realizado ou o estágio alcançado há de apresentar distorções e desniveis caracterizando sua relatividade, nos planos regionais, no quadro nacional e, principalmente, no âmbito internacional. Isso porque, o Desenvolvimento advém de uma seqüência de situações e de estados de transformação, de aproveitamento e de geração de recursos de toda ordem — bens e serviços — proporcionados à comunidade necessariamente em escala superior ao crescimento demográfico e — o que é mais difícil — distribuídos no tempo e no espaço, de conformidade com a demanda correspondente às exigências de bem-estar e da qualidade de vida para o maior número possível de indivíduos, sob os influxos das aspirações materiais e espirituais da comunidade em questão. Por tudo isso, o Desenvolvimento fica na inarredável dependência de um complexo equacionamento de variáveis dependentes e até aleatórias, a partir dos próprios padrões de comparação relativamente a outras comunida-

des e países, variáveis que transcendem ao domínio nacional para se situarem na esfera da conjuntura internacional e cuja instabilidade é por todos reconhecida.

Por seu turno, Segurança, também é um ato ou efeito, assim como pode ser estado, condição ou qualidade, entre outras tantas acepções mais genéricas. Necessidade elementar de estabilidade psíquica, da exigência de equilíbrio, é também consciência individual de garantia e de afirmação, pela qualidade de vida e de bem-estar de que desfruta o indivíduo ou que aspira e pelo qual se empenha. Daí decorre um estado de espírito comum de aceitação dos limites da liberdade, da interdependência no plano da coletividade, a segurança recíproca, consensual – desde a que exige as medidas mais elementares de higiene no círculo familiar e da vizinhança, até aquela que alcança toda a comunidade nacional, sob os mais diversos aspectos. Esta última, dada sua complexidade e para sua própria preservação estabelece a ordenação de responsabilidades e mecanismos adequados de caráter institucional – a Segurança Nacional. E, assim como a Segurança, no plano individual, juntamente com a vida, a liberdade e a propriedade, insere-se entre atributos que geram direitos invioláveis – os Direitos e Garantias Individuais, – no plano institucional, visando à comunidade brasileira, sua Segurança, remete também ao indivíduo o tributo primeiro correspondente à sua parcela de interesse e de responsabilidade pelo destino da comunidade: “Toda pessoa natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites da lei.” (art. 86 da Constituição), competindo à União o seu planejamento e promoção (art. 8º, V) e a apuração de infrações contra a mesma, sendo esta uma das finalidades da Polícia Federal (art. 8º, VII, c), entre outras.

Vejamos agora como caracterizar, preliminarmente, as Elites e seu papel, em termos gerais. Sem fugir à sua conceituação sociológica, porém consentânea com uma visão verdadeiramente democrática, as elites, sendo minorias, não de se identificarem, primacialmente, pelo inarredável tributo de responsabilidade que lhes confere o segmento a que pertencem: a posição de liderança que ocupam; a aptidão profissional e técnica de que dispõem; o prestígio econômico ou intelectual do qual desfrutam; a representatividade política ou administrativa que lhes foi delegada; a credibilidade que o ministério religioso e eclesiástico lhes assegura; e, em consequência, a influência e o poder que, por tudo isso, detém, direta ou indiretamente, e portanto a conseqüente responsabilidade no contexto da respectiva classe, no grupo social, econômico, político, religioso, responsabilidade que podem até ignorar, mas da qual não poderão jamais alijar-se. Em segundo lugar, a feição democrática das elites será assegurada por uma dinâmica interna, uma ampla mobilidade horizontal e particularmente vertical, propiciando aos indivíduos – sem quaisquer discriminações ou privilégios de sexo, raça, credo religioso, convicções políticas – oportunidades de ascenderem aos diferentes estratos da escala estrutural da sociedade, através das instituições tais como a Escola, as Organizações Profissionais, as Forças Armadas, a Igreja, os Partidos Políticos e outras.

Exatamente há vinte anos atrás – em 1959 – em ocasião em que recebia em Belém do Pará a Escola Superior de Guerra, o General Castello Branco, então Comandante Militar da Amazônia, abordando tema que versava sobre o desenvolvimento daquela Grande Região – assunto já extraordinariamente polêmico e con-

trovertido — o inesquecível Chefe identificava, com notável acuidade e não menor coragem moral, três tipos de estratégias que, insidiosamente, comprometiam o exame racional e honesto da problemática da Região: a estratégia do medo, que isola; a da omissão, que imobiliza; e a estratégia do ressentimento, que inferioriza.

Vinte anos são passados, e podemos ainda vislumbrar marcas indeléveis das três melancólicas estratégias tisnando nossas Elites, não apenas face aos problemas amazônicos, mas aos grandes e inúmeros problemas nacionais, o homem brasileiro, sua realidade.

A estratégia do medo que isola é fruto do egocentrismo, da ambição, alimentando a covardia e o temor, levando as elites a se afastarem e a se distanciarem das comunidades e de seus problemas, prisioneiras em círculos de giz de seus exclusivos interesses, julgam dispor de uma segurança e do poder de usufruir privativamente. É também o medo da verdade, o conhecimento das carências, do sofrimento, da dor, cuja simples visão nos abala porque nos compromete e, por menor que seja a nossa insensibilidade diante do infortúnio, deixa-nos uma penosa marca difícil de apagar-se, tornando-nos responsáveis, quando nada, pelo conhecimento.

A estratégia da omissão é a ausência deliberada, é o desconhecimento calculado, é a inércia, a incapacidade para o exercício da ação, é a não-participação como forma de excusar-se da responsabilidade. Omissão de idéias, de posições, de atitudes, de ações. Discreta, util, cautelosa, a estratégia da omissão somente não consegue imobilizar a ação do próprio tempo que, na sua dinâmica incontida, não raro promove soluções naturais, contribuindo, assim, de um lado para o alívio dos dependentes do omissão estrategista, mas de outro para injustamente galardoá-lo pela "modelar paciência" demonstrada, proporcionando a solução natural do problema.

A estratégia do medo não raro se associa à da omissão, acovardando, acuando e paralizando indivíduos e grupos que ao invés de se sentirem sensibilizados pelo desejo da adesão, ao contrário, sentem-se em verdade intimidados pela falácia e pela hipocrisia, a par da virulência e da agressividade de pretensos donos da verdade. Estes, disporo do poder e principalmente da influência que suas posições ou o exercício que suas atividades proporcionam, procuram sistematicamente utilizar cada problema social em tema de contestação, de ódio, de revide. Desinteressados de soluções, ou melhor, interessados em que não sejam encontradas e sempre preocupados em apontar falhas e limitações, realmente conseguem isolar alguns pelo medo e imobilizar outros tantos pela omissão.

Afinal, a estratégia do ressentimento que inferioriza. É a atitude menor, mesquinha, azeda, medocre, porque consciente ou inconscientemente carregada e alimentada pelo fel das prevenções, das dúvidas infundadas, dos preconceitos, dos julgamentos e opiniões emocionais, carentes de racionalidade. Produto, geralmente, de intrigas e de meias-verdades, a estratégia do ressentimento leva como é natural à intolerância e ao radicalismo sob todas as formas pela falta de generosidade para perdoar e pela falta de grandeza para esquecer.

Temores, omissões, ressentimentos, alguns deles compreensíveis e explicáveis pela insegurança, pela incerteza, pela desconfiança e que vêm exercendo, de acordo com as circunstâncias, maior ou menor influência no espírito e no comportamento de nossas elites – de um e outro lado – há mais de duas décadas. Apreensões e angústias que atingiram seu ponto crítico em 1964, quando a própria comunidade nacional – todos os seus segmentos – sentiu-se sob risco iminente, gravemente abalada em sua estrutura social, perigosamente comprometida em sua estabilidade econômica e manifestamente ameaçada em suas Instituições e, até mesmo, em sua própria soberania. A Revolução de 31 de março de 1964 devolveu o Brasil aos brasileiros.

Dez anos após, quando se comemorava o aniversário da Revolução, o Presidente Ernesto Geisel assim se dirigia ao povo brasileiro:

"Que o dramático episódio, há dez anos vivido, seja confortadora lição e estímulo sempre presente, para que nunca mais permitamos que o sopro da insanidade e da violência subversiva, dividindo tragicamente a Nação, nos leve às portas da falência e da ruína – a ruína e a falência melancólica de um povo jovem que ainda não encontrou seu justo lugar na história da humanidade. Mas que, mercê de Deus e pelo seu próprio esforço tenaz, certamente haverá de encontrá-lo em futuro próximo."

Por isso e contra isso e, até mesmo, vivendo e participando de um clima de conciliação, como todos devemos estar dispostos a viver e a participar, cumpre preservar na adoção de uma estratégia vigorosamente marcada pela iniciativa na ação, pela coragem determinada para a participação, pela independência para a afirmação. Atitudes e condutas indeclináveis, em qualquer circunstância, sob pena de se incidir novamente daquelas três depressivas estratégias: a do medo, a da omissão e a do ressentimento, que tão graves danos nos têm causado.

A ADESG, particularmente por suas delegacias e representações, constitui um excelente instrumento de ação pelas elites que as compõem em sua expressão comunitária. O relevo de sua atividade meritória se inicia como agente catalizador no processo de conscientização nacional, no sentido de que cada qual se apercebe da parcela de responsabilidade que lhe cabe no amplo e complexo quadro do Desenvolvimento e da Segurança, em todos os campos. E, mais do que isso, despertar nas lideranças locais, nas entidades e associações de todos os tipos, enfim nos homens e mulheres responsáveis, aquele comprometimento indeclinável com o destino dos demais brasileiros, com o Destino do Brasil. Levar a reconhecer o formidável esforço realizado pelo povo brasileiro, por cada um de nós, – por todos nós, – superando mesquinhias e insidiosas prevenções daqueles que, omitindo e distorcendo os resultados alcançados pelo próprio povo, julgam assim atingir Governos, simples e temporários agentes aplicadores daquela vontade e daquele esforço de toda a comunidade nacional.

Os cinco Governos revolucionários, sem exceção, colocaram o Homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, como objeto supremo de todo o planejamento nacional.

Assim sendo, nos parece correta a colocação que fizemos inicialmente atribuindo a essencialidade do Desenvolvimento e da Segurança na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do homem. Procuremos então identificar alguns indicadores que, sem dúvida, tanto pelo ângulo do Desenvolvimento como da Segurança ou, melhor, por ambos, sob a forma integrada dadas suas "relações de mútua causalidade", comprometem a qualidade de vida e o bem-estar do homem, ou impedem a sua melhoria, tais como:

- o uso indiscriminado e inadequado dos recursos naturais renováveis — o solo, as reservas florestais, a fauna — assumindo proporções devastadoras em certas áreas;
- a poluição industrial e o escoamento de esgotos dos grandes centros urbanos e nas áreas rurais pelo lançamento de rejeitos poluentes, em particular nos rios;
- o processo acelerado de urbanização e, em consequência, desordenado, gerando assim um vasto complexo de desequilíbrios econômicos e sociais;
- os índices de violência e de criminalidade, inclusive o terrorismo, a desobediência civil e as tentativas de subversão da ordem pública, verificados, em maior ou menor escala, em quase todos os países do mundo;
- a poluição da pobreza, ou seja, a carência de requisitos básicos de saneamento e controle biológico — esgotos, água, condições de habitação, o comprometimento da saúde pelo estado de desequilíbrio entre o homem e o meio-ambiente sob a incidência marcante de um acelerado crescimento demográfico;
- a vulnerabilidade das economias dos países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento, sua interdependência em relação às economias mais fortes e todas em situação extraordinariamente grave no que tange à crise de recursos energéticos;
- a maior ou menor capacidade de conscientização, motivação e mobilização das comunidades, em relação às suas próprias aspirações e problemas e a sensibilidade e disposição de suas lideranças naturais para despertarem para o engajamento e para a participação comunitária.

Como é por demais sabido o quadro, infelizmente, é universal, e não, tão somente, brasileiro como pretendem persuadir nosso povo certos profissionais do pessimismo e certos líderes, que como profetas do óbvio e videntes do manifesto, procuram contaminar, assim, com o fel de uma hipocrisia irresponsável e o veneno de suas meias-verdades os segmentos mais sensíveis e mais desarmados da comunidade nacional, em particular, os jovens, conseguindo explorar o generoso sentimento de revolta que, sub-repticiamente, despertam em seus corações, sempre dispostos a empenharem-se na defesa de causas que supõem justas e nobres.

Em termos globais, o mundo contemporâneo apresenta uma realidade, sob certos aspectos trágica, e, sem dúvida, inquietante, quanto às opções e alternativas possíveis face às necessidades fundamentais da humanidade — a alimentação, a saúde, a habitação, a educação — enfim, a redução da pobreza e da marginalidade a ní-

veis toleráveis, já que seria verdadeiramente utópico a eliminação total dessas mazelas da humanidade. E, isto porque, aquelas necessidades fundamentais, significativamente agravadas pela explosão demográfica no mundo em desenvolvimento e, principalmente, no sub-desenvolvido, evoluem em ritmo de demanda crescente, em escala muitíssimo maior do que a capacidade de gerar bens e serviços para minorias.

E agora, na atual conjuntura, contribuindo de maneira, mais e mais angustiante para exacerbar a carga negativa daqueles indicadores de carências, assim, como, para ampliar as limitações nos recursos para o atendimento das necessidades essenciais, cada vez maiores da humanidade, uma crise energética, sem precedentes, advinda de ações tipicamente agressivas, em sua feição econômica, vem inovar autêntica e inédita estratégia de dissuasão no plano internacional. Dada à extraordinária dependência energética do mundo desenvolvido e em desenvolvimento em relação ao petróleo, a desproporção entre as ocorrências dispersas por todas as partes do mundo e as enormes concentrações no Oriente Médio, principalmente, tem-se um potencial notável de matéria prima, vital, e ainda insubstituível em quantidades significativas, como o petróleo, e, em consequência, uma porção consideravelmente maior da riqueza do mundo, permanecendo retida nas mãos de umas poucas nações, paradoxalmente, sub-desenvolvidas e, diga-se, por razões insondáveis, nem por isso muito interessadas em seu próprio desenvolvimento social.

Assim, seu ineditismo real se sobreleva ainda mais pela eventual, porém sintomática, inversão da equação fundamental da balança do poder, demonstrada pela forma e capacidade de agressão sistemática e de consequências imediatas e brutais em toda a economia mundial. A perplexidade é, tanto maior, face à insensibilidade das grandes empresas internacionais — as empresas de petróleo — em permanente campanha de terríveis pressões, utilizando todo e qualquer processo para intimidar, corromper, desvirtuar, impedir medidas e providências essenciais, mas que reduzam seus fabulosos lucros e atinjam a seus interesses.

E na complexidade desse mundo cada vez mais interdependente, desenrola-se todo um processo acelerado de mutação da sociedade moderna, agredida por sua própria violência; sofrida em suas próprias angústias; deteriorada em seus próprios conflitos e contestações; perplexa em seus próprios paradoxos e contradições; ressentida, afinal, em suas tensões de classes, de gerações, de raça, de religiões, de ideologias.

O Brasil não é uma ilha nesse mundo — isolado, imune, indiferente. Ao contrário, interdependente, vulnerável, semelhante e solidário como as demais nações, o Brasil, todavia, há de encontrar no caráter de seu povo e nas potencialidades de seu território os valores essenciais para a garantia de seu desenvolvimento e para a promoção de sua segurança, um e outro legitimados pelas aspirações e interesses nacionais.

À primeira vista, em tudo isso, o homem parece, apenas, integrar a amplitude dos variados quadros, como parcela fríma das multidões envolvidas em cada complexo assinalado.

Mas, em verdade, é o próprio homem o agente real e insubstituível de todo o processo, como é também, e, principalmente, o objeto maior e final de toda a ação econômica e social; ou seja, da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar — de seus direitos, dos direitos humanos.

A partir do homem conscientizado, motivado, mobilizado, sentindo-se comprometido, responsável por uma parcela, por pequena que seja, dos destinos de sua comunidade, a qualidade de sua própria vida interior começa a melhorar. E, na medida em que interessar-se, e se dispuser a participar, solidariamente, no encaminhamento e na solução dos problemas menores e, nem por isso, menos importantes, — seus próprios problemas e de seus concidadãos mais carentes, — promovendo pequenas melhorias, pela contribuição solidária, pelo simples e humano interesse pelo próximo, e, principalmente, despertando em cada qual o vínculo fundamental entre direitos e deveres — a partir daí, cada um sentir-se-á beneficiado por sua participação, seja pelos efeitos indiretos que se refletirão na rua, no conjunto, no bairro, na comunidade como um todo, seja, principalmente, pelo estado de espírito que há de dominá-lo, em seu sentido cristão mais puro e mais elevado.

A tomada de posição deve iniciar-se pela persuasão íntima — pela convicção — para a aquisição da confiança e a consequente adesão; da apresentação de resultados vem o despertar da esperança; a eliminação da mentira leva ao encontro da credibilidade; pelo despreendimento se alcança e amplia a igualdade; pela compreensão e pelo diálogo supera-se o confronto e afasta-se a violência; pela exclusão do egoísmo atinge-se à solidariedade: afinal, pela intransigente exação no cumprimento dos deveres que exprimem a dignidade da liberdade individual, alcança-se o equilíbrio fundamental entre sua exaltação e uso e a contrapartida indeclinável de responsabilidade — uns e outros contidos nos limites da lei. Equilíbrio sobre cuja essencialidade repousa toda a filosofia do sistema democrático de vida e que, para sua salvaguarda, há de armar-se, em legítima defesa de suas Instituições.

Por pertinente e oportuna, me permito transcrever palavras do Cardeal brasileiro Dom Agnelo Rossi, titular de importantíssima função junto ao Vaticano qual seja Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, por ocasião da missa que celebrou em Roma, comemorando a nossa Independência, no dia 7 de setembro de 1977. Disse o notável sacerdote paulista:

“Quem egoisticamente, porém, busca acima de tudo, a satisfação de seus próprios interesses, não é, nem pode ser, o melhor cidadão, porque, está demasia-damente fechado sobre si mesmo, não sabe abrir-se à renúncia, ao sacrifício, ao dever. E patriotismo é abertura, é abraço, é amizade, é afeto e apreço aos demais bens da natureza e da sociedade.”

E vai além Dom Agnelo: “É fácil e, por vezes pode até assumir caráter demagógico, declamar aos quatro ventos quanto os outros devem ou pensamos dever fazer, mas é, realmente, salutar dar, antes, o exemplo do retorno ao próprio dever. Quiçá esta doutrina fira ouvidos hodiernos dos que, a pretexto dos direitos humanos, já se olvidam até mesmo de ensinar os mandamentos de Deus e da Igreja, entre os quais se insere o sagrado dever cívico para com a Pátria”. E prossegue com essas palavras:

"Corrigindo os próprios defeitos damos um testemunho de sinceridade e fidelidade mais eloquente do que podem produzir as palavras sonoras e pateticamente proféticas dos que estigmatizam, acremente, os erros particulares ou sociais, quase sempre sem lhes sugerir ou mesmo conhecer soluções adequadas. A linguagem sincera do cristão e do cidadão foi sempre aquela do cumprimento do próprio e sagrado dever." Assim termina a exortação de Dom Agnelo Rossi.

Não raro, pretensos líderes, acoitados em privilégios que não respeitam, em autoridade que não significam, em confiança e em credibilidade que não honram, praticam a demagogia, o sensacionalismo, tencionando denunciar, com notória má-fé, como erros dos Governos — a pobreza, as carências sociais de saúde, de educação, de habitação, de proteção da lei e de segurança pública e outras — buscando com isso, em atitude de gratuita irresponsabilidade exacerbar a comunidade no sentido da contestação social e, até mesmo, da violência. Também não oferecem seu concurso para a obtenção de soluções capazes de minorá-las. Pois que, do alto de sua presunção e, não menor desonestade de propósitos, reconhecem, intimamente, a inviabilidade e a insuficiência de meios para superá-los e resolvê-los a curto prazo. Também sabem que são problemas e carências de caráter universal. Assim denunciam o óbvio, denunciam a própria imperfeição do homem.

A comunidade, o espírito comunitário advêm do instinto gregário do homem; o imperativo de autodefesa do grupo; a busca e aceitação natural de uma liderança; e, afinal, a diferenciação do homem: seus valores morais. Daí me parecer profundamente amarga, céptica e, não raro, ideologicamente comprometida, a assertiva de que o conceito de comunidade há de conter, necessariamente, — sempre, — o sentido de contestação às estruturas políticas, sociais e econômicas vigentes. E se procuram associar a comunidade, tão somente, à circunstância original do comunismo marxista — da comuna —, esta foi sabidamente, episódica no quadro da revolução russa. E hoje é inviável, até mesmo em suas formas mais inocentes, nos "paraisos" marxistas. Assim, com aquela colocação distorcem a verdade, ou, o que é mais grave, utilizam-se da meia-verdade. A comuna era a aldeia medieval que alcançava sua autonomia. Era, assim, uma estrutura social e econômica relativamente emancipada, partindo não de misérias, conflitos internos ou diferenças decorrentes de lutas pelo poder, mas, ao contrário, aquele "status", concedido pelo senhor feudal, traduzia-se pelo reconhecimento de uma capacidade, de uma unidade integrada no espírito e na ação, e qualificada para exercitar a faculdade de governar-se e de manter-se por suas próprias normas e recursos próprios. Há, pois, na origem de comunidade, da ação comunitária, um sentido construtivo, solidário, generoso e compreensivo. Somente os radicalismos, tanto de esquerda como de direita, paradoxalmente nivelados em suas técnicas de mentira, de falácia, de hipocrisia, de violência e de agressão física e verbal, podem procurar distorcer o verdadeiro trabalho conjunto realizado pela ação comunitária, procurando alimentá-lo permanentemente com a angústia do pessimismo e o amargor da contestação e do inconformismo, sem qualquer aceno de esperança.

Após essas considerações, parece fora de dúvida que, entre aqueles indicadores, anteriormente, identificados como comprometedores da qualidade da vida

e do bem-estar do homem, um deles se sobreleva, se destaca em relação aos demais pela circunstância inerente, essencial à condição humana, exigida em sua intimidade de causa e efeito: a capacidade de conscientização das comunidades em relação a suas próprias aspirações e problemas. A Ação Comunitária, dispõe de extraordinárias potencialidades de causa e efeito, graças ao poder de coesão de seu solidarismo, à singular força de atração que o processo encontra na adesão pelo imperativo irrecusável da participação. Ao invés de o conflito e a contestação, a concórdia, a comunhão.

Não se trata de esmola que humilha. Trata-se, isto sim, do concurso voluntário, pessoal, da participação no esforço, sob todas as formas, desde a contribuição material de qualquer natureza e valor, até o empenho direto, a dedicação a um setor ou atividade, embora modesto e de efeito limitado. Pouco importa a expressão dos resultados ou a escassa projeção daquilo que venha a ser alcançado ou obtido. Não importa que não venha a resolver inteiramente o problema, nem mesmo alterar, substancialmente, a situação. "Não é preciso vencer sempre para lutar, nem mesmo ter esperança para preservar na ação."

De outro lado, observando-se, detidamente, cada um dos demais indicadores, um traço comum, persistente, constante, às vezes sob a máscara do disfarce, mas sempre presente: o *desperdício*!

O Governo, com a grave responsabilidade de suas decisões na presente conjuntura, admitiu a possibilidade da adoção de uma Economia de Guerra, em consequência de desdobramentos que poderão advir da crise energética que avassala violentamente o Brasil e o mundo. Correspondendo a um conjunto de medidas reguladoras e controladoras, principalmente, sob a forma de limitações e reduções de consumo, de preços e o aumento da produção, o imperativo que poderá levar o Governo a tal decisão pressupõe a existência de um opositor, de um adversário, de um antagonismo, de um "Inimigo". Isso porque a Guerra é um fenômeno, necessariamente, dual. E, sendo uma luta entre duas vontades, muito embora a indicação tenha sido feita apenas com referência ao Campo Econômico, há, forçosamente, de realizar-se, em maior ou menor escala, nos demais Campos, no Social, no Político e, até mesmo no próprio Campo Militar, levantando seu respectivo potencial, transformando-os em Poder, mobilizando-os para aplicá-los, definindo a Vontade Nacional, contra o "Inimigo".

Mas como caracterizar esse "Inimigo"? Não será a escassez de energia ou a carência de recursos financeiros para a aquisição de petróleo e seus derivados, ou para a aplicação na produção de sucedâneos ou fontes alternativas e técnicas não-convençãoais que configurarão adequadamente esse "Inimigo". Ao contrário, são eles efeitos decorrentes da "Guerra".

O "Inimigo" é o *desperdício*! É o gasto sem proveito; é o esbanjamento; é o emprego incorreto; é a forma inadequada de aplicação ou de uso; é o excesso de restos, refugos e sobras; é a ausência de racionalidade e exagero no emprego e aplicação do tempo, do pessoal, dos meios de toda natureza; é a burocracia desnecessária, emperrada, cediça. Eis aí o "Inimigo"!

A "Guerra" é contra esse "Inimigo", declarado, insidioso, que se apresenta sob as variadas formas e feições já assinaladas, ou outras tantas mais sutis e malignas, atuando em todos os campos com reflexos diretos e imediatos ou não, mas, sem dúvida, sensíveis e inquestionáveis sobre o consumo energético. Isto porque, não existe qualquer tipo de atividade, de produção, transporte ou consumo de algum bem ou serviço que não implique, que não exija a menor quantidade que seja, um mínimo sequer de energia, sob qualquer forma.

Ora, se o "Inimigo" é de tal ordem versátil, fluido e traiçoeiro, capaz de atuar em todos os campos com reconhecida pertinácia, apoiado em hábitos, costumes, pretensos direitos, privilégios, regalias, abusos, excesso de zelo, ignorância, preguiça, desonestidade, cumpre proceder a uma verdadeira mobilização de todos – mobilização de base –, de toda a comunidade nacional, para lhe dar combate. Trata-se, pois, de um processo de conscientização que há de iniciar-se na comunidade menor, pela ação comunitária a nível municipal.

Eis aí o verdadeiro papel das elites democráticas, das lideranças autênticas: incorporar um tipo de comportamento adequado à realidade econômica que o país e o mundo atravessam, não apenas cumprindo ou obedecendo às imposições decorrentes das circunstâncias, mas fazendo, mais, aderindo, sinceramente, àquelas exigências, racionalmente integradas às medidas e a seus propósitos na identificação do "Inimigo" em suas diversas formas.

Adotado esse comportamento, as lideranças passam a assumir atitudes, realizar ações, que pela influência que exercem e pela exemplaridade que devem oferecer, despertem o sentido de adesão e a integração de pessoas e de grupos, cada vez mais significativos, já agora no combate ao "Inimigo" – o desperdício – mediante procedimentos efetivos de comedimento, contensão, eliminação da dissipação e outros.

O círculo de adesões ampliou-se, pelo efetivo exercício das lideranças no processo de conscientização de segmentos cada vez maiores da comunidade. Um comportamento racional, gerando atitudes-respostas, sempre mais condizentes, oportunas, ajustadas vão, pouco a pouco, reduzindo a expressão do "Inimigo", cercando-o e eliminando-o, afinal, mesmo em suas formas mais sutis, que exploram a vulnerabilidade dos jovens, da criança, naturalmente destruidora, dispersiva, perniciosa.

O desdobramento do processo, sendo dinâmico no tempo e no espaço, na medida em que novos segmentos da comunidade vão sendo integrados pela incorporação daqueles comportamentos e as consequentes atitudes assumidas, passam a exigir novos conhecimentos e informações, experiências em relação a resultados alcançados em outras comunidades, visando a ampliar as vantagens obtidas em diferentes atividades. Trata-se do efeito objetivo da redução substancial do desperdício, da dissipação, do esbanjamento, dos recursos ociosos, e a procura de novas habilidades e o domínio de técnicas originais que, mesmo em escala artesanal e reduzida, mas graças a seu poder multiplicador realizado pela ação comunitária, chegarão a oferecer, sem dúvida, resultados compensadores e efetivos.

Afinal, o reflexo, a reação elementar incorporada pela repetição, pelo hábito, pela perseverança; o apagar a luz do quarto, do escritório, quando esta não se fizer mais necessária; fechar a torneira, evitando-se o desperdício d'água; a obediência natural, espontânea às normas estabelecidas para o uso correto do automóvel, do caminhão, o limite de velocidade, a regulação, de maneira a corrigir-se o emprego incorreto; o cuidado, sempre constante, na redução dos gastos do gás de cozinha; a diminuição dos restos, sobras, refugos. E a preocupação com o eventual aproveitamento daquilo que sobra na cozinha, na costura, nas pequenas oficinas empenhadas nas mais diversas atividades, no trabalho artesanal, tudo mediante técnicas inspiradas pela própria inventiva e criatividade da dona de casa, do operário e até da criança.

Muito a propósito, o MOBRAL, já há algum tempo, graças ao extraordinário poder de captação e de sensibilidade para a percepção das aspirações do homem comum — do povo — ao lado de uma incomparável e arraigada confiança que confere, também a este mesmo homem, como principal agente no próprio processo de sua conscientização, o MOBRAL, iniciou a elaboração de um empreendimento designado-o "Tecnologia de Escassez". Desenvolvido ainda em termos de Projeto, a "Tecnologia da Escassez" mereceu o interesse do Governo e, inclusive do Exército, e se coaduna, de maneira singular, às considerações que vimos apresentando, relativamente, à importância capital no processo de mobilização de base da economia nacional, de buscar-se a conscientização comunitária a partir da adesão do indivíduo, em primeiro lugar.

Todos sabemos que nas diferentes regiões interioranas do Brasil, o caboclo da Amazônia, o sertanejo do Nordeste, os homens do sul, do centro-oeste, o jangadeiro, o vaqueiro, o garimpeiro, o peão da estância no sul, os homens do litoral e tantas e tantas figuras identificadas às suas respectivas paisagens, possuem o gênio criador que lhes proporciona a inventiva, capaz de minorar as carências de apoio, as dificuldades de serviços essenciais, a escassez de recursos de toda ordem, tirando partido do disponível, do existente, do favorável, graças à notável capacidade de adaptação de que dispõem.

Nesse processo, desenvolvem-se técnicas, elaboram-se procedimentos, descobrem-se, ajustam-se, aproveitam-se, criam-se, adaptam-se os mais variados recursos materiais disponíveis na escassez e na carência, dominam-se habilidades. Tudo isso, após sofrer a decantação imposta pelo tempo e pelo crivo da própria experiência, é incorporado à sabedoria popular e transmitido, em geral, pela tradição oral, por gerações consecutivas. Assim, aquela sabedoria é apropriada, utilizada e transmitida pela validade e adequação que oferece face às realidades e condicionantes locais e regionais. São elementos materiais da Cultura Popular.

O MOBRAL, através o Projeto da "Tecnologia da Escassez" se dispõe a realizar um grande inventário — a nível nacional — dessa Sabedoria Popular, identificando sua validade, em termos de exequibilidade, confiabilidade e, principalmente, a aptidão para a transferência, visando a adoção em outros locais e regiões, desde que os recursos e meios exigidos se façam também presentes.

Por pertinente, cabe afinal considerar a extraordinária contribuição proporcionada, ainda, pelo MOBRAL, pela execução de seu Programa Diversificado de Ação Comunitária – o PRODAC. Trata-se de um Programa, sem dúvida, de alto sentido social, e cujos princípios básicos, finalidade e objetivos são inteiramente compatíveis com os colimados pelas atividades realizadas pelo Exército no campo da Ação Cívico-Social – ACISO – e, principalmente, da Ação Comunitária, conforme as Instruções estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército. O PRODAC hoje, é uma realidade vitoriosa em dezenas de municípios brasileiros. E é com justificada satisfação que posso proclamar os resultados alcançados pela associação feliz MOBRAL–Exército no campo da Ação Comunitária, pela experiência pioneira que me coube realizar quando no comando de uma Grande Unidade no interior do Estado de São Paulo, nos anos de 1976 e 1977, e cujos resultados, realmente, surpreendentes e, altamente, animadores, perduram, até hoje, no pensamento e na ação das comunidades assistidas. Resultados que, após conhecidos, levaram o Exército, associado sempre ao MOBRAL, a sua execução em outras áreas do Brasil.

Não será simplesmente a liberdade o penhor exclusivo do desenvolvimento. A amplitude democrática, a estabilidade institucional capaz de conviver com graves crises econômicas e, até mesmo, com a própria guerra, dependerá, sem dúvida, do senso de responsabilidade, do sentimento do dever, do desprendimento e da capacidade de sacrifício, dominante nas elites, nos meios de comunicação social, nos segmentos mais atuantes e representativos da comunidade nacional.

Realmente, sociedades abertas conseguiram conviver com extraordinárias dificuldades econômicas, financeiras e sociais, e, afinal, superá-las, graças, porém, a uma exemplar conscientização da comunidade, um espírito de renúncia e uma resistência ao sofrimento a toda prova, uma integral mobilização de todas as forças vivas em torno dos Objetivos Nacionais, no sentido de preservá-los e de alcançar sua consecução. A aceitação de políticas penosas e restritivas exigidas pela recessão, pelo desemprego, pelo racionamento, pelo congelamento de preços, pela eventual obrigatoriedade do trabalho extraordinário, e outras, implicam em consequências nas áreas econômico-financeiras, sociais e políticas e seus desdobramentos em termos de segurança e reclamarão das elites, em todos os níveis, esse alto senso de responsabilidade.

O formidável potencial que representa a nossa população jovem e seu encontro marcado com o Destino, antes do limiar do século, confere a cada um de nós – a todos nós – uma extraordinária responsabilidade. É nosso dever preparar a formidável força-de-trabalho, os dirigentes de todos os níveis nas mais diversas e variadas aptidões profissionais, homens e mulheres capazes de arcar com a responsabilidade dos problemas da magnitude de um Brasil potência, incluindo nesse conceito um alto padrão na qualidade da vida e do bem-estar do nosso Povo. É um compromisso com o futuro.

Compromisso que, afinal, é das elites, é de todo aquele que na medida de sua consciência e de sua aptidão se dispuser a exercer, formal ou informalmente, o

nobilizante mister de conduzir, de ensinar, o compromisso da liderança. Compromisso que nos impõe, antes de tudo, a aptidão de fazer subsistir em nosso espírito, em equilibrada convivência, o antigo e o moderno. Aquele, pelos valores permanentes e inarredáveis de nossa formação, as tradições e valores de todos os tempos; este, pela índole renovadora e dinâmica que nos deve situar na atualidade, encorajando-nos na aproximação com os jovens; sustentando-nos no diálogo franco e aberto; impulsionando-nos para a frente e para o futuro; levando-nos, afinal, a aceitar novas idéias e caminhos novos, sem o preconceito de repeli-los, simplesmente, porque são novos e, principalmente, porque não são nossos.

Devemos saber inovar sem repudiar e mudar sem trair.

Por força de minhas atividades profissionais e das funções que exercei, em meus quarenta anos de serviço, posso e, mais do que isso, tenho o dever de oferecer meu testemunho sobre a extraordinária transformação por que passou a comunidade nacional, sob todos os aspectos, a partir de 31 de março de 1964.

E, a comunidade nordestina, mais do que qualquer outra, precisa da dedicada participação de todos os que ali vivem, lutam, trabalham – de suas elites – atuantes, conscientizadas, dispostas a dar antes de receber, dominadas por um alto senso de responsabilidade, o sentimento do dever de conduzir o Nordeste, como o Brasil para o alto, na direção de seu Destino Imortal.

(Conferência proferida no IX Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, da ADESG, Salvador, Bahia).



O PAPEL DOS SOVIÉTICOS E CHINESES NO ORIENTE MÉDIO

Edward E. Azar

Professor de Ciência Política na Universidade da Carolina do Norte (Chapel Hill). Autor de "Sonda para a Paz: Hostilidades entre Pequenos Estados, 1973" e de numerosos artigos sobre relações internacionais e sobre o Oriente Médio.

A tradução do presente artigo, publicado em "Problems of Communism, May-June 1979" é do Cel. Ney Eichler Cardoso.

Durante os anos 70 e, particularmente, na última parte da década, os papéis da URSS e da China no Oriente Médio diminuíram visivelmente. Nenhum dos dois, por exemplo, teve participação ativa na modelagem do processo de paz entre o Egito e Israel. Ao mesmo tempo, pelo menos Pequim já não tem seus laços com a Organização para Libertação da Palestina tão cerrados como eram. Embora os regimes no Iraque e na Síria supostamente tenham tendências pró-soviéticas e compartilhem com Moscou da forte oposição ao novo tratado de paz egípcio-israelense, a URSS parece estar perdendo influência nos dois países. Este estado de coisas tem sido particularmente pronunciado no Iraque. Não somente a dependência econômica de Bagdá em relação à União Soviética tem decrescido dramaticamente desde o início dos anos 70, mas também o dominante Partido Baath tem conflitado com o Partido Comunista local devido aos esforços comunistas para se organizar dentro do exército e do funcionalismo civil, bem como devido à política agrária do regime. O Partido Comunista, entretanto, continuou a ter sua representação na coalizão governamental dirigente¹. No Irã, que parecia vulnerável à influência soviética e maduro para o estabelecimento de um regime pro-soviético quando da destituição do Xá, em janeiro de 1979, a República Islâmica do Aiatolá Ruhollah Khomeyni demonstrou, até agora, ser muito menos amigável com a URSS que o governo do Xá. Em relação à Arábia Saudita, tem havido indícios que a oposição comum de Moscou e Riyad ao tratado egípcio-israelense pode estabelecer as bases de relações comerciais soviético-sauditas pelo menos melhoradas, mas este de-

1) Ver David Lynn Price, "Moscow and the Persian Gulf" in "Problems of Communism" (Washington, DC), March-April 1979, pg. 78.

senvolvimento ainda terá de ocorrer. Na verdade, a família real saudita permanece fortemente hostil ao comunismo². No balanço, portanto, a URSS e a China não aparecem tão importantes na política do Oriente Médio de hoje como o eram nos anos de 1960.

Esta situação levanta um certo número de questões. Que fatores levaram à diminuição do papel das duas potências comunistas no Oriente Médio? Estes fatos são temporários ou mais duradouros? À vista deles, quais as perspectivas para os países da URSS e da China nos assuntos do Oriente Médio nos próximos anos? É para estas questões que o presente artigo voltar-se-á.

Na busca de explicações para o declínio da influência soviética e chinesa na região, pode-se identificar duas causas básicas. Primeiro, houve mudanças substanciais na política global nos anos de 1970. Isto inclui fatos como a "detente" entre a URSS e os Estados Unidos e a aproximação entre estes e a China, a influência crescente dos países produtores de petróleo nos negócios mundiais e o aumento da competição entre as potências ocidentais pelos recursos e mercados. Segundo, tanto soviéticos como chineses tem demonstrado falta de habilidade e de vontade em responder às necessidades e à dinâmica do Oriente Médio. Estas deficiências têm sido particularmente manifestas em relação aos dois problemas mais sérios da área, isto é, o conflito árabe-israelense e o desenvolvimento econômico da região. Ambos os fatores gerais requerem um exame com certo pormenor.

ALTERAÇÕES NA POLÍTICA GLOBAL

Para o propósito de analisar as recentes mudanças na política internacional, é útil distinguir três períodos gerais na era pós-2ª Guerra Mundial. Eles são: (a) 1945-62, o período da guerra fria intensa; (b) 1963-73, o arrefecimento ou período de transição; (c) 1974 até o presente, o período político-econômico e da "detente".

O primeiro período era caracterizado pelo conflito altamente ideológico. Embora os principais atores se engajassem em cálculos de equilíbrio de poder ao conduzirem suas políticas externas, estes cálculos não seguiam as linhas da "*Realpolitik*". Isto é, as predisposições ideológicas, *mais* do que os critérios "racionais", os guiavam³. A explicação deste estado de coisas é bastante simples. A 2ª Guerra Mundial tinha elevado dois países anteriormente periféricos, com engajamentos ideológicos vastamente diferentes — os Estados Unidos e a URSS — à dominância do novo sistema internacional que substituiria o sistema pré-guerra. Em tais circunstâncias, dificilmente causaria surpresa se as duas potências confiassem em seus pontos de vista ideológicos ao determinar seu comportamento político na arena global.

2) Ver *ibidem*, pg. 11-12.

3) Para discussão adicional, ver Ole Holsti, "The Belief System and National Images" in James N. Rosenau, Ed., "International Politics and Foreign Policy", New York, N.Y., Free Press, 1969 pg. 543-50; Robert C. Tucker, *The Soviet Political Mind*, New York, N.Y., W. W. Norton and Company, Inc., 1971.

O novo sistema internacional não era, porém, inteiramente original. Na verdade, a característica mais importante dos primeiros anos de guerra fria foi a preocupação constante com a Europa por parte dos dois atores principais do sistema. Ambos, EUA e União Soviética, concentraram sua atenção em estabilizar suas posições nas respectivas porções da Europa que dominavam e a maior disputa entre eles era sobre a presença americana em Berlim. Com a Europa sendo o principal campo de batalha da guerra fria, os países do Oriente Médio permaneceram apenas com interesse marginal para as duas potências.

Aí por 1962, entretanto, EUA e URSS tinham, em grande parte, se recuperado dos efeitos da 2ª Guerra Mundial e estavam bastante confiantes na estabilidade da Europa, com exceção de Berlim. Além disso, a crise desta cidade no fim de 1961 e a dos mísseis cubanos de 1962 ensinaram aos dois estados uma importante lição: *evitar o conflito direto a qualquer preço*. Com a absorção deste princípio, a interação da guerra fria entrou em uma nova era⁴.

Nesta, cada um dos países, a despeito da retórica, tendia a aceitar o outro como uma legítima superpotência no sistema internacional e sua interação começou a assumir a aparência de uma balança de poder no sentido clássico da *Realpolitik*. Quando o ambiente, as regras e a estrutura do sistema global revisto se tornaram claros, a necessidade do recurso às noções de anti-comunismo ou anti-capitalismo como um guia para a ação diminuíram. Na verdade, as mudanças de pessoal em ambos os países refletiam esta situação, porque os tecnocratas da segurança nacional, que percebiam o mundo dentro de estruturas conceituais pelo menos algo semelhantes, cada vez mais substituíam os ideólogos nas áreas chaves da política externa nos dois estados⁵. Embora o conflito não tivesse desaparecido, era geralmente do tipo realista-político, em vez do ideológico-político. Além disso, o conflito tendia a ser indireto, isto é, realizado por meio de procuradores e clientes.

A cisão formal China-URSS, em 1963, serviu para reforçar as tendências que definiam a nova era. Ao colocar soviéticos e chineses em disputa pública, ela posteriormente erodiu a coerência das divisões ideológicas como uma base para os cálculos da política externa. Ademais, a China demonstrou rapidamente uma inclinação a expandir sua luta com a União Soviética ao competir pela influência em outros estados — notavelmente, no Terceiro Mundo.

Estas relações modificadas entre as maiores potências transformaram o Oriente Médio, de uma arena de interesse periférico para eles, em parte do campo de batalha onde se chocavam. Todos os três, e especialmente os EUA e a URSS, concentraram-se em conquistar os “espíritos e corações” do povo e, talvez de mais importância, dos governos da região. Para compreender os políticos americanos, so-

4) Douglas Nelson, “The Cold War System”, tese de mestrado inédita, Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill, 1978.

5) R. J. Barnett, “Roots of War”, New York, N.Y., Random House, 1972; David Halberstam, “The Best and the Brightest”, New York, N.Y., Random House, 1969; Daniel Yergin, “Shattered Peace”, Boston, MA, Houghton Mifflin, 1977.

viéticos e chineses na área, é importante reconhecer que a lógica do envolvimento durante este período era predominantemente política e, não, econômica. Assim, programas de ajuda e desenvolvimento — embora ostensivamente "econômicos" por natureza — eram orientados mais para produzir governos cordatos do que para melhorar as condições econômicas da região ou obter acesso a matérias-primas ou mercados. Em última análise, é simplesmente destrutiva de crédito a visão do envolvimento inicial americano em Israel e do envolvimento inicial soviético no Egito, por exemplo, como o resultado do determinismo econômico — especialmente quando a lógica política é tão clara.

Antes que os anos de 1960 transcorressem, contudo, o sistema internacional estava uma vez mais transpondo o limiar de importantes alterações. Os primeiros sinais vieram com a guerra árabe-israelense de junho de 1967 e com a ofensiva do Tet no Vietname, em 1968, mas os símbolos reais da mudança foram a inauguração da "détente" soviético-americana em 1972 e o embargo do petróleo pelos estados produtores árabes em 1973. Especialmente como a necessidade de matérias-primas importadas crescia nos estados industriais ocidentais e como efetivamente os mercados internos, pelo menos para alguns tipos de seus produtos, já não mais eram suficientes para assegurar a expansão ou, em certos casos, mesmo a manutenção dos níveis de produção, as questões econômicas tornavam-se mais e mais centralizadas pelas áreas decisórias no que concernia à política internacional. De fato, a competição político-econômica entre os países industriais ocidentais emergiu, talvez, como uma ameaça à sobrevivência da ordem política nesses países tão importante como a política-militar das potências comunistas e, especialmente, da URSS. Esta competição intensificada por recursos e mercados até agora realmente não se estendeu à União Soviética e à China. Embora as potências comunistas necessariamente não possuam maior riqueza de recursos naturais, em sentido absoluto, que os estados ocidentais, o crescimento da demanda interna, de um modo geral, não atingiu ainda ponto em que excede dramaticamente os recursos imediatamente disponíveis. Além disso, o mercado doméstico ainda está bem longe de ficar saturado com a produção local, reduzindo assim a pressão pela busca de mercados externos para aquela produção⁶.

A nova situação global afetou notavelmente o Oriente Médio. Já que a atenção para as considerações econômicas cresceu no Oeste, as nações do Oriente Médio que representavam fontes básicas de matérias-primas ou mercados potenciais obtiveram a oportunidade de funcionar no sistema internacional mais como atores independentes e menos como peões no jogo de poder dos atores principais. Além disso, a economia tornou-se o fator primordial na dinâmica da interação política dos países do Oriente Médio com as potências de fora da área.

Neste contexto geral, a relevância da URSS e da China para a área inevitavelmente declinou. Por um lado, o baixo nível de preocupação de soviéticos e chineses com a procura de fontes de matérias-primas e mercados para os produtos cho-

6) Robert W. Campbell, "The Soviet - Type Economies: Performance and Evolution", Boston, MA, Houghton Mifflin, 1974.

cou-se com a importância crescente da economia na modelagem das relações dos países do Oriente Médio com o resto do mundo. Por outro lado, o aumento da capacidade de pelo menos alguns dos estados do Oriente Médio para perseguir seus objetivos de maneira independente nos negócios internacionais diminuiu sua necessidade de apoio político e militar de grandes potências como a URSS e a China.

INTERAÇÕES NO ORIENTE MÉDIO

Para obter um retrato pormenorizado do efeito destas modificações do sistema global sobre as relações da URSS e da China com o Oriente Médio desde a 2ª Guerra Mundial e, especialmente, nos anos de 1970, é essencial observar, através dos anos, os padrões dos países-chave do Oriente Médio com a União Soviética, China e Estados Unidos. As tabelas 1 e 2 apresentam estes padrões de forma estatística. Na primeira tabela, os dados cobrem o comportamento das três maiores potências em relação ao Egito, Síria, Iraque, Israel e Irã; na segunda tabela, eles tratam do comportamento destes cinco países do Oriente Médio em relação às três maiores potências.

Talvez umas poucas palavras de esclarecimento olhando as tabelas fossem adequadas antes de examinarmos suas implicações. Com base no registro das interações diárias entre 135 países, de 1948 até hoje, que é mantido no Banco de Dados de Paz e Conflito (COPDAB) na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill, compilei as interações médias anuais do tipo conflituoso e de natureza cooperativa para cada um dos três grandes períodos discutidos acima. Como acréscimo, decompus essas interações conflituosas e cooperativas em função dos domínios gerais onde ocorreram — isto é, nos campos econômico, político, militar e cultural — científico-tecnológico⁷.

7) O Banco de Dados de Paz e Conflito (COPDAB) contém informações sobre mais de 350.000 eventos individuais cobrindo os anos de 1948 a 1979. Esta informação constitui o registro disponível publicamente sobre ações domésticas e internacionais de cerca de 135 países sobre algum outro. É retirada de cerca de 50 fontes internacionais e regionais tais como jornais, cronologias, documentos governamentais, relatos históricos etc. A coleção do COPDAB é o trabalho de 12 anos de numerosas pessoas sob a direção do professor Edward P. Azar no Departamento de Ciência Política da Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. Cada ação doméstica ou internacional identificada das fontes foi codificada em registros de memória de computador de acordo com os seguintes critérios: (1) a data (ano, mês e dia do evento); (2) o ator (quem iniciou o evento); (3) o alvo (o objeto do evento); (4) a fonte (onde a descrição do evento foi encontrada); (5) a atividade (o ato físico ou verbal que um ator iniciou); (6) o tipo de evento (se o evento refere-se a assuntos políticos, militares, econômicos ou de outro tipo); (7) a intensidade do evento (a cada evento é atribuído um valor de uma escala que varia do conflito muito elevado a uma cooperação muito elevada); e (8) a área da questão (a substância do evento). Pormenores sobre os procedimentos para coleta e gerência dos dados podem ser obtidos com o Prof. Azar na Universidade da Carolina do Norte. Além disso, o Livro-Código e Manual do Usuário do COPDAB (1978) está disponível mediante pedido. Numerosos artigos foram escritos descrevendo a coleta de dados e os tipos de controle de qualidade empregados pelo estado-maior do COPDAB. Estes também estão disponíveis mediante pedido. Todos os dados estão para ser agregados em bases inter e intranacionais anuais e tornados disponíveis por intermédio do Consórcio Inter-Universitário para Pesquisa Política na Universidade de Michigan dentro de um ano a partir de junho de 1979.

TABELA 1
 Interações Anuais Médias da URSS, RPC e EUA com Estados Selecionados do Oriente Médio, 1948-1978

Ano	Ator	Egito			Síria			Iraque			Israel			Índ.		
		Ec	Pol	Mil	Cult	Ec	Pol	Mil	Cult	Ec	Pol	Mil	Cult			
URSS	Interações Continuadas	-	20	8	-	3	-	16	-	-	57	-	4	-		
	1948-52	-	18	12	-	6	3	40	-	5	196	7	9	-		
	1953-73	-	88	12	-	23	-	7	-	67	-	11	-	-		
	1974-78	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	Interações Cooperativas	1948-62	58	48	28	64	20	28	20	16	23	10	6	42	11	
	1963-73	56	123	60	88	30	49	50	49	40	27	12	34	35	31	
RPC	Interações Continuadas	1948-62	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1963-73	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	
	1974-78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	
	Interações Cooperativas	1948-62	19	10	2	4	5	3	4	3	7	3	1	1	-	
	1963-73	32	61	6	32	4	6	5	6	16	15	11	2	5	-	
	1974-78	31	7	6	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7	-	
EUA	Interações Continuadas	1948-62	13	91	8	-	23	6	2	9	4	3	10	54	2	
	1963-73	16	122	3	8	3	44	1	2	3	15	3	1	75	-	
	1974-78	-	28	-	-	-	28	-	-	-	8	1	18	128	-	
	Interações Cooperativas	1948-62	94	78	5	37	22	68	3	14	11	22	14	87	82	25
	1963-73	41	74	6	36	3	10	4	7	25	8	3	61	122	20	
	1974-78	226	386	52	59	53	74	1	1	2	6	6	1	66	214	36

FONTE E METODOLOGIA: Ver e nota na conclusão da Tabela 2.

Assim, os algarismos fornecem-nos índices dos tipos bem como a intensidade da interação.

Os dados das tabelas permitem várias generalizações extensas sobre as interações da URSS e da China com os países do Oriente Médio desde a 2ª Guerra Mundial. Somente durante o período de 1963-1973 os chineses desempenharam algum papel visível na área e, mesmo então, este foi marginal. Embora o papel dos soviéticos tenha sido muito mais pronunciado que o dos chineses, foi caracterizado por altos e baixos. Especialmente em toda a região, nem a China, nem a URSS parecem ter sido tão ativas ou influentes como os Estados Unidos.

Além disso, a União Soviética e a China tenderam a dar apenas provas de cooperação quantas tivessem recebido dos estados do Oriente Médio, ao passo que os Estados Unidos tenderam a dar provas de cooperação mesmo para aqueles estados que lhes haviam dado as de caráter conflituoso. Esta diferença parece ter suas raízes na vantagem que a URSS e a China obtiveram por não estarem sujeitas a sentimentos anti-imperialistas generalizados por parte dos povos do Oriente Médio. Ambas as potências estavam relativamente livres de laços com a velha ordem colonial no Oriente Médio, demonstraram, pelo menos, hostilidade verbal a Israel e se juntaram a alguns governos do Oriente Médio em campanhas anti-EUA e anti-ocidentais. A situação dos Estados Unidos, em contraste, foi muito mais complexa. Por um lado, os Estados Unidos queriam assegurar a estabilidade dos regimes pró-ocidentais e melhorar suas relações com os regimes neutros e anti-ocidentais. Mesmo se não tivessem sido capazes de melhorar suas relações com os regimes anti-ocidentais, teriam preferido a estabilidade ao caos nos seus países. Estes objetivos os impeliram a colocar grande ênfase nas mensagens e atividades cooperativas em relação ao Oriente Médio. Por outro lado, certo número de estados do Oriente Médio inclinou-se a perceber a presença dos EUA na área dentro da estrutura de sua batalha de longa data com o Oeste avançado, industrializado e imperialista. Assim, eles demonstraram hostilidade para com os Estados Unidos não somente porque estes tivessem perseguido políticas específicas na região, mas também porque eles viram suas atividades como equivalentes nos dias modernos às dos imperialismos franceses e britânicos dos velhos tempos.

Deve ser salientado, contudo, que nos últimos anos esta vantagem da URSS e da China tem diminuído, particularmente no caso da primeira. Desde 1967 especialmente, a União Soviética tornou-se o alvo de uma boa dose de hostilidade de parte das regiões do Oriente Médio. Isto parece originar-se de crescente oposição ao comunismo, temores do imperialismo soviético e, mesmo, ressentimento da dominância da superpotência.

Finalmente, o papel da URSS no Oriente Médio no decorrer dos anos tem dependido fortemente das interações no campo militar. Especificamente, ele tem estado estreitamente ligado aos empreendimentos de Moscou no sentido de satisfazer as necessidades militares de alguns estados e grupos políticos árabes. Esta ligação, deve-se salientar, tem ocasionado, na longa trajetória, diversos inconvenientes para a União Soviética. Em virtude de grande porte do envolvimento Soviético na

TABELA 2
Interações Anuais Médias de Estados Selecionados do Oriente Médio com a URSS, RPC e EUA, 1948-78

Alvo	Egito			Síria			Iraque			Iê			Israel			Irã		
	Ec	Pol	Mil	Cult	Ec	Pol	Mil	Cult	Ec	Pol	Mil	Cult	Ec	Pol	Mil	Cult		
URSS																		
Interações																		
Conflituosas	17	1	6	—	15	2	—	16	—	44	12	2	1	73	20	—	—	
1948-62	—	23	23	—	5	—	—	28	—	7	100	47	1	—	6	2	—	
1963-73	30	120	46	9	—	8	5	—	3	37	33	—	—	8	—	—	—	
1974-78	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Interações																		
Cooperativas																		
1948-62	53	41	35	33	26	12	6	31	15	2	19	8	11	1	26	27	2	
1963-73	62	89	52	48	63	22	11	43	35	9	9	6	14	4	50	13	4	
1974-78	28	78	11	6	24	26	1	60	22	—	8	—	14	—	33	16	7	
RPC																		
Interações																		
Conflituosas	2	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	
1948-62	—	4	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	
1963-73	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1974-78	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Interações																		
Cooperativas																		
1948-62	21	13	—	2	5	5	—	10	5	6	—	—	1	—	—	—	—	
1963-73	31	29	—	3	11	21	1	10	20	13	—	4	2	—	10	—	—	
1974-78	26	3	26	—	—	—	—	—	22	3	—	3	3	—	6	7	—	
EUA																		
Interações																		
Conflituosas	15	100	8	4	3	97	12	4	2	43	1	3	—	82	7	—	38	
1963-73	20	244	45	—	9	178	9	—	31	66	3	3	2	53	18	—	15	
1974-78	—	41	7	—	6	50	31	—	1	43	—	—	2	131	30	5	46	
Interações															8	—	9	
Cooperativas																		
1948-62	61	60	6	21	10	18	3	3	12	22	9	6	68	94	22	13	50	
1963-73	29	64	10	17	11	7	3	—	13	7	—	5	28	91	46	10	29	
1974-78	75	186	24	28	18	67	—	2	2	4	—	—	33	136	35	25	49	

FONTE E METODOLOGIA: Origemado de dados de Edward E. Azar no Banco de Dados de Paz e Conflito na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. As quantidades acima são médias anuais comovidas pelo autor com um enquadramento que multiplica a frequência anual dos eventos econômicos, políticos, militares e culturais-científico-tecnológico por suas respectivas intensidades. Estas quantidades fornecem um parâmetro dentro das categorias um país destinou ao outro.

região ter sido no setor militar e com um número de profissionais bastante pequeno, poucas pessoas na região, mesmo hoje, estiveram expostas à competência tecnológica Soviética — para não dizer a nada de sua vida, cultura, história, política, sociedade, língua etc. Conseqüentemente, para as pessoas mais influentes do Oriente Médio, a URSS evoca imagens de pobreza, mau acabamento, opressão excessiva, pobre qualidade de vida, baixa produtividade e ateísmo inaceitável. Além disso, as transferências de equipamento militar, e negócios de uma maneira geral, não fizeram muito para gerar atitudes positivas em relação aos soviéticos nas sociedades do Oriente Médio. Muitas pessoas, politicamente alertas, consideraram as relações de dependência resultantes como manifestações de exploração e neo-imperialismo.

Com relação aos países do Oriente Médio individualmente, tem havido algumas variações dignas de comentário. No que concerne ao Egito, o nível atual médio de comportamento conflituoso soviético, no campo político, cresceu cinco vezes no período a partir de 1973, ao passo que o do comportamento cooperativo caiu para a metade. Houve também quedas significativas nos níveis de comportamento cooperativo soviético nos campos econômico, militar e cultural-científico-tecnológico. De uma maneira mais ou menos assimétrica, o comportamento no campo político e nos outros campos elevou-se substancialmente, embora em grau inferior ao do político. Ademais, o comportamento cooperativo egípcio para com a URSS declinou em todos os campos. A interação entre o Egito e a China ao longo dos anos tem sido bem menos extensa que entre ele e a URSS. Não obstante, é importante sublinhar que em comparação a interação cooperativa decresceu no campo político e cresceu no campo militar no período pós-1973.

Para situar estes dados sobre as relações soviéticas e chinesas com o Egito dentro de alguma perspectiva, é essencial conservar na memória as maiores alterações que ocorreram nas relações do Egito com os Estados Unidos. Na verdade, o propósito destas mudanças pode conduzir um observador a sugerir que elas marcam o desenvolvimento político mais importante da história contemporânea do Oriente Médio. A interação conflituosa entre os dois países caiu a níveis basicamente insignificantes no período desde 1973. Ao mesmo tempo, a interação cooperativa cresceu de uma maneira raramente vista nas relações Oriente Médio—superpotências. O nível anual médio de tais comportamentos dos EUA em relação ao Egito saltou cinco ou mais vezes em cada um dos campos econômico, político e militar enquanto que no cultural-científico-tecnológico aumentou 100%. Como prova disso, o nível anual médio de comportamento cooperativo egípcio para com os Estados Unidos subiu cerca de 200% nos três primeiros campos e 100% no quarto. Houve, em suma, um crescimento relativo e absoluto impressionante na cooperação americano-egípcia sobre um largo espectro de assuntos básicos de natureza regional e bilateral. As tendências na interação soviética com a Síria foram bem complicadas durante o período pós-1973. A URSS manteve níveis aproximadamente constantes de cooperação nos campos econômico e militar. No político, entretanto, dirigiu mais mensagens conflituosas e cooperativas para a Síria do que no período 1963-1973. Além disso, Moscou deixou cair a níveis desprezíveis seus sinais cooperativos no campo cultural-científico-tecnológico. A Síria, por sua vez, manifestou, no campo político,

durante o período após 1973, quase o mesmo nível de comportamento conflituoso para com a URSS, que havia tido durante a década anterior, mas seu comportamento cooperativo nesse campo caiu notavelmente. O nível médio anual de comportamento cooperativo sírio para com a URSS no campo militar permaneceu bastante firme, mas decresceu nos campos econômico e cultural.

A interação da China com a Síria caiu precipitadamente no período pós-1973. De fato, foi virtualmente inexistente.

As interações EUA-Síria, à guisa de comparação, sofreram mudanças mais complexas que as sírio-chinesas e menos que as sírio-soviéticas no período desde 1973. Os Estados Unidos focalizaram sua atenção no campo político e (em menor extensão) no econômico nos últimos anos. Em ambas as áreas, reduziram seu comportamento conflituoso e aumentaram o cooperativo durante o período pós-1973. A última tendência foi particularmente pronunciada no campo econômico. A Síria, por sua vez, dirigiu menos mensagens conflituosas e mais cooperativas, no campo político, para os Estados Unidos durante o período desde 1973 do que no de 1963-1973. Embora o nível de seus sinais no campo econômico tenha permanecido bastante baixo, o nível dos cooperativos que enviou aos Estados Unidos foi em torno do dobro nos anos pós-1973.

A respeito do Iraque, os níveis de interação da União Soviética e da China foram relativamente baixos durante o período desde 1973, exceto no campo econômico. Neste, contudo, foram de alguma consequência, especialmente quanto à URSS. Na verdade, os níveis de comportamento cooperativo soviético para com o Iraque, e vice-versa, cresceram apreciavelmente. As interações EUA-Iraque durante o mesmo período foram geralmente mais baixas em magnitude do que as URSS-Iraque ou China-Iraque. O campo político apresentou a maior exceção. O Iraque enviou um nível bastante alto de mensagens políticas conflituosas para os Estados Unidos. Deve ser salientado, a despeito disso, que as interações conflituosas e cooperativas entre os dois países tenderam a cair durante os anos pós-1973, se comparadas com as da década precedente.

No caso de Israel, a incidência de interações conflituosas com a URSS e a China caiu no período desde 1973. Além disso, Moscou até aumentou ligeiramente seus sinais cooperativos, embora Israel não tenha respondido deste modo. De uma maneira geral, as interações conflituosas e cooperativas ficaram confinadas ao campo político, mas Israel deu alguma atenção ao militar, na medida em que a URSS estivesse nele participando. Geralmente, Israel esteve envolvido mais profundamente com a URSS do que com a China.

Como era de esperar, a magnitude das interações de Israel com os Estados Unidos superou vastamente as que teve com a URSS e China, no período pós-1973. As tendências da interação, entretanto, apresentaram algumas características interessantes, particularmente se comparadas com as relacionadas com as da URSS. Houve um crescimento pronunciado em todas as frentes no comportamento conflituoso dos Estados Unidos para com Israel e vice-versa. Ao mesmo tempo, o nível de comportamento cooperativo de parte dos Estados Unidos cresceu de maneira significativa nos campos político e militar, e, de parte de Israel, no campo político.

Por fim, antes da destituição do Xá, no início de 1979, as interações da China com o Irã permaneceram num nível desprezível durante o período após 1973 e as da URSS com o Irã, embora de consequências substancialmente maiores do que no caso chinês, tenderam a declinar. Somente no campo econômico as interações soviético-iranianas permaneceram razoavelmente estáveis, com uma magnitude de alguma importância.

Em contraste, as interações EUA–Irã foram bastante intensas, mas de natureza complexa durante os anos pós-1973. Os Estados Unidos enviaram com abundância mensagens cooperativas para o Irã e elas cobriam todos os quatro campos de atividade. Houve, entretanto variações nas tendências dos diferentes campos. Embora após 1973, os sinais médios anuais nos campos político e cultural permanecessem mais ou menos constantes quando comparados com os do período 1963-1973, os do campo militar aumentaram 100%, e os do econômico caíram aproximadamente 50%. Quanto ao comportamento do Irã para com os Estados Unidos, este incorporou muito mais elementos de conflito do que possuía antes. Isto afiorou essencialmente nos campos político e militar. O nível dos sinais cooperativos permaneceu aproximadamente o mesmo, exceto no campo econômico, onde ele saltou para cerca de três vezes mais.

FALHAS SOVIÉTICAS E CHINESAS

Ao voltar agora para a segunda grande razão da redução dos papéis dos soviéticos e chineses no Oriente Médio nos últimos anos, é positivamente claro que nem a URSS nem a China despuzeram-se a demonstrar aos povos do Oriente Médio que eram criticamente importantes para as necessidades da região. As situações em relação ao conflito árabe-israelense e ao desenvolvimento local proporcionam os exemplos mais evidentes, de modo que vamos observar cada um brevemente.

O Conflito Árabe-israelense. Para começar, é essencial reconhecer que este conflito tem muitas dimensões. Em um nível, é um conflito entre estados com aspectos regionais, estratégicos e globais. Em termos regionais, naturalmente, envolveu os países árabes e Israel. Como, porém, o Oriente Médio tem uma significação estratégica maior, que deriva de seu petróleo, suas características geopolíticas de seus mercados, as duas superpotências também vieram a se envolver no conflito. Este fato teve duas consequências. Por um lado, a rivalidade entre os Estados Unidos e a URSS complicou seriamente as relações intra-árabes e árabe-israelenses. Não somente os árabes se cindiram em campos opositos durante o período de guerra fria intensa entre as superpotências — produzindo assim suspeita e hostilidade crescentes entre eles próprios — mas, também, a guerra de propaganda entre a OTAN e as forças do Pacto de Varsóvia alcançou o Oriente Médio e aumentou a guerra verbal entre os estados árabes e Israel. Por outro lado, as superpotências forneceram a seus respectivos clientes na região armas sofisticadas e apoio moral e político, e os desequilíbrios no grau de respaldo concreto que os dois lados ofereceram precipitaram

às vezes, a guerra dentro do Oriente Médio⁸. Ao lado das superpotências, uma variedade de outros países se viu envolvida no conflito de uma maneira ou de outra, já que a tendência deste foi extravasar sobre as relações dos estados do Oriente Médio com as nações fora da região. Esta situação acresceu-se à complexidade do conflito⁹.

O número de participantes primários e secundários, bem como os muitos objetivos incompatíveis e reivindicações competitivas sobre os mesmos recursos humanos e materiais tenderam a desencorajar um envolvimento criativo visando a conseguir a solução para o conflito¹⁰. Assim, este mostrou um caráter de ação-reação que facilitou a escalada e a guerra e inibiu a cooperação e a estabilidade¹¹.

Num segundo nível, o conflito árabe-israelense é uma disputa entre grupos sociais competindo pela primazia ideológica e nacional dentro de um certo território. Embora ambos os lados tenham se inclinado a rotular o conflito como uma disputa territorial, sobre a terra da Palestina, cada um, a despeito disso, tem admitido que a disputa é mais fundamentalmente um choque étnico e social. Este atributo tem muitas implicações importantes sobre o significado e a qualidade da coexistência e da sobrevivência no Oriente Médio¹².

Conflitos do tipo precedente exibem um certo número de traços comuns. Eles tendem a se estender por um grande período de tempo. São marcados por flutuações na freqüência e intensidade das hostilidades. Extravasam sobre outras atividades inter e intra-estados (ou inter e intra grupos). E não tem um fim claro e dis-

- 8) Ver W. R. Polk, *The United States and the Arab World*, Cambridge, M.A., Harvard University Press, 1975; Fred Kouri et al, *Elusive Peace in the Middle East*, Albany, NY, SUNY Press, 1975; Jon Glassman, *Arms for the Arabs: The Soviet Union and war in the Middle East*, Baltimore, MD, Johns Hopkins Press, 1975; Leo Heiman, *Moscow Export Arsenal: "The Soviet Bloc and the Middle East Arms Race"*, East Europe (New York, NY), May 1964; J. C. Hurewitz, *Changing Military Perspectives in the Middle East*, Santa Monica, CA, The Rand Corporation, 1970; Dale K. Tahtinen, *Arms in the Indian Ocean: Interest and Challenge*, Washington, DC, American Enterprise Institute, 1977.
- 9) Ver Mohamed Heikal, *The Road to Ramadan*, New York, NY, Quadrangle Books, 1974; Nadav Safran, *From War to War: The Arab-Israeli Confrontation: 1948-1967*, Pegasus Press, 1969; Mohammed Sid-Ahmed, *After the Guns Fall Silent*, London, Groves Helm, 1970.
- 10) Ver Edward E. Azar et al, "Protracted Social Conflict in the Middle East", "Journal of Palestine Studies" (Kuwait University), Autumn 1978, pg 41-60; Barry Blechman, "The Impact of Arab-Israeli Reprisals on the Behavior of the Bordering Arab Nations Directed at Israel", *Journal of Conflict Resolution* (Ann Arbor, MI) June 1972 pg 155-82.
- 11) Ver P. Jureidini e William Hazen, *The Palestinian Movement in Politics*, Lexington, MA, Lexington Books, 1976; Walter Laqueur, *Confrontation*, New York, NY, Bantam Books, 1974.
- 12) Ver Noam Chomsky, *Peace in the Middle East?* New York, NY, Vintage Books, 1972; Y. Harkabi, *Arab Attitudes Toward Israel*, Jerusalem, Israel Universities Press, 1971; Y. Harkabi, *Palestinians and Israel*, Jerusalem, Keter Publishing House, 1974; S. Yassin, *Arab Personality: Arab vs Israeli Perspectives*, Cairo, Centre for Political and Strategic Studies, 1974.

tinto. À luz destas características, tais conflitos são mais bem considerados como *conflitos sociais prolongados*¹³.

A URSS e a China, contudo, abordaram o conflito árabe-israelense fundamentalmente no nível interestatal, dando pouca atenção às suas dimensões étnicas e sociais. Isto foi particularmente verdadeiro quanto à URSS, cujo envolvimento no conflito sistematicamente obscureceu o da China. Ao tratar do conflito, Moscou, geralmente tentou agir no sentido de um ajuste aceitável essencialmente para seus amigos e não para todas as facções interessadas. Ao mesmo tempo, procurou reprimir os ressentimentos árabes e israelenses e evitar que escalassem para uma guerra declarada. Além disso, quando as hostilidades realmente se desencadeavam, a URSS, desejando evitar o conflito com os Estados Unidos, de uma maneira geral movimentou-se para consultá-lo sobre os métodos de desescalar a disputa regional. Moscou nunca tentou dirigir-se às causas básicas do conflito e sempre viu a tranquilidade regional como mera ausência de hostilidades abertas, algo a ser conseguido por simples arranjos diplomáticos. Foi somente no período pós-1973, com efeito, que os Estados Unidos começaram a tratar seriamente do conflito árabe-israelense, de uma maneira diferente daquela que a URSS havia utilizado. Esta mudança na abordagem, porém, já produziu alguns frutos importantes. Esta combinação de fatores, por sua vez, ajudou a salientar as desvantagens da abordagem soviética e, deste modo, a reduzir o papel soviético na região.

Desenvolvimento regional. Aqui, novamente, necessitamos partir de uma base conceitual apropriada. Vários escritores têm definido desenvolvimento em termos de crescimento econômico, de participação política e de transformação nos valores globais da sociedade. No contexto do Oriente Médio, porém, é útil pensar em desenvolvimento de um modo um pouco diferente. Isto é, o desenvolvimento como o processo pelo qual uma comunidade se organiza para tratar com a mudança no meio físico ou social de modo a obter o máximo benefício para si. É um processo por meio do qual a qualidade de vida física e psicológica de indivíduos e grupos é melhorada por encorajamentos simultâneos do crescimento, da redução das desigualdades e da contenção do conflito. Ele reduz a "defraudação estrutural", ou a condição de desigualdade e desequilíbrio, que emergiu como um sub-produto das tendências históricas dentro de um sistema social específico¹⁴.

Esta noção de desenvolvimento retira sua particular significação da natureza dos dois problemas mais notáveis do Oriente Médio: (a) pobreza e desigualdade econômica e (b) "defraudação" social e étnica. Em relação às dimensões do primeiro destes problemas, é suficiente observar que a maioria dos países da região têm

13) Azar et al, op. cit.

14) Para discussão posterior deste conceito de desenvolvimento, ver J. Galtung, "A Structural theory of Aggression", *Journal of Peace Research* (Oslo), Vol 1, nº 1, 1964, pg 95-119; idem, *Feudal Systems, Structural Violence and the Structural Theory of Revolution*, *Proceedings of the Third Conference of the International Peace Research Association*, Universitetforlaget 1970.

renda "per capita" menor que 1.000 dólares. Somente em Chipre e Israel, no Irã, Iraque, Iêmen e Oman, e na Arábia Saudita esta cifra é superior e, em Chipre, e no Irã e Iraque ela fica aquém de 2.000 dólares¹⁵. Obviamente, o prolongado conflito árabe-israelense, distraindo recursos escassos em investimentos militares, constituiu um severo impedimento à melhoria deste estado de coisas. Na verdade, os efeitos do conflito foram tão difusos que é quase impossível medir seus reais custos econômicos e desvios de recursos.

Quanto ao segundo problema, é importante lembrar que a história tem castigado o Oriente Médio com uma variedade de dissensões e diferenças de pontos de vista. Estas causaram não somente o conflito árabe-israelense e as lutas contra o domínio econômico do Oeste, mas também competição entre classes sócio-econômicas, conflitos entre facções do mesmo grupo religioso geral (notavelmente no Islam), choques entre os maiores grupos religiosos (tais como entre cristão e islamitas no Líbano), batalhas entre os muitos grupos étnicos da região e conflitos originários de relações políticas anteriores mesmo ao Império Otomano.

Conseguir o desenvolvimento no sentido de enfrentar estes problemas é uma empreitada enormemente complexa. De fato, ela se tornou tão complicada nos últimos anos que desafia seu manejo apenas pelos regimes locais do Oriente Médio. Etnicidade e política religiosa exercem uma força poderosamente crescente na vida diária da região e ameaçaram o consenso nacional e a claridade ideológica dos primeiros tempos. Os problemas econômicos de crescimento e distribuição bem como as tensões produzidas pelo crescimento exponencial da população estão principiando a assumir proporções esmagadoras. Terrorismo e instabilidade não são novidade, mas atingiram níveis especialmente contristadores ultimamente. Os avanços tanto na tecnologia da comunicação como nas outras, produziram, de fato, surpreendente difusão e elevação da eficiência do terrorismo político e industrial. Em tais circunstâncias, os países do Oriente Médio tem necessitado uma crescente assistência das potências externas — a despeito da acentuada influência dos estados produtores de petróleo na arena global.

Nem a URSS, nem a China, todavia, têm sido particularmente prestativos, de maneira relevante, aos governos locais. Por exemplo, embora a ajuda econômica soviética e chinesa ao Oriente Médio nunca tenha assumido proporções vultosas, ela se tem revelado bastante sovina comparada com a ocidental, e principalmente a americana, desde o início dos anos 1970. Algumas estatísticas comparativas ilustram o assunto. Durante o período 1954-73, a China concedeu 421 milhões de dólares de crédito aos estados do Oriente Médio e a URSS, 3 bilhões e 816 milhões. Durante os anos 1974-77, as cifras foram de 25 milhões para a China e 999 milhões para a União Soviética. De 1953 a 1974, os Estados Unidos forneceram mais de 6,5 bilhões de dólares em ajuda econômica aos países do Oriente Médio. E só em 1975-77, o total foi cerca de 4,1 bilhões. O contraste nas dimensões da assistência econômica de soviéticos e ocidentais tem sido especialmente chocante em vista dos altos

15) United Nations, Statistical Yearbook, 1977, New York, NY, 1978.

níveis de ajuda militar soviética aos países do Terceiro Mundo, muitos dos quais no Oriente Médio¹⁶.

Ademais, a qualidade da assistência que a URSS e a China têm oferecido não poucas vezes deixou algo a desejar. A União Soviética, por exemplo, tem sido bastante insensível às peculiaridades da região do Oriente Médio. Enquanto ela foi apenas supridora em grande escala de infra-estrutura física e tecnológica que exigisse poucas adaptações a ambientes específicos, foi bastante efetiva em satisfazer às necessidades do Oriente Médio, mas quando os projetos requeriam alguma atenção ao meio local, e particularmente naqueles que exigiam algum balanço das implicações sociais, revelou-se grandemente mal sucedida.

Estes fatores produziram uma certa dose de desilusão com a URSS e a China, no Oriente Médio. Tiveram assim um impacto sobre o declínio dos papéis das duas potências comunistas na região.

PERSPECTIVAS

Que implicações tem, então, a análise anterior sobre o futuro? Para início de conversa, seria um erro palmar pensar que alguém pode automaticamente projetar a situação presente no período imediatamente à frente. Como vimos, o declínio dos papéis soviéticos e chineses no Oriente Médio resultou de transformações no sistema político internacional e de falhas por parte de Moscou e Pequim, e ninguém pode excluir inteiramente a possibilidade de mudanças ulteriores no sistema político global ou modificações nas atitudes soviéticas e chinesas que eliminem alguns dos problemas que encontraram na região.

A despeito disso, a probabilidade de tais alterações do presente estado de coisas nos próximos cinco ou dez anos parece bastante baixa. O principal catalisador para uma mudança no sistema político mundial seria provavelmente uma abrupta deterioração das relações EUA—URSS que, embora isto não seja em absoluto impensável, parece ter uma possibilidade bastante remota no momento. Quanto a mudanças nas atitudes soviéticas e chinesas, isto representaria grandes revisões em objetivos, interesses e políticas a respeito da região. Tais revisões são concebíveis, mas não prováveis. Tudo em conjunto, parece provável que a influência da URSS e da China no Oriente Médio não aumentará significativamente no futuro previsível. Na verdade, seus papéis na região podem até diminuir mais.

16) Compilado de Carol H. Fogarty, "China's Economic Relations with the Third World" in US Congress, Joint Economic Committee, China: A Reassessment of the Economy, Washington DC, US Government Printing Office, 1975, pg 32; Orah Cooper, "Soviet Aid to the Third World" in US Congress, Joint Economic Committee, Soviet Economy in a New Perspective, Washington, DC, US Government Printing Office, 1976, pg 195; US Central Intelligence Agency, Communist Aid to Less Developed Countries of the Free World, 1977, ER-10478U, Washington, DC, November, 1978; US Agency for International Development US Overseas Loans and Grants and Assistance from International Organizations, Obligations and Loans Authorizations, July 1, 1945 — September 30, 1977, Washington, DC, sem data.



POLÍTICA INDUSTRIAL E OPÇÕES ENERGÉTICAS

João Camilo Penna

Ministro da Indústria e do Comércio

Nem todos se lembram dos anos 50 no Brasil, quando muitas vezes uma indústria deixava de instalar-se ou de expandir-se por falta de energia. Posteriormente, a sistematização da energia elétrica no País e a chegada do petróleo do golfo pérsico-asiático fizeram com que as preocupações com energia elétrica fossem relegadas pelos empresários a coisas do passado e tidas como obrigações do governo.

Como de agora em diante a energia elétrica, vinda do Amazonas ou do núcleo da matéria, terá custos cada vez maiores e como não se sabe quanto teremos de petróleo e a que preço, é hora de mudar de atitude. Para isto estamos aqui reunidos.

Nos últimos anos a diplomacia brasileira girou em grande parte em torno da energia: o Acordo Nuclear, o Acordo de Itaipu, os contratos de risco, a relação com o mundo árabe. O Governo brasileiro dava amplas mostras de sua consciência do problema. Mas a sociedade brasileira ainda não se amoldou à nova realidade. Fá-lo-á espontaneamente em uma demonstração de maturidade, ou aguarda para ver se haverá crise aguda? Espera subsídios e incentivos governamentais numa círculo inflacionária? Ou aguarda medidas restritivas ou punitivas?

O Governo, este ente que é a soma de todos nós, está investindo cerca de 120 bilhões de cruzeiros por ano no programa de energia elétrica e cerca de 60 bilhões de cruzeiros por ano no programa de combustíveis líquidos. Não há muitas margens para crescer a este programa.

Talvez nem todos saibam: toda a exportação mineral e agrícola do Brasil — que paga impostos para exportação e é às vezes sujeita a confiscos —, a soja do sul, o café e os minérios do sudeste, o cacau e o açúcar (subsidiado) do nordeste, rendem ao País dólares insuficientes para a compra de petróleo. Impõe-se que a sociedade brasileira como um todo compreenda este problema e aja.

Impõe-se, pois, que a política industrial brasileira compreenda tudo isto e aja no sentido de reduzir os consumos específicos de energia, ou seja, crescer o produto industrial mais do que acrescerá no consumo de energia.

Não há no Brasil, nem está à vista, uma crise estrutural de energia elétrica. Mas seus custos reais de produção vão crescer e seu preço real de venda terá de crescer para gerar os imensos recursos para os investimentos necessários. E no processo industrial a energia elétrica não é hoje fonte econômica para aquecimento.

Não se pense assim que a energia elétrica estruturalmente disponível será panacéia para as dificuldades futuras na indústria e no transporte para a indústria. Será uma importantíssima contribuição, não será solução. Mas, e o Governo? O que o Governo está fazendo ou vai fazer?

A primeira diretiva que recebi do Presidente João Baptista Figueiredo foi a de buscar a co-responsabilidade do meio empresarial na busca de solução para os problemas a enfrentar. Há uma democracia em marcha, há uma redução de tutela governamental, o Governo julga que o meio empresarial brasileiro tem maturidade e saberá agir, sem aguardar incentivos ou subsídios.

Não nos enganemos: o nosso êxito industrial e os nossos lucros estarão ligados também à compreensão do problema energético e à ação consequente, pois razão sem ação é omissão. E nos alegremos ao ver que, como sempre, novas dificuldades trazem, na sua solução, novas oportunidades.

Lembremo-nos que a intensificação da pesquisa de petróleo no Brasil, a produção de álcool, a exploração do carvão e do xisto, a eletrificação das ferrovias e os metrôs urbanos, e a adaptação da indústria para menor consumo ou substituição do óleo combustível trarão grandes oportunidades aos fornecedores de equipamentos.

Por sua vez, o Brasil apresenta-se hoje ao mundo como um dos grandes países construtor e fabricante de usinas hidrelétricas. Haverá continuamente um grande mercado interno ou externo para os nossos empreiteiros de barragens e fabricantes de equipamentos hidrelétricos. E eles já estão pelo mundo afora.

As grandes diretrizes do Presidente João Baptista Figueiredo estabelecem que, reduzida a inflação, o País — Governo, Empresários, Povo — perseguirá implacavelmente a continuidade do crescimento econômico e a sua desconcentração regional e social. Desdobremos estes três aspectos examinando-os do ponto de vista da política industrial energética.

A continuidade do crescimento implica que se crie oferta adicional de energia. Inicialmente, é preciso que aceitemos maiores custos para a energia, uma

vez que os preços deverão incorporar geração de recursos para a expansão necessária a maiores custos específicos. Se os custos serão maiores, será necessário que economizemos energia. Na maioria das fábricas existentes há margens para isto e nos novos projetos deveremos levar este problema muito a sério.

Agora, se economizarmos e pudermos pagar, teremos energia? Energia elétrica, sim. E o combustível para as fábricas e para o transporte? Ou seja, como faremos para substituir a gasolina, o óleo diesel e o óleo combustível?

A política energética de fontes e usos, a cargo do Ministério das Minas e Energia, apoiada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, é acompanhada no que se refere aos problemas industriais. O Ministério das Minas e Energia e a PETROBRÁS conduzem pesquisas cada vez mais intensas e extensas de petróleo e negociam bem na compra do mercado internacional. Temos esperanças de que haverá petróleo, mas não podemos ter confiança. Quanto à substituição de derivados de petróleo por fontes de energia nacionais, está a cargo do Ministério da Indústria e do Comércio a coordenação da tecnologia e da produção de álcool, em substituição à gasolina e talvez ao óleo diesel.

Trata ainda o Ministério das Minas e Energia de identificar as oportunidades de substituição de óleo combustível por carvão, de estabelecer a tecnologia apropriada e implementar os mecanismos necessários à disseminação de novas técnicas. A par do uso de carvão mineral em substituição ao óleo combustível na geração de vapor para processos industriais, outras possibilidades como a gaseificação e liquefação do xisto são examinadas e os estudos intensificados.

Outra opção consta da mistura de carvão ao óleo combustível. Esta mistura óleo-carvão, ou combustível coloidal, pode apresentar concentração de carvão entre 30 a 50%, conforme a granulometria utilizada. Do mesmo modo, e com algumas vantagens, podem ser utilizados finos de carvão vegetal e mistura ao óleo combustível. Diversos órgãos do Governo de São Paulo vêm conduzindo estudos sobre o metanol de madeira. Pesquisas para produção de metanol vindo do carvão do sul também prosseguem com boas perspectivas.

Como estas opções carecem de estudos mais aprofundados, torna-se necessário o exame da tecnologia envolvida e dos custos decorrentes de sua aplicação, a fim de estabelecer-se a viabilidade técnico-econômica das várias alternativas. De qualquer modo, a política energética industrial a ser adotada pelo Ministério da Indústria e do Comércio e em atendimento ao balanço energético do Ministério das Minas e Energia que implicar inovações, inclusive as decorrentes da introdução de novas técnicas industriais, terá uma aplicação gradual, tendo em vista favorecer a sua absorção e evitar choques para as empresas e o mercado consumidor do País.

Quanto à instituição gradativa da gasolina por etanol, as ações concentram-se nas áreas de produção de matérias-primas, transformação das matérias-primas em etanol, notadamente o aproveitamento do vinhotto. Detalhemos este programa, coordenado pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

O Programa Nacional do Álcool, sob a consciência de que hoje o álcool é mais caro do que a gasolina, é um programa de segurança ou redução de vulnerabil-

dade nacional. É uma contribuição, não é uma solução. A meta recentemente aprovada para o PROÁLCOOL, de produção de 10,5 bilhões de litros de etanol em 1985, que visa substituir apenas gasolina correspondente à expansão do consumo naquele ano, de 79 a 85, exige ações a nível de produção e diversificações de matérias-primas, desenvolvimento e adoção de novas tecnologias de produção do etanol e implantação de grande número de usinas. Por outro lado, exige também o esforço de adequação da estrutura de consumo do etanol, através da conversão dos motores em uso, da fabricação de motores adequados à combustão do etanol e da melhoria ou desenvolvimento de tecnologia para a alcoolquímica. Fundamental é a adesão do empresário privado a este programa. É um grande desafio.

As matérias-primas mais viáveis para a produção do etanol são a cana-de-açúcar, a mandioca, o sorgo sacarino, a madeira e os resíduos agrícolas e o babaçu. Destas, somente para a cana-de-açúcar existe tecnologia comprovada pela prática e infra-estrutura de produção implantada. A produção de etanol a partir da mandioca somente no último ano entrou em fase industrial e as outras matérias-primas, no Brasil, são utilizadas em escala de laboratórios e usina piloto, fora algumas experiências isoladas no passado.

A estratégia para aumentar o rendimento dos canaviais e destilarias atuais é prioritária por surtir efeito em menor prazo e exigir investimento reduzido. Ações nesse sentido abrangem:

- melhorias no setor agrícola e no processo industrial, notadamente o aumento do teor de açúcares fermentáveis, do rendimento de extração e do rendimento de fermentação com uma meta para aumento do rendimento de 42% em 3 a 10 anos, passando de 60 para 85 litros de álcool por tonelada de cana. A eventual utilização do sorgo poderá estender o período de safra com consequente redução do investimento nas refinarias;

- eliminação de perdas existentes em dornas abertas, na vinhaça e nos tanques (estimadas entre 4 a 10%);

- redução do custo do sistema de acionamento de moendas pelo uso de motores hidráulicos, do custo de moendas pela sua fabricação por meio de chapas navais e do custo de investimento da usina, em 10%, pela redução de números de colunas de destilação;

- redução de 20% do volume de vinhoto gerado, evitando-se injeção direta de vapor no vinho;

- redução no consumo de energia do processo pelo acionamento das moendas com motores hidráulicos, pelo uso de difusores, pela melhoria do rendimento térmico das caldeiras, pela pré-secagem do bagaço utilizado como combustível e pela aplicação do sistema de co-geração de energia elétrica.

Quanto à tecnologia do uso do etanol, os estudos compreendem as aplicações do álcool etílico como combustível de motores de explosão interna e como insumo básico da indústria alcoolquímica.

No caso do uso do etanol como combustível, duas áreas são consideradas: a adaptação dos motores em uso e a fabricação de motores pelas montadoras. Para o

ciclo diesel, prioridade é dada à substituição parcial do óleo diesel por mistura com etanol, aditivos e/ou óleos vegetais. Entendemos ainda que a indústria automobilística procurará persistentemente reduzir o consumo específico através de carros mais leves e motores mais eficientes. Pelos problemas decorrentes de testes ainda não totalmente terminados, as vendas iniciais pelas empresas automobilísticas deverão ser feitas ao Governo, ou para frotas específicas, a fim de haver um acompanhamento mais de perto por parte das montadoras.

Do mesmo modo, por ser a experiência com motores e etanol ainda restrita, com problemas pendentes como a corrosão de peças e a qualidade e uniformidade do combustível, a conversão de motores será realizada inicialmente em frotas experimentais controláveis, tanto governamentais quanto de empresas privadas.

No que se refere à produção de combustível sólido – no caso carvão – merecem destaque os estudos que vêm sendo desenvolvidos referentes ao processamento hidrolítico da madeira e outros materiais celulósicos.

O processo de hidrólise ácida da madeira, fermentação dos açúcares e destilação do vinho, na produção de combustíveis líquidos – etanol – e sólidos – coque de lignina –, constitui técnica que permite o aproveitamento em alto grau dos recursos vegetais. A importância dessa tecnologia ganha destaque quando se constata que 45% da produção nacional de ferro guza faz uso do carvão vegetal como termo-redutor, o que perfaz mais de 4 milhões de toneladas de ferro anuais. Além disso, a siderurgia nacional a coque depende da importação de carvão mineral em cerca de 75%, já que as características do carvão mineral do País permitem hoje sua mistura até somente 25%. Quer parecer-nos pois que, usando madeira para produção de energia, o seu melhor uso é para produzir carvão vegetal, tão indispensável à segurança da siderurgia brasileira quanto o PROGRAMA DO ÁLCOOL o é para reduzir a vulnerabilidade dos nossos transportes.

O uso do processo hidrolítico da madeira, como alternativa à carbonização da madeira em fornos de alvenaria, permite a produção de 100 kg de coque metalúrgico, além de 160 litros de álcool etílico por tonelada de madeira com 30% de umidade. Resta ver sua economicidade. Além desses estudos, já em fase de planta piloto, a STI vem desenvolvendo experimentos referentes ao uso integral do babaçu na produção de etanol, carvão vegetal, óleos vegetais etc. Visto estes esforços na área da substituição de produção, examinemos a área de produção de consumo de energia.

Para exemplificar a melhoria decorrente da introdução de tecnologias mais apuradas, pode-se citar a evolução do consumo específico equivalente de carvão mineral em altos-fornos. Em 1970 consumiam-se 10 toneladas de carvão mineral por tonelada de ferro produzido. Hoje, esse consumo é de menos de 1 tonelada de carvão por tonelada de ferro. Somente nos últimos 20 anos, o desenvolvimento tecnológico contribuiu para uma redução de 30% no consumo de energia na siderurgia.

De acordo com a importância da tecnologia para o desenvolvimento industrial do País, o Ministério da Indústria e do Comércio conta com um organismo específico de política tecnológica, dotado de funções de supervisão e coordenação das

atividades na área e incumbido de identificar e equacionar a problemática relacionada com o desenvolvimento tecnológico do País: a Secretaria de Tecnologia Industrial - STI. Para cumprir o conjunto de atribuições legais que lhe são concernentes, a STI apóia-se em um sistema operacional na área da tecnologia envolvendo os aspectos de ação normativa, controle, promoção e fomento, a produção de tecnologia e prestação de serviços em apoio à atividade industrial.

A STI vem desenvolvendo esforços, prioritariamente, no sentido de criar e desenvolver opções tecnológicas que contribuam significativamente para a solução do problema energético brasileiro. Nesse sentido, as grandes linhas de ação da STI são:

- o desenvolvimento e a melhoria de processos industriais que impliquem aumento da eficiência e da produtividade, reduzindo o consumo de energia;
- o desenvolvimento da tecnologia de produção e do uso de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, utilizando-se fontes renováveis de energia, de acordo com as prioridades decorrentes do quadro de consumo energético da indústria nacional;
- o desenvolvimento da tecnologia que permita um maior uso de combustíveis fósseis do País, notadamente o carvão mineral;
- o desenvolvimento de uma estrutura tecnológica que contribua para solucionar o problema do combustível líquido importado.

Estudemos o caso de energia na siderurgia, em que o Ministério da Indústria e do Comércio está altamente envolvido, pretendendo — através do CONSIDER, SIDERBRÁS, CDI, STI, e as empresas privadas e o IBS —, conduzir grande programa a respeito.

A siderurgia é a maior consumidora industrial de energia e é responsável pela utilização de cerca de 10% do dispêndio energético do mundo. A energia pesa no Brasil cerca de 20% no custo do aço. Cerca de 62% da energia para a siderurgia brasileira é importada. Partindo-se de sua concepção básica e tradicional, a indústria siderúrgica é consumidora de carvão, mineral ou vegetal. A grosso modo, a produção de uma tonelada de aço, sob a forma de seus produtos, consome energia equivalente à contida em uma tonelada de carvão. Teoricamente, pode-se produzir e transformar o aço a partir de um único tipo de fonte energética, seja o carvão, o óleo combustível ou a energia elétrica. O uso de diversas fontes simultaneamente é antes determinado por vantagens econômicas do que por condicionantes técnicas. No período 1974-1978, a siderurgia brasileira consumiu cerca de 67% sob a forma de carvão propriamente dito, 18% sob a forma de energia elétrica e 15% sob a forma de derivados de petróleo.

Mesmo antes da crise mundial, a siderurgia dos principais países industrializados era mais dependente em derivados de petróleo do que a brasileira. Outrossim, a dependência nacional em carvão mineral era, também, menos intensa, pois nosso País é um grande usuário da energia renovável, sob forma vegetal e hidráulica. É importante também ressaltar que o Brasil produz cerca de 90% de todo o gua-

produzido no mundo com carvão vegetal, isto é, com fonte energética renovável. Por sua vez, atingimos no Brasil, em muitos casos, níveis de consumo unitário iguais aos melhores do mundo.

Alguns aspectos devem agora ser considerados, tendo em conta que o petróleo e seus derivados passaram a ser fonte energética crítica. A esse respeito, merecem atenção especial os dois principais estágios de produção siderúrgica, em relação ao consumo energético:

- a) o estágio de redução, onde o minério se transforma em ferro bruto (guza ou ferro esponja); e
- b) o estágio de refino, onde se obtém o aço, pelo ajuste da composição química do ferro bruto.

A evolução da tecnologia siderúrgica ocasionou o aumento progressivo do emprego de óleo combustível no estágio de redução, enquanto o inverso ocorreu no estágio de refino, onde o mesmo derivado de petróleo foi substituído, integralmente, pelo oxigênio, isto é, por energia elétrica. O decréscimo da dependência da siderurgia brasileira em derivados de petróleo fica explicada pela evolução na área de refino, que se ampliou pela instalação de acarias a oxigênio (tipo LD), em vez de acarias Siemens-Martin.

A tendência de se empregar cada vez mais óleo combustível no estágio de redução, principalmente nos altos-fornos, é objeto de divergência entre os interesses da siderurgia e a contenção do consumo dos derivados de petróleo. Do lado da siderurgia, o uso de óleo combustível implica substituição, com reais vantagens, do carvão metalúrgico (uma tonelada de óleo substitui duas toneladas de carvão metalúrgico), ocasionando economia global de energia, aumento de produtividade e menor dispêndio de divisas (no balanço entre petróleo e carvão, tendo-se em conta que cerca de 80% do último ainda é importado). O êxito da siderurgia japonesa proveio, em grande parte, do emprego maciço de óleo combustível no estágio de redução e de nenhum derivado de petróleo no estágio de refino (atualmente, no Japão, já não existe qualquer acaria Siemens-Martin em funcionamento).

O êxito da tecnologia siderúrgica visando a economizar energia passou a ser conhecido como a *capacidade em utilizar a maior quantidade possível de óleo combustível no alto-forno*. A siderurgia brasileira estava-se orientando para essa tecnologia, quando a crise do petróleo veio a obstá-la, determinando o racionamento de óleo combustível para os altos-fornos. Isto, além de aumentar o consumo específico global de energia, diminuirá a produção de guza e poderá determinar a necessidade de importação adicional de produtos siderúrgicos.

A siderurgia brasileira tem acompanhado a melhor tecnologia mundial para redução de consumo unitário de energia na produção do aço. Em 1978, nosso consumo específico de energia primária foi de 6,4 Gcal/t de aço líquido.

Todavia, grande parte desta tecnologia foi gerada tendo como modelo energético o dos países desenvolvidos, que, por sua diferença com o nosso, ocasiona distorções na sua aplicação, e como tal não tem propiciado um incremento da participação da energia primária de origem nacional no consumo da nossa siderurgia.

Pretende-se desenvolver dois programas. Um primeiro para continuarmos, agora de uma maneira mais rápida e coordenada, a redução do consumo específico de energia.

O segundo, para nacionalização da energia primária em siderurgia.

As principais linhas destes dois programas são:

I – Programa de redução do consumo específico de energia

Principais itens:

- Elevar a utilização das formas de energia, principalmente gases, dentro das usinas siderúrgicas.
- Aumentar a participação do lingotamento contínuo na nossa produção de aço, que em 1978 atingiu 25,4%.
- Os diversos outros modelos de racionalização e aproveitamento de energia não utilizada.

II – Programa de nacionalização da energia

As principais dificuldades que este programa, dentro do atual quadro tecnológico, enfrentará para a sua implantação são as seguintes:

- Tecnologias relativamente novas, com pequeno grau de difusão, logo maior risco.
 - Processos tecnológicos novos que entram em choque com o programa de redução do consumo específico.
- Eles são viáveis graças a alguma diferenciação encontrada, em determinadas regiões, no preço das diferentes formas de energia.
- Outros processos deverão ser buscados nas condições brasileiras e que trarão pequena alteração no custo do aço. A implantação destes necessita, pois, de um apoio a nível de Governo.

As principais linhas deste programa são:

1 – Substituição do Carvão Coqueificável

- Nas usinas de grande porte atuais não há ainda uma perspectiva de mudança.
- Em novas usinas temos os seguintes projetos:
 - Implantação do alto-forno a carvão vegetal, em usinas de grande porte, e continuidade da produção de guza com carvão vegetal em usinas menores racionalizadas.
 - Gaseificação de carvão nacional aliada à redução direta.
 - Utilização do forno elétrico de redução com coque de carvão nacional.

2 – Substituição do Óleo Combustível

- Utilização de gás de carvão nacional em fornos de reaquecimento.
- Substituição das atuais aciarias Siemens-Martin por L.D.

As medidas para apoio aos dois programas serão objeto de trabalho a ser desenvolvido por comitê interno na área do Ministério da Indústria e do Comércio. Tal como na siderurgia, que estudamos acima, os outros ramos industriais são objeto de estudos nossos e, certamente, dos empresários conscientes. Estamos aguardando sugestões e ações de cada um. Mas, eu desdobraava a diretriz básica do Presidente Figueiredo, de continuidade do crescimento e de sua desconcentração regional e social.

Vejamos agora, sob o ponto de vista de política industrial energética, a desconcentração.

Entendo que a desconcentração regional do crescimento econômico tem razões políticas visando à construção de uma nação. Tem razões geopolíticas visando reduzir a vulnerabilidade da nossa economia. Tem razões poéticas e humanas visando à qualidade de vida e do espírito. Para nós, hoje, engenheiros industriais, executivos, interessa-nos o seu fator de redução de consumo de energia. Sem ignorar a economia de escala, lembremo-nos que as grandes metrópoles são consumidoras intensas de gasolina, energia de transporte. Lembremo-nos, em seguida, que um maior grau de regionalização da economia reduzirá as necessidades de transporte inter-regional, consumidora intensa de óleo diesel.

A política estabelecida de desconcentração geográfica do crescimento industrial implica economia de combustíveis líquidos já que o transporte de carga no Brasil se faz basicamente pelo sistema rodoviário. Estudos já efetuados, para o caso de materiais de construção civil, mostram que o conteúdo energético dos mesmos é consideravelmente acrescido com a energia gasta em transportes. Além disso, o seu preço ao consumidor sofre aumentos mais que proporcionais a esse acréscimo.

É, portanto, importante que na formulação e execução da política de desenvolvimento industrial do País se dê a devida relevância à desconcentração geográfica industrial, buscando as vocações regionais; à horizontalização da produção, desenvolvendo programas de apoio à pequena e média empresa que as tornem eficientes sem que necessariamente as tornem grandes; e ao problema dos fluxos de distribuição de bens, pelas suas implicações no quadro de suprimento e consumo de energia do País.

E, finalmente, ao lembremo-nos da bacia amazônica, consideremos a necessidade de realizarmos ali investimentos industriais consumidores intensivos de energia, que possam aproveitar matérias-primas locais, trabalhadas pela energia hidrelétrica local.

Quanto à desconcentração social do crescimento econômico, com melhor distribuição de renda nacional, é grande o desafio com que se defronta o setor industrial brasileiro. Para que mantenha um processo cumulativo de crescimento é preciso que sua produção se torne acessível à grande massa da população e, numa

relação de causa e efeito, possa absorver mão-de-obra que se desloca da zona rural para os centros urbanos.

O elemento fundamental para que seja possível manter um processo contínuo de expansão reside na capacidade de modernizar-se, incorporar nova tecnologia, adquirir agilidade gerencial e administrativa; em outras palavras, alcançar constante melhoria de produtividade, refletida em diminuição real de custos e de preços para, a partir daí, atingir escalas de produção compatíveis com os padrões internacionais. Há, no Brasil, grandes margens para isto. Pretendo estabelecer no MIC um programa de acompanhamento da produtividade empresarial brasileira.

Além da produtividade, função específica da gerência da empresa, baixando seus custos de produção, há os problemas de padronização e modernização que certamente podem contribuir em redução de consumo de energia e do custo final do produto.

Nunca é demais lembrar que padronização visa reduzir o número de componentes com que se fabrica o produto final e o número de opções de produto final ao consumidor. E normalização visa estabelecer os padrões de qualidade necessários à função do produto.

Ora, no Brasil, temos excesso de componentes e temos excesso de opções ao consumidor. E temos produtos com qualidades inferiores ou superiores ao necessário. Há, pois, aí, um grande campo de trabalho.

O exemplo mais usado para demonstrar a maximização do desenvolvimento econômico e industrial de um país através de uma sistemática de normalização eficiente é o do Japão, principalmente pela conquista de mercados considerados impossíveis, a partir da apresentação de produtos com uma qualidade certificada. Significativamente, estudos feitos na República Federal da Alemanha mostram que é de 7,1 a razão alcançada entre os benefícios econômicos e os custos aplicados em normalização.

A União Soviética apresenta dados que apontam uma quantia de cerca de 1,5 bilhão de dólares como a economia nacional alcançada anualmente naquele país em desenvolvimento. Em 1972, ao aprovar uma norma que especificava tecnicamente o óleo isolante para transformadores, levando em conta as condições de temperatura próprias daquele país, foi possível utilizar óleo fabricado internamente, com matéria-prima lá disponível.

Por intermédio de uma série de normas relacionadas com ações, tais códigos de projetos, desenhos e construções, códigos de soldagem e uma racionalização do seu uso, foi possível alcançar uma economia de 23,6% no aço empregado em edificações na Índia. Em 1961, havia, naquele país, cerca de 1.500 variedades de aço, que chegavam a ser fabricados em quantidades mínimas como 10 kg. Os estudos então realizados demonstraram que somente 156 tipos diferentes seriam necessários, estabelecendo-se uma normalização específica para a matéria. Após a normalização indiana no setor, foi constatado que no período 1973-74, em aço estrutural e em construção civil, foram utilizadas 2 milhões de toneladas de aço e que, pelas dimen-

sões antigas, seriam necessárias 2,6 milhões de toneladas. A economia equivale a 80 milhões de dólares. Avaliou-se também que em apenas esse setor, a economia corresponde a 15 vezes o aplicado em toda a atividade de normalização do país.

O Ministério da Indústria e do Comércio pretende conduzir um extenso e intenso programa de padronização e normalização.

Não há dúvida de que o potencial de conservação de energia, através destes trabalhos, receberá possibilidades de redução do consumo energético a curto prazo e a baixo custo.

Atenção e ação permanentes deverão estar voltadas para a melhor utilização de energia em qualquer de suas formas e para a maior utilização dos nossos recursos internos. Se há um desafio que pede resposta, acredito que ela será encontrada sob o signo da co-responsabilidade.

Co-responsáveis, Governo e Empresário, trabalharemos juntos para que vençamos as dificuldades energéticas e continuemos crescendo desconcentrados e, pois, descontraídos.



TÉCNICA DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

Iran de Lima

Mestrado em Direito e Estado, Universidade de Brasília.

INTRODUÇÃO

A intervenção do Estado no domínio econômico é tema de grande atualidade no Brasil de hoje. Procuraremos, neste breve estudo, pesquisar em que medida o intervencionismo constitui uma novidade, as situações concretas em que ele se apresenta, no Brasil e em alguns países do Ocidente mais ligados a nós pelos laços da tradição.

Pesquisaremos, com a atenção voltada para a Constituição vigente, a legitimidade ou não da intervenção no domínio econômico que vem se operando no Brasil e, se essa intervenção constitui realmente uma necessidade do contexto atual.

Procuraremos, na medida em que isso for possível, estudando as normas constitucionais, encontrar o nosso modelo institucional, para ver da possibilidade ou não de transição para outros tipos de regime.

Finalmente, estudaremos os limites do poder de intervenção e as limitações acaso existentes e em que consistem.

O tema, de qualquer forma, é amplo, e procuramos sintetizar, dentro do possível, a matéria apresentada, evitando o aprofundamento das questões notoriamente conhecidas, fixando-nos, apenas, aqui e ali, naqueles pontos que consideramos do maior interesse.

PRIMEIRA PARTE

O ORDENAMENTO JURÍDICO ECONÔMICO

I – A ORDEM JURÍDICA

Antes de falarmos em ordem jurídica, necessário se faz delimitarmos, com a precisão possível, o nosso campo de investigação. Nossa preocupação inicial se prende, assim, à busca de um conceito para aquilo que devamos entender como "ordem".

García Maynez¹ define ordem como "... el sometimiento de un conjunto de objetos a un criterio ordenador cuya aplicación condiciona las relaciones de esos objetos entre si y permite realizar las finalidades del ordinante".

O mesmo autor, prosseguindo em seu estudo, destaca a estrutura de toda ordem dada e que pressupõe a existência dos seguintes elementos: a) um conjunto de objetos; b) um critério ordenador; c) a sujeição dos objetos ao critério; d) as relações que derivam da sujeição para os objetos ordenados; e) a finalidade perseguida pelo ordenante².

O Direito é uma ordem normativa. Quando se fala em ordem jurídica ou normatividade jurídica, outra coisa não se quer designar do que o específico processo de adaptação social que é o Direito.

Na sociedade primitiva já existe, bem determinada, uma ordem jurídica, mas com um mínimo de controle social baseado na violência ou na força física³. O poder regulador desse ordenamento jurídico do primitivo é mínimo, pois que as necessidades do grupo social quase que se limitam apenas a um problema de subsistência. Não existem relações complexas a serem reguladas.

Essa ordem jurídica primitiva caracteriza-se pelo fato de ser não escrita e repousar numa tradição ancestral, transmitindo-se de forma oral de uma geração para outra.

Recuando ainda mais, para os primórdios da vida do homem na terra, chegaremos a uma época em que a subsistência dependia da coleta de alimentos, o que obrigava a humanidade se expandir geograficamente do seu lugar de origem, usando para isso apenas as suas próprias pernas⁴. Esse grupo humano primordial se caracterizava pelo nomadismo. Não havia a fixação num território determinado.

1 – *El derecho como orden normativo concreto* – Filosofia II – S. Paulo 1974 – página 319.

2 – opus cit. – loc. cit.

3 – A. L. Machado Neto – *Sociologia Jurídica* – Saraiva – S. Paulo – 1974 – p. 200.

4 – Arnold J. Toynbee – *O Desafio de Nossa Tempo* – Zahar – Rio – 1975 – p. 65.

Mesmo nesse grupo humano primordial é de se supor a existência de uma ordem jurídica composta por um mínimo de normas não escritas. O interessante no ordenamento jurídico primordial e que o distingue do ordenamento jurídico moderno é o fato de não se exercer num território determinado. A ordem jurídica aplica-se aos membros do grupo, onde estivessem.

A ordem jurídica moderna supõe que sua aplicação se faça num território determinado. E mesmo quando, por conveniência, alcança fatos ocorridos no território alienígena, a sua aplicação é feita no território nacional.

Com a evolução da humanidade, a ordem jurídica foi se tornando cada vez mais complexa e passou a refletir os aspectos econômicos da sociedade, a princípio de maneira bastante tímida e, na proporção da complexidade crescente, foi chegando até os nossos dias, em que, do estado liberal passamos para o estado intervencionista.

Como diz Paulo Bonavides⁵, quando se refere ao Estado social: "... é um Estado intervencionista, que requer sempre a presença militante do poder político nas esferas sociais, onde cresceu a dependência do indivíduo, pela impossibilidade em que este se acha, perante fatores alheios a sua vontade, de prover certas necessidades existenciais mínimas."

A ordem jurídica, atualmente, está a serviço de um estado do tipo intervencionista, que tudo regula na vida do indivíduo, desde o seu nascimento até a sua morte.

II – A ORDEM ECONÔMICA

Modesto Carvalhosa diz que a ordem econômica é uma atividade instrumental com respeito às exigências de diversas ordens do indivíduo e da coletividade, que não podem apenas materialmente se traduzir em termos simplesmente de melhoria do padrão de vida e do acesso generalizado aos bens econômicos⁶.

Transpondo a atividade instrumental que é a ordem econômica para a estrutura que García Maynez destaca como existente em toda "ordem", teremos: a) um conjunto de economias, incluídas as economias familiares e as economias empresariais, públicas e privadas; b) um critério ordenador de natureza econômica; c) a sujeição das economias ao critério ordenador; d) as relações que derivam da sujeição das economias ao critério ordenador; e) a finalidade perseguida pelo Estado ordenante, que é a justiça social.

5 Do Estado Liberal ao Estado Social – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – 1972 – página 228.

6 A Ordem Econômica na Constituição de 1969 – Revista dos Tribunais – São Paulo – 1972 – página 67.

O Estado intervencionista dos tempos atuais interfere na ordem econômica para conseguir a realização da justiça social e para isso se vale de um critério de ordenação. Esse critério é que vai determinar o especial tipo de Estado, se do tipo socialista, se do tipo capitalista, para só falarmos das formas extremas.

Em razão disso, é válido falarmos também de uma ordem econômica capitalista e de uma ordem econômica socialista, valendo lembrar que só estamos operando nos pontos extremos, por uma mera questão de conveniência terminológica.

Quando se fala em ordem econômica, é muito importante não perder de vista, ao lado da realização da justiça social, o critério ordenador que se deseja, para que as medidas postas em prática não levem o Estado de um ponto extremo para o outro, ainda *mais quando* a mutação é indesejável.

Pontes de Miranda⁷ destaca que não são raros os casos em que o cerceamento da iniciativa privada caracteriza a figura da extinção da liberdade de iniciativa. Tem aplicação o que foi dito quanto à indesejabilidade de mutação de um critério ordenador para outro.

Pode ocorrer o desejo de mudança radical, de um extremo para outro, mas isso é uma questão que diz com a opção política. Mais adiante falaremos mais detidamente sobre a escolha política do critério ordenador de natureza econômica.

No Brasil, o constituinte de 1946 foi tímido. O art. 145 da Constituição de 1946 disse apenas que a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano. Disse mais: A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social. Tratava-se de mera recomendação. Os legisladores que não obedecessem, escapavam a qualquer restrição legal⁸.

A Constituição de 1967 foi bem mais longe, expressão que era de um poder revolucionário vitorioso e consolidado. Disse, no artigo 157: A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: I – liberdade de iniciativa; II – valorização do trabalho como condição da dignidade humana; III – função social da propriedade; IV – harmonia e solidariedade entre os fatores de produção; V – desenvolvimento econômico; VI – repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. Continua a ser recomendação⁹, bem mais ampla na verdade.

7 – Comentários à Constituição de 1967 – Tomo VI – Revista dos Tribunais – São Paulo – 1968 – página 6.

8 – Pontes de Miranda – Comentários à Constituição de 1946 – Tomo V – Editor Borsolino – 1960 – Rio de Janeiro – página 439.

9 – Pontes de Miranda – Comentários à Constituição de 1967 – Tomo VI – Revista dos Tribunais – São Paulo – 1968 – página 28.

A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, artigo 160, pouco modificou, na aparência. O desenvolvimento nacional passou a ser fim, juntamente com a justiça social. O desenvolvimento econômico não é mais um princípio informador de um fim. É uma das finalidades precípuas da ordem econômica. Foi incluído, também como princípio, o inciso VI, expansão das oportunidades de emprego produtivo.

Em 1969, operou-se a mutação do critério ordenador da atividade econômica. De Estado essencialmente preocupado com a realização da justiça social passou-se a Estado promotor do desenvolvimento. É uma presença maior do Estado na vida econômica, comandando o desenvolvimento.

A recomendação é no sentido da mudança de critério ordenador. Implica em mutação, mas não extrema. Não se deseja a ordem econômica socialista nem outra ordem dela próxima. Qualquer desvio maior em direção ao socialismo, face à Constituição vigente, é *caminho indesejado*, como veremos ao estudar a intervenção.

III – A ORDEM ECONÔMICA JURÍDICA

O Estado de Direito pressupõe a existência da normatividade jurídica, no plano constitucional, à qual se submetem as demais normatividades. A lei ordinária não viola a Constituição. O poder regulamentar é exercido dentro de seus limites próprios. A competência de preenchimento de claros, atribuída a autoridades administrativas é exercida sem violação de direitos. Os níveis de governo, federal, estadual e municipal, não invadem a competência legislativa um do outro. Para as infrações existem os devidos remédios jurídicos processuais. Nenhuma lesão de direito individual é excluída da apreciação do Poder Judiciário.

No Estado de Direito, o critério ordenador da economia não leva a excessos, pelo submetimento do complexo de normas que regulam a ordem econômica aos princípios constitucionais.

As finalidades promocionais expressas no artigo 160 da Constituição vigente não devem ser interpretadas como apelo à mudança de critérios informativos da ordem econômica, no sentido da mutação extrema: capitalismo para socialismo.

O que deseja a Revolução Brasileira é uma ordem econômica jurídica, i.e., com a exata dose de intervencionismo e prevalecendo somente enquanto for necessário ao cumprimento das metas estabelecidas para a consecução do desenvolvimento econômico nacional.

O Estado exerce hoje atividade normal no terreno da economia, assumindo deveres e obrigações antes vedados à sua interferência e considerados abusivos e contrários aos interesses privados¹⁰. É preciso que se destaque, entretanto, que essa interferência, em muitos casos, é de natureza transitória, sob pena de falhar o exer-

¹⁰ — Themistocles Brandão Cavalcanti — Princípios Gerais de Direito Público — Editor Borsol — Rio de Janeiro — 1966 — página 215.

cício da função promocional. A ordem econômica somente será jurídica enquanto a intervenção se realizar nos casos previstos em lei, e enquanto durar a necessidade.

A ordem jurídica, mais do que em qualquer outro momento da história, se sobrepõe à ordem econômica. No Brasil, até o Plano Nacional de Desenvolvimento é objeto de lei, no sentido lato. É claro que se trata de norma programática, em muitos aspectos.

Por essa razão cabe falar, no Estado brasileiro atual, de uma ordem econômica jurídica, pela estreita vinculação entre os aspectos econômicos subjacentes e a normatividade jurídica especializada.

No Estado moderno, portanto — a tendência é generalizada —, não se trata mais de ordem jurídica, de um lado, e de ordem econômica, de outro, mas sim de ordem econômica jurídica, como manifestação da função promocional.

SEGUNDA PARTE A INTERVENÇÃO DO ESTADO

I — A NECESSIDADE DA DISCIPLINA JURÍDICA DA ORDEM ECONÔMICA

Desde que existe o Estado que, às vezes timidamente, outras vezes, com presença mais marcante, ele exerce uma ação organizadora e reguladora, no campo da economia. Essa ação é juridicamente disciplinada, mesmo na antiguidade. Os poderes dos reis e dos faraós, no mundo antigo, expressão de absolutismo derivavam de uma ordem jurídica. As decisões dos faraós eram consideradas sagradas, porque sagrada era a fonte de que provinham¹¹; o Código de Hamurabi também era considerado como de origem sobrenatural¹².

Apesar dessas conotações de natureza religiosa, não se pode deixar de considerar a existência de uma ordem jurídica, como bem se observa na sociologia de Max Weber que, usando o método “tipo ideal”, que objetiva captar, no possível, a irracionalidade da vida através do racional¹³, caracteriza tais sistemas como sendo os da irracionalidade formal¹⁴.

Partindo das premissas indicadas, vamos encontrar no período da Antiga Monarquia, no Egito, medidas interventionistas do Estado, no campo da economia, o que, de certa forma, representa uma tímida disciplina jurídica da ordem econômica.

11 — Paulo Dourado de Gusmão — *Introdução à Ciência do Direito-Forense* — Rio — 1960 — página 380.

12 — Paulo Dourado de Gusmão — *opus cit.* — página 382.

13 — A. L. Machado Neto — *opus cit.* — página 36.

14 — “Formally irrational legal decision making is associated with prophetic decisions or revelation.” — David M. Trubek — *Max Weber on Law and the Rise of Capitalism* — Yale Law School — p. 729.

Houve intervenção do governo do faraó, no comércio, mediante as expedições navais, afim de estabelecer relações diretas de troca com o país de "Punt" situado na Arábia Meridional, pátria do incenso. Os últimos faraós se esforçaram para aperfeiçoar a obra de organização do comércio, empreendida por seus predecessores. Psamético fundou numerosos centros de negócios e uma frota mercante poderosa¹⁵.

Em outras épocas, já com o advento do Cristianismo, particularmente na Idade Média, a Igreja intervinha no setor econômico, procurando assegurar um mínimo, em matéria de juridicidade, honradez e ética religiosa na economia. Os mosteiros tinham uma economia muito racional¹⁶, o que demonstra a preocupação dos antigos monges com os assuntos econômicos.

Como se observa, essa preocupação com os assuntos econômicos e com a sua regulação não é uma característica dos tempos modernos, nem tampouco do poder público, uma vez que a própria Igreja, quando dispunha de maior poder, ao lado do Estado absolutista, em caráter suplementar ou substitutivo, intervinha, aplicando normas de uma ordem jurídica subsidiária.

Passando pela Antigüidade e pela Idade Média, tocando, assim, aqui e ali, em pontos extremos da organização do Estado, apenas para ilustrar o surgimento da necessidade da disciplina jurídica da ordem econômica, chegamos até o Estado liberal.

O Estado deve, então, desempenhar um papel secundário, devendo os governantes assistir, como espectadores desinteressados, o funcionamento do regime econômico, sem intervir¹⁷. Devemos, no entanto, encarar o Estado liberal, mais como uma filosofia dominante de governo do que uma realidade existencial pura porque a figura do Estado espectador inerte, sem o mínimo intervencionismo, nunca existiu.

Na realidade, a complexidade crescente da ordem econômica é que vai determinando o crescente disciplinamento de relações que antes eram deixadas ao livre jogo dos interesses. Não queremos, com isso, admitir que o intervencionismo dos tempos atuais, como necessidade, tenderá a um Estado do tipo socialista. A necessidade de disciplinamento, em determinados setores, pode ser temporária, pode passar de técnicas diretas para técnicas indiretas. A intensidade, o avanço, o recuo, dependem muito do processo político.

Essa necessidade de regulação da vida econômica, particularmente em tempos de crise, ou como no Brasil em que, inobstante o contexto internacional adverso, se pretende manter um determinado ritmo de desenvolvimento, acarreta um declínio do federalismo, em proveito de um poder central mais forte.

15 — Lionello Cioli — *História Econômica* — Editorial America — Mexico — 1940 — páginas 16 e 17.

16 — Max Weber — *História Geral da Economia* — Editora Mestre Jou — São Paulo — 1968 — páginas 302 e 303.

17 — Georges Burdeau — *Traité de Science Politique* — Librairie Générale de Droit et de Jurisprudência — Tome VI — Paris — 1971 — p. 107.

A Federação originária por excelência, os Estados Unidos da América, embora o elevado "quantum" de democracia vigorante, não escapa à tendência dos tempos modernos. Georges Burdeau¹⁸ afirma, significativamente: "Mais, prenant sur la masse commune, il privait d'autant les Etats membres dont le pouvoir financier se trouvait peu à peu restreint... Faut-il, dès lors, avec les auteurs américains qui s'interrogent sur l'avenir des Etats membres, admettre que, si orgueilleux soient-ils de leur souveraineté, ils ne constitueront bientôt plus que des provinces?".

Laubadère destaca o fato de que, a partir do momento em que o Estado intervém de uma forma mais acentuada e, sobretudo, de uma maneira mais diversificada, o problema da organização do poder econômico central se coloca¹⁹. Essa organização de que Laubadère fala se traduz, evidentemente, em centralismo.

A eficácia da intervenção disciplinadora da ordem econômica depende de um poder central e se torna muito difícil quando os Estados-Membros continuam a gozar de sua primitiva autonomia.

II – TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO

A intervenção do Estado na vida econômica pode operar-se através de técnicas diversas e, como já ressaltamos anteriormente, é muito antiga. Basta lembrar que a tributação é uma das clássicas formas de intervenção no domínio econômico e social, quer se trate de tributo "in natura", tributação indireta ou direta sobre a fortuna e a renda²⁰.

Laufenburger²¹ prossegue dizendo que todo o ato fiscal tem consequências econômicas que se manifestam imediatamente, seja sobre a oferta e a procura, seja no domínio dos preços, seja naquilo que concerne com o consumo e a poupança.

O objetivo de nosso trabalho não é o estudo exaustivo de todas as técnicas de intervenção na vida econômica, mas sim daquelas formas mais modernas e, talvez por isso mesmo, mais polêmicas.

A própria Igreja, no entanto, nas encíclicas papais, reconhece a necessidade de intervenção na vida econômica. O Papa Pio XI, na encíclica "Quadragesimo Ano", ao falar sobre o princípio direutivo da economia, diz: "Ora a livre concorrência, ainda que dentro de certos limites seja justa e vantajosa, não pode de modo nenhum servir de norma reguladora à vida econômica... Urge, portanto, sujeitar e subordinar de novo a economia a um princípio direutivo, que seja seguro e eficaz"²².

18 – *Traité de Science Politique* – Tome IX – Paris – 1976 – páginas 102 e 103.

19 – André de Laubadère – *Droit Public Economique* – Dalloz – Paris – 1974 – página 152.

20 – Henry Laufenburger – *L'Intervention de l'état* – Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence – Paris – 1939 – p. 22.

21 – opus cit. – loc. cit.

22 – *Documentos Pontifícios Sobre Questões Sociais* – Departamento de Imprensa Nacional – 1967 – página 70.

A necessidade do estabelecimento de tais princípios diretivos da vida econômica, foi criando uma série de técnicas de que falaremos a seguir:

A) A Regulamentação da Vida Econômica

Em alguns setores da economia o legislador intervém somente para regulamentar a atividade, trazendo restrições à liberdade econômica²³. Essa é uma forma clássica de intervenção. Exemplo de regulamentação encontramos no artigo 167 da Constituição Federal, a respeito do serviço adequado, tarifas e fiscalização permanente com revisão periódica das mesmas tarifas, relativamente às empresas concessionárias de serviços públicos. A Constituição atribui à lei a regulamentação, o que implica em restrição à atividade econômica do concessionário.

Alberto Venâncio Filho se refere a Direito Regulamentar Econômico²⁴ que se desenvolveu a partir do alargamento e deformação da noção de polícia.

Caio Tácito destaca esse alargamento como sendo uma superação das fronteiras conservadoras, com o reconhecimento do papel mais amplo e ativo do Estado, sobretudo no sentido da ordem econômica e social²⁵.

Nos Estados Unidos da América, a regulamentação da vida econômica pode-se dizer que decorreu dessa deformação do poder de polícia. Durante a idade de ouro das companhias ferroviárias americanas não havia qualquer regulamentação quanto às tarifas cobradas dos usuários. Várias companhias exploravam o transporte ferroviário, em termos de livre concorrência. A situação, em pouco tempo, evoluiu para uma verdadeira guerra de preços, visando a eliminação da concorrência e o estabelecimento de um monopólio.

Vários Estados da Federação começaram a editar leis reguladoras e as companhias prejudicadas começaram a levar os casos até a Suprema Corte. Um dos casos mais significativos foi o de "Munn v. Illinois", no ano de 1877. O caso se refere a um proprietário de silo para armazenagem de trigo, Munn, que se considerou prejudicado por uma lei votada pela legislatura de Illinois, fixando a tarifa máxima aplicável à estocagem de grãos nas instalações de Chicago²⁶. Reconhecido culpado pela Corte Suprema de Illinois, levou o caso à Corte Suprema Federal, através de um "writ of error".

Os principais argumentos de Munn eram os seguintes: a) a lei violava a Constituição, relativamente ao comércio interestadual; b) violava também porque favorecia os portos de um Estado em detrimento de outro; c) violava a Emenda

23 — André de Laubadère — opus cit. — página 247.

24 — A Intervenção do Estado no Domínio Econômico — Fundação Getúlio Vargas — Rio — 1968 — página 75.

25 — Direito Administrativo — Edição Saraiva — São Paulo — 1975 — p. 136.

26 — Ferdinand F. Stone — Institutions Fondamentales du Droit des États — Unis — Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence — Paris — 1965 — páginas 238 e 239.

nº 14,²⁷ duplamente, porque Munn se via privado de seus bens sem garantia legal suficiente e se via privado de uma proteção igual das leis.

A Corte Suprema não aceitou os argumentos de Munn, estabelecendo que, embora o poder de regulamentar o comércio interestadual pertencesse ao governo federal, enquanto não fossem por este tomadas as medidas necessárias, o próprio Estado pode legislar sobre a matéria. Foi uma decisão destinada a provocar a ação legislativa do Congresso Federal.

Como se observa, a deformação do poder de polícia teve um importante papel na vida econômica americana.

Para terminar cabe frisar o importante papel desempenhado pela Corte Suprema dos Estados Unidos, como aplicadora do Direito e com grande sensibilidade para os problemas econômicos emergentes. Beck destaca a atuação da Corte, com estas palavras: "...ils n'ont qu'à interpréter la Constitution, à maintenir la forme du Gouvernement, tout en lui permettant d'évoluer, de se développer, de s'adapter aux nécessités et aux progrès de cette nation extremement changeante qu'est la nation des États-Unis. La Cour Supreme permet donc au pays de fonctionner d'une façon normale. Jecrois qu'aucune fonction plus auguste n'a jamais été exercée par une Cour de justice."²⁸

B) As Nacionalizações

Outra técnica de intervenção é a nacionalização das empresas estrangeiras. Ocorre geralmente com empresas concessionárias de serviços públicos. Também pode ocorrer com outro tipo de empresas como a que antecedeu a Cia. Vale do Rio Doce. Essa companhia foi constituída por decorrência da expropriação das ações dos antigos acionistas. Exemplo mais recente foi a compra pelo Governo Federal das ações pertencentes à American Foreign Power, relativas às suas subsidiárias situadas no Brasil, autorizada pela Lei nº 4.428, de 14 de outubro de 1964²⁹.

Atualmente, o suporte jurídico para qualquer nacionalização se encontra no artigo 163, caput, da Constituição Federal, quando faculta a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional.

27 — Especialmente a Secção I: "São cidadãos dos Estados Unidos e do Estado onde residem todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos e sujeitas à sua jurisdição. É vedado aos Estados fazer ou executar leis que restrinjam as prerrogativas e garantias dos cidadãos dos Estados Unidos, privar alguma pessoa da vida, liberdade ou propriedade sem observância dos trâmites legais ou recusar a qualquer pessoa de sua jurisdição a igualdade perante a lei". — cfme. Constituições Políticas de Diversos Países — Imprensa Nacional — Casa da Moeda — Lisboa — 1975 — página 39.

28 — James M. Beck — *La Constitution des États-Unis* — Librairie — Armand Colin — Paris — 1923 — páginas 159 e 160.

29 — Alberto Venâncio Filho — *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico* — Fundação Getúlio Vargas — Rio — 1968 — página 414.

Pontes de Miranda, comentando o parágrafo 8º do artigo 157 da Constituição de 1967, de redação que corresponde ao atual artigo 163, disse que "o texto abre margem às socializações e, pois, às nacionalizações, às administrações (régies) e aos monopólios estatais"³⁰

A intervenção no domínio econômico, sob a forma de nacionalização, somente será possível por motivo de segurança nacional ou quando se trate de organização de setor que não possa ser desenvolvida com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa. A nacionalização, para efetivar-se, depende de lei federal. A compra de ações de uma empresa estrangeira, de parte do Governo Federal, se tiver finalidade de nacionalização, depende de autorização legal. Quando a finalidade não for de nacionalização, como no caso do Estado, através de órgão da administração indireta, pessoa jurídica de direito privado, comprar com finalidade de aplicação de capital, a operação escapa à exigência constitucional.

Da mesma forma, o Estado-Membro e o Município podem nacionalizar. A exigência de lei federal autorizativa, no entanto, permanece. É de se observar, em apoio do que dissemos, a norma constitucional do art. 13, caput, que estabelece, apenas exemplificativamente, os princípios que os Estados deverão respeitar, dentre outros.

Na França as nacionalizações, se realizaram, principalmente no após guerra e tiveram por objetivo os setores chave da economia. Foram nacionalizadas as hulherias do Norte e do Passo de Calais, as usinas Renault, a sociedade Gnome et Rhône que se tornou a "Société nationale d'étude et de construction de moteurs d'aviation". Sobretudo, no ano de 1946, foram nacionalizados os transportes aéreos, os grandes estabelecimentos financeiros, companhias de seguro, de eletricidade, de gás, etc.³¹

A Constituição francesa de 27 de outubro de 1946 é explícita quanto às nacionalizações³². Laubadère esclarece que "Le second exemple est fourni par la disposition du Préambule prescrivant la nationalisation des biens et entreprises qui ont ou acquièrent les "caractères d'un service public national ou d'un monopole de fait"³³.

Na realidade, considera-se a norma constitucional francesa como uma consagração das nacionalizações operadas antes da Constituição de outubro de 1946, por quanto, a partir de sua vigência não houveram novas nacionalizações³⁴. Os próprios partidos de esquerda, cujos programas comportam as nacionalizações, não

30 — opus cit. — página 54.

31 — André de Laubadère — opus cit. — páginas 39 e 40.

32 — "Qualquer bem ou empresa, cuja exploração tenha ou venha a adquirir o caráter de serviço público nacional ou de monopólio de facto, deve tornar-se propriedade da coletividade" — Préambulo — cfme. Constituições Políticas de diversos países — p. 55.

33 — opus cit. — pág. 308.

34 — André de Laubadère — opus cit. — página 311. — nota 2.

fazem alusão à norma constitucional de 1946. No curso da campanha presidencial de maio de 1974, François Mitterrand, no seu debate televisionado, com Valéry Giscard d'Estaing, utilizou o argumento das nacionalizações com base no preceito constitucional³⁵.

Na França, é de se destacar, ainda, a norma constitucional³⁶ permissiva das desnacionalizações, que são as transferências das empresas do setor público para o setor privado³⁷. No Brasil, só é possível vislumbrar desnacionalização no sentido francês, numa interpretação construtiva do artigo 163 da Constituição, ou seja, permitindo o retorno ao setor privado das atividades que o setor já tem condições de desenvolver com eficácia no regime de competição.

C) O Monopólio

É uma forma orgânica de intervenção do Estado na vida econômica. Como nos casos de nacionalização, o seu suporte jurídico se encontra no art. 163 da Constituição Federal e de forma explícita. A norma constitucional prevê a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa. No Brasil, tal espécie de intervenção é feita através a criação de empresa monopolizante.

A noção de monopólio nos é dada pela Economia. O monopolizador é aquele que controla a oferta de um produto. A elasticidade da demanda entre o seu produto e todos os outros produtos é muito fraca. Não existem monopólios puros porque para tanto seria necessário produzir todos os bens de uma comunidade³⁸.

Na administração pós-joanina, tivemos no Brasil o monopólio do tráfico do pau-tinta e do fornecimento da farinha de trigo, bacalhau, vinho e azeite, dados à Companhia Geral do Comércio do Brasil, cujos Estatutos foram aprovados pelo Alvará de 10 de março de 1649³⁹. A idéia de criação da Companhia monopolizada, que teve por escopo o revigoramento do comércio com o Brasil, coube ao Padre Antônio Vieira⁴⁰.

35 — André de Laubadère — *opus cit.* — loc. cit.

36 — "3. A lei estabelece ainda as regras relativas:

... À nacionalização de empresas e à transferência da propriedade de empresas do sector público para o sector privado". cfme. *Constituições Políticas de diversos países* — página 64.

37 — André de Laubadère — *opus cit.* — página 310 — nota 1.

38 — Raymond Barre — *Économie Politique* — Presses Universitaires — de France — Tome Premier — Paris — 1959 — página 525.

39 — Hélio de Alcantara Avellar — *História Administrativa e Econômica do Brasil* — MEC-FENAME — 1970 — página 129.

40 — Hélio de Alcantara Avellar — *opus cit.* — página 128.

A primeira Constituição brasileira que trouxe norma concessiva de monopolização de determinada indústria ou atividade econômica, por parte da União, foi a de 1934. Desde então, com maior ou menor amplitude, a norma permissiva vem se repetindo nos textos constitucionais. Os textos constitucionais têm sido similares, exceção feita no artigo 135, 2^a alínea de 1937 que dizia: "A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma de controle, do estímulo ou da gestão direta". Trata-se de norma típica do regime de governo vigorante.

Aplica-se aqui o que dissemos a respeito das nacionalizações, i.e., a intervenção com o fim de monopólio pode ser realizada através de Estados-Membros ou Municípios, desde que haja lei federal autorizadora. É claro que na esfera municipal é muito difícil a ocorrência de atividade suscetível de atividade interventora por monopólio.

No Brasil, como mais significativo, temos o monopólio da União quanto à pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo, à refinação do petróleo nacional ou estrangeiro e o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo no Brasil e, bem assim, o transporte por meio de condutos de petróleo bruto e seus derivados, assim como, de gases raros de qualquer origem.

O exercício do monopólio se faz por meio do Conselho Nacional de Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização e por meio da sociedade por ações "Petróleo Brasileiro S/A" e de suas subsidiárias como órgãos de execução⁴¹. Como se observa, o monopólio em questão é exercido de uma forma complexa, já que a orientação e fiscalização cabem ao Conselho Nacional de Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República (art. 3º da Lei nº 2.004, de 3/10/53) e a execução cabe à PETROBRÁS e às suas subsidiárias.

Com a crise energética atual e as anunciadas medidas governamentais, no sentido de adicionar álcool à gasolina em quantidades crescentes, surge a questão de saber se esse produto seria também objeto do monopólio.

O artigo 1º da Lei nº 2.004, inciso I, estabelece que a União detém o monopólio da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional.

Os álcoois são compostos orgânicos derivados dos hidrocarbonetos pela substituição de um ou mais átomos de hidrogênio, não pertencentes a núcleo benzenico, por igual número de radicais hidroxilas⁴².

Como a Lei nº 2.004 fala em hidrocarbonetos achamos difícil que sejam abrangidos os derivados dos hidrocarbonetos, como os álcoois, já que a sua inclusão no monopólio, por derivação, implicaria em que fossem incluídos todos os sub-produtos do petróleo, já que derivados de hidrocarboneto.

41 — Alberto Venâncio Filho — opus cit. — página 184.

42 — Encyclopédia Barsa — Encyclopaedia Britannica Editores Ltda. Rio de Janeiro — São Paulo — 1968 — Volume 1 — pág. 210 e segs.

Mesmo que, numa interpretação construtiva, viesse a ser considerado o álcool como incluído no monopólio, sob o inciso I do art. 1º da Lei 2.004, não estariam incluídas a refinação e o transporte (incisos II e III), porquanto tais dispositivos legais se referem explicitamente ao petróleo (inciso II) e ao petróleo e seus derivados (inciso III).

Urge, portanto, seja adaptada a legislação, até no interesse da segurança nacional, visando a abrangência de quaisquer possíveis formas de combustível a serem adicionados ao petróleo ou de utilização substitutiva.

No Brasil, tendo em vista o interesse público relevante, a adaptação legislativa ou até a integral regulação da matéria, pode ser feita através de Decreto-Lei, pedido pelo Presidente da República. Ocorre também o suporte da segurança nacional, conforme o art. 55 da Constituição.

D) A Planificação

A planificação da economia é outra forma de intervenção do Estado. Apesar de grandemente utilizada pelos países socialistas, não é estranha aos países do mundo capitalista que, nos tempos atuais, tendem, cada vez mais, à sua utilização.

É verdade que, pela própria natureza do regime econômico vigente, os planos se constituem mais em programas de ação do governo do que em normas de cumprimento obrigatório.

Georges Burdeau⁴³ diz que o planismo, no seu princípio, testemunha a determinação de submeter o social ao político. Realmente, com a planificação, mais do que qualquer outra técnica de intervenção, se procura adaptar a sociedade às exigências da filosofia política dominante. Isso porque, as demais técnicas, quaisquer que sejam, são operadas em função do plano.

No Brasil, tivemos vários planos de desenvolvimento. Em 1939 tivemos o Piano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. Em 1943 foi adotado o Plano de Obras e Equipamentos. Em 1950, foi aprovado o Plano SALTE, relativo à saúde, alimentação, transporte e energia. De 1956 a 1960 foi estabelecido o programa de metas do governo. O Plano Trienal devia vigorar no período de 1963/1965. Em 1964, tivemos o Plano Nacional de Desenvolvimento. Atualmente, estamos na vigência do II PND⁴⁴.

Como se vê, o problema é antigo no Brasil, a princípio com planos que nem siquer começavam a ser cumpridos para, aos poucos, ir evoluindo para uma maior consciência do que seja planificação e com a determinação de cumprir as metas estabelecidas.

43 — opus cit. — Tome VIII — 1974 — página 633.

44 — Alberto Venâncio Filho — opus cit. — páginas 330 a 332.

A lei orçamentária é também um plano, pois que, o artigo 60 da Constituição, ao dizer que a despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, nada mais está fazendo do que estabelecendo um princípio de planificação.

"Por conseguinte, é o orçamento de hoje considerado como um plano de trabalho e administração expresso em termos monetários" diz Walter Paldes Valério⁴⁵. Aliomar Baleeiro salienta o aspecto de que o partido governante procura cumprir o seu programa. Se são partidos de reformas sociais, o objetivo é de modificação das instituições e se, ao contrário, são conservadores, o programa consiste em manter o "statu quo". É um plano de ação⁴⁶.

O objetivo do orçamento, portanto, é de planificação da vida econômica.

O que se verifica, hoje em dia, é que essas formas tradicionais de planificação, como a lei orçamentária, são completamente insuficientes para atingir os complexos objetivos da política econômica.

Outro fator de grande importância e que impõe a planificação é a situação internacional vantajosa do Estado que tem maior poderio econômico. Em busca desse poderio, o Estado vai estimular ou efetivar, ele próprio, os investimentos que só se produziriam espontaneamente e, ao sabor do acaso.

Seguindo, ainda, as palavras de Burdeau, "il établira des contingents de production, favorisera certaines industries ou en paralysera d'autres selon un plan qui, sans nécessairement viser à une autarcie absolue, lui garantira une relative indépendance économique"⁴⁷.

E) A Intervenção nas Empresas

O artigo 148 da Constituição de 1946 estabelecia que "A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros".

Pontes de Miranda, comentando a Constituição de 1946, Tomo V, página 501, antes mesmo da edição da Lei nº 4.137 de 10 de setembro de 1962, dizia: "A lei, a que se refere o artigo 148, é "penal", e pode ser parte da lei especial de que se cogita no artigo 146, ou de alguma lei geral, inclusive o Código Penal; porém a lei especial do artigo 146 não se permitiria ser parte de outra, não especial". O artigo 146 da Constituição de 1946 previa a intervenção monopolizadora de determinada indústria ou atividade, correspondendo ao atual artigo 163 e de que já falamos quando estudamos os monopólios.

45 — Súmulas de Orçamento e Contabilidade Pública — Editora Meridional EMMA — Porto Alegre — 1968 — página 9.

46 — Uma Introdução à Ciência das Finanças — Forense — Rio — 1969 — página 406.

47 — opus cit. — Tome VIII — 1974 — página 634.

O legislador optou pela edição de lei especial com a Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, regulando a repressão ao abuso do poder econômico.

A Constituição de 1967, art. 157, VI e a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, art. 160, V, em vez de continuar exigindo lei repressiva, o que é mais incisivo, colocou a repressão ao abuso do poder econômico como recomendação (ver Pontes de Miranda, *Comentários à Constituição de 1967*, Tomo VI, página 28). De qualquer forma, a Lei nº 4.137 permanece em vigor porque a Constituição atual não lhe retirou a eficácia, embora fosse mais técnico ficar com a redação anterior.

Pelo artigo 8º da Lei nº 4.137 foi criado o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com a incumbência de apurar e reprimir os abusos do poder econômico.

Para o nosso estudo não interessam as normas de caráter propriamente penal da Lei nº 4.137 do seu Regulamento, o Decreto nº 52.025, de 20 de maio de 1963, mas somente as normas permissivas da intervenção nas empresas, que, posto sejam também penais, constituem uma nova técnica de intervenção do Estado na vida econômica.

Temos, assim, na Lei nº 4.137, na competência do CADE, art. 17, como significativo para o nosso estudo, o disposto na alínea c), "ordenar providências que conduzam à cessação da prática de abuso do poder econômico dentro do prazo que determinar" e, bem assim, a alínea j), "requerer a intervenção nos termos desta lei".

O artigo 26 estabelece que a existência de abusos do poder econômico será apurada em processo administrativo instaurado pelo CADE. Junto ao CADE funciona uma Procuradoria, devendo os respectivos procuradores ser escolhidos e requisitados dentre os assistentes, assessores jurídicos e procuradores da União e suas entidades autárquicas e paraestatais, artigo 16.

Depois de regularmente apurada, no processo administrativo, a existência de abusos do poder econômico, os indiciados dispõem do prazo de 10 dias para declarar sua disposição ou não de realizar as providências ordenadas, conforme o artigo 45. No caso de recusa, a teor do parágrafo primeiro do mesmo artigo, o CADE requererá a imediata intervenção. A atuação do CADE não se limita à decisão e eventual disposição do indiciado em cumprir as determinações, mas também se estende à verificação da cessação ou não do abuso do poder econômico, depois da decisão.

Outro caso de intervenção, e de caráter imediato, é a ocorrência de reincidência específica, art. 46, § único. A reincidência aqui considerada não leva em conta o fato do indiciado ter declarado a sua disposição de realizar as providências determinadas pelo CADE mas sim a decisão que considerou existente o abuso do poder econômico, sob uma das formas previstas em lei.

O terceiro caso de intervenção é o previsto no artigo 47, caput, para o caso dos notificados não cumprarem as determinações do CADE. Na hipótese, se promove a execução judicial da decisão, requerendo-se intervenção, numa, em algumas ou em todas as empresas.

O Decreto nº 52.025, que regulamentou a Lei nº 4.137, no Capítulo IV, regula o processo judicial a ser seguido, para os casos de intervenção decorrentes do não cumprimento de decisão. O juízo competente é o dos Feitos da Fazenda Pública, conforme o artigo 69. O interventor será escolhido entre servidores públicos, civis e militares, que gozem da garantia da estabilidade e que tenham reconhecida idoneidade e competência técnica, artigo 84.

Finalmente, é importante assinalar que a intervenção poderá ser revogada antes do prazo estabelecido, com audiência do Procurador do CADE, desde que comprovada a cessação da prática do abuso que tenha dado origem ao processo, artigo 82.

III – AS PESSOAS ADMINISTRATIVAS

Outra das formas de intervenção do Estado na vida econômica é a chamada intervenção orgânica e grandemente utilizada no Brasil.

A intervenção orgânica se opera através da chamada administração indireta, denominação dada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 4º, II. A administração indireta se compõe de três categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Tais entidades são vinculadas ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

As referidas entidades são consideradas, do ponto de vista doutrinário, pessoas administrativas⁴⁸, inobstante a personalidade jurídica de direito privado de algumas. Consideramos correta a denominação porque constituem órgãos da administração indireta.

As pessoas administrativas se distribuem pelos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Seu número aumentou grandemente nos últimos anos. Atualmente existem 571 pessoas administrativas no Brasil⁴⁹.

A seguir, passaremos a estudar cada uma das categorias de pessoas administrativas, sem nomeá-las, a não ser exemplificativamente, em razão do grande número delas.

A) As Autarquias

Segundo a definição dada pelo Decreto-Lei nº 200, autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeriam, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

48 – Manoel de Oliveira Franco Sobrinho – Empresas Públicas no Brasil – Ação International – Editora Resenha Universitária – São Paulo – 1975 – página 4.

49 – Visão – 31 de agosto de 1976 – Quem é quem na economia brasileira – páginas 93 a 112.

Caio Tácito⁵⁰ salienta que a autarquia é forma peculiar ao Direito Administrativo e que melhor caracteriza o sentido de descentralização dos serviços públicos no plano institucional. A qualificação do órgão como pessoa jurídica distinta se faz acompanhar da afirmação da natureza pública de sua atividade. Possui autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito público interno. Apesar da flexibilidade administrativa decorrente da autonomia, tais pessoas administrativas não são independentes da administração, porque vinculadas ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

Nos Estados Unidos existem organismos semelhantes as nossas autarquias, mas com poderes mais amplos. São as chamadas "Commissions". Dois traços essenciais caracterizam essas "Commissions": o estatuto de organismos independentes e a extensão de seus poderes. São independentes porque não estão integradas a um departamento ministerial e não recebem ordens nem instruções do Presidente. Elas dispõem, de outra parte, de uma tríplice competência: legislativa, executiva e jurisdicional⁵¹.

As nossas agências de desenvolvimento regional, cujos poderes são muito amplos, se aproximam bastante das entidades americanas citadas. São organizadas sob regime autárquico, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, criada pelo Decreto nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967, art. 9º e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, art. 1º.

As atribuições dessas agências de desenvolvimento, criadas sob a forma autárquica, são muito amplas, mas, face ao parágrafo único do art. 4º do Decreto-Lei nº 200, estão vinculadas a um ministério que, no caso considerado, é o Ministério do Interior.

De qualquer forma, dentre as autarquias brasileiras, as Agências de Desenvolvimento são as que detêm maior dose de poder que, até certo ponto, é necessária à plena execução dos planos de desenvolvimento regional.

Existem autarquias federais, estaduais ou municipais e até uma forma anômala, o BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, que é uma autarquia interestadual, de três Estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Pelos termos do Sistema CODESUL/BRDE, ratificado pelos Governadores dos três Estados, art. 12, foi mantido, como autarquia interestadual, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul⁵². O melhor seria considerar o BRDE como autarquia regional, porque os Estados considerados integram a região sul.

O precedente pode dar margem a que, de futuro, governos de Estados-membros interessados criem autarquia de âmbito regional. O direito brasileiro não

50 – Direito Administrativo – Saralva – São Paulo – 1975 – página 158.

51 – Georges Burdeau – opus cit. – Tome VIII – 1974 – página 594.

52 – Sistema CODESUL/BRDE – Atos Constitutivos – Ética Impressora Ltda. – Porto Alegre – 1972 – página 5.

contém norma vedativa da criação de tais autarquias. A autarquia, para ser criada, depende de lei. Se vários Estados-Membros ou vários Municípios, autorizam legalmente a criação da autarquia, em coligação de interesses, não há que vislumbrar qualquer ilegalidade no caso.

B) As Empresas Públicas

Empresa pública, na definição legal do Decreto-Lei nº 200, é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa.

Existem empresas públicas unipessoais e pluripessoais⁵³. Unipessoal é a empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, em que o único acionista é a União. Pluripessoal é a empresa pública federal, com a maioria do capital votante de propriedade da União e com o resto do capital votante distribuído por outras pessoas jurídicas de direito público interno⁵⁴.

A empresa pública conceituada pelo Decreto-Lei nº 200 não distingue entre as atividades privadas e as atividades públicas. Pode ser criada empresa pública para o exercício das mais diversas atividades desde que a contingência ou a conveniência administrativa assim o reclamem.

É preciso, no entanto, não esquecer que o Decreto-Lei nº 200, apesar da amplitude quase ilimitada do texto em estudo, deve se submeter, como toda a normatividade hierarquicamente inferior, à Constituição, como lei maior.

A Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, estabelece no art. 8º, XV, que compete à União explorar diretamente ou mediante autorização ou concessão: a) os serviços de telecomunicações; b) os serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza; c) a navegação aérea; d) as vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de Estado ou Território. Em todos esses casos, se a União preferir a exploração direta, poderá criar empresa pública ou empresa de economia mista.

Fora dos casos citados, no entanto, incide a norma constitucional do art. 163, caput, ou seja, a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, através da forma orgânica da empresa pública somente será possível para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa.

53 — J. Cretella Júnior — Empresa Pública — José Bushatcky Editor — São Paulo — 1973 — páginas 250 e 251.

54 — J. Cretella Júnior — opus cit. — página 251.

É uma limitação constitucional que se sobrepõe ao mero juízo de conveniência previsto pelo Decreto-Lei nº 200, ainda mais que o Estado brasileiro não tende constitucionalmente a um regime do tipo socialista.

A Constituição da Venezuela, de 23 de janeiro de 1961, é bem mais limitadora da intervenção do Estado através de processos orgânicos. No artigo 97, segunda alínea, diz que "O Estado poderá reservar a si determinadas indústrias, explorações e serviços de interesse público por razões de conveniência nacional, e tenderá para a criação e desenvolvimento de uma indústria básica pesada sob o seu controle"⁵⁵. Em vez de conveniência administrativa, fórmula usada pelo Decreto-Lei nº 200, utiliza a expressão "conveniência nacional". A limitação é maior do que na Constituição Brasileira. A norma da nossa Constituição, se realmente cumprida, é bastante superior.

Uma última observação quanto às empresas públicas é que elas podem revestir outras formas que não a de sociedade por ações, como, por exemplo, a de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

C) As Sociedades de Economia Mista

Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou a entidade da administração indireta (Decreto-Lei nº 200, art. 5º, III, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969). O parágrafo primeiro estabelece a obrigatoriedade de maioria acionária da União em caráter permanente, quando se tratar de atividade submetida a regime de monopólio.

Esse tipo de pessoa administrativa é o menos oneroso para os cofres públicos, pois admite a colaboração do capital privado. O governo e a iniciativa privada, juntos, podem assim, desenvolver uma série de setores em que a empresa privada propriamente dita não teria condições de eficácia.

Incide também, na hipótese, a norma constitucional do art. 163, caput. A exploração direta das atividades previstas pelo art. 8º, XV da Constituição, pode ser feita por empresa de economia mista e está sendo, em muitos casos. São exemplos a ELETROBRÁS e a TELEBRÁS, empresas que originalmente tiveram o seu capital inteiramente subscrito pela União e que, mais tarde, nos aumentos de capital, permitiram a colaboração do capital privado, assegurada a maioria acionária de 51% à União.⁵⁶.

A grande maioria das pessoas administrativas brasileiras reveste a forma de sociedades de economia mista. São poucas as ocorrências de empresa pública e de

55 — cfme, Constituições Políticas de Diversos Países — pág. 361.

56 — Manoel de Oliveira Franco Sobrinho — opus cit. — páginas 74 e 92.

autarquia, o que demonstra uma preocupação governamental de não desprezar a colaboração do capital privado.

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho⁵⁷ destaca interessante ocorrência no direito positivo brasileiro. Trata-se de uma autarquia, vinculada diretamente ao poder executivo, ficar autorizada a constituir uma sociedade de economia mista. É o caso da Comissão Nacional de Energia Nuclear—CNEN, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia, que foi autorizada a constituir a sociedade de economia mista denominada Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear—CBTN.

D) A Forma Anômala

A Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, constitui caso a parte, no ordenamento jurídico brasileiro. Pelas características de sua constituição seria uma empresa pública, nos termos do disposto no art. 5º, II, do Decreto-Lei nº 200.

O artigo 11 da lei instituidora diz: É criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a natureza de Empresa Pública e a finalidade de incrementar o desenvolvimento da indústria do Turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes que lhe forem traçadas pelo Governo. O § 1º estabelece: A EMBRATUR terá personalidade jurídica de "direito público", patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira⁵⁸.

Por um lado, tem características de verdadeira empresa pública, porque o seu capital, conforme o artigo 12, é subscrito integralmente pela União e, ao contrário de outras pessoas administrativas, não há a permissão futura de participação do capital privado, assegurada à União a maioria acionária.

De outra parte, pela personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tem características de autarquia. Não se pode considerá-la, em definitivo, como autarquia, porque a lei instituidora se refere expressamente a aumentos de capital, o que seria inadmissível sob a forma autárquica. A autarquia tem patrimônio próprio, não capital no sentido empresarial.

De qualquer forma, mesmo com a anomalia, é de se considerar a EMBRATUR como órgão da administração indireta, pela própria finalidade para a qual foi criada.

O Poder Executivo, a qualquer tempo, poderá corrigir a imprecisão, com suporte no artigo 5º, § 2º do Decreto-Lei nº 200.

57. — opus cit. — página 133.

58. — Manoel de Oliveira Franco Sobrinho — opus cit. — pág. 114.

TERCEIRA PARTE OS LIMITES DA INTERVENÇÃO

I – AS EXIGÊNCIAS POLÍTICAS

O intervencionismo do Estado na vida econômica, posto deva ser limitado constitucionalmente, é uma exigência de natureza política para as nações que aspiram ao desenvolvimento rápido.

Na complexa sociedade internacional moderna não se pode pretender um desenvolvimento natural para os países menos desenvolvidos, da mesma forma que ocorreu com os grandes países industrializados do Ocidente.

A contestação interna, que tem raízes remotas nas grandes revoluções socialistas do século, exige melhores condições de vida para o momento atual e não para as gerações futuras. Esse anseio de melhoria de vida, paradoxalmente, é alimentado pela propaganda veiculada pelos modernos meios de comunicação e que se origina das próprias grandes nações industrializadas.

Para anular os efeitos da contestação interna o Governo se vê forçado, cada vez mais com maior intensidade, a intervir na economia, com o objetivo de acelerar o crescimento e poder, assim, satisfazer mais rapidamente a sede de consumo de uma parcela maior da população.

Vemos, então, o fenômeno da diminuição de democracias do tipo americano ou inglês. Tanto os partidos da esquerda como os da direita, quando no poder, por mais ortodoxas que tenham sido suas pregações pré-electorais, partem logo para a intervenção. E se assim não fizerem, cedo serão substituídos por governos autoritários de salvação nacional.

"É improvável que a tentativa governamental de construir uma nação e alcançar, numa década ou duas, o nível de desenvolvimento econômico que outras atingiram em talvez um século, ajuste-se a suas políticas para acomodar pontos de vista dissidentes ou que se importe grandemente em proteger liberdades individuais"⁵⁹. Eis afi uma declaração lapidar, perfeitamente ajustada aos tempos que correm. O desenvolvimento como exigência política gera o intervencionismo estatal que, por natureza, implica numa série de restrições à liberdade individual.

A reação é em cadeia. A contestação do regime econômico gera maior intervenção. O maior "quantum" intervencionista limita cada vez mais a liberdade.

A situação é agravada pelo contexto internacional adverso, em que a crise energética provoca uma atitude de auto-defesa das potências industrializadas, provocada por pequenos sintomas negativos na economia dessas potências.

59 – Jorgen Rasmussen – O Processo Político – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – 1973 – página 63.

O interventionismo é, portanto, antes de tudo, uma exigência política dos tempos que correm e, embora se possa pensar validamente em lhe corrigir os excessos, muito difícil será a diminuição de sua intensidade, a não ser que as massas concordem em melhores condições de vida apenas para as gerações futuras.

II – O MODELO INSTITUCIONAL

Importa considerar em tema de intervenção e dos seus limites o modelo institucional escolhido. É esse modelo que vai determinar os exatos limites da intervenção. Se o modelo é socialista, ou se intervém totalmente e profundamente na economia, para a mudança de regime econômico, como nos governos revolucionários da extrema esquerda, ou se intervém aos poucos e crescentemente, em direção ao fim da socialização.

É importante essa consideração porque, se a intervenção visa somente corrigir os excessos da livre iniciativa, com fins meramente desenvolvimentistas, mas com manutenção do regime econômico capitalista, não deve nunca ultrapassar os limites além dos quais o regime começa a sofrer mutações.

Em Política e Economia não se pode, "a priori", dizer que haja evoluções necessárias de um sistema econômico para outro, ou seja, do capitalismo para o socialismo e, daí para o comunismo, como querem os marxistas.

Os fins político-econômicos a serem atingidos são sempre uma opção do homem. Em razão disso é que existem várias formas de intervenção na vida econômica. A intervenção pode ser uma exigência nos países em desenvolvimento, enquanto tais, mas a forma de intervenção, seja através do desvirtuamento do poder de polícia, seja através da criação de órgãos, com maior ou menor autonomia, nunca é um imperativo necessário.

A República Socialista Federativa da Iugoslávia, embora se diga tal, não se pode considerar ortodoxamente socialista⁶⁰. Burdeau⁶¹ diz que, na Iugoslávia, a organização do exercício do poder está em perpétua transformação, ilustrando a idéia segundo a qual as superestruturas políticas são comandadas pela infraestrutura econômica e social.

Embora Georges Burdeau diga que o objetivo principal da Iugoslávia seja a construção de uma sociedade socialista⁶², achamos que necessariamente não é este o objetivo, inobstante a nominalidade do regime constante da Constituição.

60 – Art. 10º – A organização sócio-econômica socialista da República Socialista Federativa da Iugoslávia assenta no trabalho livremente associado com os meios de produção pertencentes à sociedade e na autogestão dos operários na produção e na repartição do produto social nas organizações elementares e outras organizações de trabalho associado, assim como em toda a reprodução social – Constituição de 21 de fevereiro de 1974 – cfme Constituições Políticas de Diversos Países – página 172.

61 – opus cit. – Tome IX – 1976 – página 569.

62 – opus cit. – Tome IX – 1976 – página 569.

A autogestão dos operários na produção e na repartição do produto social e a perpétua transformação da organização do exercício do poder, através sucessivas emendas constitucionais⁶³, demonstram a inexistência de um fim definido. Uma mudança de Chefe de Estado, pela via normal, em que o sucessor não tenha o carisma decorrente do heroísmo de Josip Broz Tito na guerra da libertação nacional, a que a própria Constituição faz alusão no artigo 333⁶⁴, pode levar o país para caminhos mais próximos do capitalismo.

O caso da Iugoslávia foi posto em destaque para demonstrar que, necessariamente, não há uma evolução do capitalismo para o socialismo e que tudo representa apenas uma opção do homem, num determinado momento histórico. Existem, é claro, formas ultrapassadas, como a do regime feudal e dos servos da gleba, que ninguém, nos dias que correm, escolheria como opção. São as formas primitivas. Fora das formas primitivas, no entanto, é possível escolher entre socialismo ou capitalismo e passar de um para o outro, indistintamente, ou para pontos intermediários mais próximos de um ou do outro.

Pode, assim, haver modelo institucional pré-estabelecido, para o qual o Estado tenda ou, desde logo, mude. A Constituição também pode deixar de estabelecer o modelo e, através de normas constitucionais flexíveis, ir mudando, num sentido ou no outro, ao sabor das necessidades do momento ou, então, procurando um modelo institucional ainda não existente positivamente no mundo.

Pinto Ferreira⁶⁵ considera "que as diretrizes futuras da civilização brasileira se encaminhem para o estabelecimento de uma nova sociedade, plenamente ajustada ao mundo tropical, uma convergência histórica das forças do livre empreendimento e do planismo, de um socialismo liberal ou de um capitalismo normativista e técnico-científico de base nitidamente social".

É um modelo possível, sem dúvida. No momento atual, o modelo continua de ser capitalista. O direito de propriedade, apesar das limitações, é assegurado de maneira ampla pela Constituição, artigo 153, parágrafo 22. Tudo o que se fizer, em matéria de intervenção deve, portanto, respeitar o modelo institucional vigente.

III – OS LIMITES DA INTERVENÇÃO

Na atualidade brasileira, a intervenção no domínio econômico é limitada pelas exigências do modelo institucional vigente, que é o regime econômico capitalista.

A intervenção no domínio econômico, em 1946, era prevista pelo art. 146 da Constituição. Em 1967, a previsão era feita pelo art. 157, § 8º e, na redação atual da Constituição, pelo artigo 163, caput. Os pressupostos da intervenção, desde

63 – Georges Burdeau – *opus cit.* – *loc. cit.*

64 – *Constituições Políticas de Diversos Países* – página 231.

65 – *Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno* – Editora Revista dos Tribunais – São Paulo – Tomo II – 1971 – pág. 296.

1946, não sofreram maiores ampliações que levem a crer no desejo de estabelecer um novo modelo institucional, não capitalista. O direito de propriedade, até os dias atuais, continua assegurado amplamente, apenas com restrições.

Sendo assim, sempre que se pensar em intervenção, há que se ter em mente, não só o suporte jurídico da segurança nacional ou da organização de setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, mas também, se essa intervenção, mesmo com aqueles suportes, não vai tender para a mudança do modelo institucional.

Se a intervenção orgânica, através de pessoas administrativas, fosse realizada através de autarquias ou de empresas públicas, embora a personalidade jurídica de direito privado das últimas, não hesitaríamos em afirmar que o Brasil estaria tendendo para o socialismo, violentando, assim, o modelo institucional estabelecido pela Constituição, que é o capitalismo.

O que se observa, no entanto, e já foi salientado em outro ponto de nosso trabalho, é que a grande maioria das pessoas administrativas existentes é constituída de sociedades de economia mista, em que há participação do capital privado, lado a lado com o poder público. Mesmo aquelas empresas que são inicialmente constituídas com capital exclusivo da União, permitem, depois, por ocasião dos aumentos de capital, a participação do capital privado.

Ora, se um universo de empresas públicas constitui uma tendência ao socialismo, a recíproca não é verdadeira, ou seja, um universo de sociedades de economia mista, não significa necessariamente, tendência à mutação de regime econômico. Dizemos não necessariamente porque se a empresa for de economia mista e o capital privado não tiver participação nas assembleias, com reflexos na fiscalização e na gestão da empresa, o regime será pior do que aquele da Iugoslávia porque lá existe autogestão e, na hipótese considerada, nem isso.

É preciso, então, que a intervenção, em qualquer de suas formas mais conhecidas, se faça sempre tendo em vista essa exigência de manutenção do modelo institucional. Isso face à Constituição vigente, rigidamente capitalista.

A própria Constituição, artigo 170 e parágrafo 1º, enfatiza o regime da empresa privada, peculiar ao sistema capitalista. Ali se diz, incisivamente, que às empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. Somente em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica.

Nada mais é preciso dizer para explicitar o nosso modelo institucional que, por si só, já constitui o limite necessário de qualquer intervenção. Se esse modelo é desejável ou não, não importa. Sob a Constituição vigente, impõe-se a sua conservação.

CONCLUSÕES

A intervenção do Estado no domínio econômico, como vimos em nosso estudo, não é uma idéia nova. Conheceram-na até os Estados teocráticos da antiguidade.

A passagem do Estado liberal para o Estado Social ou Intervencionista, como queiram, marcou apenas um aumento de intensidade do intervencionismo, ditado pela maior complexidade da vida moderna e, apesar de tudo, pelo maior esclarecimento das massas, fomentado pela própria sociedade de consumo, através os seus sofisticados veículos de informação.

O contexto internacional também importa, porque a necessidade de desenvolvimento rápido, determinada pela contestação interna, provoca a ação efetiva do Estado na vida econômica, procurando um menor grau de dependência, que lhe possibilitará uma melhor distribuição da renda.

A escolha do modelo institucional representa apenas uma opção constitucional. O modelo pode até não ser pré-determinado, como decorrência de normas vazias quanto ao assunto, que irão sendo preenchidas flexivelmente à medida que a pesquisa do modelo adequado vai encontrando soluções.

No Estado Brasileiro, tal não ocorre e as Constituições vêm sempre mantendo os princípios básicos de um regime do tipo capitalista, assegurando o direito de propriedade e explicitando, rigidamente, os casos de intervenção no domínio econômico.

Qualquer afastamento da rigidez constitucional significa um desvio do modelo e, aqui mesmo, temos a exata noção daquilo em que consiste a limitação: o não afastamento do modelo institucional capitalista.

Toda intervenção que não se afaste do modelo será legítima. A intervenção que violar a rigidez constitucional será ilegítima.

Federacão Nacional dos Bancos

Av. Rio Branco, 39-20º andar - Rio de Janeiro - RJ

Igreja, Quartel, Campo de Futebol e Agência de Banco - Quatro presenças obrigatórias em qualquer recanto do País.

A Rede Bancária Brasileira mantém abertas mais de 10.300 dependências em todo o imenso Território Nacional. É o mais vasto sistema de prestação de serviço em funcionamento do Brasil, trabalhando pelo desenvolvimento e pela unidade da Pátria.

Banco é fator de Integração Nacional

Você sabe quem financia o desenvolvimento e a transformação econômica do Brasil em todos os setores (Agricultura, Indústria e Serviços)?

RESPOSTA: O Sistema Financeiro, que é brasileiro mesmo, pois mais de 99% das dependências bancárias em operação no país pertencem a brasileiros, atendem a brasileiros, dão emprego a milhares de brasileiros.

Banco é fator de progresso

O Banco Comercial que você usa está ligado a outras empresas (Financeiras e Prestadoras de Serviços) que financiam casas, automóveis, viagens, seguros, eletrodomésticos, móveis etc.

Banco é fator de bem-estar individual

Você já foi a alguma Coletoria pagar impostos? Ou à Companhia de Eletricidade pagar a conta de luz? Ou à Telefônica pagar o telefone? Não! - Porque os Bancos vão por você a todos esses lugares e mais ainda: ao INPS, ao FGTS, ao PIS, à Tesouraria das Escolas, à caixa das lojas pagar crediários e até mesmo a outros Bancos.

Banco é fator de simplificação



SISTEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

Edison Luiz Bastos Barbosa

Economista, professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, atual Adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos da FGV.

1 – INTRODUÇÃO

Em nossa exposição sobre os Sistemas Econômicos, adotaremos a seguinte orientação:

- 1) Apreciaremos, inicialmente, os aspectos teóricos dos Sistemas Econômicos, fixando-nos, porém, naqueles que se situam nos extremos do "laissez-faire" (*), ou seja, o Capitalismo Liberal e da "planificação global", isto é, o Socialismo Marxista-Leninista. Deixaremos de considerar o Socialismo, uma vez que o mesmo não pode hoje, ser considerado um sistema *claramente definível*, como observou Carl Landauer;
- 2) Na abordagem do Capitalismo Liberal, sem desconhecermos que a concepção teórica do referido sistema não foi formulada, apenas, por um ou por poucos economistas chamados "clássicos", analisaremos a contribuição teórica de Adam Smith, pela incontrastável influência que o mesmo exerceu na conformação do Capitalismo Liberal, e, devido ao fato, de que toda a crítica de Marx ter sido voltada para refutar a posição dos "clássicos", cujo expoente foi sem dúvida Smith;

(*) A expressão "laissez-faire, laissez-passer le monde va de lui-même", foi cunhada pelos "fisiocratas", liderados por Quesnay, autor do *Tableau Economique*, publicado em 1758, cujas idéias fundavam-se sobre o *liberalismo* e o *individualismo*.

- 3) Em relação ao Socialismo Marxista-Leninista, cabe destacar que, a despeito de Marx ter-se limitado a analisar, criticamente, a eficiência do Capitalismo, sem chegar a formular as bases do Socialismo, seria conveniente, contudo, aprofundarmos um pouco a análise de suas concepções teóricas, que indubitavelmente embasaram o Socialismo Marxista-Leninista;
- 4) Como iremos examinar, a conformação do Capitalismo Moderno ou Neocapitalismo, derivou em grande parte da extraordinária contribuição de Keynes, que diagnosticou com realismo a situação do Capitalismo e equacionou a terapêutica adequada, que propiciou a evolução e *humanização* do Sistema Capitalista;
- 5) Finalmente, na comparação dos Sistemas Econômicos Contemporâneos, ressaltaremos aqueles aspectos relacionados com a "práxis" do Capitalismo Moderno e do Socialismo Marxista-Leninista.

Seria oportuno, antes de iniciarmos esta análise, distinguirmos Sistema de Regime Econômico.

De conformidade com os conceitos adotados pela ESG, "Sistema Econômico é um conjunto coerente de instituições e mecanismos definidores das atividades econômicas que se traduzem em atos de vida social, apoiados em uma hierarquia própria de valores e que permitem configurar um estilo de vida", enquanto "Regime Econômico é um conjunto de normas que regem atividades econômicas específicas".

Portanto, a noção de Sistema Econômico é mais ampla, englobando, assim, o que se entende por Regime Econômico.

De outra parte convém relembrar que, de acordo com a classificação dos sistemas econômicos, segundo o critério dos regimes econômicos, podemos considerar, especialmente: o regime dos bens, que se relaciona com a propriedade desses bens (propriedade privada ou propriedade coletiva) e o regime das pessoas, que se refere às relações do trabalho (escolha das atividades de cada um, as condições de exercício dessa atividade e as relações entre empregadores e empregados).

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – Capitalismo Liberal

O Capitalismo Liberal caracteriza-se, de forma sintética, pelos seguintes traços marcantes:

- a propriedade privada dos meios de produção (terra, trabalho e capital) e do seu uso;
- o lucro como móvel da atividade econômica;
- a livre iniciativa e a livre competição, como requisitos à existência de uma nova sociedade;

- o funcionamento racional dos agentes econômicos, dentro do sistema, de forma que os empresários sejam atraídos para aqueles setores que apresentem a melhor perspectiva de lucro, e, os consumidores, guiados pelo próprio interesse, teriam liberdade de maximizar sua satisfação de consumo em função de seus rendimentos;
- o livre jogo das forças do mercado, atuando no sentido de conciliar os interesses conflitantes de produtores e consumidores, segundo os melhores padrões de eficiência e de racionalidade;
- a não interferência do Estado na atividade econômica, uma vez que, a concorrência empresarial promoveria os ajustamentos necessários;
- a ação do Estado limitada, unicamente, a três encargos: (a) o de administrar a justiça a fim de garantir todos os membros da sociedade contra a opressão e a injustiça; (b) o de criar e de manter serviços e instituições de utilidade pública; e (c) o de proteger a sociedade contra as agressões externas.

A obra de Adam Smith — *The Wealth of Nations*, publicada em 1776 — não é somente um dos trabalhos pioneiros e mais famosos sobre Economia. É, principalmente, um livro que foi escrito, conforme assinalou Max Lenner*, no limiar de uma nova ciência e de uma nova era, e que procurou, através dessa ciência, a Economia Política, retratar aquelas forças que, em seu tempo, faziam emergir na Europa um novo homem e uma nova sociedade: o "homo economicus" e a sociedade capitalista, tão intimamente ligados entre si. Um livro, portanto, surgido do próprio crescimento econômico e no qual ainda que de modo assistemático (já que nele se mesclam Economia, Sociologia, Filosofia, Política, História, Moral e conselhos práticos) se vincula o progresso econômico à mudança cultural; no qual se salientava a necessidade de superar, por um lado, as situações prevalecentes nas velhas sociedades feudais ou semifeudais e de criar, por outro lado, condições à livre competição e à iniciativa individual, como requisitos à existência de uma nova sociedade. (É importante destacarmos este contexto histórico, para que fiquem bem situadas as idéias prevalecentes do Capitalismo Liberal.)

Compreende-se, assim, que o pensamento de Adam Smith seja comumente associado à política econômica do "laissez-faire". Mesmo que essa política não apareça explicitamente formulada em nenhuma passagem de sua obra, é ela uma decorrência lógica, para o conjunto das idéias expostas no seu livro *A Riqueza das Nações*, de haver Adam Smith alongado até a Economia, como moralista que era, a doutrina de que existe uma "lei natural" capaz de ordenar racionalmente as atividades humanas.

Relembremos, então, em que consiste a doutrina da "lei natural", e, como a estendeu Smith ao campo mais específico das atividades econômicas.

* Em introdução de sua autoria contida na 5ª edição (1789) da obra de Smith.

A doutrina da "lei natural" foi sustentada, no que de perto nos interessa, por alguns filósofos do séc. XVIII, como Hume, d'Alembert, Helvetius, Turgot e Quesnay, alguns deles incluídos entre os economistas chamados fisiocratas. Ela se funda no pressuposto de que há, decorrentes da própria Natureza, normas de Direito e de Justiça possíveis de serem aprendidas pela razão ou pelo senso moral dos homens e dotadas de um poder superior a quaisquer normas que procedam da vontade dos governos, das prescrições jurídicas, éticas ou costumeiras, e que se lhes opunham. É, em suma, uma doutrina que admite uma ordem natural, preexistente também para as atividades humanas e faz do "sequere naturam" — velha máxima estoica — um novo princípio de ação.

Passemos a examinar, agora, como Smith estendeu o conceito de "lei natural" à Economia. Não se trata, por certo, de uma apreciação fácil de fazer, por quanto o autor de *A Riqueza das Nações* não expõe as suas idéias dentro de um plano sistemático, consoante ficou esclarecido anteriormente.

Partindo, porém, da situação histórica em que a obra foi elaborada, admitamos como seus propósitos: (1) o de estabelecer o "modelo" de um sistema econômico para uma nova sociedade e (2) o de explicar o funcionamento (racional) das atividades econômicas, dentro de tal sistema. Acreditamos ser este um procedimento que nos permitirá uma visão geral do pensamento de Adam Smith e, a partir desta visão geral, melhor explanação da sua contribuição teórica ao crescimento.

O estabelecimento do "modelo" a que nos reportamos, resulta bastante claro da seguinte passagem de *A Riqueza das Nações*: "Afastados completamente todos os sistemas de preferência ou de restrição, o claro e simples sistema da liberdade natural (sic) se instaura por si mesmo. Todo homem, enquanto não viole as leis da justiça, é deixado perfeitamente livre para perseguir os seus interesses, à sua maneira, e para competir, com a sua indústria e/ou com o seu capital, com outros homens ou grupos de homens. O governo torna-se inteiramente liberto de um dever em cujo desempenho estaria sempre exposto a inúmeras decepções e, para cujo desempenho adequado, jamais a sabedoria ou o conhecimento humano seriam suficientes: o dever de superintender a indústria privada e de dirigir as pessoas para as atividades econômicas mais convenientes ao interesse da sociedade".

Este é, em síntese, o modelo de um sistema econômico que mais bem conviria a uma nova sociedade. Neste sistema deveriam prevalecer a livre competição e a iniciativa individual, ou generalizando, o individualismo competitivo, tal como no sistema idealizado pelos fisiocratas. Ao contrário, todavia, dos seus predecessores, deu-lhes Smith maior amplitude, pois nele incluiu como atividades produtivas não só a agricultura, mas igualmente a indústria manufatureira e o comércio.

No que respeita ao funcionamento das atividades econômicas, dentro do sistema da liberdade natural, é ele explicado por Smith, em diferentes passagens de sua obra, através do que se viria a denominar de "mecanismo dos preços", a saber, das relações entre o preço de mercado e o preço natural, resultantes da procura. Segundo Smith, o preço de mercado ou preço natural, é o preço ao qual uma mercadoria é comumente vendida; o preço natural ou preço de livre concorrência, equivale,

simplificando, ao custo dos meios de produção (terra, trabalho e capital); e a procura existe quando, numa comunidade, há pessoas que *querem e podem* pagar o seu preço natural.

No sistema da liberdade perfeita, é a procura que vai regular o funcionamento das atividades económicas através do mecanismo de preços; note-se, porém, que não somente dos preços das mercadorias, mas, ao mesmo tempo, dos preços dos meios de produção (valor total da renda, do trabalho e do lucro), pois estes, segundo Smith, também podem ser vistos como "comodidades" e têm o seu preço natural.

As relações entre o preço de mercado e o preço natural, resultantes da procura, originam, na realidade, três situações: (1) quando a oferta de uma mercadoria é inferior à procura, o preço de mercado tende a elevar-se acima do preço natural; (2) quando é superior, ocorre, imprescindivelmente, o inverso; (3) quando é equivalente, o preço do mercado torna-se igual ou bastante aproximado ao preço natural. O mesmo se verifica concomitantemente, quanto ao preço, digamos para resumir, dos meios de produção. É, por isso, admitida a existência da liberdade perfeita, é a última dessas situações, ou seja, a de equilíbrio, a que tende, necessariamente, a prevalecer ao longo de um período considerável de tempo, para o conjunto das atividades económicas (sic); as demais, portanto não passam, dentro da concepção estática que informa o pensamento de Smith, de flutuações ocasionais ou temporárias que afetam "parte" do sistema, mas não o sistema "como um todo". Em outras palavras: o preço do mercado, encarado sob um aspecto macroeconómico, gravita continuamente em torno do preço natural.

Esta tendência ao equilíbrio se verifica porque, ao procurarem os indivíduos a satisfação dos seus próprios interesses, são automaticamente levados pela "mão invisível" a promover o bem-estar social. Ou, dito de maneira diferente, desde que os indivíduos, *per se*, orientam as suas atividades no sentido de elas auferirem os maiores rendimentos, consciente ou inconscientemente eles trabalham, em conjunto, para tornar a "renda anual da sociedade" tão grande quanto lhes seja possível".

A partir desta visão geral do pensamento económico de Adam Smith apre- ciemos a sua contribuição ao estudo do crescimento.

Parece-nos oportuno distinguir, nesta contribuição, dois aspectos: (1) o que se refere à descrição, mesmo um tanto sumária, do "progresso natural da opulência", e (2) o que diz respeito à identificação dos fatores condicionantes de tal progresso. É mister ressaltar, porém, que estes aspectos, embora possíveis de distinguir para melhor explanação do assunto, estão intimamente relacionados e devem ser vistos conjuntamente, pois, só assim põem em relevo toda a importância da contribuição de Smith ao pensamento económico, a saber: a clara noção que ele manifestou de ser a vida económica, "uma concatenação de processos de mudança", inclusivo no que tange ao mecanismo dos preços ou, mais explicitamente, às condições do mercado.

Quanto ao primeiro aspecto, o simples fato de falar em "progresso natural da opulência" já denota que, para Smith, o crescimento econômico é um processo de mudança. Este processo, segundo "o curso natural das coisas" é descrito, nas suas linhas gerais, em três etapas: (a) a da produção agrícola, (b) a de produção manufatureira, e (c) a do comércio exterior. São etapas que correspondem, por seu turno, a uma evolução na estrutura econômica e social das comunidades humanas, pois, conforme as descreve Smith, está a primeira delas associada à predominância exclusiva do "campo", e das duas últimas ao aparecimento e a organização das cidades.

Sumariando a descrição de Adam Smith do progresso natural da opulência, examinemos o quadro geral que ele nos ofereceu do processo. Seguindo o "curso natural das coisas", o processo de crescimento é gradativo e tende, dentro de certos limites, a perpetuar-se através do tempo. À medida que um país cresce, as suas atividades econômicas se vão diversificando e se tornando cada vez mais interdependentes. O processo atinge a sua fase estacionária, quando o país alcança o "limite de suas riquezas" que os seus recursos naturais e a sua situação com relação a outros países lhe permitem; neste ponto, embora sem retroceder, não lhe é possível avançar. Na realidade, consoante observou Smith, nenhum país jamais alcançou tal "grau de opulência".

Para finalizar, observa-se que a este quadro geral, faltam algumas pinceladas: nele não se descreve o declínio do processo nem se indica por que retrocedem certas sociedades. Mas, isto não seria de esperar que o fizesse quem, como Smith, estava preocupado com a "riqueza" e não com a "pobreza" das nações.

Quais, então, dentro desta visão panorâmica do processo de crescimento, os fatores que Smith identificou como condicionantes do mesmo? Cabe observar, desde logo, que por "fatores condicionantes" entende-se aqueles fatores, de cuja interação resultam as condições necessárias ao "ecodir" e ao "desencadear-se" do processo. Na realidade, com efeito, nenhum fator, tomado isoladamente, é responsável pelo processo; ou em outras palavras, a análise dos fatores, pela própria complexidade de que se reveste, jamais se poderia restringir ao bizantismo de saber se foi a galinha ou o ovo que primeiro existiu... Verifica-se, até mesmo, em confronto com as situações concretas, que os estímulos trazidos ao processo pelos seus fatores condicionantes crescem de intensidade à medida que aumenta de intensidade o próprio processo; se a acumulação do capital deve ser vista como condição imprescindível ao crescimento, é em função do mesmo que ela se torna mais intensa e mais ampla, por conseguinte, as suas repercuções sobre o processo. Desta interação teve Smith uma noção bastante satisfatória, embora não a expressasse de maneira precisa.

O primeiro fator por ele identificado, como condicionante do processo, é a "divisão do trabalho". Ao seu ver, a divisão do trabalho não procede de uma norma do governo ou da sociedade, mas decorre de uma certa propensão da natureza humana "venda, troca e permuta de uma mercadoria por outra". Esta, digamos, é a sua explicação filosófica (ou doutrinária) do fenômeno. Dela resulta, em termos

econômicos, o aumento da produtividade da mão-de-obra, desde que o mesmo número de pessoas se torne capacitado a produzir mais em consequência: (a) do melhor adestramento dos operários; (b) da economia de tempo no processo produtivo, proveniente da especialização; e (c) da utilização de máquinas e equipamentos mais eficazes, ou seja, da introdução de "invenções" no processo produtivo. Ainda em termos econômicos, ele salienta que a divisão do trabalho é limitada pela "extensão do mercado". Aparentemente, tal observação, nos parece, conduziria àquela tese do "círculo vicioso", de Nurkse. Smith, entretanto, admitiu ser possível expandir o mercado, desde que se melhorem os meios de transporte; sobretudo, e em função da experiência do seu tempo, o transporte hidroviário, diretamente relacionado com o comércio exterior.

O segundo fator condicionante do crescimento, por ele identificado, é o estoque de capital disponível pela comunidade. Numa situação a que designou de "estágio primitivo da sociedade" observou Smith não haver divisão do trabalho, pois cada homem é auto-suficiente ao prover suas necessidades. Não existe, também, qualquer exigência de um estoque de capital, desde que não haja comércio. E, com base neste raciocínio, ele afirmou que a divisão do trabalho pressupõe, ou acompanha de perto, a formação de um certo estoque de capital e gera, concomitantemente, uma exigência de acumulação de capital. Superado, então, o "estágio primitivo da sociedade", as poupanças e o investimento passam a exercer, segundo Smith, uma considerável influência no processo de crescimento e, portanto, nos níveis de renda da comunidade.

2.2 – Socialismo Marxista-Leninista

O Socialismo Marxista-Leninista apresenta de forma concisa, os seguintes elementos característicos:

- a propriedade coletiva dos meios de produção e do seu uso;
- a intervenção direta e total do Estado no sistema econômico direcionando os fluxos da produção e da renda;
- a inexistência da livre iniciativa;
- o suprimento das necessidades básicas de consumo das massas como móvel da atividade econômica;
- a planificação global da economia como fator de realização da eficiência;
- a ação do órgão central de planificação envolvendo todas as entidades econômicas e todos os meios de produção, em termos de estabelecimento de objetivos macroeconômicos, da determinação dos recursos para alcançá-los e de fixação dos preços dos bens e serviços necessários e, portanto, do ritmo previsto de crescimento da atividade econômica.

Qualquer exposição da contribuição de Karl Marx ao estudo do sistema socialista — ainda que sumária, como a nossa — tem de basear-se em duas obras

"Contribuição à Crítica da Economia Política", publicada em 1859 e "O Capital", cujo primeiro volume foi editado em 1867.

A visão geral de sua contribuição não deve prescindir — sem que se incida em simplificações deturpantes — da apreciação daqueles aspectos que embora irreduzíveis às categorias estritamente econômicas de análise, são inseparáveis do marxismo, como "concepção" do crescimento. Em outros termos: se a teoria do valor-trabalho ou, especificamente, da "mais-valia", pode ser tomada, digamos que em termos acadêmicos, como um dos aspectos formalmente econômicos da análise marxista. O marxismo em si é, também, uma interpretação filosófica da História e a doutrina política da luta de classes; e esses três aspectos — o filosófico, o econômico e o doutrinário — compõem, na ordem em que se acham dispostos e em função do método dialético de que Marx se utilizou para interpretar a sociedade capitalista, o que se poderia denominar pura e simplesmente marxismo.

A propósito, salienta John Robinson que as diferenças fundamentais entre o marxismo e a economia tradicional são: (1) a economia tradicional aceita o sistema capitalista como parte de uma ordem eterna da Natureza, enquanto Marx o encara como uma fase transitória entre a economia feudal do passado e a "economia socialista do futuro" e (2) os economistas ortodoxos admitem uma harmonia de interesses entre as classes sociais, enquanto Marx concebe a vida econômica em termos de conflito entre os operários e os capitalistas.

Isto posto, iniciaremos a análise da contribuição do marxismo ao estudo do crescimento, considerando o seu aspecto filosófico, ou seja, a interpretação dialético-materialista da História, que a configura. De forma sintética pode-se inferir como inerentes à interpretação marxista da História, os seguintes postulados: (a) a História é um vir-a-ser de "formas" de organização social; (b) este devenir histórico é independente da vontade humana e se acha condicionado pelo "modo de produção" peculiar a determinados estágios do processo de crescimento; (c) cada "modo de produção" gera certas "contradições" que dão origem a novas "formas" de organização social.

Ressalte-se, do exposto, que o "modo de produção", que em termos simplificados refere-se à forma de apropriação da propriedade no grupo social, constitui a chave da interpretação histórica do marxismo.

Inicialmente, são necessários alguns esclarecimentos quanto à análise desenvolvida por Marx. Não é ela, a despeito das implicações filosóficas que contém, uma análise "a priori"; funda-se, pelo contrário, na observação dos fatos e procede do particular para o geral. Em outras palavras: a análise marxista do crescimento econômico deve ser considerada primeiramente como a análise do crescimento no contexto histórico do capitalismo; a partir, portanto, de uma situação real. A isto designa-se de aspecto econômico do marxismo.

Examinemos, então, os pontos de maior relevância nesta análise. Para tanto fixemos, preliminarmente, algumas das principais características do "modo de produção" capitalista. A sociedade burguesa, segundo Marx, caracteriza-se por:

(1) a riqueza se apresenta como uma imensa acumulação de mercadorias; (2) a população está dividida em duas classes — a dos capitalistas, que detêm a propriedade dos meios de produção e a dos operários, que apenas dispõem do próprio trabalho para vender; e (3) "o motivo propulsor e o fim determinante do processo de produção (capitalista) é conseguir o maior incremento possível do valor do capital".

Desde que a mercadoria representa a "forma elementar" da riqueza, no Sistema Capitalista, Marx inicia a sua análise pelo estudo da mercadoria ou, mais precisamente, pela teoria do valor, porquanto toda mercadoria se "manifesta" sob um duplo aspecto: o "valor de uso" e o "valor de troca". Para Marx, porém, a noção de valor tem uma origem social, sendo, por isso, a expressão das relações que os membros de uma comunidade mantêm entre si como produtores da riqueza. É possível, assim, abstrair da análise o "valor de uso" e considerar, especialmente, o "valor de troca", pois este se apresenta para Marx "como uma relação quantitativa, como uma proporção em que se trocam os valores de uso de uma classe, contra os valores de uso de uma classe, contra os valores de uso de outra classe".

É o trabalho social — o trabalho homogêneo, indiferenciado, no qual se obliterou a individualidade dos trabalhadores — o que cria o "valor de troca" das mercadorias. A determinação quantitativa desse valor se faz pelo "tempo de trabalho" — de trabalho que se deve considerar idêntico pela sua quantidade, mas distinto pela qualidade — "cristalizado na produção de mercadorias. O valor de uma mercadoria, assim, consiste no "tempo de trabalho" requerido pelas comodidades que entram no seu processo de produção. Esta é, em síntese, a teoria marxista do valor, ou do *valor-trabalho*, teoria já adotada, nos seus aspectos gerais, por Adam Smith e Ricardo, entre outros, e à qual pretendeu Marx imprimir um conteúdo mais objetivo ao fazer do tempo de trabalho a unidade de mensuração do valor.

A teoria do *valor-trabalho* constitui, por sua vez, a pedra angular de toda análise marxista do Capitalismo. Desde que na sociedade burguesa existem duas classes — a dos capitalistas e a dos operários — das relações entre elas resulta que o valor da produção anual se resolve na soma de três componentes: o *capital constante* (c) — o valor das instalações, dos equipamentos e dos demais insumos utilizados na produção (*); o *capital variável* (v) — o valor da força de trabalho despendido no período; e o *produto excedente* (p) ou *mais-valia* — o valor do excesso do produto líquido sobre os salários, do qual provêm os lucros, os juros, as rendas, etc.

A *mais-valia* (p) resulta segundo Marx, da exploração da força de trabalho. Se ela não existisse, o capital antecipado — ou seja o capital investido, inicialmente, na produção de qualquer mercadoria — a que poderíamos designar por C, seria no final do processo produtivo, igual a $c + v$.

O conceito de *mais-valia* — certamente o aspecto de maior relevo e de maior controvérsia da teoria marxista do *valor-trabalho* ou, melhor dito, do *valor-*

(*) Segundo Marx, o valor do *capital constante* (c), quanto às instalações e equipamentos, deve ser considerado apenas como referência à sua taxa de depreciação.

tempo-de-trabalho — é o fundamento da análise dialética da acumulação do capital. Antes, porém, de passar a este assunto vejamos três razões que, a partir do *valor do produto total* ($c + v + p$), Marx estabelece como instrumentos de sua análise, a saber:

- a) p/v correspondente à *taxa de exploração*. É ela uma revelação entre o produto excedente (lucros, juros e rendas) e os salários;
- b) c/v equivale à *taxa de composição orgânica do capital*. Expressa como se percebe, a relação entre o "valor dos meios de produção" (c) e o "valor da força de trabalho" (v). Aqui, porém, c corresponde ao "estoque de capital"; ou em outras palavras, a parcela nele incluída referente às instalações e aos equipamentos, não se limita apenas à taxa de depreciação. Daí uma certa ambigüidade na fórmula, conforme observou John Robinson;
- c) $p/c + v$ nos dá a *taxa de lucro*. Desde que, nesta fórmula, c reaparece como equivalente ao estoque de capital, torna-se oportuno aclarar o objetivo que Marx colimou, ao elaborá-la como instrumento de análise. Na primeira fórmula, p/v , a mais-valia foi estimada como dependendo, primordialmente, de v , ou seja, da força de trabalho empregada pelo capital, dada a hipótese em que c se computar somente a "taxa de depreciação". Neste caso, $c + v$ equivaleriam, na terminologia marxista, ao "preço de custo da mercadoria" nada tem a ver com o processo de incremento do capital, característico do Sistema Capitalista. Este se inicia quando se acresce a $c + v$, p . São estas as componentes do que Marx denomina de "custo de produção da mercadoria". Em outras palavras, o "valor mercantil" ou para simplificar, o que chamaríamos, presentemente, de "preço de venda" de um produto. Ao tratar do "custo de produção", Marx observa que p tanto procede de v como daquela parte do capital fixo (chamemo-la de c , para ilustrar) que não se incorporou ao "preço de custo", como "depreciação". Para aquela parte, entretanto, ele mantém, como na fórmula precedente, igual símbolo c . Donda a confusão que se tem argüido contra as mesmas, resultante, em grande parte, de atribuir, no contexto da análise, dupla conotação a único símbolo: c , referente a taxa de "depreciação" + "gastos com consumo"; e c , incluindo, também, a parte fixa do capital constante, não incorporada ao processo de produção ou seja, como estoque de capital.

Para complementar esta exposição sobre a análise marxista do crescimento econômico no Sistema Capitalista, apreciaremos agora algumas de suas conclusões mais importantes. Com fundamento nas três razões em que se baseia o seu instrumental analítico temos que, a longo prazo, deles resultam três princípios gerais: (1) a crescente miséria da classe operária, em virtude da exploração progressiva do trabalho humano; (2) a concentração do capital; e (3) a tendência decrescente da taxa de lucro. São princípios, ou leis, que expressam relações intrincadas e comple-

xas, entre fenômenos. No decurso do processo, tais relações atuam, a curto prazo, como elementos geradores das crises econômicas.

Vejamos, por outro lado, o aspecto doutrinário do marxismo. Este se refere à "luta de classes". A luta de classes, segundo Marx e Engels, acompanha a evolução histórica de todas as sociedades. Na sociedade capitalista, porém, apresenta-se com fisionomia peculiar, em virtude de achar-se a mesma dividida em dois grupos antagonisticamente distintos: a burguesia e o proletariado. Por isso, observou Marx, não ser possível desconhecer este antagonismo quando nos ocuparmos da economia política. Não foi, contudo, sob o aspecto econômico, que a sua teoria da luta de classes se fez relevante; e, sim, sob um aspecto doutrinário e ideológico. Porque de fato, ela não constitui mera demonstração de que a evolução histórica tende a uma sociedade sem classes; mas, antes de tudo, um instrumento de luta política entre o proletariado e a burguesia, de que decorrerá, em última instância, a "expropriação dos expropriadores". Um instrumento, em suma, destinado a abreviar a transição do Capitalismo para o Socialismo, através da ditadura do proletariado, no entendimento de Marx.

Temos, assim, uma visão geral da contribuição marxista ao estudo do crescimento. É uma contribuição que se fundamenta na análise dialética da acumulação do capital, como o fenômeno mais relevante da economia capitalista; circunscrita, pois, a uma análise do crescimento, no contexto de um determinado sistema.

Quais, então, os fatores por ele identificados, como condicionantes do processo? Conforme ficou esclarecido, Marx salienta, explicitamente, a acumulação de capital; neste ponto, a sua análise — omitidos os aspectos filosóficos e ideológicos do marxismo — corrobora o pensamento dos clássicos. Mas desde que ela diz respeito tão-somente a um estágio do crescimento econômico, é oportuno inferir-se, para Marx, a "acumulação de capital" também se faz necessária para atingir o estágio, digamos "socialista", do progresso econômico. Em outras palavras: se é possível, generalizando, fazer crescimento econômico sem acumulação de capital.

A resposta a esta última questão será, logicamente, negativa. Para melhor formulá-la, contudo, convém considerarmos brevemente: (1) a análise marxista da reprodução do capital social e (2) o uso que desta análise tem feito, nos dias presentes, a "planificação do Sistema Socialista".

A análise da reprodução do capital social — principalmente no que toca às suas implicações para a problemática do crescimento econômico — pode ser vista como uma das contribuições mais valiosas de Marx para a teoria econômica. Trata-se, evidentemente, de uma análise macroeconômica em que se consideram: (a) o produto nacional como um agregado de $c + v + p$; e (b) a economia nacional como dividida em dois setores: o que produz bens de capital (I) e o que produz bens de consumo (II). Temos, então, que o produto nacional é igual à "produção total de bens de capital" ($c_{II} + v_{II} + p_{II}$) mais a "produção total de bens de consumo" ($c_{II} + v_{II} + p_{II}$). Dónde $c = c_I + c_{II}$, $v = v_I + v_{II}$, $p = p_I + p_{II}$.

Relembrando que c equivale, no cômputo do produto nacional, apenas à "taxa de depreciação", note-se que numa economia estacionária (ou, segundo a

terminologia de Marx, de reprodução simples do capital) a demanda total dos bens de capital seria igual a $c_1 + c_{II}$, e a demanda total dos bens de consumo seria igual a $v_1 + v_{II} + p_1 + p_{II}$. Neste caso, toda a reprodução do capital se destinaria somente à reposição dos bens de capital utilizados, no processo produtivo, pelos setores I e II da economia; não haveria, em outras palavras, formação líquida de capital, uma vez que o produto excedente de ambos os setores (p_1 e p_{II}) seria destinado ao consumo.

Entretanto, numa economia em crescimento (ou de acordo com Marx, de reprodução ampliada do capital) uma parte de p se acumula com o fim de aumentar os bens de produção e utilizar, assim, maior quantidade de trabalho. A *mais-valia* p se distribuirá então em: (a) consumo; (b) aquisição de bens de produção; e (c) em salários necessários a incrementar o emprego. Se designarmos a cada uma dessas partes de p , de P_a , P_b e P_c , vemos que, numa economia em expansão, o produto nacional será igual a $c + v + P_a + P_b + P_c$. Em outras palavras: não é possível, segundo a análise marxista, o crescimento econômico sem acumulação de capital ou, mais precisamente, sem que haja um incremento líquido de capital, de que resulte, através dos investimentos, uma inter-relação dinâmica entre os setores I e II da economia.

Esta inter-relação, de resto, é válida tanto para uma economia capitalista quanto para uma economia socialista. É por isso que o Sistema Socialista se tem servido da análise marxista como um instrumento de "planificação", dentro de um modelo plurissetorial da economia; modelo a que se designa, também, de análise insumo-produto. E o principal objetivo da planificação socialista, no sentido de promover o crescimento, vem sendo o de maximizar a utilização do produto excedente (p) para acumulação de capital e, portanto, para os investimentos de que está a depender, em períodos sucessivos, a taxa de crescimento econômico.

Ressalta do exposto, que se pode generalizar a análise marxista e admitir a acumulação de capital como um fator condicionante de crescimento, independente do estágio que se considerem. Aliás, o único fator que Marx identificou, de modo explícito, como já assinalamos. Os seus efeitos, porém, sobre a expansão da economia dependem, conforme é fácil de perceber, dos investimentos.

Para concluir a nossa exposição sobre a contribuição de Marx ao estudo do crescimento, ponhamos em relevo o aspecto "crítico" e o aspecto "teórico" que a configuram.

A crítica ao Sistema Capitalista Liberal é aceita, no que ela se constitui em *julgados de valor* de um sistema econômico, por marxistas ou não-marxistas. Representa, não obstante, um tema de interesse antes filosófico do que propriamente econômico.

Tal aceitação, entretanto, não ocorre quando se aprecia o aspecto "teórico" do marxismo. Mesmo as conclusões de natureza puramente econômica, a que chega Marx neste campo, como decorrência das próprias leis e das contradições inerentes ao Sistema Capitalista, nem sempre se ajustam aos fatos quando as encaramos objetivamente, ou seja, como *julgados de realidade*. A tendência à miséria crescente da classe operária, por exemplo, não é expressão adequada de uma teoria dos salários para os países capitalistas; nestes países, os salários se vêm mantendo acima

e um nível de mera subsistência. Além disso, conforme observou Joan Robinson, a explanação marxista da tendência decrescente dos lucros se baseia em pressupostos que, de fato, nada explicam; isto porque tais pressupostos não levaram em conta o problema da demanda efetiva. Relembrando, Marx deduz a lei das inter-relações entre c/v e p/v e admitindo que c/v tende a crescer, enquanto p/v se mantém constante, conclui, então, que a razão p/c + v tenderá, *necessariamente*, a decrescer. Entretanto, como salientou Joan Robinson, na realidade, as variações de c/v não dependem somente de condições técnicas, mas do uso do equipamento, isto é, também da relação capital/trabalho por unidade de produto. Dado um equipamento, esta relação será tanto maior quanto menor for a sua utilização e vice-versa. Mas, como a utilização do equipamento varia, no decurso do tempo, em função da demanda efetiva, a fórmula de Marx — mantida a suposição de ser constante p/v — indicará corretamente que os lucros tendem a aumentar ou a diminuir com as oscilações do mercado; dela não resulta, assim, a necessidade de uma taxa decrescente dos lucros. De modo, esta necessidade só se poderia verificar, em face do exposto, no caso de abandonar-se a hipótese de uma constância em p/v, isto é, desprezando-se a afirmativa marxista de que os salários reais se manteriam num nível de subsistência, ao longo de todo o processo de crescimento da economia capitalista.

Observa-se, ainda, que o reconhecimento das falácia existentes na análise marxista e das simplificações filosóficas ou ideológicas, a ela vinculadas, não implica subestimar a contribuição de Marx ao estudo do crescimento econômico. Há, em sua obra, apreciações de interesse fundamental, principalmente para a problemática do crescimento, considerações que, acima dos exageros dogmáticos, vêm suscituando, mais recentemente, maior atenção às idéias de Marx. Como observou o Ministro Mário Henrique Simonsen: "Refutar a teoria econômica de Marx não chegou a ser tarefa difícil para aqueles que não gostavam de suas previsões. Mas exigiu, no plano teórico, que os economistas afiassem a sua capacidade de análise. E, no plano político, que o Sistema Capitalista passasse a ter maiores preocupações com sua dimensão social. Em suma, para usar sua própria linguagem, Marx, talvez, não tenha conseguido construir uma boa tese. Mas, certamente, pela sua capacidade de provocação, elaborou uma formidável antítese".

3 – Capitalismo Moderno ou Neocapitalismo

Como assinalamos na introdução, a conformação do Capitalismo Moderno surgiu, em grande parte, da extraordinária contribuição de Keynes.

A mais ampla oposição de Keynes à concepção da teoria clássica resulta da inadequação da mesma como explicação às situações da "sociedade econômica em que realmente vivemos". Esta inadequação decorre, de um modo geral, da falácia do "laissez-faire" e das suas implicações com aquelas correções automáticas dos desequilíbrios do sistema econômico. No contexto da situação histórica em que veio à luz a "Teoria Geral", a Grande Depressão dos anos 30 não deixava dúvidas quanto a esta inadequação, ao pôr em evidência a ruptura do Capitalismo Liberal.

Como, por exemplo, seriam admissíveis os tremendos efeitos daquela depressão sobre a economia mundial, com os impactos sociais gerados pelo desemprego mundial, com os impactos sociais gerados pelo desemprego em massa, se prevalecia na realidade, o princípio da harmonia entre o interesse individual e o interesse da sociedade? Como explicar, por outro lado, uma situação flagrante de superprodução e de subconsumo, a ser válida na realidade a Lei de Say — erigida em dogma pela teoria clássica — e na qual se afirmava a impossibilidade de haver uma escassez da demanda em relação à produção?

Evidentemente, que não caberia, nesta oportunidade, aprofundarmos apreciações relacionadas com a concepção keynesiana, o que foi feito pelo Prof. SANTANA em palestra proferida sobre Teoria Econômica (T8-79), com significativa capacidade de síntese.

Contudo, para situarmos a inestimável contribuição de Keynes para o soerguimento e fortalecimento do Sistema Capitalista, são necessários alguns esclarecimentos.

Keynes em sua abordagem macroeconômica do Sistema Capitalista estudou os fatores determinantes do emprego e da renda nacional e propôs a intervenção do Estado na atividade econômica de modo a compensar o declínio dos investimentos privados nos períodos depressivos dos ciclos econômicos.

Keynes, no entanto, ressaltou que o interventionismo estatal deveria ser parcial, ou seja, indutor da atividade econômica, em suas grandes linhas; são palavras textuais de Keynes: "Não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado envolvendo a maior parte da vida econômica da comunidade. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se este for capaz de determinar o montante global dos recursos destinados a aumentar os meios de produção e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado tudo o que lhe corresponde".

Portanto, ao contrário do que foi imputado a Keynes por alguns de seus críticos, ele não preconizou o dirigismo total e coercitivo do Estado, que implica na eliminação da iniciativa privada. Com a lucidez que o caracterizou, Keynes observou: "Os regimes autoritários contemporâneos parecem querer resolver o problema do desemprego à custa da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não suportará por muito mais tempo o estado de desemprego que, isolados uns poucos intervalos de excitação, é uma consequência inevitável do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas, talvez a doença possa ser curada por meio de uma análise correta do problema, sem sacrifício da eficiência e da liberdade".

Sob a inspiração das idéias, tanto de seus precursores, como do próprio Keynes e dos economistas que se seguiram a ele, concebeu-se uma nova visão do funcionamento do Sistema Econômico Capitalista.

Inicialmente, a ação co-participante e indutiva do Estado corporificou-se através da utilização dos instrumentos de política econômica voltados, especialmente, para orientar a aplicação das despesas públicas, dada a influência das mesmas

no sentido de regular o nível das atividades econômicas, caracterizado na década de 30 por insuficiência de "procura global", ou seja, por um quadro de desemprego crônico.

À medida que o mundo capitalista se recuperava e ganhava novo impulso o processo de crescimento econômico, a política econômica adotada pelos governos desses países incorporava novas concepções e passava a utilizar-se de instrumentos cada vez mais adequados à problemática econômico-social vigente.

Assim, além da orientação das despesas públicas, os instrumentos de orçamentação das receitas públicas, compreendendo a estrutura fiscal, passaram a ser manipulados de forma mais apropriada.

Com a intensificação do ritmo do crescimento econômico dos países do mundo ocidental e a complexidade crescente da problemática da sociedade capitalista, ou seja, crescimento demográfico acelerado, o impulso da industrialização e a consequente influência no processo de urbanização, verificou-se uma acentuada modificação dos padrões de vida da comunidade.

Em face da maior complexidade da problemática econômico-social, a ação governamental nos países capitalistas passou, progressivamente, a utilizar outros instrumentos de política econômica para orientar os fluxos de consumo e de investimento. Nesse sentido, mecanismos de política monetária como: a taxa de desconto e o controle quantitativo e qualitativo do crédito demonstraram sua eficácia como instrumentos complementares às políticas fiscal e orçamentária. O ajuste da taxa de câmbio e a política salarial, entre outros, como diversas políticas de preços, tornaram-se instrumentos valiosos para atenuar as imperfeições do sistema de preços.

Mais recentemente, a política econômica adotada pelos governos dos países capitalistas vem ampliando o alcance de medidas tendentes a melhorar a repartição do Produto Nacional, através, principalmente, do aperfeiçoamento do sistema de seguros sociais, que envolve o setor público, os empregadores e os empregados.

Portanto, no Sistema Capitalista Moderno a ação co-participante do Estado na atividade econômica se processa de forma indutora, através de incentivos e sanções, ou seja, sem eliminar a propriedade privada dos meios de produção e do seu uso, a livre iniciativa e a concorrência empresarial; permanecendo, desse modo, o lucro como móvel da atividade econômica.

De outra parte, a gestão direta do Estado é compatível com a concepção do Neocapitalismo, desde que se caracterize numa certa área de atividade e incapacidade financeira ou empresarial do setor privado, e que esta função seja, posteriormente, transferida à iniciativa privada; variando esta participação, de acordo com o estágio de desenvolvimento da economia.

Outro aspecto significativo do Capitalismo Moderno é a prática disseminada do planejamento indicativo no mundo ocidental, que se tem constituído em eficiente meio para orientar a dinâmica do processo de desenvolvimento.

Feitas estas colocações, seria oportuno confrontarmos as principais características do Capitalismo Liberal com aquelas relacionadas ao Capitalismo Moderno,

objetivando destacar a flexibilidade e capacidade de adaptação do Sistema Capitalista:

<i>CAPITALISMO LIBERAL</i>	<i>NEOCAPITALISMO</i>
— Abstenção do Estado no domínio econômico.	— Intervenção parcial do Estado de forma, predominantemente, indutiva.
— Propriedade privada dos meios de produção e do seu uso.	— Propriedade dos meios de produção e do seu uso dividida pelas esferas privada e pública.
— Exercício da livre iniciativa.	— Exercício da livre iniciativa, concomitantemente, com a intervenção parcial do Estado.
— Realização da eficiência através da livre concorrência empresarial.	— Concorrência empresarial orientada e estimulada pelos instrumentos da política econômica.
— Mecanismo dos preços, conjugado com o livre jogo das forças do mercado.	— Mecanismo das forças do mercado, conjugado com a função orientadora, co-participante e intervencionista do Estado.

2.4 – Comparação dos Sistemas Econômicos Contemporâneos

Conquanto já tenhamos refutado, no plano teórico, as principais conclusões de Marx junto à tendência do Sistema Capitalista, seria oportuno recolocá-las para apreciarmos as mesmas, no plano da "práxis" do Neocapitalismo.

O Capitalismo Moderno, com a flexibilidade e a capacidade de adaptação às novas circunstâncias que o tem caracterizado, substituiu o individualismo competitivo, baseado na existência de uma "ordem natural", pela intervenção do Estado no domínio econômico de forma indireta e, predominantemente, indutora, objetivando conciliar os interesses de produtores e consumidores.

O dinamismo do Neocapitalismo, ao contrário do que previra Marx (crescente miséria da classe operária), tem propiciado a elevação progressiva do padrão de vida dos trabalhadores, seja através de novas oportunidades decorrentes da melhoria do nível cultural da população, ou da ampliação e aperfeiçoamento dos serviços básicos — saúde, saneamento e transporte de massa — ou, ainda, da difusão do sistema de seguros sociais.

Quanto à acumulação do capital, cabe assinalar que ela é básica — como já observamos anteriormente — porquanto, não é possível promover o crescimento econômico, sobretudo no estágio inicial, em qualquer sistema, sem acumulação do capital. No Neocapitalismo o referido processo concentra-se, especialmente, no setor privado, no entanto, a ação governamental, valendo-se de instrumentos de política fiscal, como o imposto sobre a renda, a taxação da herança e do lucro imobiliário, entre outros, promove os ajustes necessários.

De outra parte, a pujança do Capitalismo Moderno contradiz a assertiva de Marx que preconizou a "tendência decrescente da taxa de lucro" e, portanto, a deterioração do Capitalismo. Pelo contrário, conforme acentuou Viley: "Em nenhum lugar, até hoje, o Socialismo se implantou sobre as ruínas de um Capitalismo amadurecido" e complementando, destacou: "A instalação do Comunismo na Tcheco-Eslováquia não resultou, de forma alguma, de uma evolução autônoma das estruturas econômicas nacionais, mas, foi imposta do exterior".

Com relação ao Socialismo Marxista-Leninista, são necessárias algumas colocações preliminares, uma vez que, como já foi destacado anteriormente, Marx limitou-se a analisar criticamente a eficiência do Capitalismo, sem fixar as bases do Socialismo. Assim, em 1917, com a implantação do Comunismo da União Soviética, Lenin e Trotsky se depararam com o problema de estruturar uma nova ordem social e econômica.

Em termos concisos, podemos destacar os principais traços marcantes dessa nova ordem:

- centralização do processo decisório pelo Estado;
- supressão da propriedade privada dos meios de produção e do seu uso;
- planificação global, envolvendo todos os aspectos da vida econômica e social, todas as entidades econômicas e todos os meios de produção;
- subordinação dos interesses individuais aos interesses coletivos, na fixação dos objetivos macroeconômicos definidos no Plano;
- substituição do mecanismo das forças do mercado pela fixação dos preços dos meios de produção, dos bens e dos serviços, pelo organismo central de planificação.

No que se refere à suposta supremacia do Socialismo e seus desdobramentos, os teóricos conceberam que inicialmente o sistema seria implantado através da *ditadura do proletariado*, com o posterior *desaparecimento do Estado*, e, ao ser atingido o estágio mais avançado da "economia socialista do futuro" — *a sociedade sem classes*.

À luz da "práxis" do Sistema Socialista Marxista-Leninista, contudo, constata-se um quadro bastante afastado daquilo que idealizaram os técnicos do Comunismo.

Em primeiro lugar, a implantação do Comunismo na União Soviética não resultou da deterioração de uma economia capitalista madura (o País era estagnado

e basicamente agrícola), por outro lado, ao contrário do que fora previsto, instaurou-se através da ditadura dos líderes do Partido Comunista, e, assim, permanece sob a forma de Regime Autocrático, de partido único.

Em segundo lugar, a previsão do desaparecimento do Estado, em face da realidade soviética, é um objetivo de difícil ou impossível atingimento. Senão vejamos: a desmedida burocracia cerceadora da atividade econômica na União Soviética, chegou a ser exercida por 32 Ministérios.

Em terceiro lugar, a sonhada sociedade sem classes, em face do Comunismo praticado na União Soviética, fica muito difícil de ser admitida e visualizada, mesmo a longo prazo; quando, segundo Keynes, "todos estaremos mortos".

Não obstante os desvios significativos entre o plano teórico e o plano da "práxis" do Socialismo Marxista-Leninista, negar o crescimento da economia soviética, seria atitude de mera contraposição à realidade. Contudo, é importante ressaltar as observações de Hunt & Sherman: "A União Soviética pagou por todo o progresso, a partir de 1917, um preço elevado, consubstanciado não apenas em termos de décadas de trabalho brutal e consumo postergado para o futuro, não apenas em termos de sangue e milhões de vida, mas também, em termos de uma ditadura política que no passado eliminou seus inimigos e freqüentemente segue reprimindo a atividade intelectual de seus cidadãos".

Por outro lado, a despeito de todo o controle estatal, o setor agrícola continua extremamente vulnerável e registrando baixa produtividade. A diversificação do setor industrial, verificada a partir da 2ª Guerra Mundial, vem-se constituindo em fator de enfraquecimento do poder do comando central, em termos de execução da planificação. As reformas estruturais propostas pelo Prof. Liberman, em 1962, incluindo a utilização de "estímulos próprios das economias liberais", foram adotadas com extrema parcimônia e afetando apenas setores pouco relevantes, no cômputo geral do produto industrial, como foi destacado por Hunt & Sherman: "... as mudanças mais dramáticas, solicitadas pelos reformadores, jamais se concretizaram. Além disso, o novo sistema econômico continuava a manter o método da alocação direta de recursos".

Este, resumidamente, é o quadro do Sistema Socialista Marxista-Leninista, o qual por todas estas peculiaridades, apresenta uma característica marcante: a falta de motivação do homem.

O Capitalismo Moderno praticado no mundo ocidental em países democráticos e, portanto, de pluralidade partidária, através da ação orientadora, co-participante e intervencionista do Estado, torna-se cada vez mais sensível às aspirações da coletividade, objetiva mais intensamente a Justiça Social e resguarda, sobretudo, a dignidade da criatura humana.

Em síntese, o Neocapitalismo dispõe dos mecanismos para conciliar os interesses e, assim, manter o homem suficientemente emulado para acelerar o progresso tecnológico e orientar as atividades, através da incorporação de novas técnicas, para possibilitar níveis mais elevados de Bem-Estar e de Justiça Social.

Assim, o Capitalismo Moderno, praticado num contexto democrático, por sua própria natureza, gera expectativas, que dependendo do estágio de crescimento

econômico do País não podem ser atendidas em sua globalidade. Para os críticos do Capitalismo estava aí configurada a incapacidade do sistema em atender a essas demandas; esquecem-se, porém, que no Sistema Socialista Marxista-Leninista aquelas expectativas são asfixiadas no seu nascedouro.

Feitas estas considerações, poderemos, de forma esquemática, distinguir o Capitalismo Moderno do Socialismo Marxista-Leninista:

CAPITALISMO MODERNO	SOCIALISMO MARXISTA-LENINISTA
Regime Democrático – Pluripartidário.	Regime Autocrático – Partido Único.
Intervenção parcial do Estado de forma, predominantemente, indutiva.	Intervenção direta e total do Estado.
Descentralização do Processo Decisório.	Centralização do Processo Decisório pelo Estado.
Propriedade dos meios de produção e do seu uso dividida pelas esferas privada e pública.	Propriedade coletiva dos meios de produção e do seu uso.
Planejamento indicativo.	Planejamento global, centralizada e impositiva.
Conciliação entre os interesses individuais e coletivos.	Subordinação dos interesses individuais aos interesses coletivos.
Lucro como móvel da iniciativa privada.	Lucro apropriado pelo Estado.
Exercício da livre iniciativa, concomitantemente com a intervenção parcial do Estado.	Supressão da livre iniciativa, pela intervenção direta e total do Estado.
Concorrência empresarial orientada e estimulada pelos instrumentos de política econômica.	Realização da eficiência através da planejamento global da atividade econômica.
Mecanismo das forças do mercado, conjugado com a função orientadora, co-participante e intervencionista do Estado.	Substituição do mecanismo das forças do mercado pela fixação autoritária dos preços, dos meios de produção, dos bens e dos serviços.

3 – CONCLUSÃO

Conforme observou Lajugie: "Os Sistemas Econômicos não são algo congelado, mas constituem um conjunto de instituições vivas e móveis em contínua evolução".

Os Sistemas Socialista Marxista-Leninista e Neocapitalista convivem com uma série de problemas, quase que generalizados, como: a inflação, o desemprego, as relações de comércio exterior, e, até mesmo, a ação das empresas multinacionais, entre outros. Cada Sistema absorve e adota a terapêutica julgada adequada, de maneira específica e extremamente diferenciada (quase sempre de forma diametralmente oposta), como tivemos oportunidade de apreciar.

No entanto, como ficou evidenciado de toda a análise comparativa, o Capitalismo demonstrou possuir muito mais flexibilidade e muito maior capacidade de adaptação em face das novas características do mundo atual.

Desta forma, concluimos com Perroux: "...por mais imperfeito que possa ser, o sistema de mercado, possui o mérito de manter algum contato entre os produtores e as preferências dos consumidores. Por desviado que seja, o compromisso dos preços salvaguarda em qualquer medida a liberdade das partes. Por criticável que seja econômica e moralmente em casos particulares, o lucro é ainda a incitação e a sanção mais prática e menos custosa que se pode pôr em prática numa economia realizada. Para dizer-lo em algumas palavras que suscitariam longos comentários: o mercado, mesmo muito imperfeito, vale mais que um planejamento perfeito; um compromisso em que todos os parceiros têm direitos limitados de expressão e ação é melhor do que um regime em que, por definição, o Estado pode dispor dos cidadãos em grau ilimitado".

BIBLIOGRAFIA

- 1 – HUNT, E. K. & SHERMAN H. J. – *Sistemas Econômicos Comparados: O Mundo Socialista*. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1977.
- 2 – KEYNES, John Maynard – *Teoria General de la Ocupación, el Interés y el Dinero*. Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1951.
- 3 – LAJUGIE, J. – *Os Sistemas Econômicos*. Difusão Européia do Livro, 1971.
- 4 – LANDAUER, Carl – *Sistemas Econômicos Contemporâneos*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966, Vols. I e II.
- 5 – MARX, Karl – *Contribution a la Critique de l'Economie Politique*. Edition Sociales, Paris, 1957.
- 6 – MARX, Karl – *El Capital* (Tradução do Prof. Manuel Pedroso). Ediciones Fuente Cultural, México, s. d.

- 7 – NCE3-79 – *Sistemas Econômicos Contemporâneos*. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1979.
- 8 – PERROUX, François – *O Capitalismo*. Difusão Européia do Livro, 1970.
- 9 – ROBINSON, Joan – *An Essay on Marxian Economics*. MacMillan, London, 1952.
- 10 – ROSSETTI, José Paschoal – *Introdução à Economia*. Editora Atlas, São Paulo, 1972.
- 11 – ROSSETTI, José Paschoal – *Política e Programação Econômicas*. Editora Atlas, São Paulo, 1978.
- 12 – SMITH, Adam – *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. The Modern Library, New York, 1937.
- 13 – VILEY, Daniel – *Economia de Mercado – A Economia do Futuro?* EXPED – Expansão Editorial, Rio de Janeiro, 1978.
- 14 – ZAMORA, Francisco – *Tratado de Teoria Económica*. Editora Fondo de Cultura Económica, México–Buenos Aires, 1958.



EDUCAÇÃO, AMPARO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE PONTA

Tércio Pacitti

Brigadeiro Engenheiro de Aeronáutica, Diretor do Departamento Técnico e Científico do DEPED – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica (São Paulo).

Em seu número 675 (janeiro-fevereiro de 1978), A DEFESA NACIONAL publicou o artigo "Tecnologias Avançadas – Aspectos Estratégicos" do então Cel Eng Adr Tércio Pacitti. A repercussão desse trabalho foi extraordinária, tendo merecido publicação em outras revistas, citações em aulas inaugurais de nível universitário, e referências em diversas monografias da Escola Superior de Guerra. Este trabalho, que apresenta uma análise estratégica à luz da Doutrina da ESG, é um resumo da monografia que o Autor elaborou naquela Escola.

CONCEPÇÕES DE CARÁTER GERAL

As idéias e sugestões aqui emitidas refletem uma experiência. Elas *não são* concepções que exijam comprovações futuras. Resultam de uma experiência vivida em diversas Instituições de Ensino e Pesquisa, e no que foi possível, condicionada à doutrina da ESG. Tentamos agrupar idéias que não resultassem de estatísticas frias, cifras e novas formas organizacionais. Existe algo que as antecede. Para isto, colocamos um olho mais atento, talvez aquele de professor, nos frutos visíveis destas Instituições e sua correlação com a realidade atual. Não há a pretensão de apresentar soluções únicas. Portanto, necessário se faz que estas idéias sejam reavaliadas e outras novas, de indivíduos com outros tipos de experiência, as complementem.

As sugestões apresentadas implicam em intenções construtivas. Deseja-se criar, plantar para o futuro e não destruir. Se necessário for destruir alguma coisa, não fazê-lo se não houver algo melhor para colocar no lugar, e com responsabilidade. A melhor maneira de mudar as coisas, e para melhor, é fazê-la gradualmente, com muito trabalho, inteligência e senso de oportunidade.

Para fixar os conceitos, idealizamos alguns componentes extremos do desenvolvimento. Parece-nos que o desenvolvimento, como um todo, pode ser visto como uma composição dos componentes abaixo mencionados, nas devidas proporções, para cada setor tecnológico.

– Desenvolvimento colonial. É aquele semelhante ao das colônias: é o desenvolvimento imposto pela matriz. A colônia só pode desenvolver-se naqueles seto-

res que não contrariem os interesses centrais. Este é um desenvolvimento exploratório, tutelado e *sem* grandes riscos, como todo processo *não* soberano.

— Desenvolvimento "comprado". Um outro extremo seria aquele que, no afã de se realizar rapidamente, procurasse comprar ou importar toda a tecnologia para seu estabelecimento. Com a falsa impressão de queimar, apressadamente, etapas intermediárias, estaria prejudicando a consolidação de seu próprio desenvolvimento. Muitas vezes, o contexto da comunidade não tem condições de acompanhar, com *esforço próprio*, o ritmo do desenvolvimento importado, ou em outras palavras, a eficiência da máquina produtiva não acompanha o seu crescimento, gerando sérias distorções. Como a tecnologia do desenvolvimento é comprada, paga-se um alto preço, aumentando continuadamente a dívida externa, e, consequentemente, *perde-se grande parcela da soberania*. O endividamento nacional deixa de ser opcional: torna-se, irrecorribelmente, contingente. Em geral, este extremo de desenvolvimento, *não* harmonioso, se realiza a *curto prazo*.

— Desenvolvimento isolacionista ou xenófobo. Outro extremo seria desenvolver-se endogenamente, sem aproveitar direta ou indiretamente, a experiência ou o intercâmbio com o estrangeiro. Possivelmente, não se agravará o endividamento externo: o desenvolvimento será autosuficiente e preservar-se-á a soberania da comunidade. No entanto, este desenvolvimento xenófobo se dará a *longuissimo prazo*. E mais ainda, só será possível em regimes políticos *altamente autocráticos*: praticamente, seria necessário esconder-se do mundo exterior.

Vivemos em um mundo altamente interdependente, evidenciado nas matrizes de interdependência econômica e tecnológica. Em regimes políticos liberais, é impossível esconder da nação o desenvolvimento e o nível de vida atingido por outras nações. O homem sempre aspira melhores condições de vida. É uma força que vem de dentro para fora, grandemente aumentada pelo "efeito demonstração", hoje em dia facilitado pelos meios modernos de comunicação.

— Desenvolvimento sadio. Existem pontos intermediários entre os extremos acima mencionados. Referindo-se às matrizes de interdependência, também existem pontos de *equilíbrio*, viáveis, em que a dependência de alguns setores tecnológicos *contrabalança* a independência de outros setores. Tanto a escolha do ponto de equilíbrio a atingir quanto o caminho para alcançá-lo, partindo de um ponto intermediário, dependerão de pesquisas mais aprofundadas e de uma clara e definida decisão política. Aqui, desejamos ressaltar um ponto importante. O caminho para atingir este ponto de equilíbrio não será gratuito. Será necessária a formação de uma mentalidade, seguida de uma estratégia aplicada com esforço, paciência e muita inteligência, para *não se cair* nos referidos extremos. Tanto esta mentalidade, como a "massa crítica" de indivíduos qualificados para empreender a trajetória entre o ponto intermediário e o ponto ótimo de equilíbrio, só serão conseguidos através de uma *Educação orientada para o Desenvolvimento*. Necessariamente, o processo educacional será realizado a *longo prazo*, mas *não tão* longo como o do já mencionado extremo isolacionista.

O desenvolvimento sadio se enraiza e beneficia sucessores, sendo motivo de maiores considerações deste trabalho.

Políticas e estratégias adotadas a *curto prazo*, para o desenvolvimento tecnológico de uma nação, tendem a ser imediatistas: predomina a intenção de se obter os frutos pelos próprios idealizadores.

Salvo em casos especiais, o desenvolvimento processado a curto prazo sofre grandemente as contradições e pressões resultantes dos jogos de interesses imediatistas, oriundos dos setores operacionais. Isto é consequência natural, altamente salutar, do regime liberal. São os debates e as reações que depuram as intenções do Governo, gerando sua legitimidade. Dificilmente, o Governo conseguiria a aquiescência e a cooperação espontânea de todos os grupos nacionais representativos, para a execução de seus grandes objetivos a *curto prazo*. Grande parte dos interesses desses grupos estarão sendo contrariados. Um exemplo atual (o contravertido), no campo econômico, se refere a economia brasileira que, segundo alguns deveria estar dirigida para o mercado externo, segundo outros, para o mercado interno, ou ainda para beneficiar setores carentes em detrimento de outros, etc. Voltaremos a este exemplo mais adiante.

No entanto, existe para todos os indivíduos e grupos nacionais *um ponto comum de interesse: seus sucessores*, para não dizer nossos próprios filhos. Salvo aberrações, todos desejamos o melhor para nossos filhos. Conseqüentemente, políticas e estratégias graduais, visando grandes objetivos que *beneficiem nossos sucessores*, seriam bem aceitas por todos os grupos nacionais. Entretanto, haverá necessidade do Governo, *decididamente, se empenhar nesta direção*, e não procurar colher os frutos em sua própria gestão. Isto seria manifestado pela disposição do Governo em investir em uma Educação orientada para o Desenvolvimento. Este processo se realizaria em prazos que não fossem extremamente curtos, porém razoáveis, com a implementação de partes correlatas de um *Piano de Educação*.

O desenvolvimento científico e tecnológico da nação deverá, *necessariamente*, ser acompanhado pelo fortalecimento de seu sistema educacional. O desenvolvimento corre o grande risco de ser distorcido, quando não existe o correspondente desenvolvimento educacional. Sejamos realistas. Muitos dos objetivos de desenvolvimento, que nos propusemos a alcançar, ainda não foram atingidos pelo nosso despreparo cultural, para não mencionar os fatores de ordem estrutural e profissional. Proporcionando aos nossos sucessores uma educação apropriada, estamos fortalecendo-os para perseguir mais eficientemente, os *Objetivos Nacionais Permanentes*, melhor do que nós hoje o fazemos.

As políticas de consecução governamentais a curto prazo e suas estratégias, têm também seu *grande papel*. Elas são arquitetadas para *proteger* o cumprimento dos planos e programas oriundos da política e estratégias *adotadas a longo prazo*. Estas políticas de consecução a curto prazo, encetadas por cada Governo, *coerentes com os grandes objetivos a atingir*, elaboradas para superar ou contornar as contradições e interesses momentâneos que, eventualmente, possam apagar a chama do ideal, permitem repassar de Governo para Governo o compromisso de *atingir os*

grandes objetivos. No entanto, parece-nos que estamos tão absorvidos com os problemas a curto prazo, para manter a nossa sobrevivência, não encontrando tempo e disposição para, seriamente, pensar nos grandes objetivos a serem atingidos a longo prazo.

Por sua natureza, as políticas de consecução governamentais a curto prazo, na maioria das vezes, requerem agressividade, gerando reações e tornando-se, portanto, polêmicas na maioria das vezes. Isto deve-se ao fato de seus participantes – executores destas políticas e seus opositores, no escalão operacional – não possuírem uma visão ampla e profunda para enxergar os *grandes objetivos* a atingir. Sentem-se sem rumo. Voltando ao exemplo do item 5 destas conclusões, quantas discussões desgastantes se levantam para se definir a estratégia econômica atual: alguns defendendo a idéia de dirigí-la para o mercado externo, outros, para o mercado interno. O desgaste resultante, que muitas vezes leva a agressividade, ao radicalismo ou à má interpretação seria minimizado se todos os participantes estivessem *conscientizados* dos objetivos a atingir a longo prazo. Compreender-se-ia, mais facilmente, que certas contingências nos obrigam a adotar, a curto prazo, ora uma estratégia, ora outra, ou ambas simultaneamente, e muitas vezes, *aparentemente, conflitantes entre si*, mas que só fazem sentido quando *não* perde o rumo principal: a visão dos grandes objetivos a atingir a *longo prazo*. Se o desenvolvimento estiver baseado em sistemas *educacionais apropriados*, permitindo assim uma maior conscientização de seus participantes, a referida agressividade será minimizada. E mais ainda, a visão clara de grandes objetivos, uma conscientização que determine atitudes firmes e equilibradas, são obtidas quando for atingida uma “massa crítica” de pessoas altamente qualificadas, a qual será proporcionada por uma Educação orientada para o Desenvolvimento.

CONCEPÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO

Nesta segunda parte, resumiremos os conceitos, as premissas básicas e as linhas mestras que fundamentam a Política e suas Estratégias, aqui emitidas. Os conceitos implícitos são os seguintes:

No processo de desenvolvimento a Educação é considerada um Investimento e não, apenas, um Serviço Social.

O ensino de Ciência e Tecnologia deverá pautar-se por padrões de Excelência.

Há a necessidade de uma mentalidade apropriada para o Desenvolvimento.

Estes são os conceitos implícitos que estão sempre presentes, por trás das linhas mestras sugeridas.

A Educação é vista como uma variável estratégica, da mais alta relevância para qualquer plano, modelo ou intenção de desenvolvimento. Atraindo para o Ensino os melhores professores, pesquisadores e cientistas, nacionais ou estrangeiros, estaremos transferindo para a juventude, através da convivência do dia-a-dia, os co-

nhimentos científicos e tecnológicos de que a nação necessita. Este é o melhor sistema de "transferência de tecnologia" para o país como um todo. Este processo acarretará um estágio de aculturação científica, a partir do qual, a transferência de conhecimentos e o processo criativo que proporciona o desenvolvimento científico e tecnológico terão melhores condições de vingar. E mais ainda, neste processo não se deve ter somente a preocupação de formar o bom técnico, o bom engenheiro ou o bom projetista. Em qualquer nível de educação, tentar incluir uma educação axiológica. *Os valores que mais permitem à juventude são aqueles originados através dos bons exemplos.* É por isso que o ensino deverá pautar-se por *padrões de excelência*. *Os jovens tendem a seguir tais padrões.* Juntamente com o mencionado processo de aculturação, de uma maneira natural, emergirão entre os participantes, uma conscientização e uma mentalidade apropriadas para o Desenvolvimento.

Dentro do espírito de perseguição aos Objetivos Nacionais Permanentes, em especial a "Soberania" e o "Progresso", previstos na Doutrina da ESG, sintetizamos uma *Política de Desenvolvimento das Tecnologias de Ponta*. Esta Política terá melhores condições de vingar, e dar bons frutos, se houver uma continuidade de ação dos sucessivos Governos. Ela é toda baseada numa filosofia de "Educação para o Desenvolvimento", que tentamos justificar através das linhas mestras de suas Estratégias, ilustrando-as com exemplos de desenvolvimentos setoriais já considerados bem sucedidos. A referida Política é enunciada da seguinte forma:

- Criar condições para que se desenvolva um parque industrial brasileiro de tecnologias de ponta, orientado para satisfazer as demandas regionais e nacionais do país. Dentro do possível, e para as condições atuais, a pesquisa aplicada deverá ser orientada para estas demandas e fomentadas pelo Estado.*

Note-se que a referida política não é completamente determinística. Os termos "criar condições" e "ser orientada", por si só, já indicam o oposto de planificações detalhadas e amarranças "apriorísticas", que viriam enrijecer o sistema de execução. Nesta política, estão embutidas idéias e estratégias que, de uma maneira natural e não forçada, componham os interesses individuais na direção do interesse nacional. Se o interesse individual necessitar ser mudado, que o seja consentidamente. É por isso que esta Política é baseada numa Educação, apropriada para formar uma mentalidade sadia, visando ao Desenvolvimento.

PREMISSAS BÁSICAS DAS ESTRATÉGIAS

Tentamos, através de algumas premissas básicas, resumir as principais idéias que embasam as Estratégias. Repetí-las-emos nesta conclusão:

Premissa I: Processo a Longo Prazo

O desenvolvimento científico e tecnológico saudável, aquele que se enraíza e beneficia sucessores, ocorre a longo prazo, através de mecanismos eficientes que lhe assegurem continuidade.

Premissa II: Minimização das Áreas de Atrito

Os procedimentos estratégicos para atingir o desenvolvimento deverão ser esquematizados de forma tal que minimizem, tanto quanto possível, áreas de atrito com o setor operacional.

Premissa III: Continuidade com evolução

Mecanismos devem ser adotados ou estimulados no sentido de que as decisões estratégicas dirigidas para o desenvolvimento não sofram descontinuidade marcantes devido a conjuntura e, concomitantemente, sejam evolutivas ao longo do tempo.

Premissa IV: Desenvolvimento associado à Educação

O processo de desenvolvimento deverá estar intrinsecamente associado a um sistema educacional realista.

Premissa V: Participação espontânea

O sistema que propicia o desenvolvimento deverá ser auto-regenerativo, de modo a estimular a participação espontânea dos seus componentes, fazendo com que esta participação se propague a seus sucessores.

ESTRATÉGIA EDUCACIONAL

Através de algumas linhas mestras, reunimos as principais ações da Estratégia Educacional e apresentamo-las a seguir:

Linha Mestra I: Aperfeiçoamento do Ensino de Engenharia

Envidar todos os esforços para aprimorar o sistema educacional das Escolas ou Institutos de Engenharia e sua Pós-Graduação.

Linha Mestra II: Setorização Tecnológica

Catalizar a setorização tecnológica em algumas Universidades Brasileiras, levando em conta as necessidades regionais e globais do país, sem violentar os interesses peculiares universitários.

Linha Mestra III: Fixação e Atração de Cientistas

Evitar o êxodo de cientistas para o estrangeiro, e ao mesmo tempo criar condições de atração para que cientistas e profissionais estrangeiros, descomprometidos, residam no país, vinculando-se aos Institutos ou Escolas de Engenharia Brasileira.

Linha Mestra IV: Elaboração de protótipos

Incentivar em dosagem apropriada, a pesquisa aplicada para a elaboração de protótipos de laboratórios que, eventualmente, resultem em tecnologias de interesse nacional, ou regional, possíveis de serem fabricados pela indústria brasileira.

Linha Mestra V: Busca de Talentos

Detetar, incentivar, apoiar talentos e valores naturais que poderão compor novas iniciativas empresariais.

Linha Mestra VI: Aproveitamento dos Espaços Ociosos

Para as condições atuais brasileiras, a Universidade, além de sua contribuição educacional e de estímulos às vocações naturais, poderia apoiar as iniciativas embrionárias de indústrias de tecnologias avançadas, utilizando-se de mecanismos que aproveitassem os espaços ociosos universitários — recursos humanos e materiais — sem que isto violentasse outras atribuições específicas e acadêmicas da própria Universidade.

Extrapolando estas idéias, a Universidade poderia, ela mesma, tomar a iniciativa de catalisar, em setores tecnológicos de interesse regional ou nacional, e em áreas geográficas de sua influência, pólos industriais que contribuissem para o desenvolvimento do país — a exemplo do que já ocorreu no país e no exterior. Naturalmente, a referida iniciativa terá que ter forte apoio governamental.

ESTRATÉGIA DE FOMENTO E APOIO

Resumimos as ações de *Estratégia de Fomento e Apoio*, tentativamente, através de algumas linhas mestras, que apresentaremos a seguir:

Linha Mestra I: Determinação dos ONPD

Realizar um levantamento das necessidades das tecnologias de ponta, em âmbito nacional e regional, visando a determinar os Objetivos Nacionais de Pesquisa e Desenvolvimento — (ONPD).

Linha Mestra II: Orientação sem Imposição

Tornar públicos os ONPD, para servirem de orientação aos Institutos de Pesquisa, sem caráter de imposição.

Linha Mestra III: Projetos Realísticos

Desenvolver Projetos Realísticos que resultem em produtos finais, não tentando, no início de sua industrialização, fabricar todos os componentes que integram o referido produto.

A linha mestra acima, tende a repassar a dependência tecnológica do produto final para seus componentes. Felizmente, pode-se mostrar que a dependência tecnológica de componentes, do ponto de vista econômico e de segurança, é muito menos crítica do que a dependência tecnológica de produtos finais. Não se vive isolado do mundo. O princípio das vantagens comparativas tem que ser respeitado, no seu devido tempo. Caso contrário, cairemos em soluções xenófobas e irreais.

A dependência tecnológica dos componentes pode ser minimizada com uma apropriada logística de aquisição. Felizmente, componentes são fabricados por diferentes fornecedores, em diferentes países do mundo. É neste esquema de diversificação de fornecedores para componentes que funciona a maioria das empresas multinacionais. Diversificando a dependência tecnológica dos componentes, aumentará o nível de independência do produto final. Essa estratégia capacitará o país a enfrentar retaliações estrangeiras e, ao mesmo tempo, explorar as contradições existentes entre diversos países fornecedores de componentes.

Repetindo, o importante para o primeiro estágio de desenvolvimento das tecnologias avançadas é ter o produto final projetado no Brasil e industrializado por empresas brasileiras. Os componentes seriam importados, baseados em uma logística de aquisição conveniente. Em um segundo estágio, à medida que a demanda pelo produto final aumentasse, e a economia de escala permitisse, os componentes começariam também a ser fabricados no Brasil, através de incentivos à indústria subsidiária.

Linha Mestra IV: Respaldo Educacional dos Projetos

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de novas tecnologias deverão estar vinculados a Sistemas Educacionais apropriados e, em adição, deveria existir um plano de aplicação de seus possíveis resultados. Estes projetos devem ser um meio e não o fim.

Linha Mestra V: Horizonte Profissional

Criar condições para que se possibilite alguns elementos envolvidos na Pesquisa e no Desenvolvimento a participação na industrialização do protótipo resultante, ou, até mesmo, de participação nas empresas que dele se originarem.

Linha Mestra VI: Proteção Governamental

Dentro da realidade atual brasileira, a iniciativa que for considerada de interesse nacional, no setor das tecnologias de ponta, deveria ser protegida pelos Órgãos governamentais, através de instrumentos apropriados, especialmente em seu período de formação.

Linha Mestra VII: Comprometimento e Austeridade

Gerar um maior comprometimento e austeridade, quanto aos procedimentos adotados e objetivos a atingir, por parte da empresa nacional que venha a se beneficiar de financiamentos e proteção governamentais.

Linha Mestra VIII: Diminuição da Burocracia e da sua ingerência

Tornar bem definidas as regras do jogo propostas e adotadas pelo Governo, nas atividades de Fomento e Apoio às empresas nacionais, assim como diminuir a burocracia e a ingerência governamentais.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (PNDE)

Uma das formas últimas de materializar, em âmbito nacional, algumas idéias deste trabalho, seria eleger Instituições de Ensino e Pesquisa para embasar cada Objetivo de Desenvolvimento, seja ele resultante de Plano, Programa ou Projeto. Os Objetivos englobam tanto aqueles de ordem nacional, como os de ordem regional. Como foi amplamente mencionado, alguns grupos, núcleos ou setores das referidas Instituições, deveriam orientar o Ensino e a Pesquisa para objetivos nacionais ou regionais. Estes setores em sua maioria, seriam aproveitados ou formados na Universidade Brasileira.

As idéias e os exemplos de desenvolvimento setorial, considerados bem sucedidos e mencionados neste trabalho, levam-nos a crer que, em momento oportuno, o *Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND) deveria evoluir, de alguma maneira apropriada, para um *Plano Nacional de Desenvolvimento e Educação* (PNDE). Aqui, em especial, a Educação, aquela componente orientada para o Desenvolvimento, deverá ter alta relevância, não menor que a motivação puramente econômica. Neste contexto, a Educação deveria ser considerada um *Investimento* e não, apenas, um *Serviço Social*. No PNDE, cada Programa ou Projeto, deverá ser marcado pela presença de Instituições de Ensino e Pesquisa, pautados em padrões de excelência. Estas Instituições, além de preparar profissionais altamente capacitados, formariam a mentalidade apropriada para um desenvolvimento saudável e harmonioso, ambos necessários para atingir os objetivos propostos pelo Governo, a médio e longo prazo. Aqui, o termo *plano* não significa planificações detalhadas e amarranções apriorísticas que, de uma maneira natural, componham os interesses individuais na direção do interesse nacional. Se estes últimos necessitarem ser mudados, que o sejam consentidamente. Daí, a grande necessidade de uma Educação orientada para o Desenvolvimento.

RESSALVA FINAL

Antes de terminar este trabalho, repetimos o que foi escrito anteriormente. De maneira alguma, tivemos a pretensão de conduzir a soluções únicas ou esgotar todas as possibilidades. Este trabalho resulta de uma experiência vivida no ITA, IME, COPPE/NCE/UFRJ e na Universidade Americana, condicionada, no que foi possível, à doutrina da ESG. Apenas, colocamos um olho mais atento, talvez aquele de professor, nos frutos visíveis destas Instituições. Portanto, necessário se faz que

as idéias aqui mencionadas, possam ser reavaliadas e outras novas, oriundas de indivíduos com outros tipos de experiências, as complementem.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, Raymundo Moniz de. *Educação - Direito e Necessidade*. Exposição feita à comissão de educação e cultura do Senado Federal.
- BRANDÃO, Evar. Política de Educação e Cultura. T333-78. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra.
- BRASIL, leis, decretos etc. Decreto-Lei nº 252 - 28 Fev. 1976.
- BULHÕES, Otávio Gouveia. *A Empresa Privada Nacional*. T224-78. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra.
- CARVALHO, A. Paes. *Pesquisa na Universidade - Segurança e Desenvolvimento* - nº 169. 1977.
- COIMBRA, Alberto. *Ciência e Tecnologia na Universidade de País Dependente*. Separata Ciência e Cultura, vol. 29 (III), pág. 1.251, 1977.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA. *Avaliação e Perspectiva do PBDCT*; área das Ciências de Computação. Rio de Janeiro, 1976.
- COUTO, Élcio Costa. *Plano Nacional de Desenvolvimento*. T121-78. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - *Manual Básico* - 1978.
- FERREIRA, José Pelúcio. Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, 2 (6) Centro Brasileiro de Pesquisa Física, 1973.
- GRYNSZPAN, Flávio. *Desenvolvimento de Tecnologia*. Rio de Janeiro, COPPETEC - COPPE - UFRJ.
- HUSKEY, H. D. et alii. Report on Computer Technology for development da ONU. 1970.
- LACERDA DE ALMEIDA, I. Agra. *Dados Históricos sobre o IME*.
- LANGONI, C. Geraldo. *Ciência e Tecnologia*. Defesa Nacional, 1977.
- LAVANÉRE WANDERLEY, Nelson F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1967.
- LEITE, Rogério C. Cerqueira. *Tecnologia e Planejamento* - Jornal do Brasil - 01/06/78.
- MAC DOWELL, J. Augusto. *A Universidade Católica face ao Pluralismo Cultural*. Rio de Janeiro, PUC, 1977.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações Econômicas Internacionais do Brasil; notas para uma Agência de Política de Pesquisa. *Dados e Idéias*. Rio de Janeiro (17). 1978.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Ernesto L. de. *Objetivos da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos* - (COSUPI). Rio de Janeiro, D.O. 17 Jul. 1961.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Ernesto L. de. *Política Nacional para Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro - Escola Superior de Guerra - Maio, 1971.
- PACITTI, Tércio. *A Computer Oriented Planning for a Country in Rapidly Development*. Tese de doutoramento, Califórnia, Universidade da Califórnia, 1972.

- PACITTI, Tércio. *Tecnologias Avançadas Aspectos Estratégicos*. *Defesa Nacional, Revistas da ECEMAR e Dados e Idéias*, Rio de Janeiro, 1978.
- PIRRÓ E LONGO, Waldimir. *Tecnologia e Transferência de Tecnologia*. Rio de Janeiro, ECEME, 1977.
- ROSA, Aldo Vieira. *Ciência Nacional* — Jornal do Brasil, 13/09/78.
- SIMONSEN, Mario Henrique. *Política Econômico-Financeira*. T222-78, Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra.
- TELES, José Dion de Melo. *Ciência e Tecnologia no Brasil*. T225-78 — Rio de Janeiro — Escola Superior de Guerra.



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO

O FIM DO MITO CUBANO

A. de Lannes

No momento em que o Brasil caminha progressivamente, através da abertura política, em busca da implantação de uma democracia, nunca é demais olharmos para o exterior.

As experiências e os exemplos estão ao alcance da nossa observação, permitindo-nos farto material para análises e conclusões.

Tem sido uma constante, no nosso país, o proselitismo das esquerdas, particularmente, nas ocasiões de amplo debate político. Nessas oportunidades, repetida e enfadonhamente, procuram massificar setores da população com as falácias dos regimes comunistas, apelidados, em alguns casos, de socialistas.

Com desenvolto cinismo e incrível subserviência, falam de "democracia comunista", apesar do meio século de estrago político, econômico e social que o comunismo vem fazendo por todas as partes do mundo.

É importante que se repita, ser esse estrago, perpetrado com ampla e total conivência de nacionais cooptados pelo comunismo, em todos os setores das populações e principalmente, nos chamados setores "liverais".

Todos estamos lembrados das campanhas contra a guerra do Vietnã, na defesa dos "povos oprimidos", até que os comunistas tomassem o poder e passassem a aniquilar vietnamitas, cambodianos, laosianos, mesmo entre os que participaram da guerra do lado dos comunistas. Aquela região, já dominada, perdeu o interesse. Sumiu do noticiário. O mesmo ocorreu com Angola. Agora é a vez do Afeganistão. O Baluchistão está na fila e espera a sua vez.

Onde estão os "liberais"? O que fazem em favor dos invadidos, assassinados e torturados pelos comunistas? Silêncio comprometedor.

O Vietnã invadiu o Cambodja, Cuba espalhou-se pela África e, agora, diretamente, não mais pelo uso de satélites, o Exército Vermelho retoma o hábito adquirido na última Guerra Mundial e ocupa o Afeganistão.

Sakharov está preso, confinado e agredido. Huber de Mattos, ex-comandante de guerrilhas de Sierra Maestra, conseguiu sair do cativeiro depois de duas décadas de padecimentos. A população do Cambodja está sendo dizimada pela fome e pelas baionetas comunistas.

Esse sofrimento do Caribe até o Extremo Oriente, passando pelo Oriente Médio, não sensibiliza os "liberais" que, por tática perversa, não assumem suas verdadeiras posições totalitárias, a não ser, depois que conquistam o poder.

"Apresentam-se sempre, como defensores dos Direitos Humanos, desde que, os "humanos" sejam os "macacos", como daquela série de TV.

Há vinte anos, Cuba era uma esperança revolucionária em busca de uma democracia. Hoje é uma realidade que é importante conhecer, através de outras opiniões que não aquelas dos comprometidos com o Comunismo Internacional, como daquele senhor, que há tempos atrás, chamou os comunistas cubanos de "adoráveis guerrilheiros".

Cuba é um país-chave do mundo contemporâneo. Já foi uma esperança revolucionária. Com esta esperança frustrada tornou-se uma espécie de trampolim estratégico de onde partem soldados e ofensivas, "conselheiros" e comandos, enviados para a América Latina, África e até mesmo para a Ásia. Qual a posição de Cuba? O que deseja? Que pode fazer? Sem Moscou, não pode fazer grande coisa. Com Moscou, pode muito. Em todo caso a expansão militar cubana é um dos grandes acontecimentos dos últimos quatro anos. Até quando e até onde?

Cuba comemora este ano o vigésimo aniversário de sua revolução e, ao mesmo tempo, será a sede da Sexta Conferência dos Países Não Alinhados. Conferência que reúne, a partir de amanhã, em Havana, uma centena de chefes de Estado e de Governo vindos de todos os continentes. Esta é uma dupla razão para se realizar um balanço do regime cubano nos planos interior e exterior.

A tarefa de julgar Cuba friamente nunca foi fácil. Foram necessários dez anos para que se ousasse começar a sugerir, por volta de 1970, que os problemas econômicos cubanos não eram todos devidos ao bloqueio americano, e que o Gulag das Caraíbas era, proporcionalmente à sua população, comparável ao do seu grande irmão soviético e bem maior do que os de uma série de ditaduras de direita de outros países da América Latina. Seria fácil e cruel relembrar alguns dos elogios mais ineptos escritos sobre as proezas agrícolas cubanas, sua "democracia direta", sua promoção dos direitos humanos.

A França foi particularmente fértil em missionários, mais ou menos espontâneos, da fé castrista.

Em janeiro de 1968, no congresso cultural internacional de Havana, entre cerca de 500 convidados reunidos pela hospitalidade do regime a delegação mais numerosa era a francesa: 70 pessoas — os soviéticos só tinham seis representantes. Pouco depois, é verdade, o mito castrista no estrangeiro sofreu um golpe muito rude: Castro aplaudiu a invasão da Tchecoslováquia pelo Exército Vermelho. Desde então a cumplicidade com o regime castrista se tornou menos completa. Abafa-se menos sistematicamente as notícias da repressão policial contra os opositores do regime ou contra os simples indiferentes, qualificados de "delinqüentes".

Mas Fidel Castro acaba de vir a público, lamentando que as prisões e os campos de detenção cubanos sejam (sinto-me levado a citar) "um verdadeiro paraíso para os delinqüentes".

Descobre-se também a asfixia da economia pela burocracia, a baixa da produtividade, a penúria, o mercado negro, a corrupção, os privilégios. O próprio Fidel Castro vai mais longe de que alguns nestas críticas. Em julho último ele se perguntava, num discurso ante a Assembléa Nacional do Poder Popular, "por que a disciplina desapareceu nas estradas de ferro e por que era mais bem observada sob o regime capitalista; por que é possível que uma tripulação não esteja completa na hora do avião levantar vôo?" E o comandante-chefe concluiu: "E preciso acabar com este estado de coisas com a camaradagem, a indulgência, ao nível da administração do Estado, em escala nacional, ao nível do poder popular, das províncias, dos municípios.

Assim, pouco a pouco, o mito cubano foi-se desgastando. Mas Castro não deixou completamente de ser protegido por uma espécie de tabu. Seus turiferários não comunistas se calaram ou se tornaram mais discretos. Mas se o ditador não é mais incensado com tanto fervor quanto há dez anos, também não é criticado com toda a liberdade. Apesar de ter sido constituída toda uma literatura da dissidência cubana, ainda existem muitas formas para impedir que sua voz seja escutada. A própria imprensa independente, tanto na América quanto na Europa, a própria Anistia Internacional, ainda confundem, a propósito de Cuba, a imparcialidade e credulidade. Convém ler a este respeito o estudo severo e meticoloso que Pierre Gollendorf fez para o prefácio de sua tradução dos poemas de Armando Valladares, especialmente suas análises sobre as reportagens da televisão e os artigos complacentes ou prudentes inspirados pelo Festival da Juventude de 1977, realizado em Cuba. Então verifica-se que o mito ainda se defende muito bem, se bem que não possua mais antigo vigor.

Este enfraquecimento de mito revolucionário coincidiu com o desenvolvimento militar cubano. Como os soviéticos, Castro compensa sua situação de crise doméstica com a agressividade no exterior. Naquele discurso já citado, depois de haver estigmatizado as faltas ao trabalho e a corrupção "o motorista que adultera o taxímetro, aquele que suborna um mecânico, aquele que compra uma peça roubada", Castro exclama: "Há centenas de milhares que querem ir não importa aonde. Mas, no trabalho cotidiano, a consciência não se manifesta".

Portanto, as guerras africanas parecem, para uma parte da população, uma forma de escapar à sociedade de penúria e repressão estabelecida na ilha. Respondem a uma necessidade interior, mas, em escala mundial, respondem também a uma necessidade da União Soviética. No exército cubano, cada vez mais se revezando com soldados da Alemanha Oriental, URSS encontrou uma força de intervenção que lhe permite resolver um problema durante muito tempo insolúvel: o de agir militarmente em países com os quais não possui uma fronteira comum, sem para tanto enviar suas próprias tropas.

Então a questão é saber se Cuba preenche as condições necessárias para ainda figurar entre os países não alinhados e até mesmo ser um dos líderes deste grupo. Será que não estamos em vias de assistir a um desvio do movimento internacional a um ato de pirataria política? Desejamos que os Chefes de Estado do Terceiro Mundo se façam esta pergunta com toda a lucidez quando, em Havana, descerem de seus aviões e embarcarem nas novas Mercedes que Castro comprou para a ocasião, às dezenas, na Alemanha Ocidental — porque parece que a indústria automobilística soviética não lhe inspira a mesma confiança que sua indústria de armamentos.

Pretender que as guerras de Castro no exterior sejam destinadas a ajudar os movimentos de libertação nacional é imperdoável. O que acontece freqüentemente é que os cubanos se aproveitam de movimentos nacionalistas autênticos para imporem seguidamente dirigentes favoráveis à URSS e eliminar todas as outras tendências políticas. Os cubanos também combateram ao lado da Etiópia contra os guerrilheiros somalis que lutavam por sua independência. E também serviram de conselheiros ao ditador da Guiné Equatorial, recentemente deposto, este carrasco sangrento que mandou executar 50 mil pessoas em uma população total de 350 mil habitantes. Em tais casos as próprias aparências do progressismo não são salvas. E a presença cubana na África parece com a presença soviética no Afeganistão, quer dizer, um colonialismo tanto mais impunemente brutal quanto se reveste de pretexto terceiro-mundistas e socializantes.

Não foi apenas um mais sim dois mitos cubanos que desapareceram há alguns anos. Um é o mito da Cuba socialista, que não fez mais do que acompanhar à sepultura os mitos de todos os outros paraísos socialistas. Depois, foi a vez do mito de Cuba como disseminadora da liberdade. Fidel Castro disseminou a subversão, mas não a liberdade.

Jean François Revel é membro do Comitê Editorial da Revista L'Express.

Publicado no Jornal do Brasil (2/9/79)



IMPORTÂNCIA SOCIAL DA CABODIFUSÃO

José Maria Nogueira Ramos

Coronel R/T Engenheiro de Telecomunicações. Exerceu os cargos de engenheiro de projetos da União Internacional de Telecomunicações, Agência especializada da ONU, em Genebra (Suíça), e de Assistente da Presidência da EMBRATEL (1969-70). Cursou a Escola Superior de Telecomunicações de Paris (França).

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo complementa, de certo modo, aqueles publicados nesta mesma Revista, sob os títulos "Generalidades sobre a radiodifusão no exterior" Nº 653, jan-fev. 1974; "Aspectos da radiodifusão" nº 662 jul-ago 1975; "Cabodifusão e Educação: Perspectivas no mundo e no Brasil," nº 668 jul-ago 1976.

A cabodifusão, que é a televisão por cabo coaxial aéreo ou subterrâneo, também chamada teledistribuição, está sendo apelidada "televisão da fartura". Enquanto que a televisão hertziana (áerea, clássica, convencional) permite no máximo 7 canais num determinado local, a tevê por cabo já hoje existe com 50 canais, podendo atingir nos próximos anos, 100 ou mais canais com emprego da fibra ótica no lugar do cabo coaxial. O sistema de transmissão de imagens por cabo coaxial é quase tão antigo quanto o sistema por ondas hertzianas (ar). Este por ser mais econômico teve mais rápido desenvolvimento, porém a partir de 1949 surgiam nos Estados Unidos os primeiros sistemas de CATV (antenas comunitárias de TV) nos locais mal servidos pela televisão aérea. Esse emprego de CATV para melhorar as condições de recepção da imagem e captar maior número de programas é considerado como a cabodifusão de 1^a geração. A 2^a geração surgiu em fins da década de 60 com programas originados no próprio sistema. A cabodifusão bidirecional ou interativa, em que há canais de retorno no sentido do telespectador para o centro emissor constitui a 3^a geração. Está em implantação oficialmente em cidades americanas desde 1973 e é bem mais cara que a unidirecional.

No caso da implantação da televisão por cabo no Brasil é indispensável que seja anunciada com antecedência de um ano ou mais dando tempo à indústria nacional de se preparar para enfrentar a concorrência estrangeira. Assim agiu a Austrália quando em 1970 comunicou a instalação da tevê a cores em 1975 com o fim de preparar sua indústria num intervalo de 5 anos.

Em toda a extensão deste trabalho, consideram-se sinônimas as expressões, cabodifusão, tevê por cabo e teledistribuição.

2 – CRESCENTE INFLUÊNCIA SOCIAL DA CABODIFUSÃO

Já na fase inicial do surgimento da tevê por cabo na década de 50 quando os sistemas apenas retransmitiam programas, porém mostravam a possibilidade de gerar programas e aumentar os canais distribuídos ao telespectador, podia-se prever a influência que teria na sociedade a nova tecnologia. Com o aparecimento dos primeiros sistemas bidirecionais em meados dos anos 70, em algumas cidades americanas, a cabodifusão transformou-se em sistema urbano de comunicações e cresceram suas potencialidades sociais.

Proliferam, sobretudo nos Estados Unidos, Canadá, Japão e Europa Ocidental os estudos e pesquisas sobre o papel social da tevê por cabo.

Em fins de 1971 a Fundação Alfred P. Sloan apresentou alentado documento sobre esse assunto, mormente em seus aspectos sócio-econômicos. Foram 18 meses de trabalho de uma comissão composta de personalidades tais como reitores de universidades, prefeitos, presidentes de instituições como M.I.T. e Universidade Rockefeller e de centros de política social, professores da Universidade de Harvard, advogados, engenheiros, editorialistas e escritores.

O trabalho final está consubstanciado no livro publicado sob o título "On the cable, the television of abundance" leitura indispensável aos que se interessam por esse empolgante assunto. As recomendações desse relatório foram quase todas adotadas pela Comissão Federal de Comunicações (FCC) em sua regulamentação de março de 1972.

A "National Science Foundation" órgão governamental e outras fundações vêm financiando inúmeros estudos e pesquisas sobre tevê por cabo com resultados publicados numa série de livros. Existe mesmo, nos Estados Unidos, a organização não comercial PUBLI – CABLE cuja finalidade é promover os usos sociais, cívicos, culturais, educacionais e comunitários da tevê por cabo.

Na França, a Sociedade Francesa de Teledistribuição, organismo governamental criado em 1972 realiza experiências e estudos sobre todas as implicações técnicas e sociais da cabodifusão, mas ainda não foi tomada a decisão de implantá-la definitivamente nesse país.

Na Holanda e na Dinamarca, ora em início de implantação, a permissão para esse serviço é atribuição do Ministério da Cultura.

Cresce ainda a importância social da cabodifusão pela possibilidade que ela apresenta de introduzir num de seus canais a "pay-TV" ou "cable-TV" (TV paga) que traz programas especiais à escolha do telespectador. Exige equipamentos mais sofisticados razão por que cobra mais outro pagamento.

No Canadá, o presidente da Canadian Broadcasting Corporation (CBC) propôs o adiamento por 5 anos da instalação da televisão paga no país, no âmbito da cabodifusão. Alega que a "cable-TV" viria apenas para transmitir enlatados americanos. Ao invés disso, o presidente da CBC está empreendendo vigorosa campanha pela "re-canadianisation" da programação no rádio, TV e cabodifusão (vide revista COMBROAD, dez 78).

3 – DESENVOLVIMENTO NOS PRINCIPAIS PAÍSES

Estados Unidos, Canadá e Japão acham-se em muito à frente dos demais países no que concerne a cabodifusão com programação própria (2^a geração). Seguem-se-lhes a Grã-Bretanha. Em terceiro nível aparecem alguns países da Europa ocidental que se acham em início de implantação como Itália e Espanha ou continuam realizando experiências como França, Suíça e Alemanha Ocidental. A Bélgica possui grandes sistemas para retransmissão de programas nacionais ou estrangeiros, tipo antena comunitária C A T V (1^a geração) mas ainda não adotou a programação local. Os europeus são extremamente prudentes na adoção de novas tecnologias, mormente no caso da tevê por cabo que tem tendência para a privatização enquanto que a radiodifusão europeia é estatal. Observe-se que todas são nações altamente industrializadas com renda por habitante acima ou se aproximando dos 10 mil dólares, povos de cultura sedimentada e sem problemas de analfabetismo.

3.1 – Estados Unidos

Quando em 1949 surgiram nos Estados Unidos, nos locais mal servidos pela tevê hertziana, regiões montanhosas e cidades com grandes arranha-céus, as empresas de radiodifusão mostraram-se inicialmente favoráveis visando aumentar o número de seus telespectadores. A nova técnica assemelhava-se realmente a uma extensão da antena coletiva. As companhias telefônicas imediatamente tornaram-se proprietárias de numerosos sistemas.

Durante as décadas de 50 e 60, a teledistribuição, ao mesmo tempo que progredia invadindo as cidades, provocou inúmeros processos na justiça e suscitou grandes rivalidades. Em 1966, a FCC devido a pressão exercida pelas grandes empresas de radiodifusão, restringiu o desenvolvimento da cabodifusão nas cidades e proibiu-lhe o uso da publicidade. Convém aqui lembrar que a cúpula da FCC americana compõe-se de 7 membros, juristas ou técnicos que são nomeados somente após aprovação do Senado. Observa-se na história da radiodifusão nos Estados Unidos, uma intensa participação da Corte Suprema e tribunais judiciais.

Após recomendações favoráveis da Corte Suprema, considerando a cabodifusão um serviço público em outubro de 1969 a FCC decidiu que:

- os sistemas estão autorizados a gerar programas e a constituir filiais;
- os sistemas de 3.500 assinantes ou mais são obrigados a transmitir programação local;
- o recurso à publicidade é autorizado.

Entrou em vigor a partir de março de 1972, nova regulamentação pela qual, nas 100 (cem) maiores cidades do país:

- a capacidade de todo sistema, deve ser de pelo menos 20 (vinte) canais de TV;
- cada sistema deve ter a possibilidade de adotar o cabo bidirecional ou interativo que permite transmissões no sentido telespectador-centro emissor.
- as empresas devem reservar canais educativos, administrativos, e de acesso público.

Empresa que possua estação de tevê, não pode no mesmo local ser permissionária de sistema de cabodifusão — Desde 1970 a FCC proibiu a todo órgão de imprensa de possuir ou ser acionista de tevê por cabo no local onde é editado.

A Associação Nacional de TV por Cabo (NCTA) promove em escala federal a organização e coordenação de todos os sistemas.

O número de usuários da teledistribuição americana cresce à razão de 15% ao ano, atingindo hoje o total de 15 milhões que correspondem a 20% dos usuários de tevê convencional. Existem 4.200 sistemas em 9.600 localidades dos quais 65% geram programas. Há 20 sistemas com mais de 50 mil assinantes e 80 entre 20 mil e 50 mil assinantes.

As grandes cadeias nacionais ABC, CBS e NBC estão impedidas, por lei, de possuírem cabodifusão em qualquer ponto do país.

O custo da instalação varia desde 7 mil dólares por quilômetro o cabo aéreo, nas zonas rurais, até 80 mil ou mais por quilômetro o cabo subterrâneo em Manhattan (N. Iorque).

A assinatura média mensal é de 10 dólares e a publicidade representa 10% da renda global das empresas. As 2 empresas que servem à cidade de Nova Iorque pagam à municipalidade 5% da renda bruta.

Somente no Estado de Nova Iorque existem quase 200 sistemas em 650 localidades e com mais de 1 milhão de assinantes. A tevê paga (pay-TV ou pay-Cable) começou em 1972, cobra mensalidade de 10 dólares e possui acima de 1 milhão de assinantes.

Foi de 1,2 bilhão de dólares o faturamento da indústria americana de cabodifusão em 1977.

3.2 – Canadá

Os primeiros sistemas surgiram em 1952. Hoje 2 milhões de lares canadenses estão dotados de cabodifusão (termo que surgiu no Canadá) o que representa 40% de toda a população. Entre mais de 400 empresas, 150 apresentam programas exclusivamente locais. As instalações simples e pouco custosas dos estúdios de pequenas localidades oferecem ao público a televisão comunitária (programas de bairro) que é amplamente estimulada pelo Conselho de Radiodifusão Canadense, razão por que a cabodifusão teve proporcionalmente maior desenvolvimento que nos Estados Unidos.

Todo sistema deve reservar canais à TV Educativa e à programação local (comunitária).

Para evitar a invasão da tevê americana, o Conselho limitou a 4 o número de canais que podem ser recebidos do estrangeiro. Este é o problema mais grave que a televisão por cabo e mesmo toda a radiodifusão enfrenta no Canadá. É a preferência pelos programas americanos, sobretudo nas regiões de língua inglesa. Em Halifax, por exemplo, os canais americanos atingem a 30% do tempo de transmissão.

Afirma o presidente da Canadian Broadcasting Corporation que o primeiro objetivo da CBC nos anos 80 é a "re-canadianisation" dos programas de radiodifusão. O Conselho de Radiodifusão é o organismo estatal que regulamenta e fiscaliza a radiodifusão pública e privada, inclusive a cabodifusão. Consta de 15 membros nomeados pelo governo. O setor público da radiodifusão canadense é confiado à CBC, organismo de direito público cujo financiamento é assegurado pela publicidade e por créditos votados pelo Parlamento. A legislação canadense permite várias empresas de cabodifusão nas grandes cidades. Assim, em Ottawa são 5, Montreal 5, Toronto 10, Hamilton 7, Vancouver 9, Halifax 2. A mesma permissionária poderá ter áreas separadas, tocando-lhe parte de bairros ricos e de bairros pobres.

A publicidade não é permitida no canal comunitário.

3.3 – Grã-Bretanha

Com a finalidade de reformular a radiodifusão britânica, o governo constituiu em abril de 1974 uma comissão sob a presidência de Lord Annan, reitor de Universidade, em Londres.

A comissão apresentou relatório de 500 páginas e 174 recomendações, 30 meses depois. Em meados de 1978 o governo publicou um Livro Branco com as proposições aceitas do Relatório Annan. Nelas figura a decisão de confiar a cabodifusão à supervisão da Independent Broadcasting Authority (IBA), entidade que também controla a radiodifusão (rádio + tevê) comercial no país. A IBA monta, possui e opera seus próprios transmissores que são alugados por tempo determinado a diversas companhias, contratadas para elaborar e transmitir os programas. É financiada pela taxa de recepção e pela propaganda comercial.

A cabodifusão de 1^a geração acha-se implantada em mais de 200 cidades, retransmitindo os programas da BBC e IBA.

Somente a partir de 1972 foram concedidas licenças a várias empresas para, em caráter experimental, possuirem estúdio e transmitirem programas locais de cabodifusão. Foram escolhidas para uma experiência inicial de 6 anos as cidades de Greenwich (subúrbio de Londres), Bristol, Sheffield, Swindon e Wellingborough.

A concessão a cada empresa tem uma limitação geográfica. Os permissionários são obrigados a elaborar os programas em colaboração com organizações, coletividades, grupos locais e as informações devem ter a participação dos jornais regionais. A publicidade não é permitida e os recursos provêm da taxa anual paga pelos usuários.

3.4 — Japão

A lei sobre a cabodifusão foi aprovada pelo Parlamento Japonês (DIETAI) em 1973. Mas desde a década de 50 já existiam sistemas tipo CATV, que somente há poucos anos começaram a originar programas. Nas grandes cidades como Tóquio, Nagoya, Fukuoka, foram criadas fundações de tevê por cabo, com a participação da NHK (rádio e tevê do Estado), indústria e imprensa local.

Perto de Osaka, em Higashi Ikoma, o Ministério de Indústria e Comércio (MITI) está montando, talvez, o mais moderno sistema de cabodifusão do mundo. Para esse fim foi criada uma corporação mista de fins não lucrativos, a Video Information System Development, com capital público e privado. Empresas de telecomunicações, computação, publicidade, radiodifusão e bancárias participam nessa realização. Considerado de cunho social, esse sistema é bidirecional, oferece 20 tipos de serviços, faz largo uso de computadores e realizará experiências sobre as necessidades humanas numa sociedade pós-industrial.

3.5 — França

Com vistas a uma possível implantação da teledistribuição (termo adotado na França), dois organismos estatais foram criados nesse país, em 1972:

- Centro Comum de Estudos de Televisão e Telecomunicações (CCETT).
- Sociedade Francesa de Teledistribuição (SFT).

A SFT destina-se a estudar todos os aspectos da constituição e exploração dos sistemas de tevê por cabo de 2^a geração (programas próprios). A título experimental foi instalado um sistema para 5 mil assinantes na cidade de Rennes e outros 6 sistemas estavam previstos em Cergy, Chamonix, Créteil, Grenoble (subúrbio), Metz e Nice. O sistema de Rennes, embora implantado, não entrou em funcionamento e a instalação dos demais foi praticamente paralisada. Revelaram-se muito elevados os riscos financeiros e os poderes públicos não consideraram a cabodif

são como programa prioritário. Preferiu-se incentivar a disseminação de antenas cunitárias, isto é, manter o país por enquanto, na 1ª geração da cabodifusão. Cita-se também como causa do adiamento da teledistribuição, o fato de que a imprensa escrita diária teria aumentadas as suas dificuldades financeiras. Também se temia que os antagonismos entre o governo central e as autoridades políticas provinciais se acirrassem.

3.6 – Itália

A primeira tentativa de implantação na Itália da tevê por cabo com programação própria foi feita em 1967 pela TELE-TORINO, porém foi de curta duração.

A estação TELEBIELLA, nas proximidades de Milão, iniciou transmissões em 1971 procurando quebrar o monopólio estatal de 40 anos da Rádio Televisão Italiana (RAI). Surgiram, ao mesmo tempo, em diversas localidades, outros sistemas, incentivados pelas agências de publicidade que anteviam a possibilidade de aumentar a propaganda comercial muito limitada na R A I. Em Aquila era instalado um sistema por uma associação cultural. O governo reagiu interpondo recurso junto à Corte Suprema e obteve o direito de controlar no futuro qualquer sistema nacional de cabodifusão. Finalmente em novembro de 1974 o Conselho de Ministros aprovou o regulamento da tevê por cabo. Nele se fixava:

- Cada sistema terá área geográfica limitada com um máximo de 40 mil assinantes;
- São proibidas as interconexões, isto é, os sistemas não podem constituir cadeia nacional, que permanece monopólio da R A I.
- 50% dos programas deverão ser locais e a publicidade comercial será no máximo de 5% do tempo de transmissão;
- As permissões serão outorgadas conjuntamente pelos poderes central e provincial;
- Comissão Parlamentar traçará as diretrizes para os programas na cabodifusão.

3.7 – Outros Países

Na Alemanha Ocidental vários projetos-piloto acham-se em desenvolvimento notadamente em Hamburgo, Bremen e Nuremberg. Neles tem participação primordial o Ministério de Pesquisa e Tecnologia porque também estão sendo experimentados laser e fibra ótica no lugar do cabo coaxial. Dinamarca e Holanda acham-se em fase experimental, sendo a permissão para implantação do sistema da alçada do Ministério da Cultura. Os sistemas são administrados por Fundações, na Holanda.

Em fase final de instalação acham-se na Espanha 2 sistemas de 18 canais em Madrid e Barcelona. Serão operados pela Rádio Televisão Espanhola organismo estatal.

No México existem alguns sistemas notadamente nas cidades fronteiriças com os Estados Unidos, porém apenas retransmitem programas.

4 – APLICAÇÃO DA TELEVISÃO POR CABO À EDUCAÇÃO

Dispõendo de dezenas de canais a cabodifusão poderá atender concomitantemente grupos distintos da mesma aglomeração tais como universidades, redes escolares, ou membros de mesma profissão.

Exploraremos a seguir exemplos esparsos do uso da tevê por cabo na educação que bem ilustram o arsenal de meios que tal tecnologia pode oferecer.

- a) Na Inglaterra o ensino é muito descentralizado e cada região possui estruturas, métodos e matérias que lhe são peculiares. Assim, para a região metropolitana de Londres a instituição responsável é a Inner London Educational Authority (I.L.E.A.). Desde 1968 dispõe essa entidade de um sistema de cabodifusão com 7 canais, 800 quilômetros de extensão, atendendo 1.400 estabelecimentos de ensino com mais de 1 milhão de estudantes. Trinta por cento dos programas são destinados ao ensino secundário e outro tanto à formação pós-escolar.
- b) A tevê comunitária surgiu no Reino Unido, em 1972, em Greenwich, perto de Londres, em caráter experimental. Seus programas são em grande parte educativos e todas as emissões são feitas pelos habitantes que pertencem às classes menos favorecidas. Essa experiência, ora em realização pela Greenwich Cablevision é a primeira no gênero na Europa, atende a 15 mil assinantes e servirá de base de estudos para a implantação de sistemas em outros pontos do país e no exterior.
- c) No Japão, ao sul de Tóquio, acha-se a cidade de Tateyama com 60 mil habitantes. Lá a corporação pública de telegrafo e telefone (N T T) instalou em 1972 um sistema com 4 canais no sentido emissor-escolas e 1 canal no sentido escola-centro emissor. O sistema interliga 25 escolas numa extensão de 45 quilômetros e utiliza cabo coaxial aéreo de 1 centímetro de diâmetro.

Outro sistema de 27 canais foi instalado em caráter experimental na Escola de treinamento de telecomunicações da N T T, em Suzuka, funcionando como circuito fechado de TV.

- d) No Canadá a televisão comunitária ou mini-comunicação apareceu na província de Quebec em 1969. É chamada a televisão ativa, ao contrário da convencional considerada passiva, pela não participação do telespectador. É a tevê amadora das pequenas cidades, dos programas de bairro, dos neófitos e da espontaneidade. Apresentando programação mais educativa a tevê comunitária está sendo vivamente estudada na Europa onde surgiram inúmeras experiências. De 450 sociedades de cabodifusão existentes no Canadá, mais de 100 realizam programas regulares de emis-

sões locais, educativos na maioria. Interessante experiência de tevê comunitária é o Vidéographe de Montreal, primeiro laboratório audiovisual aberto ao público. Funciona como centro de produção, video-teatro, videoteca, e laboratório de pesquisa técnica, noite e dia, à disposição do público.

- e) Nos Estados Unidos, em Overland Park (Kansas), desde 1971 acha-se em experiência um sistema bidirecional, aplicado ao ensino. Crianças deficientes, sem sair de casa, podem entrar em entendimento com professores, no âmbito de cursos especiais, por imagem, voz e sinal digital.

Em Hagerstown (Maryland) a fundação Ford instalou sistema unindo estabelecimentos escolares. Lá também existe sistema comercial com mais de 10 mil assinantes. A partir de 1972 os programas escolares passaram a ser difundidos pelo sistema comercial. Projeta-se estender o sistema educativo às bibliotecas, museus e serviços de saúde da cidade.

Em 1970, 4 cidades da Califórnia (Fountain Valley, Huntington Beach, Newport Beach e Westminster) criaram em conjunto uma entidade (Public Cable Television Authority) para incentivar em seus sistemas os programas educativos e de administração local.

Em Monroe (Louisiana) existe um canal especial para consultórios e residências de médicos.

- f) Primeira interconexão mundial escolas-residências, por cabodifusão bidirecional.

A Universidade de Oregon, em Corvallis, utiliza a cabodifusão para cursos fora do campus.

O município de Trempealeau, no Estado de Wisconsin, encontra-se numa zona rural cuja renda per capita é da ordem de 3 mil dólares, portanto, bem abaixo da média americana. Está sendo implantado nesse município de 40 mil habitantes uma cooperativa de cabodifusão destinada a administrar e operar um sistema bidirecional interligando as escolas e os lares dos assinantes.

É a primeira implantação no mundo de um sistema de interconexão de escolas e lares com canais de retorno.

São mais de 3 mil assinantes e os gastos orçaram em 2 milhões de dólares.

A "Western Wisconsin Communication Cooperative" (WWCC) instalou 200 quilômetros de cabo coaxial numa área aproximada de 420 quilômetros quadrados.

Entre outras vantagens esse sistema permite que os alunos por falta de professor, a partir da sala de aula, façam perguntas a fazendeiros, banqueiros e outros profissionais em suas próprias casas.

5 – ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CABODIFUSÃO BIDIRECIONAL (PARTICIPAÇÃO DAS UNIVERSIDADES)

A "National Science Foundation" (N S F) é uma agência do governo americano, independente, criada em 1950 para fomentar o progresso científico. Nos últimos anos a N S F vem financiando extenso programa de estudos e pesquisas junto a várias Universidades sobre a aplicação da cabodifusão bidirecional ou interativa nos serviços sociais urbanos.

Já antes nas décadas de 50 e 60 a N S F promovera estudos sobre a importância social da cabodifusão unidirecional. O fato em si comprova o sentido social que o governo americano atribui à cabodifusão e salienta o papel desempenhado pelas Universidades nesses estudos. Eis algumas experiências:

- a) Várias equipes da Universidade de Nova Iorque juntamente com a entidade habitacional da cidade de Reading (88 mil habitantes) e o Conselho de pessoas idosas de Berks (Pensilvânia) utilizaram o sistema bidirecional desta cidade durante os anos de 1976 e 1977. Este sistema possui 3.500 assinantes e os programas duravam em torno de 8 horas por semana. A experiência visava avaliar o uso da cabodifusão na prestação de serviços sociais às pessoas idosas. Revelou-se positiva a experiência e está hoje incorporada aos hábitos da comunidade.
- b) No mesmo sistema de Berks, a Universidade de Nova Iorque realizou de 1975 a 1977 intenso treinamento com os assinantes. Tinha por fim ensinar a usar a nova tecnologia como se fosse videofones (tevê + telefone).
- c) A Universidade de Nova Iorque, durante 30 meses a partir de princípios de 1975 realizou testes no sistema de Reading (Pensilvânia), em programas de 10 horas semanais. A experiência procurava avaliar o potencial da cabodifusão na prestação de serviços públicos a uma comunidade. Setenta repartições públicas e 125 residências particulares participaram ativamente dos programas. Foram examinadas as reações interativas entre o público e os funcionários das repartições, com a adoção da nova tecnologia no setor público.
- d) De 1976 a 1978 a N S F efetuou ensaios sobre os usos e custos do sistema bidirecional na vigilância de crianças em escolas maternais. Fez também testes comparativos entre o ensino convencional (alunos na sala) e o ensino à distância com alunos adultos em casa, interpelando o professor. Realizaram-se as experiências no sistema interativo de Spartanburg (Carolina do Sul), cidade de 45 mil habitantes. O sistema possuía 7 mil assinantes, 27 canais num sentido e 4 de retorno.

Os testes tiveram a cooperação da Faculdade Técnica local e demonstraram que a nova tecnologia será um veículo importante das comunicações no futuro.

- e) A Universidade Estadual de Michigan, em 1976, desenvolveu em Rockford (Illinois) um sistema interativo experimental para acompanhar os exercícios do corpo de bombeiros local, num contexto instrucional — administrativo.
- f) Ainda em Rockford, a "National Science Foundation" financiou ensaios da Universidade Estadual de Michigan em 1978.

Desta vez o campo de provas foram as escolas primárias da cidade, para transmitir aos professores, novos métodos de ensino através de um sistema bídacional.

6 – CONCESSÃO DOS SISTEMAS

A grande preocupação da Comissão Federal de Comunicações (FCC) é evitar a concessão ou permissão de vários meios de comunicações à mesma pessoa jurídica na mesma localidade.

Mais de 95% dos sistemas de cabodifusão nos Estados Unidos são propriedade de empresas particulares. Mormente a partir da década de 60 as grandes empresas jornalísticas, de rádio e tevê foram atraídas para televisão por cabo.

À medida que os sistemas cresciam e exigiam maiores investimentos as pequenas empresas encontravam dificuldades em conseguir o capital necessário e eram adquiridas pelas maiores. Diante disso a FCC, baseada na lei antitruste impediu as grandes cadeias de televisão ABC, NBC, CBS de possuírem sistemas de cabodifusão em qualquer local do país. Impediu também que a empresa concessionária de tevê num determinado local seja permissionária de cabodifusão nessa mesma localidade.

Existem nos Estados Unidos cerca de 20 sistemas administrados por entidades municipais como os de Frankfort (Kentucky) e San Bruno (California) e que se revelam bastante econômicos. Em Vincennes (Indiana) há um sistema pertencente a várias faculdades. Mormente nas grandes cidades, a franquia, que é o termo preferido pelos americanos, é outorgada a várias empresas, o que também acontece no Canadá.

Essas medidas visam evitar o monopólio da informação, principalmente no caso da cabodifusão com o seu poder político, comercial, social, de dezenas de canais de televisão.

Nos países europeus o problema é diferente.

Na Grã-Bretanha as companhias particulares que elaboram os programas são contratadas por tempo determinado e os equipamentos sempre pertencem a órgãos governamentais.

Na Itália onde penetraram nos últimos anos na exploração da tevê por cabo, as empresas particulares não podem constituir cadeia nacional que é monopólio da RAI.

No Japão, a concessão é dada a Fundações, nas grandes cidades.

7 – SUGESTÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DA CABODIFUSÃO NO BRASIL

A legislação sobre tevê por cabo ora em vigor ou em estudos nos países acima mencionados poderá fornecer inúmeros subsídios à regulamentação a ser adotada no Brasil.

Ao contrário da TV hertziana na década de 50, a cabodifusão quando for implantada entre nós encontrará razoável infra-estrutura no domínio das comunicações, razão por que o desenvolvimento de tão poderoso instrumento poderá se processar ordenadamente.

A oportunidade não deve ser perdida para que a nova tecnologia com a sua plethora de canais venha não só para o entretenimento mas sobretudo para estimular a instrução e educação, em particular, nos Estados mais carentes da federação.

Duas TV Educativas, de poucos recursos, a do Ceará e Maranhão, apresentam atualmente excelente trabalho de penetração no interior bravio. Para tanto contribuiu a notável reserva de freqüências de TV feita pelo antigo CONTEL em meados da década de 60.

Se países ricos, desenvolvidos e de sólida cultura, com renda por habitante no entorno de 10 mil dólares, utilizam a cabodifusão como instrumento educativo, com maior razão deve fazê-lo o Brasil.

A "National Education Association" chega a ponto de sugerir que todos os sistemas deveriam reservar 30% dos canais à educação.

Ao contrário da TV convencional (áerea) a cabodifusão utilizará as vias públicas cedidas pela municipalidade e os ductos das empresas telefônicas, que constituem bens e capital públicos.

Motivo suficiente para justificar a instalação de canais educativos, administrativos e de acesso público, em benefício da coletividade.

A televisão por cabo assim como a telefonia, pela mensalidade que exigem, possuem cunho nitidamente elítista. A telefonia, por sua versão popular que é o telefone público atenua esse elitismo espraiando ao máximo os seus serviços. A cabodifusão eliminará em parte o seu coeficiente elítista, sendo utilizada, em nosso país, na instrução e educação geral do povo, através de parte dos canais de TV de cada sistema.

Nesse sentido a ação governamental tem papel decisivo a desempenhar. Cumpre meditar sobre o que será a permissão de um sistema de 12, 24 ou mais canais, levando-se em conta o imenso poder social, de que dispõe a televisão.

A regulamentação estrangeira revela-nos medidas dignas de serem consideradas, entre outras:

7.1 — Estudar a possibilidade da criação de um Conselho ou Comissão Nacional de Radiodifusão, com ampla representatividade, ao qual estaria subordinada a cabodifusão (exemplos americano e canadense).

7.2 — Evitar a concentração de propriedade e controle dos sistemas, pela mesma empresa ou pelos mesmos grupos de interesses em todo o território nacional (exemplos americano, canadense, inglês, japonês).

7.3 — Iniciar a implantação com sistemas experimentais em várias regiões do país, antes de uma regulamentação definitiva (exemplos dos países europeus).

7.4 — Estudar a hipótese de várias empresas permissionárias nas grandes cidades, com áreas geográficas para a mesma empresa, nos bairros ricos e bairros pobres (exemplo canadense).

7.5 — Atribuir um limite ao número de assinantes da mesma empresa, em escala nacional (sugestão Fundação Sloan).

7.6 — Exigir a normalização técnica necessária para futuras interconexões dos sistemas.

7.7 — Reservar canais para a educação, administração governamental local e de acesso público (exemplos americano, canadense e japonês).

7.8 — Anunciar a implantação da tevê por cabo com antecedência suficiente para que a indústria nacional possa se preparar para enfrentar a concorrência estrangeira.

7.9 — Estudar a possibilidade de interligar pela cabodifusão as Universidades e Faculdades da mesma cidade (exemplo de Londres) ou mesmo as Universidades de um mesmo Estado, com auxílio dos troncos de microondas. (Sugestão para a Universidade Aberta). Estudar hipótese canal pré-vestibular.

7.10 — Estudar a hipótese da criação de fundações com a participação, do governo por intermédio das TVE ou telefônica estadual, indústria, empresas de rádio e tevê, entidades classistas, entidades religiosas e outras.

Leitura indispensável para a boa compreensão das potencialidades da cabodifusão é o regulamento americano "FCC Rules Regulating CATV". Tal regulamento se constitui numa fonte de sugestões para a futura televisão por cabo no Brasil.

8 — CONCLUSÃO

Com o presente, o autor completa uma série de artigos sobre radiodifusão e televisão por cabo, publicados no decorrer dos últimos anos nesta Revista. Acredita assim, ter prestado colaboração para o esclarecimento, em nosso meio, do que vem a ser a televisão por cabo.

Espera-se que até o final deste século o televisor do usuário comum apresente serviços como o videofone (telefone + tv), jornal eletrônico, consultas a com-

putadores, correio eletrônico e outros. A implantação da cabodifusão num país, faz parte dessa infra-estrutura que conduz, a longo prazo, à integração dos serviços de telecomunicações.

A implantação da cabodifusão é portanto um problema social, político, econômico e técnico. Deve ser debatido pela sociedade e sobretudo pelo Congresso Nacional. A concessão na radiodifusão (rádio + tv) refere-se sempre a um simples canal. Na cabodifusão, a autorização ou permissão envolverá dezenas de canais de televisão.

A curta história dessa nova tecnologia nos Estados Unidos e Canadá revela os processos judiciais que ela desencadeou. Os países europeus são prudentes na adoção e estão na fase experimental da implantação. São países ricos, desenvolvidos, sem analfabetos. Para a maioria dos brasileiros a televisão por cabo ainda é um requinte. No entanto, a legislação poderá torná-la um eficiente meio auxiliar de instrução do povo.

9 – BIBLIOGRAFIA

- a) Broadcasting priorities in Canada for the 1980s by A. W. Johnson, president Canadian Broadcasting Corporation, COMBROAD, October – December 1978.
- b) Is cable the answer? Ronald Brunner; Journal of Communication, Spring 1978.
- c) Television Factbook, 1977, Edition nº 46.
- d) "Communication is power", by Herbert Brucker.
- e) Cable Television: A Handbook for decision making, by Walter S. Baer.
- f) "The impact of communication technology; "Promises and Prospects", by Natan Katsman, Journal of Communication, autumn 1974.
- g) "The cable fable: will it come true?", by Anne Branscomb, Journal of Communication Winter 1975.
- h) Interactive cable tv and social services, by Charles N. Brownstein, Journal of Communication, Spring 1978.
- i) Institut de Recherches économiques et sociales sur les telecommunications. Bulletin nº 13, Juin-Juillet 1979.



REFLEXÕES SOBRE PESQUISA PETROLÍFERA NO BRASIL

Carlos Walter Marinho Campos

Geólogo, Diretor da Petrobrás, Área de Exploração.

Quando o objetivo da crítica é destruir, inúteis são quaisquer esclarecimentos honestamente oferecidos aos críticos. Acreditamos porém que o público brasileiro merece explicações corretas, passíveis de constatação em profundidade, principalmente pelos especialistas na matéria em debate.

É impossível debater honestamente se estivermos sob a influência de preconceitos tolos. Dizer que médicos e advogados são incompetentes para tratar de assuntos de energia traduz um desses preconceitos inaceitáveis. Nesse caso, Pandiá Calógeras, um engenheiro, não poderia ter exercido a função de Ministro da Guerra com grande brilhantismo, sem falar de sua contribuição à diplomacia brasileira e ao estudo da história pátria.

Jamais os geólogos e geofísicos da PETROBRÁS foram cerceados em suas atividades por falta de recursos. A acusação de limitar os orçamentos da exploração é injusta para qualquer administração desta Companhia e muito mais para a administração Geisel. Vejamos alguns fatos da exploração de petróleo no Brasil.

Após a descoberta de petróleo em Nova Olinda, perfuraram-se 5 poços em torno do poço descobridor sem resultados apreciáveis. Constatou-se porém que o pequeno reservatório portador de petróleo atravessado no poço 1-NO-1-Az era uma inexpressiva lente de arenito e que a estrutura mapeada, utilizando o método sismográfico, simplesmente não existia. A natureza da coluna estratigráfica da área causava distorções nos resultados de tal ordem que estruturas aparentemente representativas de deformações das camadas sedimentares nada mais eram do que o reflexo de anomalias da velocidade de propagação das ondas sísmicas.

O esforço continuou até que 12 ou 13 anos mais tarde resolveu-se sustar os trabalhos geofísicos nas grandes bacias paleozóicas do Amazonas, Maranhão e Paraná, à vista dos resultados inconfiáveis que forneciam e do fato de não existir tecnologia disponível que permitisse contornar as dificuldades enfrentadas. Também no Acre os resultados obtidos com a perfuração de alguns poços pioneiros foram desanimadores.

Sustaram-se os trabalhos geofísicos mas prosseguiu-se com a atividade exploratória utilizando-se métodos não convencionais como o mapeamento de anomalias da drenagem na bacia do Amazonas e fraturas presentes nas lavas basálticas da bacia do Paraná. Ao mesmo tempo, foram conduzidos estudos geológicos minuciosos visando a busca de trapas estratigráficas, independentes que são da presença de deformações estruturais.

Algumas das estruturas indicadas pelos métodos não convencionais foram verificadas pelo método sísmico, sem sucesso. A amplitude constatada estava, consistentemente, abaixo do limite de resolução do método. Mesmo assim, perfuraram-se dois poços para verificar uma dessas estruturas. O resultado foi decepcionante.

O método sismográfico devia experimentar novos progressos para se colocar à altura do problema que se pretendia resolver. Acrescente-se que sempre tivemos sob contrato as mais tradicionais companhias prestadoras de serviços geofísicos e fomos assessorados por consultores de renome internacional, cujos nomes e endereços constam dos registros da PETROBRÁS.

Em 1968-69 reavaliavamos, em detalhe, as bacias do Recôncavo e de Sergipe/Alagoas, tradicionais produtoras de petróleo. Esta reavaliação mostrou-nos que estas bacias já estavam em avançado estágio de exploração, não comportando pois a expectativa da descoberta de grandes volumes adicionais de petróleo.

A esta altura, iniciavam-se os trabalhos de exploração da plataforma continental brasileira, com resultados iniciais muito promissores. Com o segundo poço perfurado descobria-se o campo de Guaricema e os perfis sísmicos na Foz do Amazonas e na Bacia de Santos indicavam espessas colunas sedimentares e excelentes características estruturais. Os investimentos maciços em perfuração exploratória viriam mais tarde, de acordo com a ordem normal observada na exploração de petróleo em qualquer parte do mundo.

Em 1970, à vista dos sucessos obtidos no Equador e da intensa atividade desenvolvida no Peru, voltamos à Bacia do Acre. Atacamos nesta nova fase, a partir da fronteira peruana, em área inexplorada. Supúnhamos que as mesmas formações produtoras cretáceas, presentes naqueles países se adentrassem pelo território brasileiro. Após o levantamento de 6.668 km de perfis sísmicos e a perfuração de 4 poços, concluímos que as camadas geradoras de petróleo além fronteira deram lugar, na Bacia do Acre, a pacotes sedimentares arenosos e estéreis. Há ainda algumas perspectivas, embora remotas, na coluna paleozóica subjacente ao Cretáceo. Após análise dos dados colhidos e em vista do panorama atual da economia de petróleo, estámos retornando à bacia para nova tentativa, mesmo sabendo que os riscos são elevados.

Quem estimulou a ida para o Acre em 1970, sem perda de tempo? Precisamente o então presidente da PETROBRÁS, General Ernesto Geisel, de quem os técnicos da Exploração sempre receberam irrestrito apoio.

Estaria o Presidente se desinteressando pela Exploração, quando chamava com freqüência o Chefe da então Divisão de Exploração para informá-lo do andamento dos trabalhos perante toda a Diretoria Executiva? Deste mesmo auxiliar se fez acompanhar em várias ocasiões, quando pronunciou conferências sobre as atividades da Empresa. Esse procedimento mostra a preocupação especial que sempre teve o Presidente Geisel de prestar esclarecimentos precisos, embora conhecesse admiravelmente todos os problemas da Empresa que dirigia.

Aproveitando contratos de equipes sísmicas celebrados para atender à campanha da Bacia do Acre, lançamos linhas de reconhecimento na sub-bacia do Alto Amazonas. Desses levantamentos resultou a descoberta de gás próxima à cidade de Carauari, situada na margem esquerda do Rio Juruá.

Entre a descoberta de petróleo sub-comercial em Nova Olinda e a descoberta de gás no Juruá, o método sismográfico experimentou progressos consideráveis. Já podia vencer uma coluna de diabásio da ordem de 1.000 metros e mapear horizontes potencialmente petrolíferos de idade devoniana.

O ânimo dos técnicos se rejuvenesceu e as programações de trabalhos geofísicos se ampliaram. Levamos mais uma equipe sísmica para a área de Juruá, além de uma sonda adicional. Estamos contratando três outras para as áreas paleozóicas: duas para a Bacia do Amazonas e uma para a Bacia do Paraná, em Mato Grosso do Sul, onde a espessura de lava basáltica é menor.

Estarfamos mentindo se dissessemos que o então Ministro Ueki sempre esteve reclamando maior agressividade exploratória, verificando o rendimento de nossas sondas, acompanhando o progresso dos trabalhos no mar e tudo mais que se referisse à busca de novas acumulações e do aumento da produção nacional de petróleo? Certamente não. Estimulava mas não impunha programás quando os técnicos lhe diziam não haver ainda tecnologia adequada para o ataque às grandes bacias sedimentares paleozóicas. Porém, logo que os entraves tecnológicos pelo menos diminuiram, lançou-se à frente de seus comandados, agora como Presidente da Empresa, criando todas as facilidades para o revigoramento do esforço na área da exploração.

Não vamos citar números monotonamente. Vejamos apenas com quantas equipes sísmicas operamos em 1978 (7) e quantas teremos em 1980 (16); quantos metros perfuramos em 1978 (527.252 m) e quantos perfuraremos em 1980 (próximo de 1.000.000 m).

Dizer que a PETROBRÁS descuidou-se da Exploração reforçando seu investimento no refino durante a administração Geisel é outra inverdade que não resiste a qualquer análise honesta. Os investimentos em Exploração foram essencialmente crescentes e compatíveis com os resultados obtidos e com as dificuldades tecnológicas enfrentadas. Senão vejamos os dados:

Ano	(*) Cr\$ milhões
1969	311,6
1970	447,0
1971	450,7
1972	616,3
1973	855,0
1974	1.507,7
1975	2.290,0

(*) Valores históricos.

É de meridiana clareza que, *sem prejudicar a exploração*, cujos investimentos foram crescentes, apesar das dificuldades, a Empresa foi forçada a aumentar seu parque de refino, sob pena de importar derivados e impedir o Brasil de auferir os lucros dessa atividade. Isso pode ser visto em curvas de aumento da demanda e da capacidade de refino instalada ao longo dos anos. Com a crise de 1973, a necessidade de aumentar o parque de refino foi amainada em face da contenção do ritmo de aumento do consumo, como se pode observar naquelas curvas.

Verifica-se também que os investimentos exploratórios, sempre crescentes, aumentaram substancialmente a partir de 1973, coincidindo com o aumento do preço do petróleo naquele ano. Naturalmente que esse aumento substancial no preço de mercado do petróleo viabilizou a prospecção de áreas onde a produção de petróleo seria anti-econômica, aos preços vigentes até aquele ano. Isso aconteceu em escala mundial e, também, no Brasil.

Estivéssemos nós importando derivados, as críticas à PETROBRÁS viriam do mesmo modo. O que interessa é saber se faltaram recursos para os programas de exploração e não se a proporção dos investimentos na exploração em relação ao total investido pela Empresa, subiu ou baixou.

O que se deve entender por "campos exaustivamente estudados e pesquisados há décadas" como colocado por um editorialista? Um campo de petróleo, quando descoberto, é desenvolvido e explorado durante 10, 20, 30 ou mais anos. Pode haver estudos de métodos de produção, de recuperação secundária, terciária, etc. Nota-se, na afirmação imprópria, confusão entre a exploração de uma área visando a descoberta de campos de petróleo e o estudo de campos já descobertos.

Quando iniciamos nossas atividades no Iraque, as informações geológicas e geofísicas sobre as áreas envolvidas em nosso contrato eram muito pobres. Quase nada aproveitamos. Quem pensa ao contrário deve se informar melhor para evitar o injusto demérito dos técnicos brasileiros, a má informação e, portanto, o desrespeito ao leitor. É justo dizer que grandes companhias internacionais por lá passaram e não viram o gigante de Majnoon. Fomos para o Iraque com o firme propósito de honrarmos o nosso contrato e corresponder à confiança em nós depositada por nossos amigos iraquianos. Assim fizemos também na Argélia, descobrindo um pequeno campo no meio de poços secos perfurados por grandes exploracionistas. Que os críticos da PETROBRÁS tenham a decência de verificar, em todos os países onde operamos, o conceito gozado por nossos técnicos da Exploração. Sua capacidade está muito além de achar campos exaustivamente estudados e pesquisados como disse o editorialista, se é que isso faz algum sentido.



GOLFO PÉRSICO: EPICENTRO NEVRÁLGICO

Therezinha de Castro

Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

I – INTRODUÇÃO

No século XVI, ocupando o ponto estratégico de Constantinopla, os muçulmanos, otomanos fanáticos, cortavam todas as esperanças do ocidente europeu cristão, de se valer do caminho antigo das especiarias. Buscaram então os ocidentais, liderados pelos portugueses, a rota do Cabo, por onde passam hoje 80% do petróleo consumido pelo Ocidente.

No passado, pois, Constantinopla dominava a estratégica passagem dos estreitos de Dardanelos e Bósforo, tão estratégica, como na atualidade, o estreito de Ormuz, que fecha o golfo Pérsico, o epicentro nevrálgico do mundo de hoje.

Dependência do oceano Índico, entre o Irã e a Arábia, onde desembocam o Tigre e o Eufrates pelo Shatt-al-Arab, a área se constituiu em porta de invasão na antiguidade e zona de fricção na atualidade.

II – GEOPOLÍTICA DO ISLÃ

Envolvem-se no golfo Pérsico – persas e árabes, sunitas e xiitas, sem contar com os palestinos que também se foram estabelecer nesta área que guarda a metade do petróleo mundial.

Nessa região coube à Pérsia (atual Irã) a tarefa de formar o maior império da antiguidade, que se estendia do Oriente Médio, soldado às ribeiras do Mediterrâneo, até o Indus, onde hoje se envolve o Paquistão. Justamente nesse centro persa

Malik ben Annás, seguidor de Shaffi, escreveu um livro de direito, baseado nos ensinamentos de Maomé, intitulado "Al Muwatta"; seus seguidores formam o grupo sunita malekita, que predomina no Kuwait, no Bahrein, no norte da África – Líbia, Argélia e Marrocos, como também na África Negra de colonização francesa.

Considerados na Arábia como não-islâmicos, os malekitas são rejeitados pelo grupo sunita waabita; estes, que detêm o poder entre os sauditas, na Arábia, destruiram o túmulo de Malik em Medina. Os waabitas são seguidores de Abd-al-Waabi (1703-1792), que, abjurando as idéias de Malik e negando o direito de interpretar o Corão, se aproximam mais dos xiitas, pregando a volta ao islamismo puro. Os waabitas também têm seguidores em Katar.

Não pára aí o divisionismo sunita a cujo ramo também pertencem os seguidores de Abraão. Segundo o Corão, Abraão era um "hannif", isto é, seguidor consciente da verdade monoteísta; portanto, se afastando do politeísmo deixou de ser considerado, pelos islâmicos, ligado aos israelitas e como nada tendo também com os cristãos. Foi, assim, o precursor da verdade pregada por Maomé e seus seguidores; sendo os hannefitas encontrados nas Repúblicas Socialistas Soviéticas Muçulmanas, no Afeganistão, no Paquistão, em Bangladesh, na Turquia e na Tunísia.

Várias outras seitas menores e de significação marginal ainda coexistem, dentro do mundo islâmico, que só pode, na realidade, ser igualado ritualmente.

Visto sob diversos enfoques, o islamismo que se une pretende renascer geopoliticamente dentro do ecumenismo do petróleo e do repúdio a Israel, tido como "uma ferida imposta ao Islã em seu corpo religioso".

III – ASPECTOS ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS

Encruzilhada de três continentes, alguns geógrafos dão ao espaço islâmico o topônimo de Eurasiáfrica. O núcleo de irradiação do islamismo vem, desde passado remoto, apresentando característica de campo de batalha: entre o norte e o sul (hititas e egípcios), entre o leste e o oeste (gregos, macedônios e persas); como zona de contato celebrou-se, durante a Idade Média, pelo comércio oriente-ocidente, entre árabes e povos mediterrâneos (genoveses e venezianos), a que os turcos otomanos ao se apossarem de Constantinopla puseram um fim.

Em três fases distintas efetuaram-se tentativas de integração política desse espaço hoje islâmico: o Império de Alexandre (Macedônia), o Romano e o Turco Otomano. Com exceção deste último, os dois primeiros tinham como objetivo estratégico-econômico fundamental, ao ocupar esse espaço geográfico, estabelecer uma linha de soldadura entre o Oriente e o Ocidente.

O vasto Império Otomano, com o governo central estabelecido na Turquia, era teoricamente absolutista, pois não gozava de grande autoridade nas províncias onde os pachás ou governadores, apoiados nas guarnições de janízaros, exploravam em seu proveito as populações. Era por isso um império bastante débil, já que as populações cristãs submetidas aos turcos conservavam a sua religião ortodoxa, suas línguas e tradições. A conquista territorial feita pelos turcos não havia realizado o

principal que era a fusão entre cristãos vencidos e muçulmanos vencedores. Cabia apenas aos cristãos pagar pesados tributos e obedecer às ordens dadas pelos turcos; os ódios de raça e religião levariam esses povos a se revoltarem no século XIX, procurando libertar-se do jugo muçulmano-otomano.

Estado multinacional, eram, no entanto, os árabes que dominavam mais amplamente no Império Otomano. No entanto, em meados do século XIX o despertar nacional árabe não seria levado a efeito pelo grupo islâmico, mas, curiosamente, pelos convertidos ao cristianismo.

Coube ao libanês-cristão Ibraim el Yazidji (1868) lançar a primeira expressão clara da idéia nacional para, logo em seguida, se formarem em Beirute e Damasco as Ligas Secretas. Baseavam-se estas não na religião, mas na comunhão lingüística, como fundamento mais sólido para a formação de uma Confederação de Estados Árabes, sem nenhum dever de obediência ao poder muçulmano-otomano. Era este o iniciar de uma corrente de idéias que preparariam a chamada Liga da Pátria Árabe e a consequente publicação do Manifesto de 1905 que reivindicava a independência.

Começam, porém, a surgir dificuldades relacionadas com o fator religioso, uma vez que a maioria dos promotores do movimento nacionalista árabe passou a destacar em seus programas a regeneração do islamismo, censurando os turcos por interpretarem mal o Corão. O fator religioso anularia o nacionalismo lingüístico, constituindo-se até 1918 no poderoso freio contra a unidade no mundo árabe.

Cruzamento das vias de circulação terrestre entre dois mares, as regiões ístmicas, os estreitos e golfos que envolvem o mundo islâmico têm grande valor geoestratégico.

Assim a importância das vias de passagem entre o golfo Pérsico e o Mediterrâneo diminuiu com a construção do canal de Suez, que se transformou na principal ponte de acesso dos europeus para a Ásia Meridional; posteriormente, a despeito do canal, tomaria novo impulso a zona de passagem golfo Pérsico – Mediterrâneo, quando a exploração do petróleo exigiu a construção de oleodutos.

Completando o quadro geoestratégico apresentam-se como zonas importantes as bacias do Nilo, do Tigre-Eufrates e do Índus, onde se instalaram as aglomerações do mundo islâmico e que por isso se transformaram em epicentros nevrágicos. Nessas regiões geoestratégicas se defrontaram no século XIX franceses e britânicos, britânicos e russos e hoje russos e estadunidenses.

IV – ZONAS DE ATRITO

No epicentro nevrágico do golfo Pérsico, zona de escoamento da área mesopotâmica Tigre-Eufrates, se envolvem países cujos territórios vão num "crescente fértil" da bacia do Nilo à do Índus.

Neste âmbito geopolítico se confundem várias histórias girando em torno de rivalidades externas e também internas.

1 – Afeganistão: As Três Fases

Ao se iniciar o século XIX os interesses diretos da Inglaterra na Índia e o expansionismo russo na Ásia Central transformaram a então região sem fronteiras do Afeganistão numa zona de fricção e atritos.

Ciente de que em 1809 Napoleão propusera a Alexandre II da Rússia atra- vessarem esse centro nevrálgico para tomarem a Índia, os ingleses não perderam tempo assinando com Mahmud, pretenso rei local de tribos variadas e dispersas, se- diado em Cabul, um tratado de amizade eterna e assistência recíproca. Sem perda de tempo, os russos valiam-se dos xiitas persas para derrubar o rei de Cabul. Essa li- gação com os persas ficou logo patenteada, pois em 1837 uma missão russa se es- tabelecia em Cabul.

Nova investida da Índia por parte dos ingleses levava ao trono um outro preposto, "o Xá Shuja, destronado em 1842 por Dost Muhamad. Concorda-se que, teoricamente, termina aí a primeira fase da história afgã.

Dost Muhamad, também apoiado pelos ingleses, governou a região até 1863, tentando unificar o território e mesmo ampliá-lo em detrimento das preten- sões russas. Chega-se assim ao final do século XIX quando surge propriamente o Afeganistão com fronteiras delimitadas acordadas pelos ingleses da Rainha Vitória e russos do Czar Nicolau II. Importante sob o ponto de vista geoestratégico para esses dois monarcas, o Afeganistão caracterizava-se como verdadeira cunha, em ter- ritório extenso e estreito, autêntico Estado-Tampão entre os Impérios Russo na Ásia e Britânico na Índia. Um Afeganistão, pois, que nada mais era e passaria a ser do que mero expediente da História.

A rivalidade anglo-russa não terminaria aí; em 1878, por ter recebido em Cabul uma missão russa, o rei Shir Ali foi deposto pelos ingleses e substituído por Yakub Kā. Eis, porém, que uma revolta dos afgãos e o consequente massacre de ingleses (1879) poria fim à segunda fase da história desse país sem nação, que fica- ria até o término da Primeira Grande Guerra na categoria de simples protetorado da Inglaterra (Tratado de Gandamark).

Aproveitando-se das dificuldades da Inglaterra no Primeiro Conflito Mun- dial e das vicissitudes da Rússia às voltas com a Revolução Comunista, o rei Amanulah consegue fazer a independência do Afeganistão, reconhecida em 1924 pelos in- gleses.

O mesmo desejo que o Irã, também monarquia independente, teria na épo- ca em modernizar-se, contagiaria o rei Amanulah. Mas a islamização colocar-se-ia frontalmente contra a ocidentalização desse monarca que teve, em 1929, o mesmo destino que iria ter o Xá do Irã, cinqüenta anos depois (1979) — foi deposto.

A modernização seria detida enquanto um chefe tribal, Nadir Xá, se no- meava rei do Afeganistão. Nessa terceira fase da história afgã o país passaria a girar na órbita soviética.

A Rússia passou a manter conselheiros e forte presença militar neste país desde a década de 40. Em novembro de 1940, quando estava ainda em vigor o Pacto Germano-Russo de não agressão (assinado em agosto de 1939), Viatcheslav Molotov, então Ministro do Exterior da Rússia, afirmava que tudo iria muito bem "desde que a área ao sul de Batum e Baku, na direção do golfo Pérsico, fosse reconhecida como centro das aspirações soviéticas" ("Nazi-Soviet Relations, 1939-41: Documents from the Archives of the German Foreign Office" — Departamento de Estado — Washington, 1948 pág. 257).

Quando da invasão alemã na Rússia (agosto de 1941) tropas anglo-russas invadiram o Irã mostrando que seus interesses iam muito além do Índus, bem ao sul de Batum e ultrapassavam o Afeganistão.

Como ocorreu durante o Primeiro Conflito Mundial, o país foi dividido, cabendo à Rússia dominar as províncias do norte, já que, muito mais que o Afeganistão, o Irã se transformara em importante via de escoamento de armas estadunidenses enviadas ao governo de Moscou.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, obrigados a se retirar do Irã, viraram os russos, muito a contragosto, ter início a influência estadunidense no país. Enquanto no Afeganistão o filho de Nadir Xá, Zahir Xá, se aproximava da Rússia para garantir suas fronteiras em face de outro país que despontava no cenário geopolítico — o Paquistão.

Esse mesmo Zahir Xá, pro-soviético, deposto em 1973, entregaria o poder a Mohamed Daud, seu primo, que estabeleceu o regime republicano no Afeganistão.

Surgiria então uma autêntica república de chefes feudais manipulados pela Rússia, que não parou mais de desfechar golpes e contra-golpes. Foram assim, oficiais afgãos, treinados na Rússia e seus próprios treinadores russos que depuseram Daud em 1975. Levaram então ao poder Mohamed Taraki, que, em menos de três meses, conseguiu perto de 25 acordos com a Rússia.

Em 1978, quando o célebre Tratado de Amizade levava o Afeganistão oficialmente para a esfera de domínio soviético, os chamados elementos reacionários resolveram agir. Assim, Hafizullah Amin conseguiu num golpe sangrento apoderar-se do governo mandando matar Taraki. Esse mesmo Amin teria por pouco tempo o poder (julho de 1978 a dezembro de 1979), pois, embora se mostrasse pró-soviético, foi derrubado pela Rússia.

Quanto tempo resistirá o seu sucessor Sabrak Karmal? Sabemos que o poder dos "mullahs" e senhores feudais no Afeganistão se sobrepõe, desde a Segunda Grande Guerra, aos canhões e ao poderio russo.

Sabe-se que há um movimento rebelde dominando as 22 das 28 províncias que compõem o Afeganistão. Esse movimento antes de ser direitista é, na realidade, um processo natural de islamização do país que já atingiu seus vizinhos — o Irã e o Paquistão. Movimento que no Afeganistão é dirigido por duas organizações: a Jamaat-i-Islami, de tendência republicana, apoiada pelo Paquistão e a Herz-i-Islami, que pretexts coloca no trono Zahir Xá vivendo em Roma desde 1973 quando foi deposto.

Para se entregarem a uma ação mais efetiva, as duas facções se uniram (março de 1979) na chamada Frente de Libertação Nacional, que já declarou o "jihad" (guerra santa) contra o marxismo.

Para os russos a consolidação de suas posições no Afeganistão é de suma importância, não somente por questões de ordem externa mas, em especial, por motivos de ordem interna. É que no Afeganistão, país com cerca de 650.000 km² (equivalendo à área de nosso Estado de Goiás), vivem cerca de 20 milhões de habitantes formando um intrincado mosaico étnico e muitos grupos desse mundo que se quer islamizar estão dentro da Rússia, em sua Ásia Central.

2 – O Problema das Minorias

Sabendo que deveriam evacuar o Irã, tão logo acabou a Segunda Guerra Mundial (dezembro de 1945), os russos procuraram esfacelar o país criando a República Autônoma do Azerbadjão e a República Popular Curda, que, no entanto, não vingaram.

De todas as minorias étnicas os curdos são sunitas contrastando com a maioria xiita existente dentro do Irã. No Irã os curdos ocupam a região ocidental e se espalham para o interior da Turquia, do Iraque, da Síria e da própria Rússia.

São cerca de 11 milhões de pessoas que formam uma nação mas que não se estabeleceu geopoliticamente como país. Têm sua língua, seus trajes típicos, costumes e folclore, não tendo conseguido manter seu país que surgiu meteoricamente após a Segunda Guerra Mundial. Daí os curdos se constituirem num foco de irredentismo na zona nevrálgica do golfo Pérsico.

Suas aspirações têm sido sufocadas sobretudo em Saveh, onde curdos e pasdars se enfrentam. Os pasdars são xiitas recrutados pelos mullahs do ayatollah Khomeini que também combateram cerca de 1 milhão de sunitas estabelecidos no Kuzestão, província petrolífera do Irã, na fronteira com o Iraque.

Os curdos, como as minorias do Kuzestão, não conseguiram vencer as tropas de Khomeini; embora islâmicos concorrem para a contra-revolução, podendo, se vitoriosos, contagiar as minorias que estão dentro das fronteiras soviéticas.

Os 5 milhões de tadjiques, que habitam o norte do Afeganistão, estão como os curdos separados por fronteiras políticas que lhes rompe a unidade geográfica. Assim, além de cidadãos afgãos são também integrantes da República Soviética do Tadjiquistão.

A seu lado estão nas mesmas condições os usbeques, tanto os afgãos quanto os que pertencem à República Soviética do Usbequistão. São cerca de 1 milhão de usbeques que, como os 500 mil kirquises e turcomanos, têm também seus irmãos do outro lado da fronteira soviética.

Nessas condições, permitir a islamização do Afeganistão será fomentar o alastramento das idéias corânicas para dentro das fronteiras soviéticas. Será permitir a desagregação do Império Russo na Ásia Central.

Mas, apoiar os putsus, com cerca de 8 milhões de pessoas, que, por serem mais numerosos e mais fortes, conseguiram impôr a sua língua como idioma oficial no Afeganistão, é também uma temeridade, uma faca de dois gumes para a Rússia. Isso porque, embora não possuam irmãos seus dentro da União Soviética, possuem-no no Paquistão, que, independente desde de 1947, abriga 4 milhões de putsus. O Paquistão se encontra em vias de islamização como o Irã, onde vivem os beluchis, na província do Beluchistão e que contam com cerca de 5 milhões de irmãos no Afeganistão.

Em quem, pois, se apoiar a Rússia? Tantas etnias, tantas línguas diferentes sobretudo no Afeganistão, de importância vital na geoestratégia soviética... Sim, porque o Afeganistão, onde a Rússia desorientada vem promovendo golpes e contra-golpes desde 1973, é, na realidade, o corredor de acesso em direção ao Índico, até bem pouco tempo um lago estagnado no âmbito das Relações Internacionais. Embora país sem litoral, o Afeganistão poderá chegar ao golfo Pérsico se sair vitoriosa a luta dos beluchis que, lutando com armas e apoio russo, pretendem formar a República do Beluchistão.

A região parecia ter simples interesse periférico para Moscou, depois da Europa, China e do próprio Oriente Médio. No entanto, a partir dos anos 70, quando criada a OPEP, que começou, para defender os seus interesses, a tomar medidas prejudiciais ao Ocidente, e a despeito de serem países pertencentes ao sistema capitalista, a Rússia começa a reagir aos acontecimentos em vez de gerá-los.

Mas acreditamos não ser tão fácil a investida da Rússia no Afeganistão, mesmo defensora de minorias étnicas; nessa área conturbada os que desejam a islamização contam com o fator experiência — são produto de uma terra hostil e montanhosa, onde a guerra tribal e interferências externas foram tônica constante.

As guerras que os ingleses enfrentaram no Afeganistão no século XIX terminaram em pequenas vitórias militares que a resistência nativa ofuscou. Se os ingleses, no passado, contaram com problemas de comunicação e suprimento, os russos, atualmente, comparados o momento e as novas técnicas, também enfrentam sérias dificuldades; dificuldades impostas pela ausência de ferrovias e rodovias no Afeganistão. Montando campanha nesse país, em ponte aérea que levou e levará grande número de soldados russos, além do efetivo maciço de divisões, a doutrina militar de Moscou, num caso de revés, não titubeará em usar o gás e armas biológicas que a perigosa guerra bacteriológica vem aprimorando.

Mas valerá a pena num jogo de influências que visa ao Índico, pelo qual se transportam aproximadamente 70% do petróleo mundial, e por onde trafegam superpetroleiros com 85% do produto indispensável consumido pelo Japão. O Índico é oceano de zona fragmentária que põe em contato numerosos países subdesenvolvidos desde a costa oriental da África até o Sudeste Asiático. Oceano que vai se firmando como via marítima de grande importância geoestratégica a partir da década dos 70, sobretudo quando as armas correram para lá quando das guerras indo-paquistanesa (1971) e árabe-israelense (1973).

Nesse jogo difícil do golfo Pérsico, a Rússia tem que esgotar todos os seus trunfos para vencer; é que os chineses não vacilarão em se aproveitar de um impasse militar soviético, do mesmo modo que as Repúblicas Islâmicas Soviéticas, como ainda os satélites do leste europeu, ansiosos por se livrarem das garras de Moscou.

Seria a desagregação do Império Russo, do mesmo modo que, ao se iniciar o século XX, a derrota dos russos frente ao Japão contribuiu para a queda do cza-rismo.

Está, pois, em jogo o Império Russo Asiático constituído por uma série de tratados que foram dos anos de 1858 até 1864 qualificados por Marx e Engels como "covarde expoliação" e contra os quais não só a islamização reclama mas, sobretudo os chineses, na mais longa fronteira do mundo.

3 – Áreas Vitais

Na periferia do epicentro nevrálgico, por questões vitais, notamos os interesses russos voltados para a Ásia Meridional na seção Índico–golfo Pérsico.

Embora procure manter relações amistosas com a Grécia e Turquia, países-chave na rota dos navios russos que demandam o Mediterrâneo via canal de Suez, afrouxaram, em parte, o relacionamento com países-membros da Frente de Rejeição à iniciativa de paz Egito–Israel.

O rompimento Iraque–Síria, os dois países do Oriente Médio mais bem aquinhoados pela Rússia, gerou a recepção fria dada pelo Kremlin ao presidente sírio Hafez Assad, que visitou Moscou em fins de 1979. Bem diferente foi a recepção dada pelo governo russo a Abdel Fatah Ismail, do Iêmen do Sul, que pusera à disposição de Moscou a estratégica base de Aden em ponto-chave na junção mar Vermelho–Índico.

Aí se encontra o estratégico estreito de Bab-el-Mandeb sob a mira do Iêmen do Sul, no triângulo insular Perim, Socotra, Kúria-Múria, dominando o golfo de Aden. Contrabalança o posicionamento de Omã, cujo sultão Kaboos se vem mostrando pró-ocidente, oferecendo na ilha de Masira estratégica base para os Estados Unidos, cobrindo, pois, a passagem pelo estreito de Ormuz na junção golfo Pérsico–Índico.

a) Iêmen do Sul

No Iêmen do Sul a influência soviética se acentuou notadamente a partir de 1978 com o golpe de estado que culminou com o assassinato de Ahmed Ali Gashmi, presidente do Iêmen (do Norte), no qual se procurou envolver o presidente do Iêmen do Sul – Salim Robaye Ali. Tudo, porém, parece ter sido forjado, já que na realidade se traduzia em divergências, dentro do próprio Iêmen do Sul.

Nesse país, com 290.287 km² (equivalendo ao nosso Estado do Rio Grande do Sul), situado na costa meridional da península Arábica, que se tornara inde-

pendente da Inglaterra em 1967, o cenário político vinha sendo dominado por Robaye Ali, líder desde a fase do nacionalismo anti-britânico. A "ajuda russa" se fizera logo presente após a independência, e o "dirigismo" se manteve até o se intensificar da guerra Etiópia-Somali na Cornucópia Africana, para onde Robaye Ali fora pressionado a enviar soldados seus para lutar ao lado de cubanos. Notava-se então que o "grau de convicção socialista" de Robaye Ali vinha decrescendo; sustentava ele que o "processo socialista devia ser bem mais moderado" para que o Iêmen do Sul pudesse ser melhor aceito no conjunto de Estados da península Arábica. Na oposição se puseram logo o Primeiro Ministro Ali Nasser Mohamed e o então Secretário da Frente Nacional de Libertação — Abdel Fattah Ismail; ambos eram favoráveis ao incremento do processo socializante e da maior aproximação com a Rússia. Justifica-se, pois, dentro da política soviética, o golpe de estado que a Rússia provocou em julho de 1978 no Iêmen do Sul e o fuzilamento de Robaye Ali para a manutenção dessa área de grande valor estratégico na esfera de controle comunista.

b) Etiópia

Outra área vital para a Rússia, mas já do outro lado do mar Vermelho, é a Etiópia com 1.184.600 km² (comparando-se à área do Estado do Pará), até bem pouco tempo cercada por vizinhos inimigos. No entanto, em fins de 1979 o presidente do Sudão, Jaafar Numeri, que sempre se mostrou aliado de Sadat do Egito, em troca de maior segurança se aproximou de Mengisto Hailé Marien da Etiópia, prometendo expulsar de seus territórios os guerrilheiros da Frente de Libertação da Eritreia.

c) Iraque

Beneficiário do vácuo do poder deixado pelo Irã, agora em situação caótica no golfo Pérsico, o Iraque com 444.442 km² (semelhante aos nossos Estados do Paraná e S. Paulo) se transformou na principal força organizada dessa área vital.

Em outubro de 1959 o presidente iraquiano Saddam Hussein foi o primeiro dirigente árabe a romper com a revolução islâmica, desconfiado com o "fundamentalismo" do ayatollah Khomeini.

Desde 1972 o Iraque passou a girar na órbita soviética, recebendo de Moscou 90% do armamento com que se defende sobretudo em conflitos na fronteira iraniana. Mas, no país, o relacionamento entre o Partido Comunista Iraquiano e o Baath, coalisão que ocupa o poder atualmente, tem sido violento. Assim, em maio de 1978 foram executados em Bagdad 21 oficiais do exército, membros do PCI. Respondendo aos protestos de 10 partidos comunistas de países árabes, o governo iraquiano se manteve firme em sua posição declarando que não considerava o PCI como adversário, mas que também não tolerava tentativas de engajar as Forças Armadas em atividades políticas. A realidade, porém, não era bem essa, pois novas execuções foram levadas a efeito em novembro de 1978, já no meio civil, quando

membros do PCI tentaram infiltrar-se nos Ministérios da Educação e no de Informação e Planejamento.

Na realidade os baathistas não confiam nos comunistas por várias razões e a principal delas reside no fato de considerá-los como instrumento de conspiração de superpotências. Nota-se que as investidas do PCI em 1978 só serviram para enfraquecer a posição soviética no Iraque, que procura pôr em prática uma efetiva política regional.

Procura competir com a Arábia Saudita, e com esse objetivo, vem aumentando seus laços comerciais com o Ocidente; em 1978 as importações iraquianas do bloco soviético caíram de 25% para 9%. Além de procurar através de tratados fazer incursões pela área de influência econômica da Arábia, tem o Iraque procurado atrair também os antigos clientes do petróleo iraniano, passando seu comércio com os Estados Unidos a atingir anualmente cerca de 500 milhões de dólares.

- Eis, pois, no Iraque, pelo menos a longo prazo, mais uma área vital no conturbado golfo Pérsico que poderá preocupar a Rússia.

Para contrabalançar a ligeira guinada do Iraque, Moscou procura ganhar tempo e agir subrepticiamente no Iêmen (do Norte), área vital nesse estreito de Bab-el-Mandeb, que tem apenas 48 km de largura, enquanto o míssil de superfície a superfície do tipo STYX tem um alcance de 40 km.

Mas, em termos estratégicos a Rússia já possui a sua cabeça de ponte nessa área vital, em Aden, no Iêmen do Sul, que foi visitado em maio de 1978 pelo Almirante Sergey Gorshkov e que afirmou servirem as instalações russas para "demorar o poderio econômico e militar de um país muito além de suas fronteiras" (S. G. Gorshkov — "The Navy in War and Peace" — Morskoy Sbornik nº 12 — Moscou, 1972 — pág. 16).

d) Irã

A política externa russa, na consecução de seus objetivos de instalar "glacis defensivos", tem sido bem mais eficiente que a dos Estados Unidos, que vêm num constante recuar.

Por ocasião dos avanços russos em 1978 acentuavam-se, coincidentemente, os protetos dos mullahs e implícita parceria dos comunistas contra o regime ocidentalista do Xá Mohamed Reza Pahlavi, então à frente do mais antigo império do mundo.

A Dinastia Pahlavi chegou ao poder após o governo de Reza Khan, que, pendendo para o lado russo numa disputa com a Inglaterra, liderou um golpe de estado comandando 2 mil cavaleiros (1925). Foi rápido o período tumultuado do governo de Reza Khan, ex-pastor de ovelhas, militar de carreira fulminante durante a Primeira Guerra Mundial. Isto porque ocupou o trono do Irã, bastante ameaçado por dissidências tribais, e que, tal como seu vizinho, o Afeganistão, se caracterizou pela ocupação estrangeira.

Nessas condições, a 25 de abril de 1925, o trono era entregue a Rheza Pahlavi, que procurou envolver o Irã em pronunciada modernização. Porém, considerado pró-alemão durante a Segunda Guerra Mundial, foi obrigado a abdicar em favor de seu filho, o então jovem Mohamed Rheza Pahlavi (1941), quando mais uma vez a Rússia e a Inglaterra procuravam dividir o país em zonas de influência, tal como já haviam feito em 1906.

O reinado de Mohamed Rheza Pahlavi, entrecortado pela crise provocada por Mossadegh (1952-53), se manteve até 1979, oscilando entre a "subversão vermelha" dirigida pelos comunistas e a "reação negra", assim chamada por se relacionar com a cor dos trajes religiosos dos muçulmanos xiitas.

Procurou o governo Pahlavi modernizar um país com 1.650.100 km² (área comparada a do nosso Estado do Amazonas) onde somente 1/3 das terras não são desérticas ou montanhosas e a tarefa não foi tão fácil. Assim, embora a "revolução branca", ou período de reformas de um governo forte, tenha trazido melhoria ao país, os benefícios desigualmente distribuídos favoreceram a escalada da oposição; sobretudo quando a SAVAK, polícia secreta do Xá, passou a atuar menos a partir de 1970, quando o desenvolvimento econômico levou o governo a uma "abertura democrática".

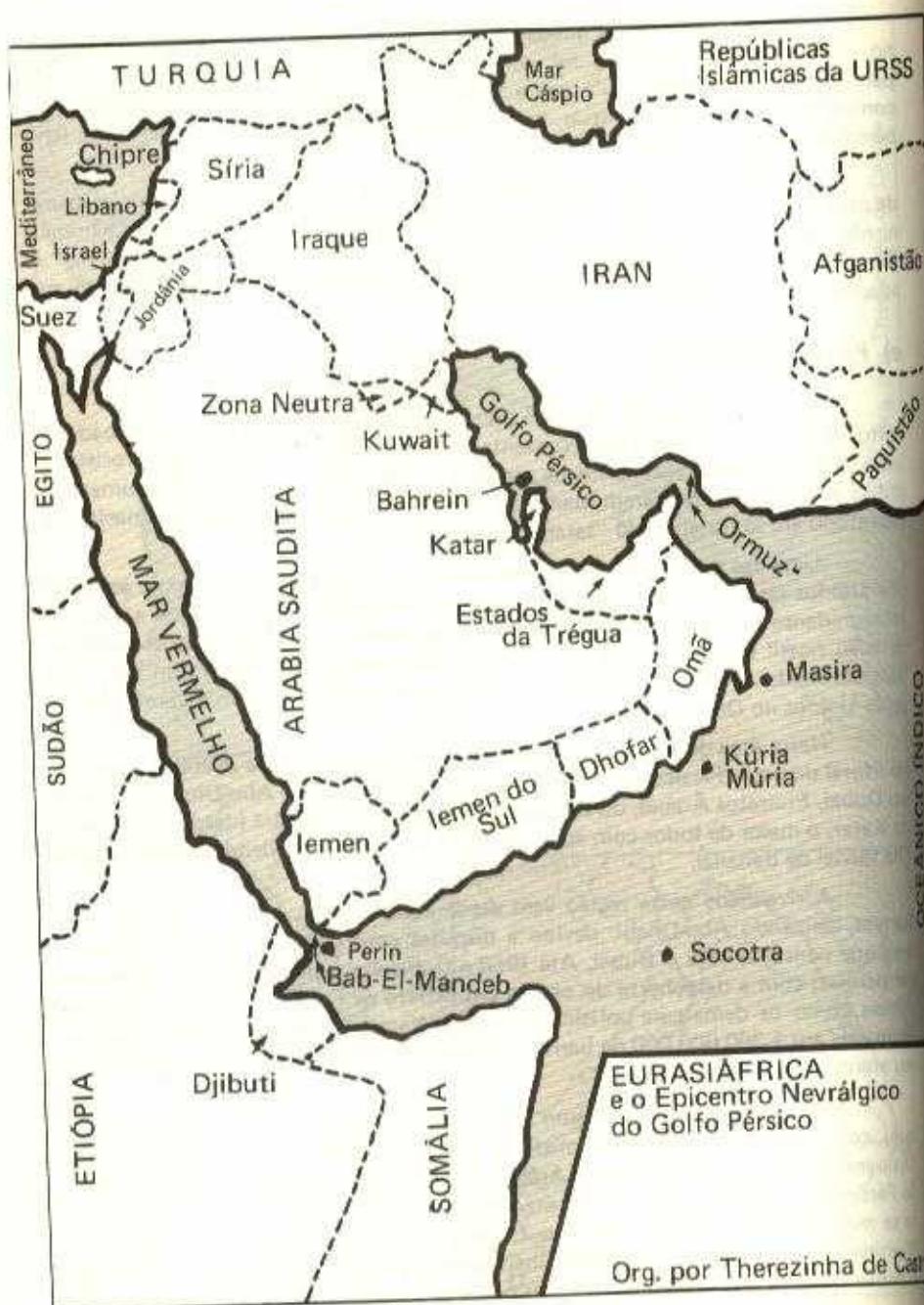
No final da década de 60 o Irã tinha uma das economias de maior crescimento. Com o aumento dos ingressos do petróleo, cujo preço praticamente quadruplicou, o governo atacou abertamente o problema da industrialização (usinas siderúrgicas e petroquímicas), aumentando ainda mais os desníveis sociais.

Socialmente falando houve uma migração maciça do campo para a cidade, que a própria reforma agrária, aprovada por referendum em 1963, não conseguiu deter; assim, o Irã, de exportador passou a importador de alimentos. Em contrapartida os complexos industriais, desarticulados entre si, ficaram numa dependência quase que total do exterior, por não terem podido absorver a mão-de-obra iraniana, suficiente mas eminentemente desqualificada.

Valendo-se desses revéses a oposição conseguiu pôr fim ao governo do Xá, num país rico em reservas de gás natural, com muito ferro, carbono e cobre, além do petróleo, e que sobrevivia importando para poder exportar.

A liberalização ou "abertura democrática" levada a efeito pelo Xá, permitindo, sobretudo, a partir de 1976, a organização de partidos e suprimindo a censura, levou o clero xiita a liderar a oposição; oposição que até então se vinha fazendo na clandestinidade, sob a liderança do ayatollah Khomeini, expulso do Irã depois da queda de Mossadegh.

Conseguiram os xiitas ofuscar o êxito de agitadores comunistas quando estes procuraram conquistar o povo iraniano valendo-se dos desníveis sociais. Dentro, pois, da conjuntura atual iraniana, só por outros meios mais drásticos (tal como ocorreu no Afeganistão), poderá esse país, tão bem posicionado no epicentro nevrálgico do golfo Pérsico, escapar ao destino que lhe vaticinou Kruschev ao dizer: "O Irã é uma maçã podre, e tudo o que temos a fazer é esperar que caia em nossas mãos".



ormosa e Angola ao seu próprio destino, e nada fizeram para impedir a revolução islâmica do ayatollah Khomeini, que acabou anulando seu aliado Irã.

Nessas condições, vemos que para a Rússia o imperialismo não tem barreiras, sobretudo quando se trata de defender seus interesses no âmbito das Relações Internacionais. Quanto aos Estados Unidos, o entrave da democracia, trazendo a revoque o que se convencionou chamar de direitos humanos (esquecendo-se sempre os deveres), e a doutrina da não intervenção, vem promovendo a sua desmoralização no âmbito das Relações Internacionais.

As regras do jogo são muito desiguais dentro do que se chama de zona de influência política dos dois blocos. Nesta conjuntura nota-se o nítido avanço do oriente e o contínuo recuo do Ocidente.

Há pouco mais de quatro anos os Estados Unidos eram influentes no litorâneo que se estende do Mar Vermelho ao golfo Pérsico, áreas vitais na rota do petróleo. Hoje é a Rússia que se mantém pelo menos numa posição mais cômoda, mais forte é a sua ação no âmbito das Relações Internacionais. Ação que a levou a não hesitar em intervir prontamente no Afeganistão, pouco lhe importando a opinião pública mundial; em nítido contraste com os Estados Unidos, que se desmoralizaram, se desgastaram e se auto-destruíram no Irã, onde se abstiveram de uma ação armada para libertar os reféns que iranianos do ayatollah Khomeini mantêm desde novembro de 1979 na própria embaixada estadunidense de Teerã, considerada internacionalmente território inviolável.

— CONCLUSÃO

O espaço que o mundo islâmico ocupa no meio dos três continentes do chamado mundo antigo, leva-nos a considerá-lo como um continente intermediário. Assim, o mundo islâmico separa as regiões inter-tropicais e o ocidente temperado; todas as comunicações diretas entre a África Negra e o Extremo Oriente passam por países muçulmanos. A Segunda Guerra Mundial demonstrou a importância geoestratégica desse espaço, já que foi através dele que passou a parte do abastecimento para o front soviético, sendo nele também travadas batalhas decisivas como a de El Alamein.

Como fé global, o islamismo envolve uma população calculada em cerca de 100 milhões de pessoas, das quais 40 milhões estão dentro da Rússia, incluindo-se a cifra de 3 milhões de negros nos Estados Unidos. Envolvidos com as grandes potências não podem ser outrossim esquecidos os 30 milhões de muçulmanos que vivem na China.

Em se tratando de terras contínuas, o mundo islâmico é bem mais extenso do que o mundo árabe, pois se estende desde o oceano Atlântico através da África do Norte e passa pelo Oriente Médio atingindo o próprio coração da Ásia. Espaço esse centrado no golfo Pérsico.

Aí, nesse epicentro nevrálgico, se instalaria importante centro do imperialismo islâmico — Bagdad. Este teve suas origens na área contígua da península Arábiga com o Estado Teocrático fundado por Maomé em Medina (622).

No âmbito do mundo islâmico os interesses econômicos estão e estiveram sempre ligados aos estratégicos. E, coincidentemente, foi na zona estratégica que envolve no golfo Pérsico que começaram a se chocar as políticas petrolíferas grandes países; política petrolífera antecedida pelos ajustes financeiros de grupos econômicos interessados em empreendimentos ferroviários.

O centro inicial de interesse foi a concessão para uma sociedade alemã a construção de uma rede ferroviária com mais de 4.000 km, que devia ligar a Ásia Menor (Ankara e Koniah) ao golfo Pérsico. A Companhia da Estrada de Ferro de Bagdá pôs em choque a Rússia e a França.

Quando, em 31 de agosto de 1907, o Acordo Anglo-Russo dividiu esse centro nevrálgico em zonas de influência, foi estabelecida uma área neutra em torno do golfo Pérsico. A despeito dessa zona neutra houve preocupações de ordem política e estratégica; à Inglaterra, por exemplo, não interessava a construção da ferrovia que de Teerã atingisse o golfo Pérsico, visto que uma base naval russa neste local constituiria uma ameaça para a segurança da Índia.

Aos poucos, os interesses ferroviários foram sendo ultrapassados pelos interesses petrolíferos; isto à medida em que o petróleo se transformava numa fonte de energia indispensável, ao substituir progressivamente o carvão, por ser não só mais barato como mais fácil de transportar.

Ainda durante a Primeira Guerra Mundial o carvão era o combustível básico para mobilizar as frentes de combate. Com o desenvolvimento da aviação e dos tanques do exército, o obsoleto coque foi substituído por combustíveis líquidos, do óleo diesel do carvão, que marcou a primeira etapa, se chegou ao petróleo, que é mais eficaz para assegurar o funcionamento dos motores, das fábricas industriais, dos aviões, dos automóveis, etc. Com relação à energia nuclear, bem mais cara, resta-lhe muito ainda para que possa vir a desafiar o "ouro negro", cujo foco de distribuição se concentra exatamente na área contígua ao golfo Pérsico, onde estão os mais ricos países em petróleo, cuja instabilidade se reflete em todo o mundo.



POLÍTICA E ESTRATÉGIA

José Corrêa de Sá e Benevides

Capitão-de-Fragata, Instrutor da Escola da Guerra Naval (EGN).

"Não é fácil de se compreender a natureza dos conflitos modernos. O advento da bomba atômica, em 1945, provocou tremenda desorientação na mente dos clássicos da Política e da Estratégia."

Gen. Carlos de Meira Mattos

INTRODUÇÃO

O relacionamento entre Política e Estratégia não teria a menor dificuldade em ser examinado se ainda estivéssemos no tempo de Frederico II da Prússia. Certamente, seria ocioso distinguir entre Política e Estratégia na França de Napoleão I.

Mas o tempo de tais senhores acabou!

A HISTÓRIA:

Como sabemos, à medida que a inteligência do homem se aclara, deixando para trás a ignorância, ampliam-se e entrelaçam-se seus interesses.

O consequente acréscimo da dificuldade de harmonizá-los, evidencia a indispensabilidade do correlacionamento ao fator tempo dos conceitos que desejamos esmiuçar, sem o que, ficariam destituídos de sentido. E a colocação dos conceitos Política e Estratégia em relação ao tempo nos conduziria filosoficamente à vontade humana como ponto de partida.

Os homens, inicialmente, se agregaram por instinto. Quando, porém, o grupo instintivo é substituído pelo grupo consciente, isto é, decorrente da vontade dos homens, podemos verdadeiramente falar em sociedade humana. Contudo, íngreme será ainda o caminho até níveis elevados de civilização.

Um dos mais importantes degraus dessa penosa ascensão foi, como sabemos, o pensamento grego. Substituiu o pensamento mágico ou místico vigente em toda a Antigüidade Oriental pelo pensamento científico. Distinguiu o pensar do ser. Fez a grandeza da Grécia. Tornou diferente dos grupamentos anteriores a "polis" (cidade, Estado, comunidade) do século VI a.C.

O pensamento grego, possibilitando o conhecimento científico dos fundamentos racionais para a orientação da ação humana e a obtenção pelo estudo e meditação daquilo que até então era revelado por intuição ou misticismo, vai permitir que a dinâmica social se processa em torno do estabelecimento e consecução de objetivos que, alcançados, atendam ao interesse de todos e de cada um dos membros da sociedade. É, então, que a *Política* se torna objeto da ciência e passa a ser conceituada como orientação da ação humana nos seus aspectos coletivos. É a melhor maneira de governar a "polis", tendo em vista o bem comum.

Como à ação se opõem, reativamente, obstáculos, os gregos separaram a orientação das ações que — à custa da força — visam sobrepujar as vontades contrárias dotadas de poder, e atribuiram-lhe o nome de *Estratégia* (ou arte do "estratego", ou arte do general). Portanto, para os antigos gregos, *Estratégia* era a orientação da ação humana nos seus aspectos coletivos, tendo em vista as operações militares. Um subconceito de Política.

As concepções gregas quanto à Política e à Estratégia resistiram ao tempo: mantiveram-se entre os romanos, atravessaram a Idade Média e os Tempos Modernos e chegaram à Idade Contemporânea.

Na transição do século XVIII para o XIX, a criação do Estado-Maior como sistematização do planejamento de operações militares, o militarismo de Frederico II da Prússia e o fenômeno Napoleão muito terão a ver com a estratégia, mas as concepções gregas persistirão. Clausewitz, Moltke, Jomini, ... conservaram o conteúdo militar da conceituação da Estratégia.

Com a generalização da guerra, principalmente a partir da Grande Guerra (Primeira Guerra Mundial), e o advento do marxismo, é que tais conceitos não mais resistirão. Mas já estava a Humanidade em pleno século XX da Era Cristã.

Muitos foram os que contribuíram para a sedimentação dos conceitos aqui abordados.

Dentre eles, podemos destacar: SUN TZU, o chinês que 500 anos antes de Cristo escreveu "A ARTE DA GUERRA"; os gregos TUCÍDEDES ("A GUERRA DO PELOPONESO") e XENOFONTE ("ANABASIS"), além de PLATÃO e ARISTÓTELES; o romano VEGETIUS ("INSTITUIÇÕES MILITARES ROMANAS") e outros.

Nos Tempos Modernos, mais precisamente no século XVI, a Política adquiriu autonomia com MAQUIAVEL que, em sua obra clássica, "O PRÍNCIPE", estabeleceu princípios gerais através da especulação da política corrente em sua época, visando sistematizá-la. Foi também Maquiavel o primeiro pensador militar moderno. Escreveu "A ARTE DA GUERRA". Salientou a importância do poder militar na Política.

No século XVIII, FREDERICO II, da Prússia, que se inspirava na política do Estado para elaborar a sua estratégia, nos deixou "PRINCIPIOS GERAIS DA GUERRA" e, no século XIX, JOMINI e CLAUSEWITZ nos apresentaram as idéias da época napoleônica. O primeiro escreveu "PRECIS DE L'ARTE DE GUERRE", enquanto o segundo nos deixou, postumamente, "VOM KRIEGE", monumental obra que veio a ter extraordinária influência no pensamento militar.

Clausewitz procurou descobrir a essência do conflito armado e tornou-se o paladino da teoria da guerra como um instrumento da Política, tendo ficado conhecido pela frase: a guerra é a continuação da política por outros meios. O que, na verdade, pregava era que a guerra não é fato isolado: durante o seu decurso, continua a política a existir. Portanto a guerra devia subordinar-se à Política. A guerra é o meio; a intenção política é o fim, não sendo possível conceber-se um meio que seja independente do fim. Não eclode de uma hora para outra.

Numa análise puramente política, demonstrou, com base nas experiências da era napoleônica que a guerra — ato de violência — se aproximava de sua verdadeira natureza de violência irrestrita: obrigar o inimigo a cumprir nossa vontade.

Um ponto alto em seu pensamento foi a importância atribuída à argúcia do chefe, a quem cabia agir de acordo com as circunstâncias. Favorável ao estudo da Guerra, observou que a condução da guerra não se aprende em livros.

O gênio estratégico de Clausewitz, cuja perspicaz análise da relação entre a guerra e a Política ainda não foi superada, exerceu profunda influência no pensamento militar soviético.

Hegel, grande filósofo que viveu na Prússia das guerras napoleônicas e na Prússia restaurada pelo Congresso de Viena, escreveu "Die Philosophie des Rechts" e empolgou seus discípulos com sua teoria do saber absoluto. Após sua morte, eles se dividiram radicalmente: a Direita defendendo a ortodoxia religiosa e política prussiana, e a Esquerda pregando uma interpretação revolucionária na qual vieram a pontificar Karl Marx, Engels e Lenine.

Antes de prosseguir nesta linha de raciocínio, não podemos deixar de mencionar a contribuição de Liddell Hart, consubstanciada na obra "Strategy" (que pouco se afastou do pensamento de Clausewitz), nem a do General Beaufre que, em livros e artigos diversos, muito fez para ampliar a conceituação e a divulgação do assunto. Mas voltemos a Karl Marx e a Lenine.

O MARXISMO E A GRANDE GUERRA

O marxismo, negando a religião, a filosofia e o Estado capitalista, exigindo uma prática revolucionária ou a substituição de estrutura vigente pela ditadura do proletariado e a união dos operários do mundo inteiro, desencadeou uma revolução sem precedentes. Lenine deu cunho permanente à Guerra Revolucionária, ao dizer que não considerava haver diferença entre Guerra e Paz enquanto a Paz não fosse marxista. O que importava era a vitória. Então, passando a paz a ser mera continua-

ção da guerra, e podendo surgir o inimigo não apenas de fora da "polis" ou do país, mas também de dentro das próprias fronteiras, a conceituação grega tornou-se insuficiente.

A influência do pensamento de Clausewitz entre os comunistas não foi menor do que no ocidente: a guerra é um meio de continuar a luta de modo permanente. A doutrina militar soviética não pensa ser a guerra um último recurso a ser utilizado quando tudo o mais falhar nem comprehende a existência de considerações de ordem meramente militar.

Marx, Engels e Lenine, que, sem dúvida, foram os expoentes do pensamento comunista, muito aprenderam através da obra clausewitziana. Para Marx e Engels, como a guerra surgiu com a apropriação privada dos meios de produção e a consequente divisão da sociedade em classes antagônicas, ela só terá fim com a implantação do comunismo. A separação entre guerra e paz deixa de ser clara como era antes. Lenine, atraído pelo caráter dialético da argumentação de Clausewitz, leu e comentou exaustivamente sua obra e concluiu que a guerra é parte do todo, sendo o todo, a Política.

Chagro Chuikoo, Marechal russo herói da Batalha de Stalingrado, escreveu no livro "CÉREBRO DO EXÉRCITO": "se a guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios, a paz não é mais do que a continuação da guerra por outros meios".

Assim, a ênfase da ligação da guerra à política foi tomada a Clausewitz pelos comunistas e — já sem a ética prevalente à época do grande estrategista — foi muito ampliada pois, a Marx, Engels e Lenine, seguiram-se Stalin, Mao, Ho-Chi-Min, Breznev... As guerras são políticas embora pareçam militares.

Por outro lado, a ampliação ou generalização do conflito armado, muito particularmente por ocasião da Primeira Guerra Mundial, então muito propriamente denominada Grande Guerra, fez com que a Estratégia deixasse de ser a Arte do General.

A História nos mostrou que a guerra de 1914-1918 embora durando menos e empregando número equivalente de pessoas que a guerra da Revolução francesa e Napoleônica que a precederam, foi inteiramente nova. Foi o primeiro conflito generalizado entre Estados capazes de mobilizar todos os recursos humanos e técnicos possíveis no sentido do aprimoramento da destruição do inimigo. Não foi uma guerra europeia, não foi a quarta guerra imperialista alemã, mas sim a Primeira Guerra Mundial. Cada governo foi levado a exigir cada vez mais esforços de seu povo não apenas nas Forças Armadas mas também na indústria, na frente civil. A natureza exaustiva da nova guerra transformou-se em verdadeira luta pela sobrevivência nacional.

Passando a abranger aspectos outros que não meramente militares, a controlar todos os recursos da nação para alcançar os objetivos da Política, a estratégia deixa efetivamente de ser a Arte do General e se transforma em *Estratégia Nacional ou Arte do Estadista*.

Nessa transformação, cabe aqui lembrar, houve quem chegassem inclusive a considerar superado o conceito de guerra subordinada à política como entendera Clausewitz. Um dos mais notáveis militares alemães da Primeira Guerra, o General Ludendorff, procurou inverter o conceito: a guerra total exigia da nação o uso ilimitado de seu poder durante o conflito e o preparo permanente para a próxima guerra enquanto durasse a paz. Sob certos aspectos podemos considerar que, de certa maneira, Esparta viveu a idéia que Ludendorff muito mais tarde enunciou, mas sabemos que o esforço de mobilização permanente levou-a à destruição.

A Estratégia, conceituada como Estratégia Nacional ou Arte do Estadista, muito se aproxima da própria Política ou Arte de Governar não chegando, porém, a confundir-se com ela pelo fato de existir para dar-lhe execução. Também denominada Grande Estratégia, é a Estratégia do mais alto nível governamental.

CONCLUSÃO

De tudo o que acabamos de abordar e observando, inclusive, a conceituação do Estado-Maior da Armada:

"POLÍTICA é a arte de estabelecer objetivos e de manter as linhas gerais de conduta para a consecução e a preservação destes objetivos."

"ESTRATÉGIA é a arte do preparo e do emprego de meios para vencer óbices que se antepõem à consecução dos objetivos", podemos constatar a continuidade da subordinação conceitual da Estratégia à Política.

Ao contrário do que pretendeu Ludendorff, inversamente ao que tentaram sem sucesso os Espartanos, é a Estratégia que determina o modo pelo qual devem ser combinados os elementos do Poder Nacional no esforço de alcançar os objetivos Nacionais fixados pela Política.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - BEAUFRE, André. *An Introduction to Strategy*. New York. Praeger, 1966, 138 p.
- 2 - BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1976.
- 3 - _____, Ministério da Marinha. Estado Maior da Armada. EMA-320. *Glossário de Termos Operativos*. Brasília, 1974.
- 4 - _____, Escola de Guerra Naval. EGN-302 - *Elementos de Estratégia*. Rio de Janeiro, 1973.
- 5 - _____, EGN-215 - *Guia para Elaboração de Teses e Monografias*. Rio de Janeiro, 1975.
- 6 - CAMINHA, J. Carlos G. *Elementos de Estratégia*. Rio de Janeiro, EGN, 1974.

- 7 — CARTER, Gwendolen M. *Governo e Política no Século Vinte*. Brasil. Fundo de Cultura, 1961. 180 p.
- 8 — CLAUSEWITZ, Karl v. *De la Guerre*. Paris. Minuit, 1955. 755 p.
- 9 — FRIEDRICH, Carl J. *Tradição e Autoridade em Ciência Política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, 151 p.
- 10 — LIDDELL HART, B. H. *Estratégia*. Trad. Cel. Celso dos Santos Meyer. Bibliex. 1966. 508 p.
- 11 — LIPSET, Seymour M. *Política e Ciências Sociais*. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, 328 p.
- 12 — THOMSON, David. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971, 197 p.
- 13 — WEISERT, H. Werner. *New Compass of the World*. New York, MacMillan, 1953. 375 p.



MOEDA MINERAL, ALTERNATIVA PARA O SUBSÍDIO

Eliseu D'Angelo Visconti Neto

Engenheiro Metalúrgico, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Diretor da área de finanças da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM.

De repente as autoridades monetárias quedaram-se perplexas ante a constatação de que o déficit governamental havia alcançado a casa dos 300 bilhões de cruzeiros, dos quais parcela significativa era representada pela concessão de créditos a juros subsidiados. Tornava-se necessário rever a política até então adotada, que estava a levar a nação a um impasse, mercê da impossibilidade de conter o processo inflacionário, tal era a variedade dos programas e órgãos governamentais necessários ao atendimento da verdadeira "gincana" instalada no país, todos à procura dos favores e concessões creditícias especiais.

Existe, sem qualquer sombra de dúvida, uma forte componente psicológica na inflação, que se vê ainda mais estimulada quando se toma um empréstimo com correção monetária prefixada: tanto melhor para o financiamento se a inflação crescer, pois o diferencial entre a realidade e o compromisso assumido se acentua na mesma proporção do crescimento.

Nossas autoridades monetárias resolveram, em boa hora, debruçar-se sobre esse autêntico enigma, que consiste em promover o desenvolvimento, sem contar com os recursos suficientes para tal. Uma rigorosa ordenação das atividades prioritárias constitui tarefa de notável complexidade, em razão de envolver um número de variáveis difícil de definir, como o produto em si, a região onde se desenvolve a atividade, o tamanho do investimento, a parcela da população que será direta ou indiretamente beneficiada e outros aspectos.

O Consumidor é quem paga

Diversos projetos, que jamais se tornariam viáveis por si próprios, viram-se transformados em prioridade nacional, para justificar um tratamento especial. Por serem definitivamente irreais, o Estado foi forçado a criar outros mecanismos, destinados a mantê-los em atividade, com o fim de minimizar o prejuízo. Muitos de aqueles projetos acabaram por ser encampados pelo governo, medida extrema para evitar a irremediável falência. Deu-se, assim, o início do processo de estatização, reconhecido hoje como um dos mais sérios problemas a desafiar a nossa política econômica, pois o Estado, a bem dizer, "adotou" atividades que lhe eram estranhas.

Entende-se como essencial a intervenção do Estado em projetos que envolvam a segurança e a soberania nacionais, em atividades onde apenas o lucro social é contemplado, ou supletivamente, nos casos em que vultosos investimentos, aliados aos longos prazos de maturação e baixo retorno, tornam-se patentes. Torna-se difícil para o governo manter participação societária em empresas cujas características fogem ao papel básico da atividade estatal.

O subsídio é concedido a pretexto de beneficiar o consumidor, através da redução dos preços de bens, produtos e serviços. Como, porém, esse consumidor é ao mesmo tempo contribuinte, o que o Estado lhe dá com a mão direita terá de exigir fatalmente com a mão esquerda. O consumidor é, no fim, quem paga o que deixou de pagar. É justa, portanto, a preocupação das autoridades financeiras em eliminar o artificialismo da política de subsídios como única forma de coordenar o crescimento da nação. O problema atual é como alterar as regras do jogo sem deflagrar um processo de anarquia, que acabará por prejudicar irremediavelmente o próprio processo.

Mesmo antes do alarme que o déficit de 300 bilhões de cruzeiros provocou, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) foi incumbida pelo ministro César Cals de encontrar uma resposta criativa ao desafio de dinamizar o Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral, que lhe compete gerir. A análise crítica do desempenho do programa indicou que, após dez anos de sua existência, os encargos financeiros impostos aos mutuários, representados pela cobrança de juros reais e traduzidos como aqueles situados entre 3% e 8%, após a correção monetária, inviabilizam os projetos de pesquisa mineral, caracterizados pelo alto risco envolvido e pelo longo prazo de maturação que excede, freqüentes vezes, a cinco anos.

Imaginou-se, então, uma forma de atenuar os efeitos da correção monetária nos financiamentos, sem recorrer-se à velha e desgastada fórmula de subsidiar o crédito, pois o principal objetivo era proporcionar ao setor mineral uma solução duradoura, que independesse de alterações na política econômica do governo. Em projetos que requerem longos prazos de execução torna-se fundamental a manutenção de uma fórmula constante, que propicie ao investidor a necessária segurança um horizonte definido.

Uma das características marcantes da atividade mineral é a imprevisibilidade dos preços, que flutuam constantemente, por fatores exógenos ao setor, porque dependentes, em muitos casos, de atitudes políticas de outros países. Exemplo recente é a anunciada liberação pelos EUA, de parte do seu estoque de estanho, que poderá provocar uma queda nos preços internacionais. Qualquer critério de correção monetária, prefixada ou não, poderia ser responsável por comprometer um empreendimento, nos casos em que os preços dos minérios estivessem em baixa à época da amortização dos financiamentos. Foi então que surgiu a idéia de se relacionar a amortização do financiamento com a receita obtida.

Desta forma, a CPRM propõe a seus mutuários a conversão de suas dívidas a equivalentes unidades físicas de minério, mediante a divisão de quantia financiada pelo preço do produto indicado no plano de lavra. A amortização, que somente será iniciada quando a lavra começar, será realizada não em dinheiro mas em produto, segundo critérios bastante flexíveis, podendo: ser revendido ao próprio mutuário; por ele, em nome da CPRM, a terceiros; e até mesmo recebido, para a formação de estoques reguladores.

Este, o ovo-de-Colombo que a imprensa especializada batizou como "moeda mineral". Na raiz do seu fundamento, em outras palavras, está a eliminação da postura eminentemente banqueira do órgão financiador, que se limita, normalmente, a exigir que os recursos aplicados sejam-lhe devolvidos com juros e correção monetária. Pelo contrário, o que a CPRM se propõe é participar no risco de cada empreendimento, interessando-se em seu sucesso tanto quanto a empresa associada, preocupando-se com a continuidade das operações e admitindo, por princípio, que os recursos públicos, utilizados nos financiamentos à produção, sejam úteis somente à medida que possam redundar em produção efetiva. De acordo com o conceito da moeda mineral, o dinheiro aplicado para a obtenção de um bem determinado vale pelo valor intrínseco desse bem e não por seu valor monetário, o que significa dizer que o resultado da utilização dos recursos confiados pelo corpo social da nação é consequência da própria necessidade que este mesmo corpo social tem do produto decorrente.

A fórmula de financiar a produção, vinculando-se dinheiro/produto, possui muitos atrativos, podendo-se destacar:

- eliminação da correção monetária baseada em critérios exógenos ao setor e sua substituição por um critério de correção segundo a variação dos preços do bem ou do produto financiado, durante o prazo de viabilidade e amortização do financiamento.
- equilíbrio e viabilização de qualquer atividade de produção visto que, como o financiamento concedido passa a não ter valor por si mesmo, mas sim pelo bem ou produto que origina, reduz-se sobremodo, ou mesmo se elimina, por completo, a figura de financiamento anti-econômico, hoje existente, tendo em vista os critérios de comparação monetária dinheiro x dinheiro adotados.

- nova postura no relacionamento Estado/produtor, baseada em apoio, interesse real e associação efetiva nos riscos dos empreendimentos.
- incentivo maior à riqueza e ao bem-estar social, através do incremento à produção.
- eliminação da política de subsídios.
- maior identificação da economia com os postulados da justiça social-económica.

Uma Dívida Proporcional à Receita

A moeda mineral é a única alternativa para a eliminação do subsídio, necessária à saúde financeira da nação, como querem alguns? Não chegamos a responder afirmativamente à pergunta, mas acreditamos que ela encerra um conceito aplicável a outros setores da economia. Com efeito, imagine-se como poderia funcionar o sistema, para o caso do trigo, por exemplo: o agricultor receberia os recursos necessários para a operação, sem que houvesse, por parte do governo, qualquer preocupação em calcular as taxas de juros ou correção monetária adaptáveis ao caso. Estabelecer-se-ia, isto, sim, que parcela da futura produção estaria empenhada com o financiamento concedido. Dessa maneira, o agricultor amortizaria sua dívida com o próprio produto obtido, não importando seu preço. Para o governo, a grande vantagem seria a certeza de que os recursos que lhe foram confiados pelo povo ter-se-iam transformado em efetiva produção. Para o caso em pauta, o trigo recebido em troca de financiamento poderia ser revendido ao próprio produtor, diretamente ao consumidor ou mesmo armazenado para a formação de estoques reguladores, importantes no período de entressafra, além de se poderem constituir um elemento válido para a formação de preços mínimos.

Sob o ponto de vista do agricultor, o sistema poderia trazer uma série de benefícios, sendo os principais:

- segurança quanto à destinação de uma parcela do produto obtido, reduzindo-se assim os custos de comercialização;
- certeza de que o governo, seu financiador, estaria correndo os riscos de uma eventual queda nos preços, motivada por fatores independentes de sua vontade;
- tranquilidade, relativamente aos custos financeiros envolvidos na operação: a dívida seria sempre proporcional à receita obtida, constituindo-se, desta forma, um compromisso previsível e controlável.

Este novo modelo de financiamento à produção representa, de fato, uma alteração ousada dos princípios até hoje postos em prática. Com sua consecução desaparecem as velhas teorias de protecionismo e tratamento paternal. Com sua implantação passa-se a atribuir a um bem o seu valor intrínseco efetivo, favorecendo-se a produção. Financiamentos serão solicitados e concedidos com o fim específico de proporcionar ao corpo social da nação os bens e produtos necessários ao progresso e ao bem-estar. Este é o verdadeiro papel a ser desempenhado pelo governo, ao gerir os recursos que lhe são confiados pelo corpo social da nação. Toca, agora, esperar que o miseneísmo não venha substituir a coragem de modificar um processo que já se revelou ineficiente.



BNH REFORMULA CURA PARA ATENDER REGIÕES MAIS POBRES

Com a recente reformulação empreendida no Programa de Complementação Urbana (CURA) pelo Banco Nacional da Habitação, os municípios beneficiados são agora os únicos agentes promotores e mutuários finais deste Programa, desobrigando assim a interveniência de intermediários na operação. A prioridade no atendimento será para aqueles que possam ser pólos migratórios alternativos aos grandes centros urbanos, como é o caso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Este ano 29 municípios destas regiões contarão com os benefícios do Cura.

O elenco de modificações, realizado na estrutura do Cura, teve a finalidade básica de adaptá-lo às novas diretrizes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) para o período 1980/85, que visa o remanejamento das populações dos grandes centros urbanos para cidades de pequeno e médio porte. Com isso, foi suprimida a exigência de que o município beneficiado deveria possuir população com mais de 50 mil habitantes.

DESEMPENHO

Em 1979, o BNH aplicou, através do Cura, 8.396.365 UPC (Cr\$ 4.096 bilhões em valores corrigidos) em todo o País, sendo as regiões Sul e Sudeste as mais beneficiadas. Já, este ano, em face da reformulação feita no Programa, o Norte e Nordeste terão preferência no atendimento. Em 1980, prevê-se o atendimento a 58 municípios.

Com regulamentação em 1973, o Programa de Complementação Urbana obteve as primeiras aplicações em 1974, sendo o triênio 74/76 sublinhado por fase experimental, uma vez que estava em implantação. Neste período, foram aprovados 24 projetos em 18 municípios diferentes, destacando-se a adesão de importantes áreas metropolitanas como Recife, Aracaju, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Cuiabá. No ano de 1977, foram apresentados 49 projetos, com um volume de contratações que superou as previsões iniciais do Banco.

Em 1978, devido às restrições no orçamento do BNH, não se conseguiu manter o mesmo ritmo do ano passado, sendo apresentados apenas 9 projetos. No período 1974/79, 117 municípios aderiram ao Programa, destes 38 estão com contratos firmados e 61 com convênios assinados.

É a seguinte a tabela do BNH neste ano, para a concessão de financiamentos para as áreas Curas nas seguintes regiões:

Regiões	Nº DE MUNICÍPIOS	TOTAL
1ª (AP e PA)	1 da Região Metropolitana 3 de porte médio do Pará	4
2ª (CE, MA e PI)	1 da Região Metropolitana 2 de porte médio do Ceará 1 de porte médio do Maranhão 1 de porte médio do Piauí	5
3ª (PE, RN, PB e AL)	1 da Região Metropolitana 2 de porte médio de Pernambuco 1 de porte médio de Alagoas 2 de porte médio da Paraíba 2 de porte médio do R.G. do Norte	8
4ª (BA e SE)	1 da Região Metropolitana 2 de porte médio da Bahia 2 de porte médio de Sergipe	5
5ª (MG)	2 da Região Metropolitana 3 de porte médio de Minas Gerais	5

Regiões	Nº DE MUNICÍPIOS	TOTAL
6ª (RJ e ES)	2 da Região Metropolitana 2 de porte médio do R. de Janeiro 2 de porte médio do E. Santo	6
7ª (SP e MS)	2 da Região Metropolitana 3 de porte médio de São Paulo 2 de porte médio de M.G. do Sul	7
8ª (RS)	2 da Região Metropolitana 3 de porte médio do R.G. do Sul	5
9ª (PR e SC)	1 da Região Metropolitana 2 de porte médio do Paraná 3 de porte médio de Santa Catarina	6
10ª (DF, GO e MT)	1 Brasília 1 Goiânia 1 de porte médio de Mato Grosso 1 de porte médio de Goiás	4
11ª (AM, RM e RD)	1 de porte médio do Amazonas 1 de porte médio de Roraima 1 de porte médio do Acre	3

OBJETIVOS

Entre os principais objetivos do Cura estão a racionalização da utilização do espaço urbano e a elevação dos padrões habitacionais de áreas específicas do município, bem como a ampliação da oferta de terrenos urbanizados e a estimulação ao seu aproveitamento pela aplicação de mecanismos fiscais indutores. Uma outra finalidade do Programa consiste em promover o adensamento populacional das áreas beneficiadas, favorecendo, inclusive, a utilização dos serviços e equipamentos públicos.

Os financiamentos do Cura visam a planificação e execução de obras de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários, tais como transporte coletivo, energia elétrica, águas pluviais e escolas em regiões onde a carência destes benefícios não favorecem o adensamento populacional.

O -município atendido participa do empreendimento representado pelo Executivo municipal e na condição de agente promotor e de mutuário final das operações de empréstimo, enquanto a gerência do projeto cabe à entidade pública municipal, constituída ou credenciada pelo agente promotor.

FUNCIONAMENTO

Além do agente promotor, o projeto requer a participação de agente financeiro, como é o caso de instituições oficiais ou bancos privados autorizados pelo BNH.

Tendo o BNH aprovado um projeto Cura, através da demonstração de sua viabilidade técnica, legal, administrativa e financeira, parte-se então para sua execução.

Os recursos serão fornecidos através de contratos de empréstimo. A participação do BNH é de até 90% do custo total estimado para os componentes do Projeto Cura. Os juros variam de 2 a 7%, sendo pagos mensalmente, mesmo durante o prazo de carência.

O prazo de carência é de no máximo 36 meses, não excedendo, porém, de 12 meses após o término das obras. O financiamento pode ser em até 20 anos, excluído o prazo de carência. A taxa de administração é de 1% do valor do empréstimo, descontada, proporcionalmente, de cada parcela liberada.

INFORMAÇÕES



1) T-27

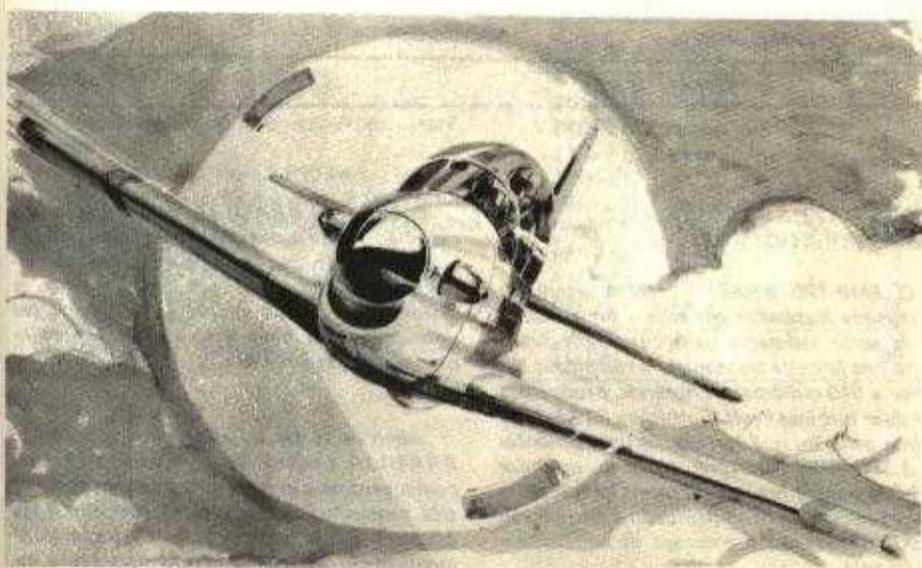
ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS

O novo avião em desenvolvimento pela EMBRAER é de projeto genuinamente nacional. Trata-se de um monoplano, monomotor, asa baixa, impulsorado por um motor PRATT & WHITNEY PT6A-27 (a mesma das versões normais do BANDEIRANTE), devendo levar dois tripulantes (instrutor e aluno) em "tandem". A estrutura será metálica, com revestimento trabalhante, sendo o trem de pouso triciclo e escamoteável. O seu emprego será para treinamento de pilotos básico-avançado em operação acrobática até 9.114 metros de altitude.

2) VENDAS PARA O EXTERIOR

Desde agosto de 1975, quando a EMBRAER efetuou a sua primeira venda ao mercado internacional, entregando cinco aviões EMB-110 BANDEIRANTE à Força Aérea do Uruguai, a empresa vem desenvolvendo uma "agressiva" estratégia de vendas ampliando sua atuação nesse mercado.

Hoje, decorridos pouco mais de quatro anos, aviões EMBRAER já estão voando em 15 países de cinco continentes. De agosto de 1975 a outubro de 1979, já foram comercializados 108 aviões.



Informações

CONTINENTE e PAÍS	MODELO	VENDAS
AMÉRICAS		
Estados Unidos	Bandeirante	22
Uruguai	Bandeirante	06
	Ipanema	11
Chile	Bandeirante	09
México	Bandeirante	05
Bolívia	Ipanema	01
EUROPA		
Reino Unido	Bandeirante	19
	Xingu	01
França	Bandeirante	06
Finlândia	Bandeirante	02
OCEANIA		
Austrália	Bandeirante	10
Ilhas Fiji	Bandeirante	04
Papua Nova Guiné	Bandeirante	01
Guan	Bandeirante	01
ÁFRICA		
Togo	Xavante	06
Alto Volta	Bandeirante	01
Gabão	Bandeirante	01
ÁSIA		
Arábia Saudita	Bandeirante	02
TOTAL GERAL		108

3) EMB - 120 - BRASILIA - CARACTERÍSTICAS GERAIS

O EMB-120 BRASILIA transportará 30 passageiros instalados em cabine pressurizada (onde serão instalados bagageiros individuais, como nos jatos de transporte) e velocidade superior a 540 quilômetros horários, produzidos por duas turbinas Pratt & Whitney PT7A-1, de última geração, que fornecerão uma potência de 1.500 SHP cada uma. No solo, uma das turbinas poderá funcionar com as hélices paradas, fornecendo ar condicionado e energia elétrica, dispensando o emprego de equipamentos de solo.

O EMB-120 BRASILIA, cujas características estão sendo agora divulgadas, atenderá um grande número de operadores do setor que estiverem em busca de um equipamento de maior porte, e que atenda às exigências das normas internacionais mais rígidas. O protótipo deverá voar em 1982.

Além da versão de passageiros, o EMB-120 BRASILIA poderá ser apresentado também como aeronave cargueira com capacidade de três toneladas. Outras versões, prevêem o emprego como transportador de tropas/pára-quedista em serviços de aerofotogrametria, pa-

truhamento marítimo e busca e salvamento, conforme ocorre hoje com o seu antecessor EMB-110 BANDEIRANTE.

Ao final do mês de outubro, a EMBRAER entregou as seguintes aeronaves:

	Tipo de Aeronave	Quantidade
Dimensões		
Envergadura	EMB-810 Seneca II	14
Comprimento	EMB-711 Corisco	9
Altura	EMB-712 Tupi	8
	EMB-721 Sertanejo	6
	EMB-201A Ipanema	6
	EMB-720 Minuano	5
	EMB-110 Bandeirante	4
	EMB-710 Carioca	4
	EMB-121 Xingu	1
	EMB-820 Navajo	1
Grupo Propulsor	TOTAL	58
Dois motores Pratt & Whitney PT7A-1 turboélice, de 1.500 SHP.		
Hélices		
Dois Hamilton Standard 14 RF-1 quadri-pás.		
Pesos		
Peso máximo de decolagem	9.000 kg	
Peso máximo de pouso	8.800 kg	
Carga paga máxima	2.980 kg	
Peso máximo com		
Zero Combustível	8.400 kg	
Performances estimadas		
Distância de decolagem balanceada (nível do mar) - 1.200 m.		
Distância de pouso (nível do mar) - 1.200 m.		
Alcance máximo - 2.500 km.		
Razão máxima de subida - 2.900 ft/min.		
Razão máxima de subida (um motor desligado) - 800 ft/min.		
Teto de serviço (dois motores) - 10.200 m.		
Teto de serviço (um motor desligado) - 5.000 m.		
Velocidade máxima de cruzeiro - 544 km/h.		

Durante o mês de novembro último a EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - bateu mais uma vez seu recorde de vendas, entregando a operadores brasileiros e internacionais um total de 66 aeronaves, de nove tipos diferentes, que vão desde o monomotor EMB-712 TUPI, ideal para vôos de instrução em aeroclubes e escolas de pilotagem, até o BANDEIRANTE.

Foram as seguintes as entregas em novembro:

	Tipo de Aeronave	Quantidade
	EMB-110 Bandeirante	8
	EMB-710 Carioca	15
	EMB-810 Seneca II	13
	EMB-712 Tupi	11
	EMB-201A Ipanema	8
	EMB-711 Corisco	4
	EMB-721 Sertanejo	4
	EMB-720 Minuano	2
	EMB-820 Navajo	1
TOTAL		66

LIVROS



ASSIM FALOU SAKHAROV — *Seleção, organização e prefácio de Harrison E. Salisbury. Trad. de Guinara Lobato de Moraes Pereira. Rio, J. Olympio, 1975.*

Escrever é dizer a verdade sobre a vida". Depois de muitos anos, os escritores russos sabem, por experiência própria, o quanto é difícil pôr em prática este preceito de Hemingway. No fundo, para eles até viver é sumamente difícil — quanto mais dizer a verdade sobre a vida em seu país — quando se sabe que em cada esquina existe um alcagüete do KGB pronto para delatar os que pensam com independência. E, assim, durante décadas, certas evidências da realidade russa passaram desapercebidas. É como se não existissem os "Humilhados e Ofendidos" de que, já no século passado, falava Dostoevsky. Tudo isso, porém, não conseguiu impedir a explosão dos livros clandestinos — os samizdat —, nem calar a voz dos escritores. Esses novos heróis têm aumentado a despeito da repressão. Mas entre todas as vozes dissidentes, uma se destaca e soa mais alto: a voz do Dr. Andrei Dimitrievich Sakharov. Filho de um físico, nasceu na Capital da URSS, em 1921, graduando-se em física em 1942. Cinco anos depois atingiu o grau de Doutor em Ciências, integrando, a seguir, a extraordinária constelação de jovens reunidos em torno do Prêmio Nobel de Física, Dr. Igor E. Tamm, que se dedicava às pesquisas nucleares para fins militares. Autor da fórmula da reação termo-nuclear e de outros relevantes trabalhos, Sakharov adquiriu fama mundial de um dia para outro. Detentor do Prêmio Stalin, membro da Academia de Ciências da URSS, Sakharov passou a ser quase sufocado por honrarias e vantagens, com direito a moradia especial, casa de campo, motorista e guarda-costas que o acompanhavam dia e noite, mesmo quando ia esquiar e nadar. Mas ninguém, salvo alguns amigos íntimos, conhecia o pensamento de

Sakharov a respeito das liberdades civis e da natureza criminosa das armas nucleares.

Data de 1962 o protesto contra os testes nucleares em grande escala, ao qual se seguiram outros que, lenta e inexoravelmente, o arrastaram para o conflito com o seu governo. Em 1968, publicou seu famoso ensaio PROGRESSO, COEXISTÊNCIA E LIBERDADE INTELECTUAL, seguido de MEU PAÍS E O MUNDO. Mas, sua denúncia mais veemente se contém na obra aqui apresentada: **ASSIM FALOU SAKHAROV**.

Nela reúne, pela primeira vez, num só volume os seus principais manifestos, declarações e entrevistas, de 1968 a 1974, sobre liberdade intelectual, redução das tensões internacionais, proteção dos direitos humanos, preservação do meio-ambiente e inclui, ainda, uma longa introdução escrita especialmente para o mundo ocidental. O texto é precedido de um prefácio esclarecedor que familiariza o leitor com o movimento dissidente e papel especial que nele Sakharov vem desempenhando.

Embora o livro se restrinja aos pronunciamentos feitos por Sakharov entre 1968 e 1974, a visão do leitor não fica limitada a este período. Através da retrospectiva, oferecida pelo prefácio e pela introdução, o leitor fica sabendo de que a militância do famoso físico começou bem antes, mais precisamente em 1958, quando foi divulgada a sua primeira manifestação pública. Mas somente na presente década a campanha do autor viria assinalar importante reviravolta no movimento pela liberalização dentro do mundo comunista.

Suas opiniões encontraram, finalmente, acolhida e apoio em muitas camadas da intelectualidade soviética e até mesmo, conforme assinala o próprio Sakharov, em certos círculos importantes do próprio Governo. Os samizdat levaram seus pontos de vista a círculos mais amplos dentro da Rússia, atingindo o ho-

mem comum. Não que as opiniões de Sakharov encontrassem aprovação unânime. Muitos conservaram-se hostis, outros, por receio ou comodidade, permaneciam calados ou reagiam evasivamente. Mas, a maneira de pensar de apreciável parcela da comunidade científica começou a se voltar progressivamente para a direção que Sakharov vinha apontando.

ASSIM FALOU SAKHAROV vem comprovar que mesmo um regime como o comunista não consegue submeter o espírito de uma comunidade inteira. Sempre ficará alguém para pensar. Este alguém é Sakharov cuja teimosa e solitária cruzada permanecerá como testemunha de nosso tempo.

COLETÂNEA L.

ÁFRICA – GEOHISTÓRIA, GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – Therezinha de Castro – Livraria Editora Freitas Bastos, 1979

Ao chegar à sua Pátria, no princípio do século, verificou Delgado de Carvalho, brasileiro nascido em Paris, que entre nós se limitava o estudo da Geografia à memorização dos nomes dos Estados e cidades, e de rios, lagos, montanhas e outros acidentes topográficos.

Publicando em 1913 a sua "Geografia do Brasil", que mudou completamente o sistema de ensino da importante disciplina, passou, com razão, a ser considerado como "o Pai da Geografia Moderna" em nosso país.

Estudando o Brasil como um todo, sem particularismos artificiais, foi ele o mestre da minha geração e das outras subsequentes. E quando recebi, em 1929, o convite de Marques da Cruz para lecionar a matéria no Liceu Pindorama, de S. Paulo, foi o compêndio de Delgado de Carvalho, em que eu próprio estudei, o que naturalmente recomendei e se adotou.

Foi-me grato, portanto, contactar algumas décadas depois, com a Professora Therezinha de Castro e prefaciá-la o livro "ÁFRICA – GEOHISTÓRIA, GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS".

Seguindo os passos do venerando Mestre e seu grande amigo, estudou também a África como um todo, associando a Geografia à História (Geohistória), a Geografia à História e à Política (Geopolítica), projetando no âmbito das Relações Internacionais a "Ilha Mundial".

Depois de discorrer didaticamente sobre posição, posicionamento e fisiografia da África, estude de modo conciso a História do continente em época anterior à chegada do europeu.

No capítulo quinto, "A Presença do Europeu", tem a originalidade de pôr em destaque as explorações portuguesas, que os livros estrangeiros muitas vezes ignoram em proveito de franceses, ingleses e alemães.

No capítulo "Colonialismo e Pan-Africanismo", a comparação com a América dá também originalidade ao livro, que trata, a seguir, dos movimentos de "Independência e nacionalismo".

Passando da revolução psicossocial à evolução política (8º e 9º capítulos), salienta a imaturidade de um continente que teve muito menos tempo do que a América para ser colonizado e que, sem haver conhecido a adolescência, se defronta com uma verdadeira revolução política no âmbito das Relações Internacionais (10º e 11º capítulos).

E, num feliz entrosamento, de capítulo em capítulo, e através de comparações originais entre a África e a Europa, a África e a América, a África e a própria Antártica, leva-nos a Autora ao que resulta afinal da nossa política difundente: a abertura do Brasil para a África e da África para o Brasil, na interessantíssima simbiose étnico-psicossocial a que estamos assistindo.

Os vinte mapas anexos, o quadro político e a vasta bibliografia mostram outrossim a profundidade e seriedade com que mais uma vez se impõe a Professora Therezinha de Castro ao respeito e à admiração dos seus leitores.

Eurípides Cardoso de Menezes

Cimento, base de desenvolvimento.

Capão Bonito - SP



A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim-ES e a outra em Capão Bonito-SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio-X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

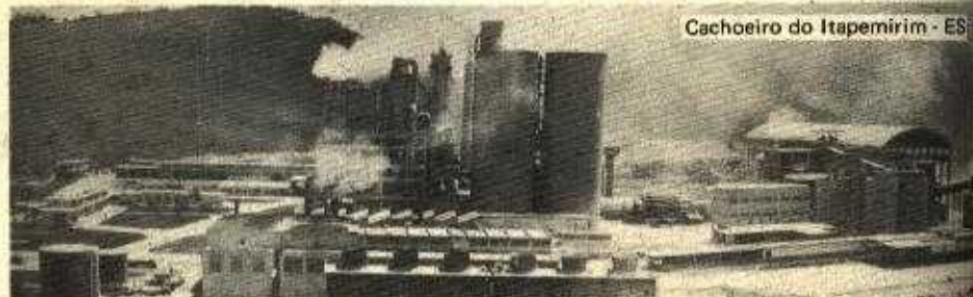
As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-poluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.

Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP